

**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

Maria Amélia Ferracciú Pagotto

**O Trabalho morreu. Viva o conhecimento! Notas
para um estudo dos serviços em uma sociedade de
classes**

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais sob a orientação do Professor Doutor Márcio Bilharinho Naves.

Campinas
Junho – 2009

**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

Maria Amélia Ferracciú Pagotto

**O Trabalho morreu. Viva o conhecimento! Notas
para um estudo dos serviços em uma sociedade de
classes**

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais sob a orientação do Professor Doutor Márcio Bilharinho Naves

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida em 08/06/2009 perante a Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves -Orientador (IFCH/ UNICAMP)

Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias (IFCH/ UNICAMP)

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes (IFCH/ UNICAMP)

Profa. Dra. Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Prof. Dr. José de Lima Soares (UFG)

Suplentes:

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (Unicamp)

Prof. Dr. Cláudia Maria França Mazzei Nogueira (UFSC)

Prof. Dr. Alysso Leandro Barbate Mascaro (USP)

Campinas

2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

P149t **Pagotto, Maria Amélia Ferracciú**
**O trabalho morreu! Viva o conhecimento: notas para um
estudo dos serviços em uma sociedade de classes / Maria Amélia
Ferracciú . -- Campinas, SP : [s. n.], 2009.**

Orientador: Márcio Bilharinho Naves.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalho. 2. Setor terciário. 3. Classes sociais.
4. Hegemonia. 5. Produtividade do trabalho. I. Naves, Márcio
Bilharinho, 1952- II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(cn/ifch)

**Título em inglês: Work is dead! Hooray for knowledge: notes for a study
on services in a society of classes**

Palavras chaves em inglês
(keywords) :

Labor
Tertiary sector
Social Classes
Hegemony
Labor productivity

Área de Concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca **Márcio Bilharinho Naves, Ângela**
examinadora: Santana do Amaral, Edmundo Fernandes Dias,
Ricardo Antunes, José de Lima Soares

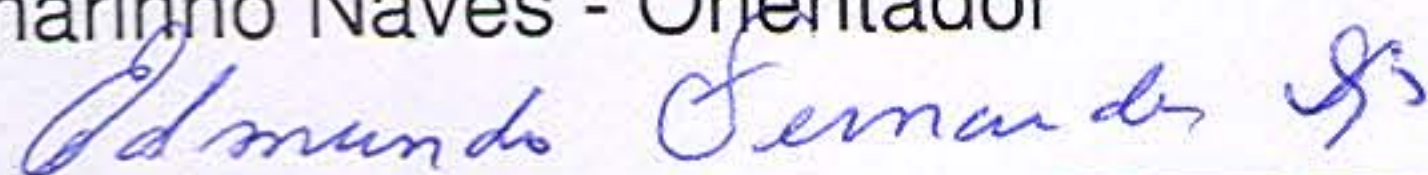
Data da defesa: 08-06-2009

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

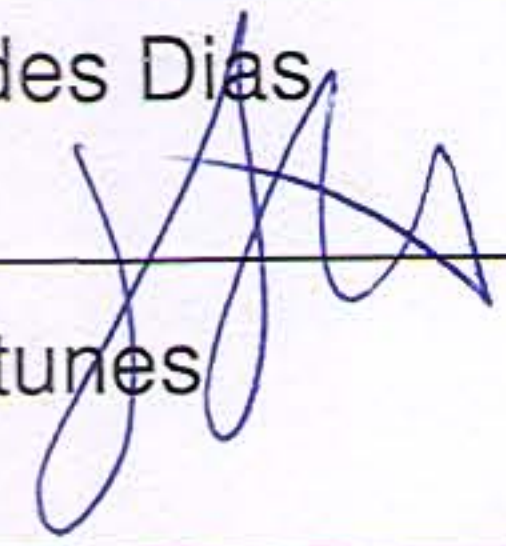
Este exemplar corresponde à versão final da tese de doutorado intitulada: *"O trabalho morreu! Viva o conhecimento. Notas para um estudo dos serviços em uma sociedade de classes"* defendida por Maria Amélia Ferracciú Pagotto, no dia 08 de junho de 2009, e aprovada pela banca examinadora:




Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves - Orientador



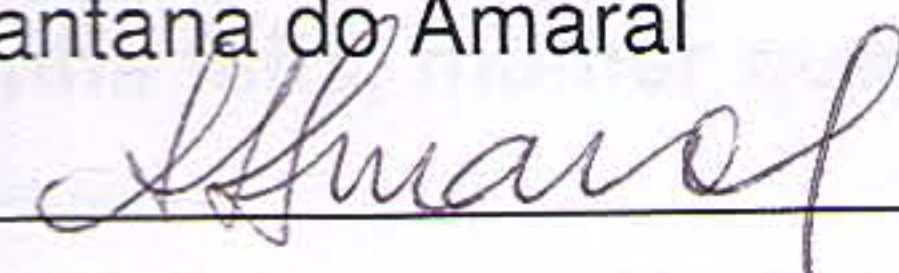
Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias



Prof. Dr. Ricardo Coltro Antunes



Prof. Dr. José de Lima Soares



Profa. Dra. Ângela Santana do Amaral

Suplentes:

Profa. Dra. Cláudia Maria França Mazzei Nogueira

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Prof. Dr. Alysson Leandro Barbate Mascaro

2009117995

**À Iara, minha filha, mulher que se anuncia. “Promessa de vida em
meu coração”.**

**Aos meus pais, Dairton e Maria Antonia – fontes de amor
incondicional,**

e...

**à todos os que estiveram em guarda enquanto mergulhei nas
sombras.**

Agradecimentos

Ao escrever estas linhas de agradecimentos brota a consciência dos privilégios que marcam minha vida cercada por pessoas que tudo levam às raias da obstinação: obstinação por pensar além dos limites convencionais e por encontrar mecanismos de solidariedade e convivência que vão além daquilo que o mundo real deseja, permite ou nos impõe. A essas pessoas devo a conclusão desta experiência que talvez seja muito mais o produto dessa tanta obstinação do que das minhas próprias possibilidades teóricas ou pessoais.

Ao Professor Dr. Márcio Naves, meu orientador, cuja integridade e respeito que professa em defesa da autonomia intelectual de seus orientandos, e que tornou viável meu retorno ao programa de doutoramento, agradeço imensamente por me ter dado o voto de confiança e toda a atenção necessária à elaboração deste trabalho. Também sou grata pelas 'lições', que talvez ele nem saiba que forneça sempre, sobre como 'ser' humano numa 'sociedade em transição'.

Ao Professor Dr. Edmundo Fernandes Dias - formador incansável de uma geração inteira de intelectuais, *coração* e crença de que resistir e pensar livremente é preciso -, agradeço pela eterna paciência, atenção, zelo intelectual e amizade que se fez fundamental e que nunca me deixou ultrapassar o limite tolerável do isolamento pessoal e intelectual que quase sempre me imponho. O curso do meu pensamento, por simples e limitado que seja, sempre se deixou encantar pelas possibilidades teóricas e práticas que brotam de sua leitura do real. Do mesmo modo, o desenvolver da minha existência, também segue suas lições sobre a necessidade de identificação e resistência das camadas mais profundas que as ideologias dominantes em mim sedimentaram.

Agradeço ao Professor Dr. Ricardo Antunes, por uma dívida anterior, quando não permitiu que eu abandonasse meu programa de mestrado e que agora, ao aceitar compor a banca do meu doutoramento, permite que eu abrace a riquíssima oportunidade de debater com ele as propostas apresentadas nesta pesquisa.

À estimada Professora Dra. Ângela Santana do Amaral, outra referência intelectual, sou imensamente grata por todo o carinho e entusiasmo com os quais aceitou contribuir para este momento de avaliação da minha trajetória acadêmica.

Ao Professor Dr. José de Lima Soares, que dignifica tanto o ato de formação como o 'de estar no mundo para mudá-lo', combinando a muitas vezes dolorosa equação entre teoria e prática, sou grata por tão prontamente ter aceitado compor a banca de defesa deste estudo.

Também sou grata à Professora Dra. Ângela Maria Tude de Souza, sem a qual as linhas iniciais desta pesquisa não teriam sido traçadas.

A Moema Joffily Dias, revisora deste trabalho, atividade que transcendeu o aspecto técnico e abraçou-me por inteiro, agradeço pela dedicação e amizade que permitiu nascer a partir desta experiência.

Agradeço à minha estimada amiga Ana Mércia Roberts, pelo estímulo e carinho num dos momentos mais decisivos da minha jornada.

Ao meu querido Wilson Mathias, em quem mito e realidade confluem de modo único, agradeço pelo estímulo com que pautou nossa conturbada amizade.

À Liana Hoffmann, incentivadora renitente e leitora dos primeiros rascunhos, agradeço pelo estímulo diário. Agradeço à Teresa Melo, cúmplice em dilemas centrais de nossas vidas e foram se fazendo história ali, nos caminhos da “Dutra”. Eunice Palma, amiga de todas as ‘horas’, agradeço pelo carinho constante e pela ‘força’ que nunca deixou faltar.

Ao meu caro Paulo Guedes, médico de ‘pessoas inteiras’, amigo, e eterno conselheiro, agradeço por ter me presenteado, durante todos estes anos com a trilha sonora, os desenhos e as imagens do mundo que ‘queremos’.

Agradeço imensamente ao Fábio Ramos, que me ajudou a decifrar o enigma da chave. Paulo Pinheiro, querido amigo Jovir Filho e Antonio Dermengi Rios, que me deram parcela fundamental de apoio em dimensões das mais diversas.

Aos meus grandes amigos: Francisco Carlos Giovanetti, Daniela Rocha, Lincon e Mário Franco, Magda Guida, Celso de Campos, Conceição dal Bó, Andréa Casare e Heloísa Calocini, agradeço e comemoro por terem se tornado novas referências de afeto, verdadeiros pontos de fuga na província. Ao Professor Ricardo Galli, sou agradecida pela gentileza e presteza com que me atendeu para o trabalho de tradução, bem como ao Reginaldo Vilalta, um profissional exemplar.

Aos meus irmãos e sobrinhos, agradeço, numa dimensão eterna, pelo ninho afetivo. Aos meus pais, a quem dedico este trabalho, agradeço por todos os instantes das nossas vidas; agradeço por me terem feito prosseguir, apesar de tantas dificuldades; agradeço por tudo.

A Iara, minha filha, meu grande amor, agradeço por ter compreendido o que estava sendo construído durante estes anos, e pela inspiração cotidiana que tanto me surpreende.

Finalmente, agradeço a todos os funcionários da Unicamp, especialmente Rogério Ribeiro, Maria Rita Gandara e Cecília Consul, pela atenção constante com que amparam nossa vida acadêmica. A Capes e ao CNPq, deixo registrado o apoio financeiro sem o qual não seria possível realizar esta pesquisa.

“Os filósofos apenas interpretaram de modo diferente o mundo; o que importa é transformá-lo”

(Karl Marx, Teses sobre Feurbach, 1845)

Tudo já foi dito uma vez, mas, como ninguém escuta, é preciso dizer de novo”.

(André Gide)

***Onde se destrói o mundo em que vivo
aí estou.***

Onde há destruição, aí se define o meu caminho.

***Onde os deuses se desmoronam é que apareço
sem rosto***

atrás de suas formas feitas de noite e de medo.

Onde se morre, onde se nasce.

Onde se morre é que renasço.
(Moacir Félix)

Resumo

O presente trabalho procura discutir o problema das classes sociais e suas formas de intervenção diante da reestruturação capitalista em curso, na qual o setor de serviços, bem como o processo de financeirização da economia e o de instauração do neoliberalismo, aparecem como as dimensões mais importantes enquanto indicadores de mudanças. Pretende examinar essas transformações submetendo-as às categorias de análise desenvolvidas por Marx no conjunto de sua obra, de modo que, desmistificados alguns dos dilemas centrais à economia política clássica, o avanço do setor de serviços aparece como uma das dimensões centrais que atualizam as condições de produção do valor, sobretudo como atualização das bases do fetichismo. Da mesma maneira, recorrendo à análise gramsciana sobre a relação entre classe operária e desenvolvimento da base técnica da produção, esta pesquisa estabelece a vinculação histórica dos serviços com o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista; enfatiza ainda sua qualidade enquanto uma das muitas expressões da crise constitutiva do capitalismo, cujos saltos conjunturais apenas podem ser compreendidos à luz da luta entre as classes sociais e pela maneira como a vida estatal é reorganizada em função dessa mesma luta. De modo que, procura-se demonstrar que o novo arranjo dos serviços sob os processos de privatização e financeirização da economia indica mais do que um impacto técnico ou econômico resultante de uma modernização *in abstracto*, mas é expressão política das novas formas de direção e governo das massas. Finalmente, também se elabora uma crítica ideológica das abordagens teóricas sobre o setor de serviços mostrando sua filiação às teorias da estratificação social ou outras de viés economicista. De tudo o quanto foi investigado pôde-se depreender, da atual conjuntura, os movimentos que repõem as bases da dominação capitalista e buscam deslocar os horizontes de intervenção das classes subalternas. Para isso, procuramos discutir as raízes materiais e políticas que sustentaram a inflexão criminalizadora da teoria das classes sociais na atualidade a ponto de se chegar a uma construção social, com pretensões universalizantes, que a considera inoperante diante das transformações que recompõem a força de trabalho na atualidade. Foi possível demonstrar que, tomado pela visão de mundo neoliberal, a idéia de uma 'sociedade de serviços' promove a abertura de um novo horizonte que reutiliza os princípios do liberalismo econômico no qual prestadores de serviços substituem a relação salarial construindo, assim, uma sociabilidade livre das contradições classistas. Construção que acontece ao mesmo tempo no terreno material e nas superestruturas jurídico-políticas, adequando-as aos novos imperativos da acumulação. Construção de uma nova cidadania e de uma nova forma de organizar a produção. Construção que combina a contra-revolução capitalista com os elementos de passivação necessários à aparência de que capital e trabalho podem viver harmoniosamente. O setor de serviços aparece então, finalmente, iluminado por uma perspectiva marxista e gramsciana, como lugar privilegiado do embate hegemônico entre classes sociais antagônicas

Abstract

The presented work searches to discuss the problems of the social classes and their forms of intervention in front of the capitalist restructuring in course, in which the service sector as well as the financialization of the economy and instauration of the neoliberalism processes appear as the most important dimensions while change indicators. It intends to examine these transformations submitting them to the categories of analysis by Marx in his whole work so that it can demystify some of the central dilemmas of the classical political economy and, the advance in the service sector appears as one of the central dimensions which updates the value production conditions and above all as updating the fetichism bases. Likewise, by falling back on the Gramscian analysis on the relationship between the working class and the development of the technical basis of production, this research establishes the historical bonding of services with its own development in the capitalist way of production; it still emphasizes its quality as one of the many expressions of discrepancies and the constitutive crisis of the capitalism whose gaps referring to the conjuncture can only be comprehended through the fight between the social classes and by the way the state life is reorganized according to this fight. This way, it is tried to demonstrate the new service arrangement under the privatization and financialization of the economy processes indicating more than a technical or economical impact which is an outcome from modernization in abstract, but it is a political expression of the forms of direction and government of the masses put into movement by the bourgeois in its imperialist dimension. Finally, it also elaborates an ideological criticism of the theoretical approaches on the service sector showing its filiation to the theories of social stratification or others from askance economicist. Everything which has been investigated can infer, from the present conjuncture, the movements which replace the capitalist domination bases and search to dislocate the horizons of intervention of subaltern classes. To do so, we try to discuss the material roots and policies which supported the criminalizing inflection of the social classes' theories nowadays to the point of arriving at a social construction with universalizing pretensions which consider it as not operating in front of the transformations which recompose the working force today. It was possible to show that the idea of a service society, absorbed by the neoliberal world view, promotes the opening of a new horizon that reinaugurates the principles of the economical liberalism founded in the idea of the possession of assets in which the service workers substitute the salary relationship and, by doing so, they construct then a sociability that is free from the classist contradictions. The service sector then appears finally enlightened by a marxist and gramscian perspective as a privileged place of the hegemonic shock between the social antagonistic classes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
i. Reestruturação capitalista e recomposição das classes sociais na Atualidade: em defesa de uma interpretação marxista	1
ii. Fetichismo e luta de classes: da crítica ao saber dominante à noção de hegemonia em Gramsci.....	17
iii. Perspectiva teórico-metodológica.....	41
iv. Da estrutura deste trabalho	48
 CAPÍTULO I. DOS PROBLEMAS DA DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS À SUA SUPERAÇÃO PELA TEORIA MARXISTA. ECONOMIA, POLÍTICA E CLASSES SOCIAIS.....	51
I.1.Economia política clássica e a classificação do trabalho produtivo versus trabalho improdutivo: uma breve apresentação do problema.....	65
I.2. Marx: crítica e análise histórico-dialética do capital como condição para a superação do dilema trabalho produtivo versus trabalho improdutivo.....	71
I.2.1. Trabalho produtivo e improdutivo em Marx. Um primeiro deslocamento: classes estéréis, poder estatal e os intelectuais do poder burguês.....	80
I.2.2. Trabalho produtivo como trabalho que produz mais-valia. Processo de subsunção do trabalho ao capital e a reprodução ampliada do capital.....	82
I.2.3. Trabalho produtivo como trabalho que produz mais-valia. A totalidade das relações sociais capitalistas: produção, circulação e consumo. Dinheiro e fetichismo.....	97
I.2.4. Tempo de circulação como uma das determinações formais do capital e sua constituição enquanto crédito.....	108
I. 3. ‘Novo terciário’ e subalternidade política na atual ordem do capital: para além dos finalismos.....	118
 CAPÍTULO II. DA ‘ANATOMIA’ DOS SERVIÇOS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	123
II. 1. O problema teórico da recomposição técnica e política das classes sob o processo de terciarização e as ciências sociais.....	123
II.2. Bases históricas de expansão do setor de serviços.....	132
II.3. Dos debates sobre a “crise no mundo do trabalho” e a apologia da superação do fordismo.....	143
II. 4. Da crise do trabalho à caracterização de um novo regime de acumulação.....	157

II. 5. Chesnais: valorização do capital e serviços no estágio atual do capitalismo.....	164
II.6. Neoliberalismo e oligopolização dos serviços: uma dimensão política..	174.
II.7. Agências multilaterais e esforços para a liberalização dos serviços.....	187
II.8. Da OMC ao GATS, e os recursos do capital para superar sua crise estrutural.....	192
II.9. O ‘novo terciário’ e o novo ciclo de lutas.	199

CAPÍTULO III. O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE OS SERVIÇOS: NOVAS ROUPAGENS DE UM MESMO CONFRONTO IDEOLÓGICO.....203

III.1. Estratificação social e modos de vida: teoria das classes médias e seu alcance teórico-político.....	209
III.1.1. Constituição histórica da Sociologia e o problema das diferenciações sociais. Classes ou estratificação: um recorte político e epistemológico.....	209
III. 1. 2. A institucionalização da Sociologia na América do Norte como resultado do embate entre as forças sociais em presença.....	224
III.1.3. Dos estudos de estratificação à noção das ‘classes médias’: uma expressão da negação do marxismo no século XX.....	234
III. 1. 4. Mills e a nova classe média: uma referência teórica do pós-Segunda Guerra para os ‘novos atores sociais’ da ‘guerra fria’ até a temática dos ‘novos modos de vida’.....	241
III. 1.5. ‘Pós-industrialismo’, alguns dos seus críticos e o que a ênfase na noção de ‘redes’ pode obscurecer.....	268
III. 1. 5. 1. Da sociedade em rede para o conceito de trabalho imaterial, capitalismo cognitivo e sociedade do conhecimento e algumas tensões comuns à social democracia.....	290
III. 1. 5.2. A noção de redes sociais e o liberalismo econômico.....	306

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....319

V. BIBLIOGRAFIA.....329

Introdução

“Pois bem, se Marx tinha razão dizendo que as idéias dominantes no mundo são sempre as idéias das classes dominantes, é muito claro que estas classes – em si mesmas – não mudaram em nada nos últimos cem anos. Quer dizer, os donos do mundo continuam sendo os proprietários dos meios materiais de produção, em escala nacional e internacional. Entretanto, é igualmente claro que as formas de sua dominação ideológica mudaram significativamente” (Perry Anderson. A batalha das idéias na construção de alternativas, 2004).

“Pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos inicialmente, este inventário” (GRAMSCI, 1984, p. 12).

i. Reestruturação capitalista e recomposição das classes sociais na atualidade: em defesa de uma interpretação marxista

Nosso objetivo neste trabalho é pensar o problema das classes sociais e suas formas de intervenção diante da reestruturação capitalista em curso, na qual o setor de serviços, o processo de financeirização da economia e o de instauração do neoliberalismo aparecem como as dimensões mais importantes enquanto indicadores de mudanças. Examinaremos essas transformações submetendo-as às categorias de análise desenvolvidas por Marx no conjunto de sua obra. Nosso objetivo é elaborar uma crítica ideológica capaz de revelar, da atual conjuntura, os movimentos que repõem as bases da dominação capitalista e buscam deslocar os horizontes de intervenção das classes subalternas.

Desde a década de oitenta do século passado, o tema da reestruturação capitalista vem definindo o escopo e o tom de grande parte das pesquisas e interpretações sobre a ordem contemporânea. O advento das inovações tecnológicas e organizacionais - com base na microeletrônica e na

informática - e a emergência da fração financeiro-bancária - como a que dá sentido e direção ao modo atual de acumulação do capital, bem como a recomposição da correlação de forças entre capital e trabalhadores - foram entendidos por grande parte dos integrantes de movimentos sociais, partidos políticos e intelectuais (orgânicos) como um ponto de ruptura em relação ao período chamado ruptura em relação às estruturas do 'fordismo' e do 'estado do bem-estar social'. O fracasso do chamado 'socialismo real', por sua vez, foi tomado como pano de fundo incontestável, do ponto de vista das ideologias capitalistas, para uma nova ofensiva dos programas políticos do capitalismo, sobretudo a partir do ano de 1989, com a queda do muro de Berlim.

O aumento do contingente de trabalhadores no setor de serviços é a dimensão desta conjuntura que mais instiga a atenção dos analistas. Desde que certa tradição sociológica¹ passou a referir-se a uma fase de ruptura - designada pela separação entre trabalho produtivo e serviços - enfrentamos dificuldades e desafios agravados pelo adensamento dos antagonismos que conformam a atual fase do capitalismo. Todos estes aspectos têm sido usados como argumento central da propaganda que procura atestar o âmbito de perspectivas revolucionárias, orientadas na crença do 'papel revolucionário da classe operária'. A mudança na composição técnica das classes trabalhadoras trouxe consigo um acirramento da propaganda anti-revolucionária.

A carga semântica da palavra 'revolução' passou a designar o processo de modernização tecnológica e financeira. Reapropriada pelas teorias burguesas, ela remete a tudo o que possa significar um desenvolvimento veloz dos ideais de consumo, agora incrementado pela idéia de uma virtualidade das relações pessoais e sociais - ante-sala de uma era 'pós-tudo', principalmente pós-

1-Teorias da sociedade 'pós-industrial'. Bell, Offe e Touraine dentre outros.

capitalista. A força desta discursividade encontra impulso avassalador justamente no contexto em que a burguesia mercantiliza detritos do muro de Berlim como fetiches de uma utopia abortada. A despeito disso, no entanto, a possibilidade de se construir um projeto alternativo ao capitalismo ainda continua sendo, teórica e politicamente, uma questão que mobiliza forças e tendências antagonistas. Pensar o conceito de classes é pensar em que medida, desmistificadas as bases da dominação, pode-se construir sobre elas e para além delas uma perspectiva revolucionária.

Essa generalização - se levarmos em consideração o exposto como dimensões de uma mesma correlação de forças sociais - tem sido a tábula rasa a partir da qual podemos encontrar um campo comum de preocupações que alcançam, várias e muitas vezes contraditórias, correntes de pensamento social. Os intelectuais orgânicos (das classes capitalistas e trabalhadoras) constroem verdadeiros imperativos teóricos a partir da cronologia 'taylor-fordista', ou 'pós-moderna'², a partir de um cenário marcado pelos ajustes neoliberais - que se desenvolvem, por sua vez, sob o signo do ideário 'neodarwinista' e que são estruturados pelo 'rebatismo' das ideologias de caráter despótico-empREENDEDORISTA - e imposto pelas profundas mudanças e fortes pressões que vêm desestabilizando os coletivos sindicais, impondo renovadas e sacrificadas regras de negociação trabalhista, que alcançam o âmago das formas de solidariedade de classe dos trabalhadores. No cenário 'pós-fordista' surgem e desenvolvem-se traços que apresentam uma nova malha social. Nele, a produção da informação e a forma de integração do setor financeiro/bancário aos processos produtivos, especulativos e estatais evidenciam um novo momento da mesma problemática.

2- Ver Jameson (1996) e Harvey (1996).

A concordância quase geral em relação aos momentos de quebra de um certo compromisso assumido entre as forças sociais em cena, no entanto, vai ao lado de uma outra característica importante: em grande parte dos estudos pode-se perceber o recuo flagrante da categoria classe social como eixo da explicação das transformações em curso. O marco teórico dominante ganha estatuto de uma 'ontologia das coisas', ou seja, ciência, técnica e máquinas - ou ainda, a economia, a 'mão invisível do mercado' - passam a ser as categorias determinantes para a compreensão das mudanças sociais. Procura-se fazer com que estas dimensões deixem de ser entendidas como resultado de embates entre sujeitos que ocupam lugares específicos e antagônicos na produção capitalista³.

Nesse cenário de confronto, no qual o discurso neoliberal pretende contestar a legitimidade da crítica à economia política capitalista, o capital financeiro assumiu a dimensão de rearticulador das estratégias de acumulação. A ele tem cabido a tarefa de dar direção às demais frações do capital e reorganizar as bases da acumulação capitalista. A produção da inovação científica e tecnológica, como motor contínuo do desenvolvimento social e político da humanidade, não só vem orientando os processos produtivos e industriais, como também aparece como uma nova 'ética', um manual de cidadania e sobrevivência no mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo, a história da técnica, da produção e da economia aparece como fenômeno 'natural' da história do capital⁴. Com a morte do sujeito⁵ - como decretaram vários teóricos ligados ao discurso da pós-

3- Justiça seja feita às análises que caracterizaram as mutações produtivas como resultado das quebras dos compromissos fordistas e conseguiram, assim, indicar um momento da revolução passiva do capital e a (re)constituição da ordem hegemônica burguesa ao final do século XX. Citamos à título de exemplo, trabalhos de Ruth Sosa, Ruy Braga, Soares. Esses estudos servirão como base teórica para este trabalho.

4- Ver Dias, 1998.

5- Expressão cunhada desde Foucault com sua proposição da falência das grandes

modernidade - e a conseqüente atribuição de qualidades humanas às coisas - ou seja, como resultado de um processo já batizado por Max Weber, no qual a racionalização da vida social parece gerar uma autonomização da técnica e da dominação - a história deixa de ser compreendida como produto humano para ser entendida enquanto resultado de 'forças inexoráveis', que fogem à vontade e à capacidade de intervenção dos sujeitos. Mas é a noção marxista de fetichismo⁶, segundo a construiu o próprio Marx, que nos parece ser central para a compreensão da forma pela qual as estruturas de dominação são recompostas em novas bases.

Podemos dizer que a partir dos anos oitenta, - no Brasil notadamente,

narrativas e do autor, e que assume força discursiva nas teorias da pós-modernidade.

6- "O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho, como se características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais dessas coisas, e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existentes fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como a forma sensível de alguma coisa que existe fora do olho. Mas, no ato de ver, a luz se se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho, na qual ele se apresenta, não tem que ver absolutamente nada com a sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os homens. O mesmo se passa no mundo mercantil com os produtos da mão do homem. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo de fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produtivos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. Esse caráter fetichista das mercadorias, provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter peculiar do trabalho que produz mercadoria" (MARX, 1988, p.71).

já que encontramos estudos datados dos anos 60 e 70 de pesquisadores de outras nacionalidades que se ocupavam, por exemplo, da análise do caráter capitalista das máquinas e seu impacto na composição dos coletivos operários, entre eles, Palma, Panzieri, Negri - a teoria sociológica burguesa foi tomada de assalto por temas que, à primeira vista, pareciam inéditos. Parecia inédito que a classe operária pudesse assumir feição muito mais heterogênea ou enxuta, que os cânones sociológicos clássicos requisitassem um olhar mais agudo à realidade imediata e que os sujeitos em luta desafiassem dogmas ou esquemas teóricos generalizadores que operavam a partir de grandes linhas de abstração da realidade. Se as lutas antiimperialistas, travadas no decorrer dos anos 60 e 70, já indicavam a necessidade de se considerar as especificidades de cada formação social - fazendo aflorar uma geração de estudiosos obrigada a pensar o particular em sua relação com o global -, no que diz respeito às mudanças moleculares que afetaram o trabalho fabril a partir dos anos 80, ao contrário, os estudos fotográficos, particularistas, quase anatômicos dos impactos da técnica, foram responsáveis, em grandes linhas, pelo reforço do discurso da 'morte do sujeito'.

Apesar da aparência de ineditismo, insistentemente atribuída às mudanças contemporâneas, o problema da composição do capital e das classes sociais, para o marxismo, é aspecto central para se efetuar uma análise desmistificadora dos segredos da acumulação, sobretudo pelas implicações políticas que ele acarreta, pois remete ao papel histórico e revolucionário do proletariado e está ligado, portanto, aos debates sobre a compreensão do que seja o socialismo e de como alcançá-lo.

Desde a década de 50, o crescimento de setores assalariados, não necessariamente vinculados às atividades fabris, colocou na ordem do dia a controversa discussão sobre o caráter produtivo ou não das classes médias. Seriam sujeitos revolucionários, os trabalhadores não manuais? A mudança na estrutura das classes, provocada pelo advento da etapa do capitalismo monopolista, traria quais consequências para a luta de classes? O capitalismo

encontraria novas bases para sua reprodução? A construção do socialismo estaria comprometida? É nesse debate que intervém Poulantzas e outros autores, para analisar a força ou fragilidade política da pequena-burguesia e dos novos setores assalariados. Nesse mesmo contexto afloram as discussões sobre trabalho produtivo e improdutivo e suas implicações para a reprodução do capital.

Uma espécie de 'criminalização' das teses marxistas teve força avassaladora nesse mesmo cenário e foi reeditado nos anos mais recentes. A centralidade da luta entre as classes como motor da história sofreu um ataque sem precedentes no ideário 'popular', com vistas a varrer essa visão de mundo da cena política. Enquanto os coletivos operários foram recompostos e remodelados em razão das mudanças técnicas e organizacionais, as ideologias dominantes divulgaram amplamente a morte do marxismo.

Os acontecimentos que puseram em questão os regimes que se proclamavam socialistas - a exemplo de Berlim, bem como a direção tomada pela antiga URSS, pela China, por Cuba, e, finalmente, a emergência na América Latina de uma proposta de socialismo na qual o mercado é tomado, senão como o próprio condutor da revolução, como uma dimensão que não se considera antagônica ou impeditiva da destruição do capitalismo – recolocam, teórica e praticamente, a questão da transição para o socialismo pela via da restauração do mercado. Some-se a isso a emergência, pela via parlamentar e enquanto grupos dirigentes, das social-democracias nos países europeus, indicando a hegemonia de visão de mundo reformista ainda que se reivindicasse herdeira das análises econômicas marxistas.

Tal contexto parece debilitar, sistematicamente, a interpretação da história como resultado do embate antagônico entre as classes sociais. Ao fazerem da economia a forma de governo das massas, e pela posição que ocupam na liderança do cenário intelectual mundial os intelectuais que orientaram as estratégias políticas das décadas de 80 e 90 procuraram corroborar a idéia da

crise (para eles morte) do marxismo - entendido em sua perspectiva materialista dialética da história, que explica o nascimento do processo capitalista a partir da noção de oposição contraditória entre sujeitos que se constituem no mercado, enquanto se confrontam em razão das diferentes posições que ocupam no processo de produção.

Ganharam força, nesse processo, análises capazes de dar suporte às práticas da conciliação desejável a partir das quais, resultou um cenário ameaçador: miséria, desemprego, exclusão, concentração de renda, dualismo no mercado de trabalho, 'ingovernabilidade' e crise institucional. Primeiro, a crise manifestou-se sob o signo da inflação nas economias mundiais: como crise do petróleo nos anos setenta e reconfiguração das relações internacionais. Depois, decretado o esgotamento do regime de acumulação capitalista, dada a incontestável queda da rentabilidade do capital, deu-se o emergir de uma nova correlação de forças internacionais. Mas não é só isso. Sob a ameaça do 'Terror', maquiada pela dimensão religiosa que, aparentemente, opõe Ocidente e Oriente, assistimos acirrar-se as investidas militares e, com elas, o imperativo técnico-científico ganhar nova e brutal força de caráter ideológico, no momento histórico em que aparece como mais sensível e complexa a tessitura do projeto imperialista. A ocupação do Iraque, ao que tudo indica, será reconhecida como o lugar e o tempo do declínio da era Bush. Somem-se a isso a eclosão de uma depressão global desencadeada pela crise norte-americana e o fato de ela reacender as polêmicas infundáveis entre economistas burgueses de um lado, e destes contra o marxismo do outro. Uma crise de governabilidade sem precedente - com sinais claros e precisos, que vão das crises das bolsas de Nova Iorque e da Nasdaq à crise financeira que no ano de 2008 (considerada a mais profunda desde a grande depressão de 1929) - congrega crise de superprodução com crise especulativo-financeira. Uma nova ordem internacional, segundo alguns estudiosos, parece apontar e pode “evoluir para uma crise de dimensões catastróficas e consequências sociais imprevisíveis” (MARTINS, 2005, p. ix).

Não é menos incômoda, para a fração hegemônica, a emergência dos governos recém constituídos na América Latina que se alinham à esquerda do projeto neoliberal, pretendem reverter a onda de privatizações e, acima de tudo, resgatam - ainda que numa dimensão epidérmica - a discussão sobre as possibilidades de construção do socialismo. Nacionalismo e socialismo retomam a cena política e colidem de modo agudo com os desafios fundamentais dos dias de hoje.

No Brasil, os movimentos sociais acenam com a possibilidade de uma nova vitalidade. A luta pela terra, o movimento dos sem teto, bem como as questões indigenistas e pela defesa ao meio ambiente, sem ainda deixar de mencionar a questão das políticas públicas, parecem anunciar uma recapitulação da necessária aglutinação das forças populares por uma organização das classes subalternas⁷. Uma nova central sindical, a Conlutas⁸, também emerge na cena política como um novo divisor de águas em termos de ação organizativa.

Enquanto o discurso oficial prega não apenas o desmonte e a incapacidade de resistência, mas a própria irracionalidade da mesma⁹, a realidade

7- Ver Mariana Setúbal e Leher, 2005.

8- Conlutas. Coordenação Nacional de Lutas. Constitui-se em março de 2004, enquanto coordenação de luta contra as reformas neoliberais do governo Lula (Sindical Trabalhista, Universitária, Tributária e Judiciária) e contra o modelo econômico aplicado no país, seguindo as diretrizes do FMI.

9- Em 2007, o governo Lula cogita proibir greves em setores essenciais. No primeiro semestre de 2009, a matéria volta à pauta política com o envio de projeto de Lei ao Congresso Nacional para regulamentação da greve nos serviços públicos que não teria sido regulamentada desde a Constituição de 1988, considerando-se que o artigo 37, inciso VII, diz que o « direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica». A questão gira em torno dos controversos critérios que, segundo representantes do governo, o Estado deve adotar para tratar da greve quando se julga que os interesses das sociedade são afetados por ela. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em 2008, que o Estado deve seguir os mesmos parâmetros utilizados para a iniciativa privada (Ministério do Planejamento, 2009).

apresenta ações moleculares e palpita a crítica e a negação da ordem social. Entre as estratégias do capital, a que mais nos interessa neste estudo é a sistematização constante de ações que visam fragmentar, desmobilizar ou tornar invisíveis os subalternos. E para que isso ocorra são mobilizadas tanto as estruturas materiais (Estado, produção, sociedade civil) quanto a própria teoria. Para varrer o ‘adversário’ da cena da luta, o discurso dominante conta com a legitimação da construção científica, ou seja, de um viés epistemológico que justifica e universaliza a visão de mundo burguesa como ‘natural’ e ‘eterna’.

É inegável que nosso tempo viu um novo apogeu das conquistas do capital na chamada década perdida. Nos anos oitenta, enquanto atacavam a legitimidade dos movimentos sociais e seus discursos, as diferentes frações do capital reconstruíam suas relações com o Estado-Nação: promoviam condições para a liberalização das trocas e fluxos financeiros em termos globais, ao mesmo tempo em que buscavam revitalizar os compromissos do Estado como agenciador da nova ofensiva capitalista. Falamos da década em que se colocou na pauta política do capital e de suas instituições o desmonte dos direitos trabalhistas, as privatizações, o corte de gastos públicos nos setores de recomposição da força de trabalho (como saúde, educação e previdência social).

Falamos do momento mais recente no qual o capital busca dar respostas à crise de acumulação que chegou ao seu apogeu na década de 70¹⁰. Tal cenário é bastante conhecido e tem sido objeto de intensos debates, como já dissemos. Números produzidos por entidades governamentais e não-governamentais demonstraram que a intensificação do trabalho, promovida pelas novas tecnologias, bem como o impulso alcançado pelas estratégias de

10- Ver Dias, Antunes, Sosa, Soares e Braga, para diferentes análises sobre a reestruturação produtiva como resposta do capital à sua crise.

especulação financeira e os impactos sociais provocados pelas políticas neoliberais criaram, daí por diante, uma nova agenda para se pensar em mecanismos de concertação política.

Somente o conceito de crise, essa é nossa interpretação, seria capaz de explicar o que aparecia como novidade aos olhos dos que se convenceram de que o capital poderia ser gerido com equidade e justiça social desde que submetido à democracia como valor universal ficando, assim, 'livremente' configurado para se entregar à busca do 'progresso técnico', também tratado como valor universal.

Enquanto alguns teóricos trabalham para o apaziguamento social que lhes parece possível - desde que identificadas as 'novas tendências' da realidade, dentre elas, por exemplo, a liberdade do mercado como a mais 'natural' das expressões de organização do trabalho do homem, considerado como ser abstrato, a-histórico - outros tratam de entender como o capitalismo precisa 'recriar' o trabalho (DIAS, 1998). E aqui situa-se nossa questão de pesquisa. Em tal processo de 'recriação' do trabalho, também tornou-se consenso afirmar que o 'trabalho entrou em crise'. Como nova pauta de produções teóricas e analíticas essa visão do problema fez multiplicarem-se dados demonstrativos das transformações no perfil das ocupações e formas de assalariamento nos últimos anos. Dentre estes dados, a taxa de desemprego e a precarização das ocupações, que assombram tanto os chamados países periféricos como os imperialistas, aparecem como o ponto central a ser gerido pelo capital que, ao atingir níveis elevadíssimos de produtividade, produz também, contraditoriamente, o trabalho supérfluo. Eis aqui a contradição fundadora reposta sobre termos atualizados, que visam resolver as demandas necessárias à sua própria reprodução - ou seja, as demandas relacionadas ao capitalismo enquanto formação social que produz valores de troca e uma sociabilidade, que legitima e produz essa mesma estrutura material. E esta é a contradição fundamental e que precisa ser ocultada para que se realize o modo de produção capitalista. Como

para recriar o trabalho o capital precisa recriar, também, a institucionalidade burguesa¹¹, instituiu-se uma forma de governo das massas pautada numa nova repartição dos compromissos necessários à reprodução da força de trabalho. Nestes, revivendo os princípios básicos do liberalismo econômico, estão em cena o capital, como um todo, e cada indivíduo (cidadão), em particular, o que tornou possível o desmanche do pacto do Estado do Bem-Estar Social.

Nesse sentido é que encontram solo fértil e proliferam as teses em defesa de políticas públicas de inclusão social, da mesma maneira que órgãos não-governamentais reeditam os termos assistencialistas tão organicamente ligados à estrutura de acumulação primitiva do capital nos séculos XVIII e XIX. Passou-se a socializar a responsabilidade pela reprodução do exército industrial de reserva com cada indivíduo isolado - e suficientemente sensibilizado pelos apelos humanitários por uma sociedade organizada por uma solidariedade humana abstrata e idealista - que a eles respondesse com maior aquiescência. Abstração do antagonismo, abstração do capital, abstração da própria política, é isto o que está em jogo na atual conjuntura capitalista.

A política que propõe a gestão solidária dos municípios, aliada à moral da responsabilidade social que costura ações empresariais isoladas junto aos setores considerados excluídos do espaço interno à produção de mercadorias são exemplos das estratégias institucionais que assumem a nova forma da política na atualidade¹². Se a fábrica já não pode subsumir em seu próprio interior o cotidiano de todos os trabalhadores supérfluos¹³, ela deve ir até onde eles estejam:

11- Ver Dias, 1998.

12- Ação estatal: bolsa família, no Brasil, como também as propostas de 'renda garantida', defendidas pelos teóricos do trabalho imaterial, conforme será apresentado no capítulo 3.

13- A noção de trabalho supérfluo está sendo usada aqui no sentido que Tosel a crivou, a partir de uma leitura marxista, no estudo «Centralité et non-centralité du travail ou la

periferias, favelas, centros urbanos, ou seja, nos guetos.

Parece ser cada vez menos legítimo ou possível, sem alguma espécie de mal-estar ou patrulhamento teórico, pensar o processo de produção capitalista em sua dinâmica criadora de mais-valia e poupadora da força de trabalho; criadora, portanto, do trabalho supérfluo e das relações sociais de classe tipicamente capitalistas, ou seja, relações de expropriação, violência e dominação em relação às classes subalternas. Revoluções técnico-científicas, ciclos de crescimento e estagnação, modelos de desenvolvimento: a questão do Estado e da institucionalidade são teorias que indicam as abordagens que ganharam legitimidade e vêm definido, em grandes linhas, o campo dos debates e as escolhas político-estratégicas, neste momento em que a 'transformação do trabalho' pretende irradiar representações sistemáticas das mutações sociais em curso, difundindo a noção de que a sociedade é irredutível a qualquer outra forma de organização que não seja esta que se subsume ao capital.

Esse cenário compõe o campo de questões que nos levou a eleger um aspecto que julgamos necessário para entender o que descrevemos: o de compreender que, a despeito das formas que assume o trabalho hoje - como o impressionante aumento do trabalho informal, que atinge mais de um bilhão de trabalhadores no mundo, a precarização dos empregos, o crescimento de atividades de serviços informacionais, ligadas aos setores não diretamente produtivos, como quer a classificação da economia clássica - a categoria classe precisa ser revisitada à medida que novas periodizações e novas classificações e análises sobre a situação do trabalho aparecem intimamente vinculadas às transformações aqui expostas.

passion des hommes superflus », 1994.

Nosso objetivo, portanto, é investigar o alcance e a natureza que as transformações recentes vêm provocando no processo permanente de recomposição das classes sociais, bem como a relação orgânica entre tal processo e as teorias sociais burguesas. Interessa-nos discutir mais diretamente, em termos teóricos, as raízes materiais e políticas que sustentaram a inflexão criminalizadora da teoria das classes sociais, a ponto de se chegar a uma construção quase unânime de que ela seria inoperante diante das transformações que recompõem a força de trabalho na atualidade. Ou, dizendo de outra maneira, as perguntas que nos guiam podem ser assim elaboradas: 1) qual o conteúdo político das teorias que relacionam direta e mecanicamente, à emergência de um novo perfil de trabalhadores, a partir das mudanças tecnológicas e organizacionais mais recentes, o esgotamento da teoria das classes sociais? 2) Pode-se afirmar que esse procedimento transformou-se em estratégia importante para a ocultação das contradições da sociedade capitalista aos olhos das classes subalternas? 3) Finalmente, queremos saber se é possível perceber aspectos da reestruturação atual do capital concebendo-a como reconfiguração das forças políticas entre as classes sociais, ou que elas colocam em movimento, redefinindo, assim, suas relações de poder em todas as instâncias da vida social.

Mas, se para certo tipo de ‘filósofos e cientistas’ a falta de conceitos explica a inevitabilidade e a ‘naturalidade’ da ordem, para outros, ao contrário, a realidade é a ‘realidade pensada’ por meio de categorias de análise que se atualizam e são escolhidas de forma deliberada para demarcar o campo de visão do observador ou do próprio sujeito que se conhece enquanto tal. Assim, conforme Dias (1998, p. 48),

“A crise geral das décadas de 70 e 80 rompeu o compromisso do Welfare State. Para fazer frente a essa crise o capitalismo articula e põe em cena uma dupla solução: o neoliberalismo e a reestruturação produtiva. Estas duas estratégias constituem uma mesma processualidade. O capitalismo, “superados” os principais obstáculos à sua continuidade, entre eles o desmonte objetivo dos estados “socialistas”, coloca em questão o chamado bem-estar

social. Os capitalistas, “liberam-se” de todo e qualquer compromisso com a satisfação das necessidades reais da população e da ampliação da cidadania. Para tal, levaram a extremos a idéia de liberdade do mercado”.

Como se pode notar, e com base em outras observações de Dias, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva promovem uma ofensiva que, ao acirrar a crise dos movimentos dos trabalhadores, seus partidos, sindicatos e organizações populares, permite à classe capitalista propugnar a ingovernabilidade diante das reivindicações populares e firmar estratégias no sentido de desatar condições que dificultam a acumulação (DIAS, 1998, p. 49).

Parece fundamental e urgente, dada a força da própria realidade, que trabalhemos no sentido de: reiterar a dimensão da totalidade já que as classes dominantes constroem a aparência de fragmentação; reafirmar a dinâmica da produção do valor e sua vitalidade nos marcos contemporâneos, nos quais a burguesia decreta o fim da relação contraditória entre capital e trabalho; e, finalmente, mostrar a necessidade de decifrarmos o enigma da dominação e sua feição histórica, onde a mesma burguesia procura fazer da idéia de uma ‘natureza’ humana abstrata e universal, a tábula rasa, o princípio fundador das formas de organização jurídicas da sociedade.

Nessa direção entendemos que a noção de classes sociais traz a dimensão política como dimensão fundamental para a análise das transformações atuais na composição da força de trabalho e de suas expressões organizativas, permitindo tanto o confronto (de ordem política e epistemológica) com as categorias economicistas quanto novas rearticulações entre teoria e prática. A oportunidade de revisitar a noção de classes parece ser, dessa forma, um exercício político importante, na medida em que ela nos obriga a por em questão tudo o quanto o pensamento dominante vem propondo: da desarticulação à fragmentação das campanhas de resistência e de suas várias formas de expressão à reafirmação do capitalismo como único horizonte histórico porquê natural e inexorável.

Resgatar a noção de classe social conduz, ainda, ao reconhecimento da possibilidade de se alinhar uma perspectiva de totalidade que seja capaz de demonstrar os elos históricos que ligam todas as lutas e formas de resistência das classes subalternas. Se tais vínculos não são tão visíveis isso se deve ao fato de que sua ocultação é condição fundamental do processo de valorização capitalista. O capital precisa organizar, sob aparência de harmonização, de possibilidade de conciliação, de apaziguamento a contradição irreconciliável entre os sujeitos antagonistas e seus lugares na estrutura social. É a noção marxista de classe social que permite dar visibilidade a essa condição da reprodução das relações sociais capitalistas. A noção marxista de classes e suas lutas enquanto motor da história embasa a perspectiva revolucionária enquanto aquela que justifica a construção de possíveis saberes da realidade. Saberes que se comportam como possibilidades de decifração das formas pelas quais se atualizam as estruturas de dominação no decorrer da construção de conjunturas determinadas.

Portanto, recoloca-se a questão de como uma leitura que faça a crítica ideológica a tais 'saberes' pode contribuir para revelar as bases sobre as quais se assenta o capitalismo atual; as bases que sustentam formas renovadas de consentimento e coerção necessárias à reprodução de práticas imperialistas e de reprodução do capital. Resta dizer que a pertinência da análise classista acompanha a produção teórica ligada aos interesses de construção de um projeto social por parte das classes subalternas e é expressão estrutural da própria materialidade das relações sociais antagonistas que caracterizam o capitalismo.

Não propomos um novo problema para análise nem no tempo, nem na história. A esse respeito basta mencionar Basso (1983) como autor que analisa momentos históricos durante os quais a perspectiva revolucionária sucumbiu diante das respostas do capital aos desafios da luta entre as classes. O caráter da social-democracia, afirma o autor, desvela-se justamente como institucionalidade apropriada e legitimada por teóricos e partidos de esquerda quando se vêem diante da manifestação das massas.

Diluir teoricamente a noção de classes, como é mister às teorias burguesas, conduz, como a história tem ilustrado, à diluição objetiva da perspectiva revolucionária, ou seja, na dinâmica de construção e atualização dos saberes e da visão de mundo das classes dominantes, bem como de suas estratégias de reprodução das estruturas de dominação que promovem a fragmentação da visão de mundo e das práticas cotidianas das classes subalternas.

ii. Fetichismo e luta de classes: da crítica ao saber dominante à noção de hegemonia em Gramsci

No plano teórico, as últimas décadas também caracterizaram uma grande dificuldade em se demarcar as rupturas epistemológicas necessárias para a compreensão crítica das mutações sociais. Reflexo disso parece ter sido a condenação da pesquisa social ao mero levantamento dos aspectos materiais e ideológicos que emergem sob o signo da chamada 'acumulação flexível'¹⁴. A tônica das análises sobre a nova conjuntura é dada pela tentativa de caracterizar as transformações no regime de acumulação sob a hegemonia ou preeminência do capital financeiro, resguardadas pela lógica disparatada da concorrência entre pólos econômicos aglutinados a partir da estratégia neoliberal (garantindo as condições absolutamente desiguais entre países pobres e ricos). Mas, poucas análises rompem a fronteira fenomênica das transformações promovidas nas três

14- Ver. "Sindicalismo no ABC Paulista: reestruturação produtiva e parceria", de José de Lima Soares, 1998. Nessa obra o autor passa a limpo imenso material bibliográfico sobre a crise do taylorismo e do fordismo, deixando evidente a preeminência das interpretações empíricas sobre as mudanças.

últimas décadas - em que mudanças nas relações de trabalho, desde os conteúdos operacionais até as formas mais amplas de organização da cooperação produtiva- apontadas como indicadores da ruptura em relação à era moderna e conseqüente emergência de uma 'pós-modernidade'.

Nesse mesmo contexto, observa Sallum (2005), a teoria marxista sofreu um grande enfraquecimento no que diz respeito ao vínculo que propõe entre política e análise de classe e tomaram força as teses que afirmam a perda de importância do proletariado como 'ator coletivo' nos protestos em cena. Tanto a redução relativa do operário industrial quanto o crescimento de novos tipos de ocupações, que estariam numa escala intermediária entre trabalhadores manuais e capitalistas, lembra o autor, já traziam, desde a década de 70, uma gama de questões teóricas que foram muito dificilmente enfrentadas pela maior parte dos autores marxistas¹⁵. A noção de classes perderia importância nas análises sociais na medida em que o proletariado teria perdido a força teórica enquanto sujeito histórico que daria direção aos movimentos coletivos. Segundo o autor,

“Na literatura acadêmica predominam as teses de que as formas contemporâneas de protesto coletivo não são explicáveis pela dinâmica da luta de classes e de que, na sociedade atual, o proletariado perdeu importância como ator coletivo e, mais ainda, como sujeito histórico” (SALLUM, 2005, p. 2).

Do ponto de vista das teorias dominantes, que partem do suposto do

15- Prossegue o autor: “A teoria social marxista foi mal sucedida, especialmente, em lidar com o impacto desses fenômenos sobre a conexão esperada entre classe e política. Uma das questões a enfrentar aqui, a menor delas, era a de “ajustar” a emergência das “camadas intermediárias” à proposição, usual na tradição marxista, de que a estrutura social tenderia a simplificar-se com o desenvolvimento capitalista. A outra questão, mais importante, era incorporar o novo fenômeno ao quadro de referencia político da teoria, quadro polarizado pela burguesia e pelo proletariado e que atribuía a esse último o papel de direção na luta pelo socialismo, o papel de sujeito histórico” (SALLUM, 2005, p. 12).

vigente como o único possível, a maior parte dos esforços teóricos parece corroborar as teses que condenam o aporte marxista a um relâmpago cuja intensidade já não merece maiores considerações. Ao mesmo tempo, a democracia burguesa e suas estruturas de poder no jogo parlamentar promoveram ataque frontal contra a teoria revolucionária, que recuou flagrantemente diante da força alcançada pelas estratégias de governo neoliberais e do desmonte do estado do bem-estar social e incorporação das direções dos subalternos.

As implicações dos argumentos que aprofundam a noção da crise do marxismo e suas categorias de análise são radicais, sobretudo na dimensão política. Para Tude de Souza, elas buscam promover uma “imobilização aparente da efetividade histórica do marxismo como ciência revolucionária, isto é, como filosofia da práxis, separando-o, portanto, da experiência e da plasticidade próprias ao movimento operário” (SOUZA apud BRAGA, 1997, p. 17). Nesse sentido, sua propagação é a contrapartida e a condição necessária para a articulação discursiva da visão de mundo burguesa nos tempos atuais. Ao trabalhar no sentido de banir, para usar uma expressão de DIAS (2006), a efetividade da relação antagônica entre capital e trabalho, bem como o socialismo do horizonte revolucionário das classes subalternas, a luta antagônica entre capital e trabalho cria bases para uma sociabilidade adequada aos rearranjos neoliberais e à reinvestida das bases da acumulação.

Mas, qual a relação entre essa situação política e a composição dos trabalhadores?

Para os que viram nos chamados anos do ‘círculo virtuoso do capital’ (1945 /1970) um período que alcançou o máximo de eficiência instrumental na tarefa de promover a conciliação entre capital e trabalho, o vulto das inovações tecnológicas e a anatomia da financeirização, bastaram para dar boas vindas à noção de crise. Para estes, seduzidos pela impressão de que seria possível

manter *ad eternum* os compromissos necessários para equilíbrio ou congelamento das contradições classistas (pela via do Estado do bem-estar social) a maior promessa dos ‘anos de ouro’ da acumulação somente podia ser a do seu próprio prolongamento.

Mas, como tudo revelou-se transitório iniciou-se a jornada pelo reconhecimento ‘científico’ do tecido social que se recompunha. A condição necessária (para os teóricos da burguesia) dessa empreitada foi a valorização da noção de crise. Crise do trabalho, crise do movimento operário, crise da produtividade, crise do socialismo (já que se deu a queda dos regimes socialistas do Leste Europeu e da URSS) e, conseqüentemente, a crise da noção de classe social (categoria teórica e político-estratégica) e dos antagonismos que ela implica. Diagnosticada e eleita como questão chave das transformações contemporâneas, a crise da noção dos antagonismos entre capital e trabalho foi vivificada e potencializada enquanto cumpria-lhe reeditar um mecanismo fundamental das teorias burguesas da sociedade: o que trata das análises da natureza das crises, procurando explicitar os processos de mudança ao mesmo tempo em que faz prognósticos e traça estratégias de conservação daquilo que lhes é fundamental, da reprodução das classes sociais, das relações de produção tipicamente capitalistas.

Nesse cenário a perspectiva da contradição entre as classes foi expulsa para planos subterrâneos de análise pelos teóricos reformistas enquanto os conservadores afirmaram a falácia da supremacia da ordem burguesa. Grande parte das intervenções acadêmicas, afirma Tude de Souza, “incorporaram (acriticamente) um vasto conjunto de categorias de análise (e pressupostos) extraídos das entranhas da(s) teoria(s) burguesa(s) do progresso técnico” (SOUZA apud BRAGA, 1997, p. 18).

O próprio pensamento das esquerdas¹⁶ foi seduzido pelas teses do industrialismo ou do pós-industrialismo. Já não é novidade que intelectuais, antes enfileirados em correntes de pensamento da esquerda, passaram a compactuar com teses que procuram dissolver as classes na noção de indivíduo e cidadania. Para estes, as contradições passam a ser entendidas como meros conflitos. Economia, tecnologia e mercado formam o tripé que sustenta o giro à direita dos que se põem a bradar a inviabilidade ou a irracionalidade de se pensar em construir um horizonte revolucionário. Ora, admitindo-se que esse horizonte seja mera falácia, trabalha-se, conseqüentemente, na criação das condições adequadas para a acomodação política entre capital e trabalho.

As análises dos teóricos do trabalho imaterial¹⁷, realizadas por Antonio

16- Ver Edmundo Dias. «Política brasileira: embate de projetos hegemônicos». 2006. Na introdução o autor dedica passagem para discutir os limites (histórico-concretos) do pensamento das esquerdas. Discute desde o papel dramático que o aborto da revolução russa causou no imaginário das classes trabalhadoras de todo o mundo até drástica redução das diferenças internas ao Partido Bolchevique, com a conseqüente eliminação da rica gama de debates internos ao partido e a imposição de um corpo teórico economicista e dogmático que, ao sustentar a tese antimarxista do socialismo num só país, bancou a burocratização do movimento comunista e a própria restauração do capitalismo pela via do taylorismo e NEP. Ver também o trabalho de Ruy Braga, «A nostalgia do fordismo», Xamã, 2003, no qual analisa a trajetória da Escola da Regulação que indica as mudanças no seu programa de pesquisas que culminam numa postura de acomodação diante de uma pretensa inevitabilidade do capitalismo.

17- Apenas a título de antecipação do conceito de trabalho imaterial, Lessa afirma: “O que é, exatamente, a imaterialidade do trabalho? O trabalho imaterial se caracterizaria, segundo nossos autores, pela extensão – análoga à difusão do poder a toda a sociedade – da produção a todo o tecido social. Denominam esta difusão de “desterritorialização” (COCCO, 2000, p. 86). Assim como a identidade capital/totalidade social levou ao desaparecimento do locus do poder, teria também levado ao desaparecimento do locus da produção, a fábrica. Tal como o poder passou a ser o poder em sociedade, a produção passou a ser realizada em todas as relações sociais. A desterritorialização do poder é irmã gêmea da desterritorialização da produção e, se com ela desaparece o confronto entre distintos loci de poder (a burguesia e o proletariado, por exemplo), também desaparece a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, entre classe produtora da riqueza e as outras classes parasitárias etc. todos os indivíduos – e todas as relações

Negri, M. Hardt. M. Lazzarato, por sua vez, figuram como ponto de intenso debate em torno de questões como subjetividade, tempo de trabalho e trabalho intelectual. Para os autores, como veremos mais adiante, estaríamos adentrando em uma nova era forjada por um movimento político de recusa aos padrões keynesianos-fordista-taylorista por parte dos trabalhadores. Recusando-se a aceitar o intenso grau de expropriação e exploração, acometidos pela idéia da fuga do trabalho, não deixaram alternativa aos capitalistas que não promoverem a reestruturação tecnológica e organizacional necessária para substituí-los nos processos produtivos. O estilo comunista de vida seria, assim, um resultado lógico que acabou por emergir das próprias entranhas do capitalismo (LESSA, 2005). O horizonte revolucionário, portanto, não será mais alcançado por meio de rupturas, muito pelo contrário, ele é a explicitação histórica da autonomia operária que ‘inventou’, por sua vez, o trabalho imaterial como suporte da nova sociabilidade comunista. Entre a gestação e seu pleno desenvolvimento, o trabalho de parto dessa nova sociabilidade dispensa a efetividade da luta entre as classes.

De outro ponto de vista, sintetizando as principais abordagens que julga responsáveis pelo “declínio da esquerda revolucionária”, Petras (1995) demonstra o modo de pensar dos ‘estruturalistas’ para os quais o fracasso dos movimentos socialistas deve-se à sua resistência em integrar a economia de mercado mundial. Em razão da superioridade das estruturas capitalistas globais, em desenvolver suas forças produtivas, estariam condenadas ao atraso todas as economias nacionais que não se submetessem às suas regras de desenvolvimento. Portanto,

sociais – seriam igualmente produtivos (...)a identidade absoluta entre capital e sociedade tornaria produtivos todos os indivíduos e todas as suas atividades. Com o que, segundo eles, estaria superada a alienação (...) Primeiro porque superada a distinção entre produção e consumo, superar-se-ia a distinção entre produção e fruição. Segundo, porque, sendo tudo igualmente produtivo, não haveria mais a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual” (LESSA, 2005, p. 41-42).

ele afirma, existe uma interpretação segundo a qual, de que “a crise do socialismo desenvolveu-se em torno da contradição entre economias socialistas estagnadas e oportunidades de crescimento das forças produtivas através da abertura ao mercado” (PETRAS, 1995, p. 13).

Tal relação é balizada pelo substrato teórico que a informa: o economicismo - noção “segundo a qual o que é decisivo na passagem de uma forma de sociedade a outra, a “mola propulsora” da transição, é o desenvolvimento das forças produtivas materiais” (TURCHETTO, 2005, p. 7), apagando do exercício do pensamento toda aderência com a realidade imediata das diferentes formações sociais. O economicismo procede de modo a identificar mecanicamente a noção de forças produtivas com a de tecnologia (DIAS, 2006) conseguindo reduzir, assim, o modo de produção capitalista a um mero sistema produtor de mercadorias. Conseqüentemente, as classes sociais perdem sua importância como protagonistas históricos¹⁸ enquanto o primado das forças produtivas, da produção e do progresso técnico converte-se em estratégia de colaboração de classes. Isso acontece porque as forças sociais do trabalho aparecem como propriedades objetivas, inerentes ao capital, já que o que aparece aos olhos do observador - cujo olhar é comprometido por seus interesses de classe - é a coincidência histórica entre capitalismo e industrialismo. O deslocamento desse olhar característico da econômica política burguesa foi realizado por Marx e pode ser exemplificado na seguinte passagem:

“A transposição das forças produtivas sociais do trabalho em propriedades objetivas do capital, ganhou a tal ponto terreno na imaginação que as vantagens da maquinaria, da aplicação da ciência, etc., se concebem nesta forma alienada como forma necessária e portanto tudo isto como propriedade do capital. O que

18- Ver Maria Turchetto, As características específicas da transição ao comunismo. In: Marcio Naves (org.) Análise marxista e sociedade de transição, 2005.

aqui serve de base é: 1) a forma sob a qual se apresenta a questão, com base na produção capitalista e, portanto, também na consciência daqueles que nela estão implicados; 2) o fato histórico de que pela primeira vez e diversamente dos modos de produção anteriores, este desenvolvimento tem lugar no modo de produção capitalista, pelo qual o caráter antitético deste desenvolvimento parece imanente ao mesmo” (MARX, 1985, p. 131).

Mas, antes de aprofundarmos essa questão, é importante deixar claro, que as teorias burguesas sobre o momento atual do capitalismo constituem-se elas próprias, em objeto de nossa análise crítico-ideológica a partir do momento em que aparecem como expressões teóricas do fetichismo que se constitui e ganha eficácia enquanto condição e produto, resultado e premissa do modo de produção capitalista (e de domínio burguês). E essa é nossa hipótese central: ao corporificar uma tendência real de recomposição técnica das classes trabalhadoras, o tema do ‘novo terciário’ vem se constituindo num suporte para análises legitimadoras da nova conjuntura capitalista. Contudo, a questão não se esgota aqui; ela vai bem além. Na medida em que as mudanças inauguradas pelo processo de reestruturação capitalista não modificam somente a dimensão temporal dos processos materiais, mas reinstauram novas linguagens e relações de poder no âmbito da divisão internacional do trabalho e suas estruturas políticas, um dos mais importantes aspectos a ser considerado é o fato de que os serviços atualizam o caráter fetichista da mercadoria¹⁹. Isso porque esse processo de transformação tem como face mais destacada pelas análises convencionais o fato de atribuir nova roupagem ao processo permanente de ramificação das atividades voltadas para a formação, qualificação, saúde, enfim, as que se definem e aparecem enquanto suportes de formas de reprodução social ou de novos modos de vida que emergem no momento atual do capitalismo. Para alguns, mais do que

19- Ver autores que tratam do caráter ‘mercadoria’ da informação, dentre eles Bolaño. A questão do fetichismo é central para estes autores informados, por sua vez, pelo aporte teórico de Sohn Rethel.

nova roupagem a reestruturação produtiva atual não poderia ser dissociada de sua intenção de atribuir o fim das contradições classistas à nova ordem 'pós-industrial' ou dos 'serviços' à medida que ela intensifica a divisão técnica do trabalho e revigora as bases do fetichismo, como é próprio à dinâmica capitalista.

Aparecendo como momento do processo de socialização do trabalho, que pretende apenas reproduzir o processo reprodução das classes²⁰, a dimensão assumida pelo 'novo terciário' hoje não é mais do que expressão renovada da luta entre as classes sociais. Ele aparece como materialização da sofisticação e da extrema complexidade alcançada pelas relações contraditórias entre os sujeitos que modela a própria relação orgânica entre as frações do capital; ele se apresenta, nada mais nada menos, do que como verdadeira 'barricada teórica' a impedir o desmonte do fetiche central da nova ordem capitalista mundial: o de que trabalho, inovação e cidadania possam ser conceitos construtivos e constitutivos de uma era que consiga administrar racional e harmonicamente os efeitos da produção; e, é bom enfatizar, a produção não pode e nem deve ser vista como produção de mais-valor. Sob o neoliberalismo, a ampliação do fetiche de que na esfera privada todos podem ser portadores das condições de sua própria emancipação econômica é condição fundamental para que se dê um passo à frente no processo de incorporação do trabalho vivo pelo trabalho morto. E esta é a noção norteadora dos discursos sobre as classes médias ou o sobre as características do setor de serviços, do ponto de vista das teorias burguesas. Por serem potencialmente portadoras de novas subjetividades, criariam novas condições para a mobilidade social, quando não trariam em si mesmas, de modo mecânico, as condições para a emancipação do trabalhador (cidadão). De modo que as novas periodizações, como a da emergência da 'sociedade do

20- Marx, Capítulo VI, Inédito de O Capital.

conhecimento' - fundadoras de novas roupagens que ocultam (ou naturalizam) as estratégias atuais de expropriação do saber e do trabalho operário em suas versões contemporâneas -, têm uma eficácia ideológica²¹.

Sob a aparente neutralidade e objetividade das Ciências Sociais, essas mudanças têm sido interpretadas por explicações que reeditam os termos originais da problemática positivista burguesa e da economia política clássica. A construção do nosso objeto de estudo deu-se sob o signo dessas formulações e contra elas pretende firmar-se.

O advento de abordagens que anunciam a chegada de novos paradigmas sociais não é novo. Pelo contrário, a própria constituição da Sociologia, enquanto campo de análise, é devedora do reconhecimento da noção de crise. Krishan Kumar, em certa medida, confirma isso quando trata criticamente do conceito de sociedade de informação. Para ele,

“o conceito de sociedade de informação ajusta-se bem à tradição liberal, progressivista, do pensamento ocidental. Mantém a fé do Iluminismo na racionalidade e no progresso. Seus atuais expoentes pertencem, em geral, ao centro do espectro ideológico. Na medida em que o conhecimento e seu acúmulo são equiparados à maior eficiência e maior liberdade, essa opinião, a despeito de seus pronunciamentos favoráveis a uma mudança radical na organização social, dá prosseguimento à linha de pensamento iniciada por Saint-Simon, Comte e os positivistas” (KUMAR, 1997, p. 15).

Nossa análise estará comprometida, então, com a premissa de que sob o discurso científico legitima-se mais um momento da ofensiva conservadora do capital condensada sob formas renovadas de organização, gestão e

21- A. D. Magaline, “Lutte de classes et dévalorisation du capital. Contribution de la critique du révisionisme”, 1977. Ver conjunto da obra de Gramsci, também. Destes autores apreendemos a perspectiva de que apreender a luta de classes no terreno da luta teórica sempre é designar, necessariamente, os deslocamentos e as atualizações das suas formas concretas de luta.

materialização das relações sociais nas tecnologias (ou nas ‘coisas’).

Portanto, julgamos que tais discursos não apenas interpretam as mudanças, mas são, ao mesmo tempo articuladores dessa mesma realidade ou da própria cena histórica. Trabalharemos nossa interpretação a partir do pressuposto epistemológico de que a teoria social e a política burguesa assumem para si a prerrogativa de inaugurar um cenário radicalmente novo que viria a ser produto das transformações ocorridas no chamado ‘mundo do trabalho’. Transformações cujo ápice estaria na configuração da chamada ‘nova ordem global’.

Essa tarefa é de grande relevância na conjuntura atual em que o socialismo e as práticas de solidariedade de classe são atacados enquanto referências internacionais aos trabalhadores. A guerra declarada contra os direitos sociais conquistados, a criminalização da luta na produção - ou fora dela, como algo que coloca limites à reprodução do capitalismo- têm como estratégia fundamental a recomposição do perfil dos intelectuais que, para a ordem, deverão criar as condições para que os conflitos sejam amortecidos ou atenuados. Educação, saúde, políticas públicas são função direta da necessidade de destruir a idéia de antagonismo. Ora, desde Marx, na Ideologia Alemã, temos que as idéias dominantes são as idéias das classes dominantes, alcançando o horizonte ideológico de todas as demais classes e para tanto o papel dos intelectuais é fundamental.

“As idéias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe União Européia é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida

em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e a distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias, sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes de uma época" (MARX, 1986, p. 72).

Pelo que tem sido exposto, pode-se depreender que estamos distante da noção da ideologia como falsa consciência ou instrumento de manipulação das grandes massas pretensamente ignorantes sobre os mecanismos pelos quais o capital se faz dominante. Tampouco podemos admitir a noção de ideologia como produto mecânico ou casual que se depreende da infra-estrutura, dos processos econômicos que precisam ser justificados. Ela não é expressão imediata das relações de produção, ou autojustificação, nem mesmo produto direto dos interesses de uma classe.

A ideologia é, antes de tudo, a própria forma da consciência social de uma época e de como tal consciência produz, ao mesmo tempo em que é sua prisioneira, relações sociais de produção. Sendo assim, o jogo político entre as classes - a luta entre os que possuem ou não possuem os meios de produção, entre os que possuem ou não o controle das formas institucionais mais amplas - passa, necessariamente, pela articulação dos projetos de classe. Passa, portanto, pelo campo das visões de mundo e dos mecanismos que buscam fazer dos interesses da classe dominante, interesses universais. Tal como no Cubo de Rubik, o jogo de interesses envolve a adequação permanente entre a posse dos meios de produção, a ocultação desse fato e a neutralização da visão de mundo das classes subalternas, de maneira que a própria aparência criada por essas relações, a partir das abstrações fundamentais que permitem a reprodução do valor, não é mera falácia produzida em gabinete com o propósito consciente de iludir as classes subalternas. A tragédia central, pelo contrário, é que a aparência da igualdade contratual, para ficar num aspecto decisivo que garante a universalização da troca, se faz verdade no cotidiano dos subalternos

(RODRIGUES, 2007, p. 3) enquanto os separa no mercado, transforma-os em mercadoria fundamental para a produção do valor e subsume sua subjetividade que passa a servir de alimento ao processo de reprodução. Mas, como isso acontece? Aspectos fundamentais acerca do movimento de recomposição das classes sob a vigência do capitalismo operam no campo da abstração das manifestações contraditórias das lutas sociais e... para isso servem os intelectuais!

Ao mesmo tempo em que fazemos tais afirmações reconhecemos que também se coloca de modo decisivo o nosso limite enquanto seres históricos no mundo; somos produto e produtores da nossa própria história. Mesmo com ciência desse limite, pretendemos enfrentar o problema da recomposição das classes (capital e trabalho em seu caráter contraditório), neste momento em que novas tecnologias informacionais e comunicacionais permitem a alavancagem do capital produto de juros e reinauguram a utopia individualista da sociedade burguesa primeva. A crítica marxista é válida, é necessária e é condição para a retomada dos projetos revolucionários. A luta de classes é o marco teórico fundamental para se pensar na superação das várias formas de degradação da vida no mundo atual entendidas como produto do capital e não como o resultado de uma regulação ineficiente ou anacrônica diante dos desafios do progresso.

É nesse mesmo contexto ideológico que se faz necessário reiterar a presença e o papel das classes sociais em luta e de sua importância na conformação das estruturas globais e das representações de democracia e de cidadania que elas comportam (PETRAS, 1995). No desenrolar desse confronto é que se impõe uma certa visão da esquerda revolucionária que se consagra, temporariamente, como 'produto das relações de poder' historicamente constituídas: o acordo geral sobre a derrocada do pensamento revolucionário, do qual resultou a reedição histórica do processo inerente ao capitalismo que busca permanentemente minar a materialidade e a legitimidade dos projetos políticos antagônicos, à visão de mundo burguesa.

Este trabalho pretende fazer parte desse processo de desconstrução epistemológica. Para isso a crítica às ideologias é de fundamental importância. A compreensão da realidade, diríamos com base em Gramsci, precisa ser feita a partir não só das práticas, mas também dos discursos do sujeitos em cena porque são, simplesmente, indissociáveis. Por meio deles é que os projetos classistas ganham força de armas de guerra, de estratégias de incorporação das classes subalternas ou de ampliação do leque de resistência. Decifrá-los é condição fundamental para a reconstrução de um projeto que se oponha ao capital.

“É preciso pensar o real a partir da reflexão das práticas e dos discursos dos dominados e das ideologias dominantes buscando a superação destas e a construção do campo hegemônico daquelas (...) Pensar a política significa, em última instância, pensar em para quem e com qual projeto. Como toda e qualquer reflexão sobre a totalidade, não há neutralidade possível” (DIAS, 2006, p. 21-22).

Mas é preciso ir além. E para tanto, em grandes linhas, nossa leitura das ideologias contemporâneas é devedora das análises críticas ao revisionsismo e ao economicismo em sua versão contemporânea²². Dentre elas a de Magaline (1977) que, ao criticar as posturas deterministas e economicistas sobre a autonomização das forças produtivas, retoma de Marx a noção de que as forças produtivas resultam da materialização de relações de produção antagônicas e designam a eficácia das relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas na apropriação social da natureza. Como diz o autor,

“Não é possível separar (...) o que é relação de produção e o que são forças produtivas. Só a análise guiada pela experiência das lutas da classe explorada permite estabelecer o caráter duplo do conjunto das relações contraditórias que regem o processo de produção e de reprodução” (MAGALINE, 1977, p. 56).

22- Ver Gramsci e Magaline.

Portanto, nossa crítica seria parcial se não abrangesse o quadro de análise de conjunto a partir do qual a ideologia ganha eficácia. Nelas, atualmente, as teorias do progresso técnico, a autonomização das estruturas de domínio impulsionada pelo discurso alicerçado no mercado e na ordem liberal, ganham caráter orgânico e reúnem intelectuais da ‘nova ordem’ sob o crivo de categorias que se atualizam.

Mas é na concepção de Gramsci de hegemonia que sustentamos nosso exercício de análise. Como lembra Dias (2006), toda a análise de Gramsci é construída na compreensão de que a luta de classes se dá, também, no campo das ideologias. Entendendo o liberalismo como ideologia da maturidade da burguesia, ele procura desvendar seus mecanismos lógicos, seus sistemas de explicação de mundo e traz esse desafio para o campo privilegiado da política, entendida como luta contra as práticas e contra as ideologias. A superação do projeto civilizatório burguês não é possível sem que se demonstre criticamente sua teoria ou projeto de mundo em relação ao qual os demais projetos alternativos precisam situar-se (DIAS, 2006).

Para Gramsci, portanto, o embate hegemônico é o *locus* privilegiado, o campo no interior do qual as ideologias confrontam-se e é exatamente nesse momento/lugar que é possível transpor o horizonte-limite imposto pela *civiltà* burguesa. “Horizonte-limite no qual e contra o qual as classes subalternas, nacional e internacionalmente, têm que exercer sua cotidianidade e, a um só tempo, lutar para superá-la” (DIAS, 2006, p. 30 -31).

É nesse sentido que nos voltamos aos discursos acadêmicos, ou que se propõem científicos, sobre o processo de recomposição das classes sociais na atualidade. A partir de Gramsci, podemos considerá-los estratégicos no que se refere à reafirmação da visão de mundo necessária à reprodução do capital. Sua grande maioria está voltada para a reafirmação de que a compreensão dos movimentos históricos a partir da efetividade da luta de classes é inviável na atual

conjuntura.

Nossa intenção é clara. Ela parte do pressuposto de que o capitalismo atualiza constantemente suas formas de dominação ao mesmo tempo em que as estratégias de resistência e de retomada de projetos sociais alternativos são permanentemente recompostas. Se o campo da luta, da política, do embate real e cotidiano - no qual se enfrentam as figuras históricas dominantes de determinada conjuntura - é atualizado sistematicamente, é preciso que se atualizem, também, as condições de inteligibilidade para que se ultrapasse o terreno econômico-corporativo²³ como fronteira ideológica das classes subalternas.

Porém, intelectuais da atualidade parecem contentar-se em compor fórmulas alusivas que não se remetem às novas formas de exploração e de dominação próprias às novas relações sociais materiais ou simbólicas, com isso hipostasiando sua própria terminologia (VAKALOULIS, 1994) - sobretudo quanto à própria possibilidade de superação da ordem capitalista - na mesma medida em que soterram as armas teóricas das classes subalternas, cujas dificuldades para sistematizar sua visão de mundo torna-se um imenso obstáculo a ser superado. Ao capital basta reproduzir as condições de vida e atualizá-las para que o exercício do poder se torne efetivo. Basta formar as fileiras militares, reproduzir sua visão de mundo nas instituições culturais, lutar de modo desigual, com toda a

23- Segundo De Giovanni «o conceito de econômico-corporativo tem, em Gramsci, uma posição estratégica. Ele aparece em vários pontos dos *Cadernos* para representar e descrever situações bastante diferentes entre si: aparece como obstáculo à constituição de uma vontade nacional-popular na história italiana, como sinal de uma agregação restrita de interesses imediatos a serem superados na unidade política de um partido, e, em geral, como indicativo de uma situação na qual a escassez dos elementos superestruturais (de consciência, de cultura, de política, de hegemonia) corresponde o domínio imediato de uma situação estrutural, elementar, restrita, incapaz de expansão» <http://www.acessa.com/gramsci/?Page=visualizar&id=640> (acessado em janeiro de 2009).

vantagem possível em relação aos subalternos, aos quais são legados o peso da sobrevivência no cotidiano e todos os interditos possíveis no sentido de formar seus próprios dirigentes²⁴.

Ao mesmo tempo, no plano da ação imediata, naquele das respostas dos trabalhadores organizados às reestruturações em curso, evidencia-se um recuo flagrante ao plano econômico-corporativo. As organizações que historicamente representam os trabalhadores passaram a atuar sob a lógica do capital, tornando-se, em sua maioria, subordinadas ideologicamente a ela, uma vez que a defesa do emprego tornou-se, em seu horizonte de conflitos, a única possibilidade concreta de ação. A chamada crise do marxismo, idéia que propaga a concepção de fracasso do socialismo, foi, fundamentalmente, produto e condição necessária para que a legitimação da 'nova ordem' se constituísse numa estratégia teórica voltada para o pleno domínio do capital e para reformismo dos setores majoritários da esquerda.

A noção de hegemonia permite que percebamos, de modo crítico e dialeticamente negativo, o manto cientificista que encobre aspectos fundamentais acerca do movimento de recomposição das classes na vigência do capitalismo. Tal noção permite, ainda, que seja identificado o modo pelo qual ele opera no sentido de criar campos da abstração das manifestações contraditórias das lutas sociais. Portanto, acreditamos que

“Pensarmos o embate hegemônico entre as ideologias que norteiam os campos da luta permite-nos perceber como se manifestam esses projetos classistas as subjetividades que os sustentam e lhes dão sentido e direção, como esses dois grandes exércitos classistas se movem, se estruturam, estabelecem seus planos de guerra. Enfim, como suas direções se movem e buscam determinar o comportamento dos antagonistas. Isto significa como

24- Ver Dias, op cit.

intervir na política, construir a nova sociabilidade (socialista) ou reforçar suas fortalezas e casamatas (capitalistas). A história é incompatível com a ingenuidade. Isto não significa que os que intervêm nesse processo tenham plena clarividência, mas que se pode aprender com os erros e acertos nossos e dos outros. A categoria dos intelectuais, que na literatura socialista, foi sempre identificada como “direção”, é decisiva nesse processo” (DIAS, 2006, p. 60).

A produção teórico-sociológica burguesa pode ser examinada, assim, como construção política que pretende interferir/desorganizar na/a visão de mundo das classes subalternas. Ao apresentar o ‘científico’, o ‘neutro’ ou ‘objetivo’ como natural, como inexorável o economicismo tudo reduz ao presente. O determinismo, por sua vez, impede o olhar de mapear a singularidade das formas políticas nas situações concretas ou formações históricas específicas tal como Marx o fez.

Neste estudo procuraremos investigar esse problema analisando algumas dimensões que atualizam as condições de produção do valor. Ao mesmo tempo rerepresentaremos algumas das análises realizadas pelas Ciências Sociais no decorrer do século XX sobre as grandes tendências de transformação da sociedade atual, na medida em que o desenvolvimento dos seus nexos teóricos está profundamente articulado aos próprios desdobramentos da história da luta de classes. Nesse debate - que compõe o leque da produção que se pretende científica e que ora se apresenta como análise da composição do capital e da força de trabalho na conjuntura atual, ora como apologia da ordem pós-industrial - estão presentes os elementos que se constituem enquanto pilares das estratégias de passivização que marcaram o século XX, cujas expressões apresentam-se como falas isoladas, multifacetárias, fragmentadas, sem que possamos reter, delas, seu caráter de totalidade e de expressões dos conflitos classistas. O fim das classes e seus antagonismos são o veredicto mais forte propugnado pela propaganda e pela teoria burguesa que se pretende científica.

No sentido de reformularmos as perguntas mais freqüentes e sobre as quais existem certos consensos quanto ao suposto esgotamento da contradição,

do antagonismo e do caráter expropriador do capital é preciso ir além daquilo que vertentes economicistas ou sustentadas na noção da autonomização do progresso técnico destacam como objeto de análise e dilemas a serem solucionados. Trata-se de

“desconstruir os discursos e desreificar os fetiches do capital que impõem o deslocamento permanente do horizonte de intervenção das massas na história e o obscurecimento de seus antagonismos fundamentais que atuam de forma decisiva nas conjunturas marcantes das relações entre dominantes e dominados, entre dirigentes e subalternos. Fetiches através dos quais se chega a afirmar o ‘fim da história’ e a irracionalidade de qualquer intervenção coletiva transformadora” (SOUZA apud BRAGA, 1997, p. 43).

Contudo, o processo de crítica e desreificação/desfetichização das estruturas capitalistas também é historicamente determinado. Ele se confunde com o próprio movimento histórico que se atualiza; confunde-se, construindo e sendo construído pelas conjunturas e suas determinações contraditórias em movimento. A confecção desta pesquisa sofreu os abalos implícitos nesse movimento. Ao iniciarmos tínhamos em mente analisar as dimensões do ‘novo terciário’ a partir da conjuntura do segundo pós-guerra. Podemos agora parafrasear Marx dizendo que nosso ponto de partida não tem mais muito a ver com a questão fundamental que, julgamos agora, estar um pouco melhor definida.

Nossa questão central pode ser reformulada, agora, da seguinte maneira: as mudanças apresentadas como sendo portais para uma nova era, estariam criando, de fato, condições para que seja colocada em xeque a lógica de mistificação da qual depende o processo capitalista de produção de mercadorias; que procura esconder aos olhos dos produtores diretos o fato de que o produto de seu trabalho é produto da própria divisão social do trabalho que articula, numa totalidade, as atividades que aparecem como sendo atividades individuais; que cria uma aparência de autonomia do produtor em relação às condições de sua expropriação, aparência que é fundamental para a constituição do mercado onde as mercadorias aparecem como valores de troca, autônomos, que se

intercambiam entre si e como se nada devessem ao trabalho humano; que articula as práticas sustentadas nas crenças dos indivíduos amalgamando imaginário e condições de existência numa forma de ser histórica e particular que garante a reprodução do processo de valorização; que, finalmente, faz da política o terreno da abstração e da naturalização da economia como um momento isolado, arrancado à totalidade?

As relações sociais, diz Marx, se apresentam como se fossem relações entre coisas e não entre homens. As 'coisas' aparecem como sendo portadoras de qualidades que prescindem da interferência humana. Eis o fetiche da mercadoria. Eis o fetiche das formas históricas do capitalismo.

Diante dos desafios do momento atual, em que o capital se volatilizou e sua circulação se dá nas chamadas 'infovias' - argumento que serve para apoiar análises que pretendem anunciar o fim do capitalismo -, as questões que nos interessam são as de como essas teses ganham força política e estratégica no presente século, por meio de quais forças econômicas e políticas e de quais artifícios - necessários ao processo permanente que pretende autonomizar produção/circulação/distribuição, acentuando as cisões que a economia política burguesa fundou - operam, hoje, aquilo que chamaremos de bases, que se constituem na aparência necessária de autonomização das instâncias jurídico-formais em relação à economia e que atualizam essa condição fundamental para a reprodução do próprio capital, para a reprodução da hegemonia burguesa. Desde que algumas perspectivas de análise sociológicas (dentre elas destacamos as que se reuniram sob a cobertura das teses do pós-industrialismo) passaram a referir-se a uma fase de ruptura, designada pela separação entre trabalho produtivo e serviços, os desafios de deciframos os enigmas da forma mercadoria foram imensamente intensificados.

Ao procurar mostrar que são indissociáveis das condições materiais, queremos vincular as análises a respeito da estrutura social como cerne das

possibilidades de obscurecer o que há de comum entre as bases teóricas diferenciadas: um certo acordo em relação a que a recomposição constante das classes trabalhadoras levaria, necessariamente, a uma revolução das bases capitalistas de produção. Sob a real diferenciação apresentada pelo debate, queremos mostrar os traços convergentes da ideologia e da materialidade burguesa: unidade que se torna compreensível a partir da categoria fetichismo. De modo que a relação orgânica entre estruturas materiais de dominação e sua expressão política torne inteligível o processo permanente de elucidação das formas de domínio e exploração que constituem o capital.

A esta altura, duas considerações são importantes: a primeira delas trata de esclarecer que não pretendemos fazer aqui um trabalho arqueológico da noção das classes sociais. Antes, pretendemos demonstrar que, ao se relegar a noção de antagonismos de classes a uma dimensão vinculada a uma materialidade temporal como a do 'industrialismo' - e por isso, já não mais compatível com uma sociedade organizada pelos chamados paradigmas 'pós-industriais' ou de 'serviços' - compromete-se todas as possibilidades de construção teórica de uma visão de mundo própria às classes subalternas, retirando-se delas a única possibilidade de superar essa mesma condição. Da mesma forma, ficamos impedidos de vislumbrar a dinâmica pela qual as novas subjetividades podem e vão se compondo, notadamente, dos sujeitos que possam construir e costurar alternativas ao domínio do capital. Ora, quando a teoria passa a prever apenas a possibilidade da análise sistêmica, varre-se do terreno da política a subjetividade antagonista. O resultado é a naturalização das relações de subalternidade histórica e determinada da produção capitalista.

A segunda consideração, que decorre da anterior, visa esclarecer que a noção de classes sociais é a categoria de análise que pode superar a perspectiva

classificatória cujas variáveis determinantes foram as funções, os ofícios - ou seja, a intervenção direta ou indireta sobre a matéria-prima - ou a posição do indivíduo no mercado²⁵, dependendo do momento. No entanto, mais do que a reconstrução da trajetória da própria categoria classes sociais - enquanto motor da história - propomos uma reflexão crítica dos processos em curso que seja capaz de reafirmar não apenas sua viabilidade, como sua necessidade teórica para a retomada da análise social baseada na noção de contradição indissolúvel entre capital e trabalho e seus confrontos, tendo em vista a conformação do capitalismo atual erguido em formas renovadas de consentimento, coerção e destruição persistente da subjetividade das classes trabalhadoras.

Também é necessário ressaltar que a análise de classes na atualidade efetuada por meio de uma análise crítica, política e ideológica das teses sobre os impactos das mudanças no setor terciário para a própria estrutura do capitalismo contemporâneo, sobretudo se vinculadas às tentativas de naturalização ou mistificação da oposição das lutas entre as classes - pode destacar aspectos quase sempre ocultados quando se limitou a tratar os processos industriais, notadamente quando isso foi feito sem que se pensasse em integrá-los ao conjunto das relações entre os setores da economia e dos próprios mecanismos de subsunção real do trabalho. Ou seja, daqueles mecanismos que tornam economia, técnica e política aspectos inseparáveis para a constituição histórica do capitalismo²⁶.

Por aparecer enquanto processo que dissolve as contradições, ele atualiza a reprodução das determinações mais gerais do capital: dominação, incorporação de trabalho pretérito e subsunção da vida ao capital. Mas, sob a

25- Falamos da intervenção weberiana.

26- Marx, Capítulo VI, Inédito de O Capital, 1995.

condição de que isso se faça da maneira mais imperceptível possível para os subalternos, o que requer e explica a complexificação das formas de cooperação e sua generalização. O capital, ao buscar uma nova coerência discursiva e atualizar suas bases materiais, atualiza, portanto (talvez seja melhor, também), as bases do fetichismo. Nessa direção, pretendemos retomar de Marx as categorias que nos informam sobre as possibilidades de superação do modo de produção capitalista, no momento mesmo em que parece aperfeiçoar-se, sob a sofisticação das teorias burguesas, a aparência da perda de sentido da centralidade da luta de classes como motor da história.

Ainda que o discurso dominante veja no processo de economia de trabalho vivo uma expressão empírica de que se deve dar 'adeus ao proletariado', a predominância das chamadas atividades imateriais, de serviços - que produzem informação e redefinem as estratégias de organização das relações de comando nos processos produtivos, ou as atividades ligadas à moda, produção do gosto ou do lazer, saúde, educação, por exemplo - remetem-nos a dois problemas: o da temática da formação do valor e o da ampliação da função do intelectual no que concerne à sua função diretiva.

Na identificação entre trabalho e capital - operação intelectual que, abstrai o fato de que o trabalho, ao ser consumido no interior do processo de trabalho, cria valor fazendo com que ambos apareçam como valores de uso de natureza idêntica - pode-se perceber a reprodução das condições da valorização uma vez que o assalariamento da força de trabalho, o ciclo de reprodução da classe trabalhadora, garante a não paralisação do ciclo produtivo.

“Com efeito, ao pagar os salários da classe trabalhadora, esta os utiliza para comprar os bens necessários a sua sobrevivência. Mas, após consumir os bens que adquiriu com seus salários, os trabalhadores ficam com as mãos e os bolsos vazios. São obrigados a vender de novo sua força de trabalho ao capital. Tornam-se assim, dependentes do capital. Portanto, é capital que cria e recria o próprio trabalhador. Ele se torna, assim sujeito desse processo; nada lhe é externo” (TEIXEIRA, 2002, p. 8).

Tal é o ‘antagonismo inicial’²⁷ recolocado ao longo das conjunturas designadas pela ação desencadeada pelas figuras históricas: as formas de reprodução do trabalho assalariado, sob condições mais gerais, definem, na verdade, o campo da pesquisa teórica indicando os problemas efetivos a serem construídos pelas classes subalternas.

Acima de tudo, é no vínculo entre história e filosofia, entre economia e política, entre produção e a necessária reprodução das relações sociais tipicamente capitalistas que se pode demonstrar que a produção capitalista reproduz constantemente não apenas as categorias capitalistas como mais-valia, dinheiro, salário, lucro, mas, principalmente, o conjunto histórico das relações sociais capitalistas: ou seja, o trabalho assalariado que está na base da reprodução do capital e das forças produtivas e ao mesmo tempo, as formas políticas, os aparelhos jurídico-culturais de dominação que tal processo requer. Eis a base do fetichismo no processo de trabalho. Eis a razão pela qual as condições subjetivas - os trabalhadores e sua capacidade variável de transformar e produzir mercadorias - encontram-se em condições desiguais para expressar sua subjetividade. Ao receber o salário, ou seja lá qual for a forma pela qual se dê o pagamento da operação de compra e venda da força de trabalho, desaparece imediatamente a dimensão antitética e contraditória da produção capitalista. A crítica é condição primeira e permanente para que se alcance a dimensão “da negação da possibilidade dolorosa e atual de que a ideologia burguesa transforme o trabalhador em um militante da ordem do capital” (DIAS, 2006, p. 125) A necessidade de reafirmar a pertinência da análise classista acompanha a produção teórica ligada aos interesses de construção de um projeto social pelas classes subalternas, posto que não há qualquer determinismo estrutural que

27 - Negri, 1979, p. 142.

possa garantir a superação do capitalismo. É no terreno da política, no campo das ideologias que os sujeitos, libertados das viseiras e dos limites da visão hegemônica burguesa que se pode retomar o desenho de novas formas de sociabilidade. Não há garantias nem há predestinação que possa garantir qualquer processo transitório para uma nova ordem.

Sem que retiremos os condicionamentos teóricos e ideológicos, que nos impõe camadas ou lentes nas quais a naturalização da ordem é impressa em nossas interpretações, sem que sejamos capazes de analisar de maneira fina e precisa as formações sociais específicas, nas quais os estágios da luta antagônica se fazem de modo particular- anunciando sempre novas possibilidades, novas alianças, novas articulações discursivas, nas quais os textos só podem ser apreendidos no seu devido contexto, e para isso os intelectuais são chamados a trabalhar, mesmo que 'não saibam que o fazem' - estamos, inevitavelmente, fadados ao fracasso de ver triunfar a civilização burguesa em toda a sua fúria que a todos e a tudo destrói como preço pela produção do valor.

iii. Perspectiva teórico-metodológica

Visando construir nossa interpretação, cuja proposta principal é a de realizar um exame crítico das ideologias sobre o tema dos serviços, lançaremos mão de algumas dimensões concretas assinaladas por autores contemporâneos quando pretendem descrever a nova dinâmica produtiva. Oliveira (1979) e Chesnais (1996) guiarão nosso exame nesta etapa do trabalho. Outros estudos mais recentes também servirão como fontes de dados para a caracterização material do setor. Ao primeiro cabe orientar-nos no sentido de que é preciso ver os setores como *locus* da divisão social do trabalho - que “expressa o nível de desenvolvimento das forças produtivas, o grau de concentração e centralização do capital, a produtividade da força de trabalho, sua organização econômica e

política” (idem, 1979, p. 142) - e que introduzem profundas modificações na luta de classes. Não expressa somente relações técnicas, mas relações sociais qualitativamente diversas.

Chesnais, por sua vez, ao mapear a trajetória atual dos investimentos diretos em serviços, permite que sejam atualizados e confirmados os termos apresentados por Marx a respeito vinculação orgânica entre produção e circulação, ou seja, entre a produção da mais-valia e os esforços que dela emanam no sentido de anular o tempo de rotação do capital, já que nesse período ele não se valoriza. Além disso, esse autor também chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento dos serviços está intimamente ligado ao processo de privatização dos serviços públicos, que dependem da formulação da noção de cidadania baseada na idéia do cidadão consumidor. Ele remete a análise à construção das práticas neoliberais, cuja consolidação depende diretamente da ideologia da falência das possibilidades de se estender e preservar os direitos universais, assim como das possibilidades abertas pelas novas tecnologias informacionais.

É necessário esclarecer que não propomos a realização de um estudo a respeito da dimensão empírica dessa transformação: nossa intenção é captar as tendências políticas, materiais e ideológicas concernentes ao processo contínuo de recomposição das classes em seu caráter coletivo a partir de uma leitura histórico-teórica do processo de subsunção real e formal das classes, segundo permite a obra de Marx. Procuramos estabelecer as relações entre os ‘novos conteúdos técnicos’ das atividades comunicacionais, os novos nexos que elas promovem na divisão social do trabalho e as tendências mais visíveis de dominação que emergem ao mesmo tempo como premissas e resultados dessas transformações.

Julgamos que seja imprescindível, como condição para avançarmos em relação às interpretações correntes, considerarmos o processo histórico de

formação do trabalhador coletivo - desde o processo de acumulação primitiva do capital até o século XX e as formas de expressão do que Gramsci chamou de Revolução Passiva -, marcado pelas lutas contra a ordem capitalista levada a efeito pelos mesmos trabalhadores e, nessa luta, as formas passivas ou contrarrevolucionárias com vistas à restauração das condições melhores para a valorização do capital. A institucionalidade não se desliga desse mesmo movimento. Pelo contrário, é sua parte constitutiva. E por institucionalidade - é importante explicitar - entendemos “o adensamento da rede de práticas que constituem, a um só tempo, a individualidade e o coletivo” (DIAS, 1997, p. 27).

Nesse sentido é que o conjunto das reflexões teóricas de Edmundo Dias tornou-se central para a organização das análises contidas nesta pesquisa. Ao trazer o legado teórico gramsciano para o debate sobre a sociedade capitalista contemporânea, suas reflexões iluminam condições decisivas do processo de fetichização que formam a base da reestruturação capitalista em andamento. A partir dele nos é permitido pensar que estamos adentrando em ‘novos’ movimentos conjunturais que remetem à atualização das formas de extração da mais-valia, a expensas de uma “brutal luta ideológica”, travestida de modernidade capitalista’ (Dias, 1998, p. 45) no interior da qual o capital procurar marcar as bases de sua própria *civiltá*. Ocultando, “no mais simples ato produtivo”, como ele reafirma, a

“estruturação do poder, a presença das classes e sua organização/desigualdade estrutural (...) tudo se passa como se houvesse uma troca entre mercadorias. A estruturação e a expropriação do sobretrabalho, com todo o seu cortejo de dominação e subalternidade, “desaparece”, some na poeira da estrada” (idem, 1998 p. 45).

A partir da descortinamento teórico desse processo, a unidade orgânica entre o momento da produção concreta - o das estruturas - e sua relação indissolúvel com as formas superestruturais, culturais e jurídicas aparece com muito maior clareza¹⁴.

A recomposição das classes, nos últimos anos, ao mesmo tempo em que coloca em xeque a possibilidade de mensuração do trabalho - dada sua extrema heterogeneidade e a própria natureza subjetiva de seu conteúdo - coloca em discussão a predominância dos paradigmas econômicos, abrindo terreno mais amplo para a crítica das formas capitalistas de reprodução da vida social. Nesse sentido, do ponto de vista de como proceder a uma investigação que ultrapasse os limites do espaço produtivo de um lado, ou das estruturas estatais de outro, a análise de Gramsci sobre o “Americanismo e Fordismo” (MPE, 1968) e sobre como proceder a análises de situações (1968) é de extrema relevância.

Unificado pelo nexos racionalização do trabalho/passivização, o problema da formação de um novo tipo humano, conforme Gramsci delineia, serve para resgatar a perspectiva da totalidade, indicando a decisiva necessidade que tem o capital de intervir nos modos de vida, de recriar as formas de hegemonia e de racionalizar suas estruturas de dominação. A pertinência dos conceitos e categorias de Gramsci inscreve-se no fato de que, criticados os argumentos economicistas, pode-se iluminar a dimensão ético-cultural, aquela que abraça todos os momentos da vida social, pela qual o capitalismo pretende se conservar. Para o capital, conservação significa avanço.

O enfoque que pretendemos dar ao problema da recomposição das classes parte da idéia de que a quebra do trabalhador coletivo industrial, como sujeito histórico que conferia sentido e direção às reivindicações das classes subalternas, bem como a emergência da fração financeiro-bancária em suas estruturas mundiais de reprodução, redefine o campo das forças em presença e requer, ao mesmo tempo, a atualização constante das formas pelas quais o capitalismo fabrica a aparência da naturalidade da sua própria existência. Existência que pretende ser justificada pelo deslocamento e autonomização dos vínculos que unificam a forma de organização material e a determinação histórica e real, tensionada pelos antagonismos e mobilizada pela luta de classes. Desvendar os ‘segredos’ da reprodução do capital e das classes sociais é

condição fundamental para quem acredita que o fim do capitalismo não seja uma fatalidade.

Enquanto contradição em processo, mostrou Marx, o capital procura permanentemente subsumir, incorporar, como qualquer outra força produtiva, à sua ordem, as classes que lhe são antagônicas. Feito isso, e assim o fazendo, os antagonismos precisam ser diluídos, aniquilados. O processo de valorização capitalista pressupõe a atualização permanente das condições que o estruturam e, conseqüentemente, da forma das classes em presença. Pressupõe, portanto, como condição de sua permanência como modo de produção dominante, que as condições antagônicas, técnicas e políticas da produção, garantam a sua reprodução. Seja como economia, técnica ou modo de vida, a busca de hegemonia por parte do capital requer que, nos processos revolucionários, os antagonistas procurem destruir seus oponentes e construir a legitimação, pelos subalternos, da sua própria condição de subalternidade. Não basta apenas obedecer, mas é fundamental que se coloque como sujeito ativo da produção da ordem da classe que está no comando.

A constituição de uma 'intelectualidade de massa', para usar um termo de Marx, permite entrever a atualização dos antagonismos dentro e fora dos processos produtivos, e a configuração das novas formas de incorporação das classes trabalhadoras ao projeto hegemônico do capital. Trata-se, portanto, de pensar o atual momento do capitalismo com base em seu movimento de desconstrução (dissolução) das estruturas prévias dos conflitos classistas.

Este trabalho coloca-se a partir de tal abordagem - sobretudo sistematizada no Capítulo VI de O Capital, de Marx - que, ao trazer à luz os inúmeros movimentos sociais de caráter extremamente grave - se se pensar que os antagonismos são continuamente descartados do pensamento científico conservador - tem como desafio atualizar e conferir inteligibilidade aos processos permanentes de recomposição dos antagonismos. Tais processos travestem-se,

por sua vez, das várias formas materiais, cuja pretensão de autonomia em relação a uma racionalidade que não seja a do mercado só faz obscurecer as determinações sociais e políticas que conferem o caráter orgânico às transformações dos processos produtivos, seja ocultando ou minimizando as respostas dos trabalhadores às novas formas de dominação e exploração, seja reafirmando apologias da incapacidade dos mesmos em construir sua própria hegemonia. E a hegemonia, é fundamental explicitar, não é decorrência automática da natureza contraditória da produção capitalista. Isso é tão verdade que aos intelectuais cabe a tarefa de reformular a própria base do fetichismo da técnica, e de fazer com que economia e técnica apareçam como autônomas e de interesse de todas as classes e como a condição por excelência que livrará o homem do terreno da necessidade. Aos intelectuais, portanto, cabe a tarefa de legitimar e propagar os antagonismos.

Essa perspectiva permite um avanço em relação aos debates convencionais. No que se refere àquele que pensa a natureza da ação política como produto do desenvolvimento do mercado ou das formas do Estado, permite o próprio desvendar, sob a concepção de homem e de ação humana, da visão de mundo da classe hegemônica que se constitui na mesma medida em que “desqualifica o ‘saber’ e o ‘fazer’ das outras classes, apropria-se deles” (DIAS, 1997, 0. 42) com vistas a criar uma forma própria de conformismo. “Toda a forma estatal, todo processo produtivo, produz necessariamente uma forma particular de conformismo. Todos os membros de uma dada sociedade são organizados, saibam-no ou não, no interior dela” (DIAS, 1997, p. 45).

A partir desse pressuposto vamos pensar a problemática da recomposição das classes trabalhadoras e dos trabalhadores de serviços guiados teoricamente pela perspectiva que subordina a aceleração do processo de substituição do trabalho vivo por trabalho morto ao campo de questões que afloram do processo de subsunção do trabalho ao capital. Assim, o ‘deslocamento das fronteiras’ que ‘demarcam’ produção material e ideológica nos leva,

imediatamente, às análises que entendem a sociabilidade como resultado das relações sociais antagonistas, ou ainda, como resultado dos processos históricos e concretos nascidos do embate entre visões de mundo e subjetividades em confronto na produção capitalista. Vale lembrar que a tendência de redução do tempo de trabalho socialmente necessário não é isenta da violência social. “Violência como imposição, violência como resposta” (SÁNCHEZ, 1985, p. 100).

O chamado novo setor terciário, ou de serviços, a apologia que dele é feita pelas teorias sociológicas burguesas, a exploração de suas potencialidades enquanto dimensão ético-política - ou elemento de direção dos grupos dirigentes atuais¹⁵ - expressam a necessidade atual de criação de um novo tipo de conformismo, ao mesmo tempo em que também expressam a expansão material ou a universalização do processo de acumulação. A reestruturação capitalista recompõe as classes enquanto ataca o operário-massa de modo frontal, e, ao fazer isso, permite que na circulação o capital atualize estruturalmente suas formas de domínio. Atualmente, o que se tem é que, no processo de valorização, o momento da circulação o capital vem repondo nos trilhos as dimensões ideológicas e intelectuais necessária à sua reprodução, recompondo as próprias subjetividades que fabricam o modo de produção capitalista.

Finalmente, é preciso alertar para o fato de que optamos, não raras vezes, pelas citações longas e exaustivas dos autores estudados ao invés de os parafrasearmos, como compromisso de reter, deles, as argumentações que julgamos serem as mais decisivas e que poderiam ter perdido a capacidade de revelar aspectos centrais se fossem parafraseadas.

iv. Da estrutura deste trabalho

No primeiro capítulo, apresentadas as premissas básicas e demonstrada a preeminência teórica e prática do chamado 'enfoque residual', que classifica como terciárias todas as atividades econômicas de caráter relacional e que não cabem nos critérios de definição dos setores primário e secundário, procuramos demonstrar que tal primado explica-se pelo fato de compor elementos do momento 'ético-político' do atual estágio do capitalismo e também por expressar dilemas centrais à própria raiz histórica da economia política burguesa. Para proceder à leitura crítica desse enfoque retomamos a perspectiva marxista - que supera a questão da classificação do trabalho produtivo versus trabalho improdutivo por meio da análise da constituição histórica das classes sociais no capitalismo - demonstrando que é apenas ao longo do processo histórico - processo de expropriação do trabalho vivo e criação das instituições burguesas - que a conceitualização da (im)produtividade do trabalho faz sentido. Procuramos restabelecer a trajetória de análise percorrida por Marx para chegar à noção de que trabalho produtivo é o trabalho que produz mais-valia enfatizando aquilo que é central em sua perspectiva, ou seja, o desafio de realizar toda uma série de desmistificações capazes de revelar as determinações contraditórias e históricas do processo produtivo. Finalmente retomamos, de Marx, momentos importantes de sua análise sobre a natureza do momento da circulação como momento que é englobado pelo processo de valorização e que dele não está apartado, ainda que, durante o tempo em que o capital nele permaneça, o processo de valorização encontre a sua negação.

No segundo capítulo o processo de expansão dos serviços é apresentado a partir de um ponto de vista histórico em seus nexos com o desenvolvimento capitalista de modo que, a interpretação das transformações e do desenho atual do setor - caracterizado amplamente pelo processo de

financeirização e mercantilização dos serviços públicos - priorize seu vínculo orgânico entre as necessidades de expansão das fronteiras geográficas e políticas para o alargamento das condições de valorização do capital e o tipo de Estado para isso adequado. Tal processo aparece como resultado dos confrontos entre as classes sociais ao longo do tempo, o que exige formas sempre renovadas de atualização. No mesmo capítulo, é apresentada, também, uma breve reconstituição histórica que revela os fins e as estratégias assumidas pelos organismos internacionais, como OMC (Organização Mundial do Comércio) e GATS (Acordo Geral Sobre os Serviços), no sentido de conquistarem condições para o pleno exercício daquilo que reivindica a burguesia mundial no atual estágio imperialista, ou seja, abertura de mercados e desregulamentação da economia como requisitos para a retomada ou conquista de um novo '*front*' para o processo de valorização composto pela subsunção das atividades antes restritas aos aparelhos de estado e pelos resultados do pretendido livre fluxo do capital, de modo a encurtar seu tempo de circulação e a redefinir as fronteiras políticas dos Estados Nacionais.

O exercício crítico das teses centrais sobre o fim de uma sociedade vulgarmente pensada como sendo baseada no emprego do trabalho físico sobre uma matéria-prima corpórea e a conseqüente emergência de uma sociedade pós-industrial, pós-capitalista ou de serviços, é elaborado no terceiro capítulo. Neste momento procuramos demonstrar que, sob novas roupagens, o 'velho' embate entre a sociologia burguesa - em seus matizes cientificista, positivista ou compreensiva - aparece nas teses sobre a sociedade de rede, sociedade do conhecimento, capitalismo cognitivo ou trabalho imaterial que retomam, em última instância, a sociologia da estratificação social e a idéia da inexorabilidade da ordem do mercado.

Depois de reapresentarmos o campo histórico no qual se deu a fundação da Sociologia como uma resposta aos desafios práticos e teóricos lançados pelo avanço do marxismo e do próprio perigo da instauração de uma

sociedade alternativa ao capital (falamos do impacto causado pela revolução russa em todo o mundo ocidental), procuramos restabelecer, das teses contemporâneas, os aspectos que as unificam - sobretudo a partir da necessidade de criminalizarem a teoria da luta entre as classes, bem como a viabilidade histórica do socialismo -, compondo, assim, o horizonte político necessário - do processo de revolução passiva aliado ao de uma contra-revolução burguesa em andamento - e para o qual, a idéia de uma sociedade de serviços é funcional, na medida em que reedita elementos centrais do liberalismo como visão de mundo e agenciador da vida estatal.

Capítulo I. Dos problemas da definição dos serviços à sua superação pela teoria marxista. Economia, política e classes sociais

“O futuro são também as novas atividades terciárias, os novos serviços ligados à informação e no mais das vezes indissociáveis de produtos industriais de alta tecnologia. Os intercâmbios internacionais de serviços que estão em plena expansão teriam atingido em 1983, setecentos bilhões de dólares; nos primeiros lugares os exportadores dos Estados Unidos (132 bilhões), seguidos pelos da França (59), da Grã-Bretanha (48), da Alemanha Federal (47), do Japão (38) e de outros países da Europa. E, cada vez mais, são grupos multinacionais que dominam esse setor e sua expansão internacional (...) O futuro, enfim, é o que sempre constituiu o ‘sistema nervoso’ do capitalismo: as finanças, os bancos, o crédito, a moeda, a bolsa” (BEAUD, 1999, p.394-395).

Ainda que um certo recorte cronológico aponte a emergência de ‘novos serviços’ a partir da década de 80 e indique uma transformação importante no capitalismo contemporâneo, alguns dilemas que acompanham sua definição permanecem os mesmos desde a constituição da economia política clássica. Nas palavras de Hildete Melo (2001) “o setor de serviços é um saco de gatos, inclui tudo, desde empregadas domésticas e profissionais liberais até comércio, bancos, ONGs e as empresas formadas sob o molde capitalista” (2001).

Data da década de 30 do século passado a preocupação em se estabelecer uma *démarche* conceitual para o setor tomando como preceito a rígida separação entre setores de atividades econômicas. Assim procede o enfoque residual. Suas acepções inaugurais - seja como ‘Terciário’, conforme

Fischer (1933), ou enquanto 'Serviços', como propôs Clark (1957)²⁸ -, coincidem em torno da preocupação de se estabelecer a divisão econômica em três grandes setores. A obra de Clark, como mostra Oliveira (1979), procurou vincular o grau de progresso, de avanço, ou de desenvolvimento econômico na linguagem mais asséptica do segundo pós-guerra. Assim, uma economia com alta porcentagem de emprego e renda na agricultura seria, com algumas ressalvas, uma economia atrasada ou subdesenvolvida, enquanto uma economia com alta participação da indústria no emprego e na renda indicaria uma economia desenvolvida, sendo que o grau mais avançado de desenvolvimento corresponderia a economias em que predominassem os serviços na formação da renda e na estrutura do emprego (OLIVEIRA, 1979, p. 140).

Ainda segundo considerações de Oliveira (1979) a obra de Clark conseguiu estabelecer tal co-relação entre níveis de renda '*per capita*', sugerindo que o papel assumido por cada setor em diferentes contextos nacionais se tornasse um dos índices do seu grau de desenvolvimento ou subdesenvolvimento. No entanto, ao querer "estabelecer espécie de lei evolutiva da divisão social do trabalho ao nível dos três grandes setores"²⁹ acabou por inspirar análises deterministas incapazes de considerar os diferentes condicionantes históricos, sociais e técnicos da divisão social do trabalho que possam explicar situações típicas de países menos desenvolvidos, em que uma agricultura para exportação gere a necessidade de um setor de serviços robusto, para citar apenas

28- O termo "Serviços" só passa a ser usado por Clark em 1957 em *The conditions of economic progress*, em razão da diversificação que ele pode incluir. Diversificação que marca, também, o momento em que eles aparecem para o consumo, que pode ser desde o consumo final até o intermediário, assim como a maneira como emprega o capital: "umas utilizam capital enquanto outras são intensivas em trabalho" (MELO, 1998, p. 3).

29- Oliveira, 1979, p. 140.

um exemplo dos dilemas teóricos enfrentados por Clark³⁰.

Em Browning e Singelmann (1978) e Elfring (1988), pode-se encontrar uma classificação detalhada dos serviços, em torno de 27 tipos de atividades, conformando quatro grupos distintos de acordo com a orientação da demanda dos serviços. São eles: serviços produtivos (demandados pelas empresas durante o processo produtivo, são por natureza produtos intermediários, dentre eles, serviços bancários, financeiros, seguros, imobiliários, de arquitetura e engenharia, auditoria, contabilidade); serviços pessoais (demanda individual - domésticos, reparação, higiene e beleza, hospedagem, diversões, etc.); serviços sociais (demanda coletiva - saúde, educação, serviços religiosos, postais, outros serviços governamentais); serviços distributivos (transporte, armazenamento, comunicações, comércio por atacado e varejista). A eles recorrem grande parte de estudiosos que, na conjuntura atual, procuram mapear os impactos da 'terciarização' em contextos nacionais, regionais ou locais. Tal classificação cimenta teoricamente linhas de pesquisa que nascem das demandas contemporâneas por ajustes nos processos produtivos.

Atualmente, o setor cresce de forma acentuada em todas as economias nacionais enquanto os problemas de sua definição e heterogeneização tornam-se mais complexos, sobretudo para o enfoque residual, com a entrada em cena das empresas de comunicação e transações financeiras nas quais a tecnologia microeletrônica encontrou condições para uma expansão sem precedentes.

30- A obra de Clark situa-se em pleno contexto de consolidação da fase do capitalismo monopolista. Tanto os movimentos de descolonização, significando um novo processo de divisão internacional do trabalho, quanto a emergência de um modelo de Estado assentado na noção de planificação, reconfiguram radicalmente a composição técnica e política das classes sociais, conforme delinearemos no item que segue a este.

Segundo Melo (1998, p, 4),

“o uso de novas tecnologias vem exigindo o aparecimento de novos serviços e fazendo de muitos deles insumos fundamentais para os demais setores econômicos, particularmente para a indústria. Este processo trouxe consigo novas exigências para a sociedade no campo da educação, do treinamento/conhecimento e da saúde. Tais considerações reforçam a idéia da dificuldade de se definir adequadamente o setor Serviços. Evidenciam a impossibilidade de se conferir tratamento homogêneo a serviços tão díspares como os serviços financeiros, jurídicos, de informática, comunicações, engenharia, auditoria, consultoria, propaganda e publicidade, seguro e corretagem, estes na vanguarda tecnológica, e seus aliados tradicionais, os serviços de transportes, comércio, armazenagem. A estes juntam-se ainda os serviços oferecidos à sociedade pela administração pública, defesa/segurança nacional, saúde e educação e os serviços privados ofertados para o atendimento da demanda individual. A esta heterogeneidade estrutural deve-se adicionar uma tendência de que a participação dos serviços na economia seja tanto maior quanto maior seja a renda per capita”.

Nas análises correntes, mais do que os outros setores, o de serviços se caracteriza pela extrema diversificação que não se esgota na questão das inúmeras atividades ou ocupações que abrange, mas marca, também, a forma de utilização do capital e seus encaminhamentos no sentido de aumento de produtividade. Dentre suas atividades, “umas utilizam capital enquanto outras são intensivas em trabalho” (MELO, 1998, p. 3). A questão da composição interna do capital de serviços colocou um curioso problema: seus altos custos são considerados uma das razões pelas quais o Estado neles se especializou, conforme pregam os apologetas do livre mercado. Não se caracterizar pela tangibilidade do que é comprado ou vendido - como, por exemplo, atividades intelectuais, de qualificação, ou de saúde - é uma das características mais marcantes para os que procuram uma definição de tudo o quanto se realize em termos mercantis, mas que não implique, necessariamente, na transformação de uma matéria-prima palpável no sentido físico da expressão. Recorrentemente pode-se encontrar a conceituação dos serviços em “variedade de indústrias que desempenham várias funções para compradores e consumidores e não se

envolvem na venda de um produto concreto” (PORTER apud NAKAYAMA e SÁVIO, 2006, p. 1).

É interessante registrar aqui, para os fins de análise que queremos alcançar, em que medida o Direito pode caracterizar os serviços a partir dessa definição, ocultando a relação salarial que define a produção capitalista. Vejamos:

“Serviço, do latim *servitium* (condição de escravo). Extensivamente, porém, a expressão designa hoje o próprio trabalho a ser executado, ou que se executou, definindo a obra, o exercício do ofício, o expediente, o mister, a tarefa, a ocupação, ou a função. Por essa forma, constitui serviço não somente o desempenho de atividade ou de trabalho intelectual, como a execução de trabalho, ou de obra material. Onde quer que haja um encargo a cumprir, obra a fazer, trabalho a realizar, empreendimento a executar, ou cumprido, feito, realizado, ou executado, há um serviço a fazer, ou que se fez. Serviço, porém, é aplicado para distinguir o complexo de atividades exercidas por uma corporação ou por uma entidade jurídica, exprimindo e designando assim a própria administração. Serviço, em sentido comum, é o ato ou efeito de servir, enfim, são bens imateriais, de conteúdo econômico, prestados a terceiros. Assim, os serviços foram considerados "bens imateriais" por um longo período da história, integrantes da despesa de produção de um bem incluso no processo produtivo” (NAKAYAMA e SÁVIO, 2001, p. 215).

Caminheemos agora, do campo do Direito, para outra definição elaborada por autor de conhecido manual de marketing, voz praticamente uníssona no processo de formação de profissionais de nível universitário das áreas de Administração e Marketing: “Serviço é qualquer ato de desempenho, essencialmente intangível, que uma parte pode oferecer a outra e que não resulta na propriedade de nada. A execução de serviço pode estar ou não ligada a um produto concreto” (KOTLER, 2000, p. 448). Diluição da noção de propriedade privada e relação salarial: eis o traço mais categórico que pode ser observado nos trechos acima.

Definida, portanto, em termos da problemática da economia política burguesa, enquanto atividade relacional³¹, resta saber como essa abordagem define critérios para conferir valor ou preço às atividades que se particularizam por seu forte caráter subjetivo. Nesse sentido, ela parece resolver o problema atribuindo valor pela importância que os sujeitos atribuem àquilo que é alvo de transação, ou seja, uma atividade relacional que, por sua vez,

“implica um conjunto de capacidades relacionadas à avaliação rápida do beneficiário, à compreensão do seu pedido através de uma linguagem comum: à interpretação do pedido em função da situação específica do beneficiário; ao estabelecimento de uma relação de co-construção com o beneficiário; e à verificação de que a resposta ao pedido foi correta” (ORBAN apud Observatório

31- No Relatório de Pesquisa produzido em 2007 pelo Instituto Observatório Social, intitulado *OMC, Negociações de Serviços e Riscos de Aprofundamento da Abertura para o Brasil* a dimensão relacional das atividades terciárias são explicitadas da seguinte maneira: «Isto fica mais claro no caso dos chamados serviços puros, onde os resultados da relação de serviço estão vinculados ao próprio trabalho (serviços de educação, saúde e consultoria). Já no caso dos serviços de transformação, o trabalho está voltado para a transformação de insumos e matérias-primas em novos produtos, aproximando-se da definição de produtos industriais. É o caso dos serviços de alimentação e das atividades de terceirização. No caso dos serviços de troca e circulação, realiza-se o “transporte” de pessoas, bens e moedas, assumindo um caráter mais concreto e mensurável, que os serviços puros. Aqui se enquadram os serviços financeiros, de telecomunicações, de transporte e energia elétrica e de abastecimento de água” (Meirelles, 2006). Outra definição, partindo da função alocativa do setor público, é aquela que divide os serviços prestados em rivais ou não rivais (Garcia, 1998). No primeiro caso, prevalece o princípio da exclusão, o que quer dizer que o consumo de um serviço por um indivíduo exclui automaticamente o seu consumo pelos outros. Isto significa que um valor deve ser cobrado por este, conformando uma demanda e uma oferta específicas para cada nível de preço. Já no caso dos serviços não rivais, não existe o princípio de exclusão, e os serviços são públicos, de acesso universal, o que não impede que uma taxa de manutenção possa ser cobrada para o seu uso. A definição de quais devam ser os bens públicos – não subsumidos pela lógica do mercado – depende obviamente de uma avaliação social e cultural, que depende do contexto histórico. Alguns autores tendem a ver serviços como energia e água como bens públicos tradicionais, enquanto saúde e educação seriam enquadrados como bens públicos modernos» (MENOTTI, 2006). (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2007,). http://www.observatoriosocial.org.br/download/omc-servicos_jun06.pdf paginas 6-7.

Social. Relatório de Pesquisa, 2006, p. 1)

Mas, é no montante, na proporção que os serviços têm alcançado nas economias modernas que parece residir uma questão emblemática do ponto de vista teórico e político. Em 2005, segundo fontes consultadas³², o setor de serviços concentrava cerca de 40% dos empregos mundiais. Os chamados países desenvolvidos apresentam percentual de 71,4% e os da América Latina 62,4%. Já os países localizados na África Subsaariana e no sul da Ásia apresentam 30% de sua força de trabalho nesse setor. Na situação brasileira os serviços demonstraram um crescimento expressivo e manifesto como tendência comum aos países do MERCOSUL. Mas, foram os serviços pessoais, marcadas por altos índices de informalidade, que deram o tom à configuração do mercado de trabalho³³. Em 2004, conforme pesquisa realizada por Galete (2006), pode-se saber o quanto é expressiva a participação dos serviços no mercado de trabalho formal brasileiro, chegando a algo em torno de 70%. Em termos absolutos ele abarca “mais de 31 milhões de trabalhadores, superando, em muito, os setores primário (1,7 milhões) e secundário (4,7 milhões)” (idem, 2006, p. 15).

Também não é novidade que o setor apresenta maior constituição nos países desenvolvidos em função da oferta de novos serviços tecnológicos vinculados aos setores industriais e agrícolas. Os serviços avançam, como mostram os dados, no sentido de sua configuração material, e avançam no sentido de pautar agendas políticas na atualidade.

O exame dessa perspectiva, segundo nossa compreensão, revela uma necessária atualização histórica das bases da economia política burguesa, cujo princípio central é aquele que pretende reduzir todos os atos econômicos a atos

32- Relatório anual da OIT. Tendências mundias de emprego, 2008.

33- Moraes, 2005 citado por Galete, 2006, p. 3.

relacionais entre agentes livres, que estabelecem contratos entre iguais no mercado e que beiram, no limite, a pretensa realização histórica da civilização burguesa baseada nos princípios do individualismo.

Oliveira (1979) já anunciou anteriormente aspectos teóricos decisivos para uma leitura crítica das análises que fazem apologia dos serviços, alertando para o necessário abandono do 'naturalismo' presente nas perspectivas que traçam distinção entre serviços e mercadorias (idem, 1979, p. 141) e indicando a necessidade de se ter como '*démarche*'.

“a utilização dos conceitos sobre os ciclos, as formas do capital e as mudanças ocorridas no interior do próprio sistema capitalista, sua passagem de um capitalismo concorrencial para um capitalismo monopolista. Exatamente porque se trata de “divisão social do trabalho”, esta não pode ser imune às intensas transformações ocorridas no interior do modo de produção capitalista, vale dizer, na divisão social do trabalho que corresponde a esse modo de produção” (OLIVEIRA, 1979, p. 141-142).

Portanto, se tal operação de explicação - realizada a partir do uso do enfoque residual - perdura, deve-se considerar o fato de que ela se preste enquanto mistificação que não deixa aparecer a real dimensão dos serviços no processo de valorização do capital. Além disso, se os serviços aparecem como novidade, em termos de uma nova qualidade da qual são portadores, é preciso reconhecer que, desde a origem da constituição do capitalismo sua tematização permite ocultar sua própria vinculação “enquanto esfera particular da circulação do capital” (OLIVEIRA, 1979, p. 141). Na atualidade, sua retomada, além desses aspectos orgânicos ao capital, é aspecto político e ideológico central da dimensão 'ético-política' da ordem neoliberal, sem a qual a burguesia não conseguiria por em marcha mais um momento de revolução passiva - entendida como as “modificações moleculares que, na realidade, modificam progressivamente a composição precedente das forças e, portanto, transformaram-se em matriz de novas modificações” (GRASMCI, 1968, p. 77) -, combinada com aspectos contra-revolucionários.

Por dimensão 'ético-política' nos referimos à definição desenvolvida por Gramsci, quando se refere ao momento da hegemonia e dos mecanismos de direção política de um grupo social sobre os demais. Trata-se de reconhecer a vinculação fundamental entre as concepções mecanicamente reproduzidas no campo cultural e ideológico à própria "concepção estatal e demais frentes econômicas e políticas", por meio das quais se efetiva a direção política, a fabricação do consenso "na vida e no desenvolvimento do Estado e da sociedade civil" (GRAMSCI, 1984, p. 217).

É nesse sentido que a leitura crítica do enfoque residual³⁴ - enquanto uma das dimensões da nossa história ético-política, na qual se configuram inúmeras teses sobre uma suposta inviabilidade dos termos marxistas de análise das classes sociais pode desvendar dimensões fundamentais. A ele cabe papel central nos discursos que orientam práticas que procuram escamotear as estruturas antagônicas da produção sob o domínio do capital, mas que precisam aparecer como se houvessem permitido novo salto no sentido de fazer evoluir a divisão social do trabalho enquanto resultado dos avanços tecnológicos visto-se não como condensação das relações de força que se dão no processo produtivo, mas como se expressões neutras, que designariam uma capacidade humana genérica de produzir artefatos e ferramentas produtivas.

Ao mesmo tempo, se como nos informa Gramsci (1968, 382) "a hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia", trata-se, ainda,

34- A menção ao enfoque residual, neste primeiro momento, se faz em razão de ser ele a expressão teórica das ideologias neoliberais. Contudo, no decorrer deste trabalho serão apresentadas demais teorias sociológicas para as quais vale a mesma crítica aqui já anunciada, como a análise dos colarinhos-brancos, a teoria da sociedade de rede, sociedade do conhecimento, teoria do trabalho imaterial e do capital humano.

de pensar nos serviços como dimensão da organização da vida estatal. Nesse sentido, investigar as transformações por eles sofridas nas últimas décadas - transformações cuja ênfase vem sendo dada nos aspectos meramente técnicos ou nos vínculos imediatos com o processo de financeirização da economia – nos compromete, sobretudo, com a investigação das adaptações que nascem da necessidade própria ao capital de organizar uma economia programática, adaptando do aparelho estatal à sociedade civil às mudanças na produção.

O enfoque residual, portanto, serve para levar a um grau mais avançado o fetiche do capitalismo enquanto sistema produtivo posto em movimento por setores que cumprem funções especializadas e distintas, no interior das quais a questão da propriedade dos meios de produção sequer aparece, sendo diluída na caracterização das matrizes setoriais. Conseqüentemente, a questão da definição dos critérios da distribuição da riqueza socialmente produzida torna-se um problema a ser resolvido a partir da caracterização do que sejam classes produtivas e improdutivas.

Assim, não achamos arriscado afirmar que as modificações dos processos produtivos recentes - no sentido de intensa aplicação de novas tecnologias informacionais que diminuem drasticamente o tempo de rotação do capital, fazendo das funções financeiras do capital, funções que alcançaram papel de direção sobre o conjunto da sociedade, alcançando, pelos processos de privatização e mercantilização dos serviços públicos, novas frentes de valorização - servem como elementos de uma 'guerra de posição' ³⁵ no campo econômico,

35- Gramsci, 1984, p. 224. Mas, De Felice explicita tal noção gramsciana como passagem da guerra de movimento, onde se dava o ataque frontal, à guerra de posição como forma de choque de classe após os acontecimentos de 1917, ou seja, «da necessária alteração da luta de classes diante da riqueza de articulação dos estados industriais, pelo que a resistência à insurreição do elemento catastrófico imediato (crise, depressão) é muito forte – repondo para a guerra de posição, um elemento essencial da definição de revolução

conforme Gramsci indica quando faz a conhecida distinção entre Oriente e Ocidente. Ora, diferentemente do que ocorre no oriente, no ocidente a o Estado não é tudo e sociedade a civil desenvolve uma estrutura mais complexa, capaz de resistir às crises e catástrofes (crises, depressões) cabendo às suas superestruturas desenvolverem elementos que atuem como trincheiras.. Assim, é na combinação de força e consentimento, dependendo da forma como as forças em presença estejam organizadas, que o exercício da hegemonia pode ser explicado. Se a supremacia de um grupo sobre os demais depende da eficácia em conseguir tanto dominar como se apresentar como direção moral e intelectual, a identificação de todos os artifícios do exercício da hegemonia é fundamental para a recomposição de forças das classes subalternas. Deste modo, torna-se vital identificar, conforme palavras de De Felice (1978, p. 156), em que medida

“sob um determinado invólucro político necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem influenciando indiretamente, através da pressão lenta, mas incoercível, sobre as forças oficiais que se modificam sem perceberem ou quase”.

A noção de revolução passiva - conforme desenvolvida por Gramsci e utilizada amplamente como categoria de análise sobre o processo de reestruturação capitalista posto em marcha desde as décadas de 70-80 - parece ter sido pouco aventada para a análise dos serviços, inclusive quando se faz a crítica á economia do trabalho imaterial e do capitalismo cognitivo. Mas, sua retomada nos parece fundamental na medida em que nos obriga a pensar a lei tendencial da queda da taxa de lucros como a manifestação mais importante do caráter contraditório e da crise orgânica do capital, de cuja resolução depende a

passiva...ou ainda, a relação que se estabelece entre guerra de posição e a transformação do estado contemporâneo da idade do imperialismo e da socialização da produção, que põe as condições para a passagem da teoria da revolução permanente à da hegemonia civil...» (DE FÉLICE, 1978, p. 201-202).

sua própria reprodução. A noção de revolução passiva , conforme apresentaremos aqui em caráter provisório, nas palavras do próprio Gramsci (1984, 223), faz pressupor que,

“(…) por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, seriam introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção” isto é, seria acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se tão somente a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro”.

Ao mesmo tempo em que profundas modificações na produção são acompanhadas por mudanças efetivas nas esferas legislativas - voltadas para a desregulamentação de movimentações financeiras e organização do livre fluxo de mercadorias e que estão a indicar o desenvolvimento de um novo estágio da mundialização do capital³⁶ - aumentam os estudos sobre gerenciamento de processos, metrificações, propostas de certificação de qualidade nos serviços, garantido a entrada em cena de pesquisadores ocupados com o aperfeiçoamento de novas tecnologias de gestão e controle, disponível às empresas privadas e públicas. Essa dimensão do problema também deve ser organicamente vinculada ao papel de formação de uma extensa camada de intelectuais que cumpram os requisitos técnicos, adestrem corpos e mentes, eduquem as novas classes trabalhadoras e adaptem seu ‘nexo psico-físico’ à uma época na qual direitos sociais, conquistas anteriormente adquiridas e relação salarial, mediada pelas diretrizes de uma concepção de Estado do Bem-Estar Social, foram postos em cheque diante dos processos de privatização e mercantilização dos serviços oferecidos pelo Estado.

Com vistas a demonstrar tal perspectiva do problema, pretendemos

36- Conforme apresentaremos no Capítulo 2.37- Cf. Kon, 2008.

indicar que a conceituação característica do enfoque residual, sua sobrevivência e sua predominância no cenário analítico contemporâneo nos remete à necessária análise do contexto de sua fundação, localizado nas obras dos mercantilistas e fisiocratas e que encontra nos economistas clássicos o esforço maior de definição do que seja trabalho produtivo e improdutivo. Desde então, a perspectiva centrada nos esforços de classificação dos setores de atividades econômicas tem procurado identificar uma matriz produtiva por excelência, que a si subordine os outros setores de atividade³⁷. A despeito de todo o trabalho realizado por Marx, no sentido de aprofundar sua crítica à economia política clássica e de enfrentar esse mesmo dilema como um aspecto importante a ser desmistificado, ele permanece vivo e presente nas apologias contemporâneas de uma 'sociedade dos serviços' porque faz parte dos próprios princípios do liberalismo que perpassam a constituição de uma sociedade de mercado e que revivem, atualmente, algumas tentativas de resolução, na medida em que podem retomar enfaticamente os princípios fundamentais da teoria liberal.

Com a finalidade de investigarmos com mais propriedade as bases que sustentam ideológica e institucionalmente a noção de que estaríamos adentrando numa era na qual a preeminência da prestação de serviços, - pensados enquanto atividade improdutiva e desvinculada da produção de bens corpóreos - justificaria o abandono das categorias marxistas ou das contradições entre capital e trabalho, este capítulo se propõe a investigar a própria historicidade desses mesmos princípios. Tal investigação é feita considerando-se que eles só podem ser apreendidos a partir de uma perspectiva de totalidade no interior da qual, economia, política e ideologia não são dimensões estanques, mas 'unidade inseparável'³⁸, apreendida, assim como sugere Gramsci, não num sentido

38 - Cf. Gramsci, 1984, *passim*.

‘naturalista’ ou mecanicista como procedem as ciências naturais. Ao contrário, o nosso objetivo é capturar as leis de regularidade por meio das quais a burguesia se desenvolve concretamente em caráter mundial, ao mesmo tempo em que o mercado mundial expressa as mesmas tendências das leis de desenvolvimento do capitalismo. Tais leis, faz-se necessário esclarecer, devem ser percebidas como tendência, sem qualquer determinismo ou mecanicismo, mas antes, como “ambiente organicamente vivo e relacionado em seus movimentos”³⁹ de luta e contradições.

Para alcançarmos essa perspectiva de análise, retomaremos de Marx forma pela qual ele supera o dilema do trabalho produtivo versus improdutivo e de como tal dilema se presta a inúmeras mistificações.

39- Gramsci, *idem*.

I.1.Economia política clássica e a classificação do trabalho produtivo versus trabalho improdutivo: uma breve apresentação do problema

É conhecida a polêmica entre mercantilistas, fisiocratas (século XVII) e economistas clássicos a partir de Adam Smith. Para os primeiros, representados por Colbert, trabalho produtivo era o trabalho realizado na esfera do “(...) comércio, cujas mercadorias exportadas efetivamente implicassem uma balança comercial favorável superando os custos de sua produção” (SANTOS, p.1. 2007). Se a terra era considerada a fonte natural da qual se obtém a riqueza, resultante do excedente advindo das trocas agrícolas entre as nações, somente o trabalho agrícola, o que se realiza numa dimensão imediata com a natureza poderia ser produtivo. Desta maneira, todas as classes que não lidavam com ela, inclusive a que trabalha nas manufaturas, eram consideradas as ‘classes estéreis’ do ponto de vista de criação de riqueza.

Coube a Quesnay, em seu *Tableau Économique*⁴⁰, como representante da escola fisiocrática, configurar um quadro de conjunto de todo o sistema econômico, no qual ele efetua a seguinte classificação sobre o papel e o lugar das classes: produtiva (arrendatários capitalistas e assalariados da agricultura); estéril (os que desenvolvem atividades à margem da agricultura e que não produzem valor); e proprietários de terra (que não desenvolvem atividades econômicas, mas que possuem o direito de receber renda de todo o produto líquido). Pela primeira vez aparece uma visão global do chamado equilíbrio econômico do sistema, na qual a atividade dos comerciantes ou das classes estéreis, é apresentada como atividade que não aumenta a riqueza, mas pelo contrário, aumenta os custos do

40- Quesnay, 1969.

trabalho, onerando mais ou menos as rendas do Estado e da nação, proporcionalmente à retribuição que recebe das classes produtivas⁴¹. Tal divisão comporta uma clara oposição entre o trabalho produtivo realizado na agricultura - que além de ser o único gerador de riqueza ainda é pressionado pelos altos custos que lhe são impingidos - e o comércio que, se de um lado pode ser considerado necessário, posto que “constitui a troca das coisas”, por outro, não deve ser tomado como produtivo, já que “a troca e o comércio, não dão origem a produtos”⁴².

A resposta de Smith aos fisiocratas vem a passos largos, mas lembremos, ela é, antes de tudo, uma resposta que procura bradar, ao protecionismo, uma declaração de princípios em defesa do livre comércio. Smith, ao reconhecer no trabalho e tão somente no trabalho a fonte por excelência da produtividade, torna o conceito de ‘produto líquido’ um conceito geral na medida em que pode estar presente em todos os setores e a partir disso nenhum deles deve ser privilegiado⁴³. Em razão dessa visão, um problema que não concernia aos fisiocratas, posto que para estes, somente o trabalho agrícola era produtivo, é enfrentado por Smith: trata-se da questão da distribuição dos produtos entre as diferentes categorias sociais. É no âmbito da quantidade de trabalho como medida da troca que tal questão é pensada por Smith. Mas, a sistematização do seu pensamento só pode ser tratada a partir da compreensão do momento historicamente determinado no qual se dá a movimentação da indústria com vistas a ganhar fôlego enquanto modo de acumulação dominante que colocará a troca num patamar universal, na mesma medida em que a produtividade ganhe novo

41- Napoleoni, 1985, p. 148.

42- Quesnay apud Napoleoni, 1985, p. 158.

43- Napoleoni, idem, p. 59.

estatuto e apareça como nova perspectiva de aumento da riqueza. Para tanto, é preciso dirigir ataques à política dos monopólios e privilégios das grandes corporações, cujas práticas elevam os preços ao colocá-los sob o rígido controle dos interesses dos países colonialistas, o que culmina numa assimetria entre as nações. Ora, tal assimetria estaria na contramão da crença-chave numa capacidade natural, que é prerrogativa apenas e tão somente do mercado, no sentido de sua auto-regulamentação. O pensamento de Smith, portanto, é perpassado pela própria manifestação de uma crise entre agricultura e nascente industrialismo e da premente necessidade de sua superação.

Segundo Roberval dos Santos (2007 p. 2), a questão do trabalho produtivo em Smith carrega tal dualismo, visível na mistura das concepções que marca seu pensamento. De um lado, como os fisiocratas, afirma que considera produtivo “o trabalho que acrescenta valor ao produto no qual é aplicado”, expandindo, contudo, a noção de trabalho para além daquele que é realizado na agricultura.

No entanto, se consegue perceber que produtivo é o trabalho que acumula o capital do capitalista, noutro momento regride em relação aos fisiocratas separando a produção de bens físicos da produção de serviços. A retórica inaugurada com esta separação, que dura até os dias de hoje, deixa de vincular o termo trabalho produtivo à atividade geradora de mais-valia referindo-se exclusivamente ao trabalho como atividade que repõe valor consumido, ou seja, o trabalho que “acrescenta ao material quantidade de valor igual à contida no salário (MARX, 1987, p. 135-142).

Para os objetivos de nosso trabalho interessa discutir, de como a retórica mencionada por Santos se estende aos dias de hoje, é interessante destacar que o pensamento de Smith retém e conceitua o trabalho humano como aquele capaz de proporcionar “comodidades que se fazem necessárias para o refinamento e a delicadeza de nosso gosto” e que está sob a orquestração da

divisão social do trabalho, expressão por excelência da dimensão avançada de uma civilização e fator que ‘amplia a prosperidade de um país’ (SMITH apud NAPOLEONI, 1985, p. 173). Desse modo, a produção da riqueza, a produção do valor, aparece como atividade que corresponde à satisfação de necessidades humanas abstraídas, por sua vez, de todas as especificidades históricas que marcam um determinado modo de produção.

A determinação do valor das mercadorias aparece em Smith, e eis aqui os fatos fundadores da teoria do valor como resultado de duas condições: daquela que diz respeito à quantidade de trabalho, ou tempo de trabalho necessário para sua produção; e também daquela que se expressa “na quantidade de trabalho vivo com a qual a mercadoria pode ser comprada, ou seja, na quantidade de mercadoria com a qual pode ser comprada uma determinada quantidade de trabalho vivo (a medida do valor é encontrada no valor (de troca) do trabalho” (DE GIOVANNI, 1984, p. 24).

Smith inaugura a identidade entre tempo de trabalho e valor de trabalho e ao mesmo tempo, a própria tradição de medição do trabalho considerado produtivo que ainda orienta teses centrais contemporâneas. Nesse sentido, a mistura ou a convivência de termos que podem parecer excludentes expressam dilemas que são estruturais ao capitalismo. Tensões que são ultrapassados por Marx quando demonstra que o intercâmbio entre quantidades iguais de trabalho vivo e trabalho objetivado – se é que ele acontece na dimensão da produção simples - se perde quando se dá a passagem para o modo capitalista de produção, “(...) quando uma determinada quantidade de trabalho vivo não tem a sua disposição a mesma quantidade de trabalho objetivado” (MARX apud DE GIOVANNI, 1984, p. 24). Da mesma maneira Marx distingue a especificidade do trabalho no capitalismo. Ele é uma mercadoria distinta das demais porque se apresenta como capacidade, como força de trabalho. Ao ser trocada por trabalho passado, quebra a linearidade apontada por Smith da identidade imediata entre trabalho objetivado nas mercadorias e trabalho em potência do trabalhador.

Em Ricardo já não encontramos mais resíduos da visão fisiocrata. Sua análise reflete a leitura da economia capitalista em seu pleno desenvolvimento, o que lhe permite deslocar o olhar para a compreensão da teoria econômica como aquela que se ocupa das formas de distribuição do produto do trabalho. Distribuição que ocorre entre as "três classes da comunidade": proprietários de terras, trabalhadores e donos do capital. O trabalho produtivo, para Ricardo, é entendido de maneira a evitar a divisão entre setores da economia. Produtivo é aquele trabalho que gera excedente econômico/riqueza; sua geração pode se dar na agricultura tanto quanto na indústria. Mas, o capital, e não a terra, é quem consegue incorporar trabalho já realizado em seu processo. Como Ricardo compreende a sociedade a partir de seus dilemas distributivos, em sua análise não cabe a distinção ou a visão dos antagonismos entre as classes, afinal, todas as atividades podem contribuir na geração de riquezas. Essa é uma noção estrutural na economia neoclássica que avançou no século XX e, ousamos afirmar, que se consuma como suposição básica, a partir da qual inúmeras teorias atualmente podem construir perspectivas que condenem o aporte marxista sobre a luta entre as classes sociais.

Tal esforço de definição pontual daquilo que caracteriza e situa o lugar das 'classes produtivas' – esforço que é central à economia política burguesa -, prestou-se, portanto, desde sua origem, entre outras mistificações, a fundamentar os desdobramentos históricos e políticos das práticas mercantilistas e/ou manufactureiras, ditadas pela controvérsia entre liberalismo e protecionismo. Ele é a expressão teórica da acirrada disputa pela direção do processo de valorização entre as frações do capital⁴⁴, a saber: sua fração mercantilista, que dirigiu o

44- O debate foi recuperado por Napoleoni no livro «Smith, Ricardo, Marx». Ed. Graal, 1978. Ver também: Sergio Buarque de Hollanda Filho. "Livre Comércio versus protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições". Estudos Econômicos. SP,

processo de acumulação primitiva do capital e a fração burguesa emergente, que aspirava obter controle sobre o processo produtivo artesanal, assalariando produtores diretos, seqüestrando-lhes a autonomia e dirigindo as novas práticas institucionais no sentido de impedir que se legitimasse o poder das guildas e das corporações.

Nesse momento histórico, a tentativa de definição do que seja trabalho produtivo tem importância teórica fundamental porque integra o próprio arcabouço conceitual que sustenta a hierarquização de prioridades, bem como a legitimação ideológica das práticas que demandavam a defesa ora do livre comércio, ora do protecionismo. É necessário lembrar que esse foi o momento do debate inaugural entre liberalismo e estatismo que carrega consigo, desde então, sua marca característica (comum também às duas visões de organização da vida estatal) de impedir que se perceba, como elemento fundador e estrutural ao capitalismo, a relação de antagonismo entre capitalistas e proletários.

Oliveira (1979) também chama a atenção para o fato de que tanto os economistas clássicos quanto os neoclássicos dão maior ênfase à diversificação interna aos setores que conformam a divisão social do trabalho do que para uma possível demarcação entre elas. As diferenças da divisão social do trabalho entre campo e cidade, agricultura e indústria, não são, para eles, tão relevantes, na medida em que consideram que os resultados por elas produzidos são intercambiáveis entre si. “Tanto a posição dos clássicos em geral, quanto a dos neoclássicos, tendiam a borrar as diferenças de divisão social do trabalho entre os três grandes setores, concedendo mais importância às diferenças que se desdobram no interior de delas (OLIVEIRA, 1979, p. 40).

Vê-se que, para a economia política burguesa, a constituição da

sociedade não é percebida como resultado de antagonismos entre classes sociais. Sobre isso, a discussão apresentada por Gramsci a respeito da definição do conceito de *homo oeconomicus*⁴⁵ na economia política clássica é bastante esclarecedora. Em Ricardo, a consolidação da ciência burguesa - que descobre estar no trabalho e não na posse do outro a fonte da produção do valor - não pode se dar sem a abstração da forma especificamente capitalista da atividade econômica. Tal abstração é uma premissa fundadora dessa mesma forma de sociedade⁴⁶. Supor que se possa reduzir a atividade humana a uma forma genérica de indústria, na qual desaparecem as especificidades historicamente determinadas da atividade econômica, é uma suposição necessária ao capitalismo, às suas superestruturas e que a nós cabe desmistificar, como tentaremos fazer a seguir, mostrando o processo, em sua historicidade, durante o qual se estabelecem as relações sociais tipicamente capitalistas.

I.2. Marx: crítica e análise histórico-dialética do capital como condição para a superação do dilema trabalho produtivo versus trabalho improdutivo

Desde o século XVI, pôs-se em movimento a longa marcha de luta entre o sistema medieval em decomposição e o novo modo de produção capitalista, no qual a universalização da troca se fez possível em virtude do divórcio final entre produtor e seus meios de produção. Processo complexo, nele se dá a formação das burguesias (mercantis e bancárias), a constituição dos

45- Gramsci, *Concepção Dialética da História*, 1984.

46- Gramsci, 1984, p. 306 e 365.

Estados modernos, a ampliação das trocas e sua dominação em âmbito mundial e são colocadas em prática novos modos produção e transporte assim como acontece o florescimento de novas mentalidades.

O Estado nacional, o fato nacional, emergiu nesse cenário constituído pelo fim das prestações em gêneros ou dinheiro e pela conseqüente consolidação do trabalho livre assalariado, sob a aparência⁴⁷ de uma relação contratual livremente estabelecida entre capitalistas e trabalhadores. Na mesma medida em que tal aparência consolidou-se, articulando as novas práticas produtivas do modo de produção capitalista, o Estado passou a condensar os interesses das novas classes em confronto.

Lembremos que a produção capitalista passa a requerer uma força de trabalho com nova composição técnica e política, na medida em que não pretende realizar-se apenas na esfera da troca entre possuidores de mercadoria intermediados pela moeda. Ela almeja e precisa, sobretudo, dirigir o processo de produção e, para isso, torna-se necessário criar e instaurar novas formas de controle e disciplinamento do trabalhador. Essa foi uma condição máxima, uma condição fundamental para a investida da nova classe, que passou a concentrar a propriedade dos meios de produção em suas mãos a partir dos novos mecanismos de subordinação de todas as demais classes. Para estas, isso tudo implicou numa contínua despossessão dos meios de produção posta em marcha durante os processo histórico de acumulação primitiva do capital - conhecido pela violência dos processos de expropriação aos quais submeteu as classes

47- O termo aparência é utilizado aqui no sentido a ele dado por Gramsci. Tal expressão não tem nada de transcendente ou metafísico, como ele adverte ao criticar Croce. Trata-se, pelo contrário, de um ato prático que se apresenta, no entanto, enquanto concepção subjetiva da realidade de um grupo social. Enquanto ato prático, é a 'forma de um concreto conteúdo social e o modo de conduzir o conjunto da sociedade a formar uma unidade moral' (GRAMSCI, 1984, p. 221).

subalternas -, de tal sorte que, como mostra Marx, a estas têm restado apenas a posse de sua própria força de trabalho como mercadoria a ser colocada à venda para a garantia de sua sobrevivência⁴⁸. Classes, finalmente, que participam do processo de socialização das forças produtivas somente enquanto vêm arrancadas de si todas as prerrogativas anteriores que lhe garantiam autonomia e direção de suas próprias atividades⁴⁹.

É muito importante destacar a esta altura, que esse é o momento da própria gênese histórica da tensão central entre indivíduo e sociedade, cristalizada, inicialmente, na forma do Estado Absolutista, que teve o papel de garantir condições para o exercício dos poderes regulatórios de instituições como as guildas que, como se sabe, foram os instrumentos por excelência de monopólio comercial. Como resultado das forças em presença instaurou-se, segundo expressão de Dobb, uma ordem jurídica draconiana com vistas a impedir a autonomia de uma classe de novos servos (jornaleiros), cuja atividade aparece como fonte de riqueza. Até os séculos XIV e XV a riqueza das classes comerciais deu-se em razão da exclusão da participação nos lucros, advindos do comércio das imensas massas dos produtores e não pela queda no padrão de vida. “Em outras palavras, os lucros excessivos da nova classe comercial deviam sua fonte a uma redução relativa e não absoluta na renda dos produtores” (DOBB, 1987, p. 126).

48- Ver Dobb (1997), Beaud (1999) e Macpherson (1979). Em Macpherson, recomendo atenção especial ao Capítulo III, intitulado «Os niveladores: o sufrágio universal», onde a dimensão da despossessão política dos assalariados e pedintes é estudada pelo autor, não como expressão de suposta incoerência dos ‘niveladores’, que defendiam o sufrágio universal, mas como resultado de uma certa visão de natureza e liberdade humana derivadas das premissas básicas, segundo as quais a posse é uma condição ‘natural’, legitimada por Deus e antecede qualquer forma de governo.

49- Falamos de autonomia no sentido do que Marx apresenta no Capítulo VI de O Capital, quando descreve o processo de trabalho artesanal.

O exame do processo de gênese do capitalismo, desde a fase da acumulação primitiva, na qual o capital mercantil tinha ainda uma relação externa com a produção, permite mostrar que não existe ordem 'natural' das coisas, mas sim uma civilização forjada a ferro e fogo por meio de uma luta violenta entre sujeitos específicos. As instituições dessa fase organizavam verdadeiros sistemas de controle dos mercados e de defesa dos interesses dos monopólios. Do ponto de vista político, o domínio das cidades e suas instituições, conhecidas sob a forma de patriciados, garantia a usurpação de privilégios políticos que garantiam mecanismos de subordinação e exclusão dos artesãos das atividades comerciais⁵⁰.

A análise desse processo histórico permite ainda perceber que durante seu desenrolar consolidava-se, paralelamente, uma oligarquia burguesa, fruto de processos amplamente apresentados na bibliografia sobre o assunto. Lembremos apenas que uma parte da classe mercantil começa a tomar posse diretamente da produção, submetendo os artesãos ao seu controle e pondo em movimento o processo de universalização das relações salariais, o que significa que a força de trabalho constitui-se enquanto mercadoria por excelência do capitalismo. Daí para as mudanças técnicas de produção foi apenas uma questão de tempo e de como a luta de classes manifestou-se dentro e fora do processo produtivo, como veremos a seguir.

Mercadores e capitalistas ligados ao processo produtivo passaram a aparecer como sujeitos que se especializaram em ramos de atividades. Coube à burguesia mercantil fornecer créditos e especializar-se no comércio exportador, enquanto ao capitalista 'fabricante' teria cabido ocupar-se da direção econômica e

50- Sobre esse processo e suas singularidades históricas, ver Marx, (1988), Dobb (1987) e Macpherson (1979).

política da produção. Aos artesãos abriu-se o tenebroso horizonte de uma nova relação de submissão, expropriação, violência e dominação. Ao se transformar em trabalhador assalariado, a figura histórica do produtor direto perdeu sua autonomia e passou a ser considerada como elemento constitutivo do próprio capital.

Essa 'arquitetura' da composição do capital explica o movimento gestado no interior mesmo do processo: o avanço das mudanças transformou em limites aquilo que fora fundamental para a expansão da burguesia mercantil. O que foi marco regulatório para controle da concorrência e expressou-se em forma de legislação capaz de garantir as condições necessárias para o processo de acumulação primitiva do capital⁵¹ precisou, então, ser superado. O monopólio urbano tradicional, antes necessário para que as condições de comércio fossem reguladas de modo a excluir as grandes massas de pequenos produtores e/ou pequenos comerciantes, tornou-se limite a ser atravessado numa fase em ascensão que dependia do livre fluxo do capital⁵².

O Liberalismo surge, assim, enquanto um guia teórico e prático, como filosofia de governo e como visão de mundo da burguesia européia em ascensão. Coube à figura do estado nacional fazer a mediação do processo de luta feroz no interior do qual se deram momentos cruciais da desqualificação do trabalhador, de seu desenraizamento, da despossessão de seus instrumentos de trabalho e saberes de ofício, apropriados pelo capitalista e redimensionados no âmbito da nova divisão do trabalho sob o comando do capital. Esse processo se deu sob o desenvolvimento de mecanismos de força e agenciamento das formas de controle

51- A noção de acumulação primitiva do capital, segundo desenvolvida por Marx, é conhecida. No entanto, não é demais lembrar que ela remete às práticas de pilhagens, monopólios, corporativismo, exploração do comércio de produtos advindos de países não desenvolvidos. A esse respeito ver também, Dobb, op. cit., 1987.

52- Cf. Filgueiras, 1997.

institucionais.

Para muitos autores, a consolidação dessa aparência de igualdade jurídica se dá pela forma como, historicamente, o Liberalismo consegue condensar a tensão central entre indivíduo e sociedade ao defender a existência de uma ‘ordem natural’, expressa nas noções de liberdade individual e de livre concorrência entre agentes econômicos, cujos conflitos potenciais são regulados e harmonizados pela chamada ‘mão invisível’ do mercado. É evidente que daí se desdobra a noção de uma ordem inexorável, imutável, inextinguível como pretende se estabelecer a ordem capitalista burguesa, sob a regência da perspectiva do direito universal à propriedade. Quando tal classe consolida sua ordem - derrubando os entraves econômicos e políticos sustentados pelo Estado Absolutista⁵³-, encontra-se, então, diante do desafio de construir um novo horizonte civilizatório capaz de garantir o livre fluxo do capital. A burguesia faz isso combatendo a ordem estamental e anunciando o advento da modernidade na medida em que as novas instituições deveriam garantir o acesso universal de todos, indistintamente, à livre associação. De acordo com Filgueiras (1997, p. 902).

“No plano internacional, essa ideologia deu origem à doutrina das “vantagens comparativas”, que fundamentava a necessidade de total liberdade comercial entre as nações, de acordo com os interesses econômicos hegemônicos da Inglaterra. Por fim, apesar desse discurso anti-Estado, a “nova ordem”, que foi aos poucos se constituindo em todo Ocidente, não significou evidentemente o fim da intervenção econômica do Estado, nem tampouco uma posição neutra do mesmo no que concerne à disputa de interesses dos mais diversos segmentos sociais, mas apenas o fim de uma determinada forma de intervenção, consubstanciada no chamado Estado Absolutista”.

53- É importante lembrar que o Estado Absolutista outrora tinha sido um aliado da burguesia na garantia da vigência de condições necessárias para o processo de acumulação primitiva.

O importante a reter é que a instauração da ordem burguesa, sob os escombros da era medieval - baseada no trabalho impositivo ou por recompensa - passa a depender, fundamentalmente, da consolidação dos princípios do individualismo, da liberdade e da igualdade. A relação entre indivíduos passa a ser tomada como a relação entre indivíduos que possam “dispor de sua própria pessoa, de suas capacidades, portadores de uma liberdade real de disporem de suas potencialidades”, conforme afirma Macpherson (1979, p. 15). Tal concepção de humanidade - definida pela idéia de liberdade, a qual, por sua vez, é expressão do exercício de posse - é fundadora da nova sociabilidade baseada na troca e apenas consegue se consolidar enquanto esteja também consolidado o próprio mercado da força-de-trabalho, no qual os trabalhadores devam perceber-se livres para disporem de seu tempo em troca de um salário. Liberdade e igualdade, como atributos que garantem a propriedade, são, dessa maneira, postulados fundamentais, artifício ao mesmo tempo político e ideológico, que assegura a dispersão ou a não visibilidade da condição de classe das massas trabalhadoras (expropriadas, subalternizadas, domesticadas para o efetivo domínio, sobre si, do capital) e sua redução enquanto individualidade livre para efetuar contratos de troca⁵⁴, como qualquer outro indivíduo de qualquer outra classe social.

54- Para futuros desdobramentos deste item, é interessante mencionar a definição de sociedade de mercado possessiva, conforme elaborada por Macpherson, como «uma sociedade em que contrastando com a que se baseia em costumes e status, não existe uma divisão impositiva de trabalho ou de recompensas, e na qual, contrastando com a sociedade de produtores independentes, que apenas trocam seus produtos de mercado, existe um mercado de mão-de-obra, do mesmo modo que o de produtos. Se se procura um critério único para a sociedade de mercado possessivo, ver-se-á que o trabalho do indivíduo é uma mercadoria, ou seja, que a energia e a destreza de uma pessoa são de sua propriedade, e no entanto, não são levadas em conta como integrantes de sua personalidade, mas como pertence, cujo uso e aplicação ele tem liberdade para entregar a outros por um preço. É para da ênfase a essa característica da plena sociedade de mercado que a chamei de sociedade de mercado possessivo. Sociedade de mercado possessivo também implica em que, onde o trabalho se tornou artigo de mercado, as

Ao mesmo tempo, elas são suposições básicas para a criação do tipo adequado de Estado capaz de garantir essas mesmas prerrogativas da sociedade mercantil. Lembremos ainda, que, a competição é elemento mais do que fundamental que extrapola a idéia de concorrência entre capitais e alcança a relação que os trabalhadores devem travar entre si⁵⁵.

O detalhamento histórico desse longo processo não cabe aqui. Fundamental a ser esclarecido é o incomensurável esforço por recrutamento e disciplinamento da força de trabalho como condição e resultado da passagem da subordinação do trabalho ao capital. Tal passagem acontece paulatinamente ao desenvolvimento do processo - no interior do qual o modo capitalista de produção assume a forma de uma relação coercitiva - que visa extrair mais sobretrabalho (falamos da mais valia absoluta a relativa) e desenvolve uma visão de mundo própria capaz de tornar o horizonte do capitalismo o horizonte de todas as classes sociais. Para além do processo de subsunção real do trabalho ao capital - que Marx indica como sendo aquele no qual o capitalista entra como dirigente, guia e que torna o processo de trabalho um processo de exploração do trabalho alheio (MARX, 1985, p. 87) -, é fundamental criar um horizonte ideológico comum que tente neutralizar os antagonismos, em suas expressões práticas e teóricas e

relações de mercado moldam ou permeiam de tal forma todas as relações sociais que ela pode ser adequadamente chamada de sociedade de mercado, e não apenas de economia de mercado» (MACPHERSON, 1979, p. 59).

55- Em Hobbes, conforme mostra Macpherson (op. cit), encontram-se sistematizadas as suposições básicas do individualismo fundador da teoria liberal e que permanecem válidos até os tempos presentes. Nele, 'competição, glória e desconfiança' como causas fundamentais dos conflitos sociais, seriam 'disposições naturais' da humanidade a conduzirem os indivíduos na sua permanente busca por vantagens competitivas em relação uns aos outros. A noção de poder como poder sobre os outros e de portar os meios pelos quais cada indivíduo procura alcançar seus bens futuros, aparece de forma central nas teorias contemporâneas de uma sociedade do conhecimento, conforme veremos no Capítulo 3 deste trabalho.

permita que o processo de produção se reproduza.

O processo de análise da composição das classes sociais não pode fechar os olhos para este aspecto que, uma vez trazido à tona, explica como ideologia, política e materialidade não são momentos separados sequer para efeito de análise. A história de todos os tempos tem sido, até a hoje, a história da luta entre as classes⁵⁶ e tal luta requer a construção da visão de mundo burguesa, ao mesmo tempo em que o capital consegue fragmentar as classes subalternas, tanto do ponto de vista ideológico quanto no plano material. Apenas sob essa premissa é possível interpretar o debate teórico a respeito das atividades ou setores econômicos.

Esse desenrolar histórico não se deu em função de uma impressão natural num pretenso corpo genético das classes em ascensão, mas foi resultado de acirrado embate cujas contradições formam um todo. Conforme mostra Dias (2008), no Dezoito Brumário, Marx elabora fina análise das diferenças internas das classes sociais, tanto no interior da burguesia quanto no das classes trabalhadoras e de como exame minucioso do embate político revela a impossibilidade de entendê-lo como produto de uma relação determinista ou de mão única entre posse dos meios de produção e controle das formas institucionais. A heterogeneidade das classes, ao contrário, permitiu que se concretizasse a necessária percepção de que o Estado não se vincula imediatamente aos interesses de uma classe, portando-se como seu instrumento de coerção. A aparência de que ele está acima e além dos interesses imediatos e particulares é fundamental para que os dominantes possam “fazer o jogo ‘democrático’ e, ao mesmo tempo, apresentar-se como governo dos competentes, independente e muito freqüentemente contra a vontade expressa dos seus

56- Ver Marx, O Manifesto Comunista, 1996.

eleitores.” (DIAS, 2008).

1.2.1. Trabalho produtivo e improdutivo em Marx. Um primeiro deslocamento: classes estéreis, poder estatal e os intelectuais do poder burguês

Neste ponto podemos inserir um primeiro deslocamento que a obra de Marx permite no que concerne à formação de uma classe de trabalhadores que não está diretamente ligada às atividades produtivas, nem mesmo na condição de exército industrial de reserva. Em primeiro lugar, lembremos, ele demonstra que, como corolário da própria formação do Estado, desenvolve-se um corpo de funcionários que operacionalizam as políticas do poder executivo e seu ‘arsenal de políticas que fragmentam os subalternos’. Assim o faz justamente na medida em que tais políticas aparecerem como expressão da noção de ‘interesses gerais e acima de interesses particulares’. Políticas ‘neutras’ e legitimadas pelo desenvolvimento pretensamente científico das técnicas de controle social. Aqui, no peso da máquina estatal encontra-se, segundo afirma Dias ao reler o Dezoito Brumário, “a chave do poder burguês”. Decisivo para consolidar tal máquina de tamanho e alcance brutais, devoradora de “parcelas imensas do mais-valor socialmente produzido”⁵⁷ Vejamos como isso se dá no interior do processo de reorganização das forças políticas no decorrer mesmo do processo revolucionário de 1848:

“Cada interesse comum foi imediatamente separado da sociedade, opostos a ela a título de interesse superior, geral, subtraído à iniciativa dos indivíduos da sociedade, transformada em objeto da

57- Dias, 2008, p. 31.

atividade do governo, desde a ponte, a escola e os bens comunais de um município rural qualquer, até as estradas de ferro, a riqueza nacional e as universidades. A república parlamentar, enfim, na sua luta contra a revolução, viu-se obrigada a fortalecer, junto com as medidas repressivas, os meios de ação e a centralização do poder governamental. Todas as revoluções políticas não fizeram senão aperfeiçoar esta máquina, ao invés de destruí-la. Os partidos que lutaram alternadamente pelo poder consideravam a posse deste imenso edifício do Estado como o principal botim do vencedor” (MARX, p. 194 apud DIAS, 2008, p. 141).

Nesse mesmo trabalho Dias mostra a importância dada por Max ao ‘corpo parasitário’, “que recobre como uma membrana o corpo da sociedade francesa e lhe tampa todos os poros”. As burocracias civil e militar exercem poder fundamental enquanto permitem a estruturação de uma ordem social, aparentemente organizada, para corresponder aos anseios de um somatório de indivíduos que passam “a depender direta ou indiretamente do Estado”⁵⁸. Tal burocracia, esse copo de funcionários que dá eficácia ao Estado, corresponde, na visão de Marx retomada por Dias (2008), à necessária formação de uma classe de intelectuais, que efetivam o poder burguês, “sem a qual não era possível superar contradições parciais entre as frações do capital e estabelecer a ordem da sua classe”. Marx vai mais longe e afirma que existe um “plano bem regulado de um poder estatal cujo trabalho está dividido e centralizado como em uma fábrica” (DIAS, 2008, p.141).

Esta dimensão, retomada mais tarde por Gramsci, é fundamental para que se possa escapar das abordagens centradas no aspecto meramente econômico da formação do valor, que em nada se afastam da perspectiva desenvolvida pela Economia Política Clássica, sobretudo enraizada na obra de Ricardo. Ao mesmo tempo, Marx mostra uma vinculação orgânica entre aparelhos de Estado, superestruturas jurídicas e as mudanças estruturais dos processos

58- Dias, 2008.

produtivos. Não existe, em sua análise, qualquer separação entre esferas ou setores que ganham vida própria e merecem recorte do olhar⁵⁹.

1.2.2. Trabalho produtivo como trabalho que produz mais-valia. Processo de subsunção do trabalho ao capital e a reprodução ampliada do capital

O segundo deslocamento efetuado por Marx, na temática do trabalho produtivo versus improdutivo, assume outras proporções em relação à proposição da economia política clássica em razão de sua submissão ao método histórico dialético, que lhe permite capturar o processo de subsunção real do trabalho pelo capital, em toda a sua carga contraditória conformada pelos antagonismos que opõem, violentamente, as classes sociais sob o capital. A violência explica o processo. Violência que vai moldando o processo de valorização de modo a transformar a força de trabalho e fazê-la aparecer não como expressão de um conjunto de operários, agentes reais do processo de trabalho, mas como presença individualizada, assim como é a do capitalista, com quem estabelece relação de livre contratante.

Sob o comando do capital, a associação dos trabalhadores aparece como imposição que resulta não do uso da força direta, da arregimentação do trabalho forçado, servil ou escravo, mas como propriedade que emana das condições da produção por ela própria, como algo natural ou que não pode ser

59- Para que não se perca o fio condutor da exposição em andamento, qual seja, os deslocamentos feitos por Marx a respeito da temática do trabalho improdutivo, não localizamos no corpo do texto a referência teórica gramsciana sobre americanismo e fordismo, que será desenvolvida no capítulo seguinte.

controlado pela ação política. A violência aparece, se aparece, não como expressão direta do poder de uma classe sobre a outra, mas como propriedade das condições objetivas do progresso e do avanço rumo à modernidade.

Uma dimensão ressaltada por Marx, quando discute o dilema do trabalho produtivo versus improdutivo, precisa ser destacada e inserida nos esforços para explicação do papel dos serviços na sociedade capitalista. Trata-se do que ele expõe no Capítulo VI Inédito de *O Capital* (1985), quando afirma que o tema é fonte vigorosa de mistificação para a economia política burguesa. Dentre as fontes que alimentam tal mistificação citemos basicamente delas: o fato de se considerar como produtivo o processo de trabalho que se materialize num produto material; e também o de se apagar a diferença existente entre trabalho que produz artigos de caráter reprodutivo ao capital e aquele que produz artigos meramente suntuários⁶⁰. Essa mistificação, continua Marx, só pode ser enfrentada sob a lente/regência da categoria teórica do trabalho assalariado como aquele que é confrontado pelo capital no decorrer do processo produtivo e que permite a distinção entre “trabalho que é trocado por dinheiro como dinheiro” e trabalho que é trocado “por dinheiro como capital”. (idem, p. 119). O que está em andamento e que precisa ser desmistificado é a composição da figura do trabalhador coletivo, que move uma capacidade de trabalho socialmente combinada que põe em movimento, por sua vez, o próprio processo de produção de mercadorias. Mas, o central é ter em vista que tal capacidade de trabalho será consumida pelo capital visando sua ampliação, processo que permite sua auto-valorização. Se esse é o termo central, pouco importa como cada trabalhador participa individualmente do processo de produção de mercadorias, posto que, coletivamente, ele conforma essa massa de trabalho socialmente combinada e necessária. O trabalho

60- Marx, 1985, p. 117.

produtivo, para Marx, deve ser entendido como

“uma capacidade de trabalho socialmente combinada; em como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato de formação de mercadorias, ou melhor, neste caso, de produtos – um trabalha mais com as mãos, outro mais com a cabeça, este como diretor, engenheiro, técnico etc., aquele como capataz, aquele outro como operário manual ou até como simples servente – temos que são em cada vez maior número as funções da capacidade de trabalho incluídas no conceito imediato de trabalho produtivo, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral ao seu processo de valorização e de produção. Se se considerar o trabalhador coletivo constituído pela oficina, a sua atividade combinada realiza-se materialmente e de maneira mais direta num produto total que, simultaneamente, é uma massa total de mercadorias e aqui, é absolutamente indiferente que a função deste ou daquele trabalhador, mero elo deste trabalhador coletivo, esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto. Porém, então, a atividade desta capacidade de trabalho coletiva é o seu consumo direto pelo capital, ou por outra, o processo de auto-valorização do capital, a produção direta de mais-valia e daí, como se há de analisar mais adiante, a transformação direta da mesma em capital” (MARX, 1985, p. 110).

Se é verdade, portanto, que a base do modo de produção capitalista pressupõe agrupamento dos trabalhadores, arregimentação, disciplina, continuidade e dependência, como afirma Marx, é sob a composição do trabalhador coletivo que o capital consegue sua força

“em todas as fases do desenvolvimento do capital pelo fato de que os vários trabalhadores trocam com ele como se fosse um só, concentrando-se a troca nele, pelo caráter social da troca, o capital troca socialmente com os trabalhadores, porém, estes trocam individualmente com ele” (MARX, 1985b, vol. II, p. 11).

Acontece que a concentração dos trabalhadores durante todo o processo de constituição do capitalismo aparece aos próprios trabalhadores como algo que lhes é alheio. Ora, tanto a concentração das condições objetivas da produção - como matérias-primas, instrumentos, o próprio dinheiro -, quanto a concentração das forças subjetivas da força de trabalho se reproduzem na relação acima citada: o capital arregimenta, concentra os trabalhadores, mas estes se

reportam individualmente ao capital para vender sua força de trabalho⁶¹.

Além disso, é a mobilização de uma certa quantidade de trabalho excedente que define outra condição central: a que possibilita ao capital mobilizar riqueza suficiente para se reproduzir enquanto capital e aparecer diante dessa imensa massa de trabalhadores como a própria representação da riqueza e das possibilidades de consumo da sociedade em geral. Em outras palavras, a apropriação do sobretrabalho é a condição para que o capital possa inverter-se novamente em capital e aparecer “como uma força coletiva, como força social que supera a individualização. Primeiro a da troca (do capital) com os trabalhadores e logo a dos trabalhadores mesmos entre si” (MARX, 1985b, vol. II, p. 13-14).

Outro deslocamento importante feito por Marx deve ser ressaltado. Ao retomar as dimensões específicas do valor de uso dos meios e instrumentos de trabalho para o capital, além da sua dimensão enquanto valor de troca, a leitura do processo real torna-se outra. Enquanto valores de uso para o capital, meios e instrumentos de trabalho aparecem, aos olhos de Marx, como condições que põem em movimento o processo de valorização; são determinações fundamentais que evidenciam as dimensões antitéticas do processo de trabalho capitalista, que é determinado pela presença de dimensões absolutamente distintas: a do plano objetivo (as condições objetivas da produção) e a do plano subjetivo. A distinção

61- “Ao associarem-se os trabalhadores, não revelam sua própria existência, mas a existência do capital. Esta associação é algo contingente em relação a cada trabalhador individualmente. Expressa sua associação com outros trabalhadores e sua cooperação com eles como algo alheio, como emanção do capital. O capital, quando não assume uma forma inadequada - como ocorre, por exemplo, com o pequeno capital, que trabalha por sua conta - pressupõe já em certa escala, maior ou menor, a concentração, tanto em forma objetiva, ou seja, como concentração em uma só mão, que aqui coincide todavia com a acumulação de víveres, matérias primas, e instrumentos ou, em outras palavras, do dinheiro como a forma geral da riqueza, e, de outro lado, [também,] em forma subjetiva, a acumulação de forças de trabalho e sua concentração em um ponto, sob o comando do capital”(MARX, 1985b, vol II, p. 9).

formal entre essas duas dimensões é ocultada pela economia política burguesa, que entende ambos como capital, o que lhe impede de apreender todos os aspectos contraditórios que limitam o próprio processo de valorização do capital e que fazem do capitalismo um processo de 'crise' em constante tentativa de resolução ou superação.

Os economistas burgueses fazem abstração das condições subjetivas que, historicamente, passam a ser subsumidas ao capital. Escondem, dessa maneira, a diferença fundamental entre meios de trabalho e a força de trabalho e mistificam "o caráter histórico de transformação do processo de desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho" (Marx, 1985, p. 93). Resulta daí o escamoteamento da condição que dá forma ao capital desde a fase da subsunção formal: a duplicidade e o caráter antitético do processo de trabalho sob o capitalismo que é, ao mesmo tempo, processo de valorização do capital. Processo de trabalho que faz dos meios de trabalho algo maior do que um mero conjunto de máquinas, ou seja, eles se tornam os meios pelos quais o capital incorpora historicamente trabalho em seu processo de valorização, expropriam saberes e moldam uma disciplina de comando. Ainda que o trabalho apareça como propriedade consciente do trabalho, ao ser assimilado pelo processo de valorização, ele se converte, na verdade, num mero elemento de uma totalidade maior que é a do capital fixo, da maquinaria em sua totalidade. Não é o indivíduo a unidade básica do sistema produtivo, mas a maquinaria que se opõe ao trabalhador⁶².

62- "Só a tacahez mental da burguesia que tem por absoluta a forma capitalista de produção, e que, conseqüentemente, a considera forma natural da produção, pode confundir a questão do trabalho produtivo e do trabalhador improdutivo do ponto de vista do capital, com a questão do trabalho produtivo em geral, contentando-se assim com a resposta tautológica de que é produtivo todo o trabalho que produz, em geral, ou que desemboca num produto, ou num valor de uso, em resumo: num resultado. Só é produtivo

Disso tudo decorre que, para Marx, o critério para a determinação do que seja ou não trabalho produtivo está no duplo caráter do processo de trabalho sob o capital. Lido através de suas lentes - e aqui se dá a ruptura epistemológica com a economia política clássica -, o trabalho, no capitalismo, assume uma duplicidade que faz dele não apenas atividade que produz mercadorias. Sob o capitalismo o trabalho põe em movimento o processo de produção de mais-valia. Mas, ao sugar trabalho não pago e transformá-lo em meio de produção (que sugará mais trabalho não pago) o processo de produção capitalista deixa de ser apenas produtor de mercadorias e passa a ser, fundamentalmente, um processo de reprodução das relações sociais tipicamente capitalistas. Relações que, inclusive, compreendem a presença de trabalhadores supérfluos na medida em que um estágio novo do desenvolvimento da produção implique no descarte dos trabalhadores que já não sejam necessários para levar a efeito as atividades lucrativas do capital (Marx, 1985, p. 121).

Tal perspectiva leva Marx a deslocar a questão da classificação do tipo de atividade que gere trabalho produtivo da ênfase dada ao conteúdo do trabalho para ressaltar que o que importa é o tipo de relação social que o trabalho condensa e põe em movimento.

“O ser produtivo é uma determinação daquele trabalho que em si e para si não tem absolutamente nada que ver com o conteúdo determinado do trabalho, com a sua utilidade particular ou o valor de uso peculiar em que se manifesta. Por isso, um trabalho de idêntico conteúdo pode ser produtivo ou improdutivo” (MARX, 1985, p. 115).

Dessa característica da forma capitalista de organização do trabalho decorre que:

o operário cujo processo de trabalhos seja igual ao processo de consumo produtivo de capacidade de trabalho – pertencente ao depositário desse trabalho – por parte do capital ou do capitalista” (Marx, 1985, p. 109 - 110).

“Como o fim imediato e o produto por excelência da produção capitalista é a mais-valia, temos que somente é produtivo aquele trabalho que (e só é trabalhador produtivo aquele possuidor da capacidade de trabalho que) diretamente produza mais-valia; por isso só o trabalho que for consumido diretamente no processo de produção com vistas a valorizar o capital; (...) todo e qualquer trabalho que, numa parte alíquota da massa total de mercadorias, representa simplesmente trabalho não pago, ou seja, um produto que nada custa ao capitalista. É produtivo o trabalhador que executa um trabalho produtivo e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital” (MARX, 1985, p. 108-109).

Apenas enquanto, sob o capitalismo, o trabalho assalariado absolutiza-se e produz mais-valia - que volta ao processo sob a condição de mais capital - é possível pensar a questão do trabalho produtivo. Produtivo é todo o trabalho que se transforma em trabalho produtor de mercadorias - na medida em que o trabalhador foi transformado num vendedor de força de trabalho (a mercadoria por excelência do capitalismo) -, que por esse ato de troca ‘faz’ dinheiro e agora pouco importa que esse dinheiro seja ‘feito’ através de atividades que gerem produtos corpóreos ou por meio de seus serviços. Desde que o dinheiro gerado por esse ato de troca, que corresponde à circulação, seja incorporado novamente como fator vivo no processo de produção do capital, ele é produtivo. É produtivo porque se torna componente variável que conserva e reproduz o capital adiantado, mas que, sobretudo, o aumenta. Ou, dizendo melhor, cria mais-valia. O processo avança de forma a tornar-se universal. O capital, afirma Marx, avança por força de sua própria constituição e segue subordinando e subsumindo aos seus domínios novas atividades e funções que, se de alguma maneira foram consideradas ‘fins em si mesmas’, mantendo aura de autonomia tal como o foram os médicos e advogados, transformam-se diretamente em trabalhadores assalariados, por mais diferente que seja o seu conteúdo e o seu pagamento; da mesma maneira, tais funções e profissões “passam a ser reguladas pelas leis que regulam o preço do trabalho assalariado” ((MARX, 1985, p. 110).

Portanto, em que pesem as diferentes formas de constituição do

trabalhador, não podemos abstrair o fato de que sua associação (ou externalização, conforme conjuntura atual) emana da existência do capital; a forma da cooperação que os trabalhadores alavancam é um produto do capital, conforme nos mostra Marx⁶³. Todas as potências sociais produtivas são forças produtivas do capital, o qual pressupõe, por sua vez, a concentração, mas, é preciso que se reforce a idéia, concentração que agora se expressa no dinheiro como forma geral da riqueza, ou seja, riqueza como acumulação de forças do trabalho e sua concentração sob o mando do capital.

“A associação dos trabalhadores, a cooperação e divisão do trabalho, condições fundamentais da produtividade do trabalho, assim como todas as forças produtivas do trabalho, ou seja, as forças que determinam o grau de sua intensidade e, portanto, de sua realização extensiva, manifestam-se como forças produtivas do capital. A força coletiva do trabalho, seu caráter de trabalho social, é, portanto, a força coletiva do capital” (MARX, 1985b, vol II, p. 9).

“(...) Estamos na própria gênese histórica do princípio da universalização do valor de troca (ou a sua essência oculta, a mais valia) sob o princípio desenvolvido pelo capital, que se desenvolve tanto mais quanto mais o capital procure tornar supérflua a perícia pessoal e, em geral, a descartar o trabalho manual, o trabalho físico direto, tanto como o trabalho destre, que como esforço muscular, centrando mais a perícia nas forças naturais inertes. A manufatura como nascimento do modo de produção do capital (...) pressupõe o fato de que não exista ainda a produtividade do trabalho que o capital mesmo há de provocar. O suposto de que parte é, pois, que o trabalho necessário na manufatura absorve grande parte de todo o tempo de trabalho disponível” (1985b, vol. II, p 11).

A constituição desse novo trabalhador não se desvincula desse processo e se deu historicamente graças à produção de tempo excedente de trabalho, o qual só pode ser obtido com a coletivização do trabalho de muitos operários em relação ao capital. Ora, afirma Marx, para que o capital possa existir

63- Marx, O Capital, 1988.

enquanto tal, viver de lucro e acumular é necessário que seu lucro seja igual à soma do tempo excedente de trabalho de muitas jornadas simultâneas de trabalho vivo. O trabalho excedente é produzido porque o capital segue organizando a coletivização do trabalho de muitos. O capital supera a individualização do trabalho e, desta soma combinada, nasce uma riqueza suficientemente grande para poder converter-se de novo em capital (idem, p. 11). Ao mesmo tempo, o divórcio entre trabalhador e as condições de produção também é pressuposto da formação do trabalhador coletivo, do agrupamento dos trabalhadores em torno do capital e sob sua direção. A função da troca deixa de ser individual e torna-se uma força social, um potencial de troca, que transcende ao indivíduo, como diz Marx.

O capital realiza-se historicamente na medida em que consegue criar as condições necessárias para que o trabalhador somente possa vender sua força de trabalho enquanto parte das forças que o capital reúne e concentra. Podemos, assim, superar a ênfase nas classificações sobre trabalho produtivo e improdutivo na medida em que recuperamos o processo histórico e dialético durante o qual, desde o fim do artesanato, pouco tem importado a qualidade do trabalho ao capital. Na produção capitalista descarta-se o caráter semiartístico, a perícia individual do trabalhador que realiza atividade direta sobre a matéria-prima, caráter esse que nos remete ao trabalho como valor de uso, no qual se exprime o desenvolvimento da capacidade específica do trabalho manual direto, a adaptação do trabalho da mão do homem. Tudo isso deve desaparecer⁶⁴.

O trabalho abstrato emerge como a forma mais adequada à universalização da produção da mais-valia e condensa, como 'matéria-prima' por excelência do modo de produção capitalista, as próprias relações sociais antagônicas condensadas na mercadoria que conduzem, inexoravelmente, à

64- Marx, 1985b, p. 11

tendência de economia do trabalho vivo, ao encurtamento do tempo de trabalho produtivo socialmente necessário para a reprodução do capital.

O desenvolvimento histórico do capitalismo está diretamente relacionado à sua capacidade de reinventar formas adequadas da cooperação produtiva, ou seja, de trabalho socialmente necessário. Está ainda diretamente relacionada à quantidade de trabalho excedente - sob a forma dinheiro - necessária para que consiga financiar as novas formas de cooperação.

A novidade, diferentemente do que se deu noutras formas de desenvolvimento histórico, é que agora o capital se apodera do progresso histórico e o põe a seu serviço⁶⁵. A arte, a política, a ciência e a tecnologia não são mais do que forças produtivas do capital, ainda que apareçam, aos olhos dos dominados, como efeitos naturais do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade em geral e não do capital. São elementos das forças produtivas sociais e se contrapõe aos trabalhadores. Portanto, afirma Marx nos Grundrisse (1985b):

“todos os progressos da civilização ou, dito de outro modo, todo incremento das forças produtivas sociais, que são, if you want, as forças produtivas do trabalho mesmo, os resultados da ciência, das invenções, da divisão e combinação do trabalho, os avanços dos meios de comunicação, da criação do mercado mundial, da maquinaria, etc., não enriquecem, conseqüentemente aos trabalhadores mas ao capital; só servem para acrescentar mais e mais o poder que domina o trabalho; potencializam somente a força produtiva do capital (...). A transformação do trabalho em capital é resultado direto da troca entre capital e trabalho, que confere ao capitalista o direito de propriedade sobre o produto do trabalho (e o poder de mando sobre este). (...) Aqueles que sustentam que as forças produtivas atribuída ao capital só é uma transposição das forças produtivas do trabalho, que imputam àquele a produtividade própria deste, esquecem precisamente que o mesmo capital representa esta transposição, que o trabalho assalariado enquanto tal não pode existir sem o capital e implica,

65- Idem, ib. p. 13.

portanto, uma transmutação à medida em que postula suas próprias forças como uma potência estranha ao trabalhador” (Marx, *idem*, vol. II, p. 189).

Os progressos da civilização não são neutros, enquanto formas de materialização dos meios de fazer aumentar a produtividade, são meios de aperfeiçoamento das formas de mando e extração do sobretrabalho. E é esse uso capitalista das máquinas que determina, por sua vez, os rumos do desenvolvimento tecnológico. Determina o valor de uso da técnica para o capital, ou seja, as gigantescas forças produtivas expressam o poder do capital sobre o trabalho social não apenas porque condensam trabalho objetivado, mas porque, enquanto valor de uso, criam novos valores. O trabalhador, transformado em mero vigilante da ação das máquinas, quanto mais perde em destreza, mais assiste ao contínuo desenvolvimento do virtuosismo da máquina que passa a dirigi-lo no processo de trabalho. “Dotada de uma alma que lhe infundem as leis mecânicas que a governam, a máquina consome, graças a seu próprio movimento constante, carvão (...) do mesmo modo que o trabalhador consome alimentos” (1985b, vol. I, p. 108).

A ciência, nas mãos do capital, não pode ter outra razão de ser se não a de aperfeiçoar as formas de apropriação do trabalho vivo pelo trabalho objetivado. A produtividade torna-se sinônimo da negação, ao máximo possível, do trabalho necessário. A realização dessa tendência acontece, nos informa Marx (*idem*), pela transformação do meio de trabalho na forma da maquinaria. Mas, a particularidade dessa transformação é que ela é gestada na oposição ao trabalho como potência viva. Oposição que se manifesta sob a forma de apropriação do trabalho vivo e do comando capitalista das máquinas e é a própria condição para o pleno desenvolvimento do capital. Além disso, o capitalismo se consagra efetivamente só quando o capital fixo aparece como superação de sua forma imediata como meio de trabalho e firma-se como maquinaria diante do trabalho dentro do processo de produção. Por essa razão,

“o capital tende a dar a produção um caráter científico ao mesmo tempo em que reduz o trabalho direto ao papel de simples momento desse processo (...) e assim nos damos conta de que assim como para que o dinheiro se converta em capital, este, de um lado, pressupõe que as forças produtivas – entre as quais figura também a ciência – tenham alcançado certo desenvolvimento histórico enquanto que, de outro lado, impulsiona e pressiona esse desenvolvimento” (MARX, 1985b, vol.II, p. 111).

A partir do desenvolvimento histórico do capital fixo, o trabalho nele objetivado aparece sob forma das forças produtivas, fazendo desaparecer a força valorizadora do trabalho vivo. Assim acontece com a acumulação do saber e da destreza, das forças produtivas gerais, do cérebro social que também são absorvidos pelo capital e se confronta com o trabalho. Ele se revela aqui como uma qualidade do capital, ou, para dizer mais exatamente, do capital fixo, na medida em que entra no processo de produção como meio de produção propriamente dito. “Portanto, a maquinaria se revela como a forma mais adequada do capital fixo, e este, por sua vez, como a forma mais adequada do capital em geral, do capital considerado em si mesmo” (MARX, 1985b, vol. I. p. 108).

Lembremos que Marx afirma que, sob o capital, a “produtividade consiste apenas na coerção ao sobretrabalho” ⁶⁶. A produtividade, portanto, é expressão e manifestação do estágio da luta entre as classes e de como o capital enfrenta o desafio de aperfeiçoar as formas de controle e subsunção do trabalho assalariado. Se, sob a regência das inovações tecnológicas, capital e trabalho têm alteradas suas composições técnicas é preciso investigar as bases políticas dessas mudanças.

O emprego da ciência e da tecnologia e da produtividade em geral, ao alterar o volume necessário de tempo direto de trabalho, confirma a tendência contraditória em direção ao fim do trabalho direto como princípio determinante da

66- Marx, 1985, p. 129. Ver também, Panzieri, 1972.

produção.

De um lado temos que tendo-se convertido o trabalho simples em trabalho científico que submete as forças naturais a serviço das necessidades humanas, a transformação do processo de produção aparece como uma qualidade do capital fixo, em oposição ao trabalho vivo; o trabalho individual agora improdutivo – a menos que seja precisamente um trabalho produtivo dentro da atividade coletiva que domina as forças naturais – elevado ao nível de trabalho social, vê-se, de fato, reduzido à impotência pela potência coletiva e concentrada do capital.

“De outro lado, a manutenção do trabalho pelo (trabalho coexistente/capital circulante) em outro ramo (produtivo) aparece agora como uma qualidade do capital circulante. Na pequena circulação, o capital adianta ao trabalhador o salário que este troca pelo produto necessário para o seu consumo. O dinheiro que o operário recebe só tem este poder porque, simultaneamente, se trabalha em outro ramo de produção. Somente apropriando-se do trabalho, pode dar a este o capital, em forma de dinheiro, o direito de dispor de trabalho alheio. E esta troca de trabalho individual pelo trabalho de outro não parece mediada nem condicionada pela coexistência do trabalho alheio, mas parece dever-se ao adiantamento feito pelo capital. (...) Desse modo, todas as forças do trabalho se transpõem ao capital, como forças (próprias) deste; no capital fixo, a força produtiva do trabalho (projetada fora e como se existira independentemente dele, enquanto matéria). E, no capital circulante, de um lado, no fato de que o trabalhador impõe-se a si mesmo os fatores da repetição de seu trabalho, e, de outro, pelo fato de que a troca desse trabalho sujo se faça pela mediação do trabalho coexistente de outro trabalhador e assegurasse a simultaneidade dos ramos de trabalho. O capital postula-se, assim, como mediador entre os diversos “labores” sob a forma de capital circulante” (MARX, 1985b, vol. II, p. 110-111).

Para sintetizar, Marx mostra que, assim como provoca, violentamente, a aglutinação dos trabalhadores sob seu comando, o capital também dispõe, enquanto capital, de todas as forças produtivas disponíveis, ou seja, a ciência, a divisão do trabalho, à medida que se manifestam enquanto divisão das ocupações, tornam-se potências sociais da produção capitalista “e atuam, portanto, como sujeito delas” (MARX, 1985b, vol. II, p. 9) em confronto com o

trabalho. Além disso, a tendência em diminuir o tempo de trabalho se torna uma das fontes centrais do caráter contraditório do capital que desencadeia sua crise estrutural. A economia do trabalho vivo, o emprego da ciência e da tecnologia, enquanto implique no aumento da mais-valia, altera, ao mesmo tempo, a composição do capital. A parte variável (gastos em salários) tende a diminuir com o aumento do capital fixo, os lucros dos ramos que dominam os novos saberes aumentam, acirrando a concorrência intercapitalista em razão do aumento da produtividade. Mas, paulatinamente, a taxa de lucros tende a declinar na medida em que as novas máquinas são difundidas a todos os ramos produtivos e, sobretudo, na medida em que o próprio trabalho como fonte de produção da mais-valia tende a diminuir drasticamente no conjunto da composição orgânica do capital. Segundo Marx,

“o mesmo desenvolvimento da força produtiva social do trabalho se expressa no progresso do modo de produção capitalista, por um lado, numa tendência de queda progressiva da taxa de lucro e, por outro, em crescimento constante da massa absoluta de mais valia ou do lucro apropriado; de forma que, no todo ao decréscimo relativo do capital variável e do lucro corresponde um aumento absoluto de ambos” (MARX, O Capital, Livro III, seção III, 1988, p. 162)

E aqui se abre todo um campo de discussão sobre o caráter da lei tendencial da queda da taxa de lucros, definida, por Marx, como elemento fundamental da crise constitutiva do capitalismo. Quanto mais o modo de produção capitalista se desenvolve, uma quantidade cada vez maior de capital se torna necessária para empregar a mesma força de trabalho, e ainda maior para uma força de trabalho crescente. A força produtiva crescente de trabalho gera, necessariamente, na fase capitalista, uma superpopulação trabalhadora permanente justamente porque cresce a força produtiva do trabalho social. A taxa de lucros declina, indicando a queda da própria mais-valia em relação ao capital social adiantado, portanto, sendo independente de qualquer divisão da mais-valia em diferentes categorias. Sua retomada só pode se dar no caso de um aumento da composição do capital variável enquanto isso implique no aumento da

exploração da força de trabalho ou da apropriação do lucro. Assim,

“Para empregar um capital variável acrescido em termos absolutos, com uma composição superior ou um aumento relativo mais intenso do capital constante, o capital global precisa crescer não só na proporção da composição superior, mas ainda de maneira mais rápida” (Idem, p. 162).

Ainda que decline a taxa de lucros, pode-se observar, então, um aumento da massa de lucro indicando um avanço na acumulação ou na formação do capital adicional que resulta do movimento pelo qual se coloca cada vez mais trabalho adicional em processo de produção de mais-valia. E assim, recomeça o ciclo pelo qual as forças produtivas em cena conduzirão ao aumento da composição do capital constante. As mesmas forças que provocam a queda da taxa de lucros conduzem ao incremento da acumulação. O que aparece como contradição, na verdade, afirma Marx, revela o próprio fetichismo pelo qual se escamoteia o papel da concorrência como elemento da consciência dos agentes que capturam tão somente o processo em seu aspecto visível. O ponto de partida dessa mistificação é que se considera, para efeitos de cálculo, a mercadoria individual e não o processo em sua totalidade. Logo, para a Economia Clássica que não conseguiu explicar tal tendência, esse processo expressa apenas uma suposta vontade livre do capitalista em aumentar sua taxa de lucro. As coisas podem aparecer dessa maneira porque se faz abstração da “concepção do capital comercial” (Idem, p. 167), além do fato de que o capitalista considera aqui a mercadoria individual e não a massa do capital social. Longe de entender a queda da taxa de lucros como lei natural que conduziria ao fim inexorável do modo capitalista de produção, Marx enfatizou seu caráter tendencial permeado pelas forças contra-operantes, de caráter histórico e que não permitem qualquer versão sobre a previsão do fim do capitalismo em razão de sua crise interna. Dentre as forças que denomina de conflitantes em relação a queda tendencial da taxa de lucros, analisa os efeitos causados: pela elevação do grau de exploração do trabalho, pela compressão do salário abaixo de seu valor, pelo barateamento dos elementos do capital constante, pelo aumento de uma superpopulação relativa,

pelo comércio exterior e pelo aumento do capital por ações. Na mesma medida em que tais manifestações - que emanam do aumento da composição do capital constante e da queda da participação do capital variável em razão da aplicação dos saberes socialmente construídos no desenvolvimento das forças produtivas - levam a uma inevitável descensão da taxa de lucros, também conduzem ao movimento inverso e impedem que a queda seja tão rápida ou maior do que se possa esperar, pois agem como “influências contrariantes em jogo que cruzam e superam os efeitos da lei geral, dando-lhe apenas o caráter de uma tendência” (Idem, p. 168).

Porteriormente, Gramsci (1984) ao reiterar a necessidade de se pensar o peso das forças contra-operantes sobre a lei da queda da taxa de lucros, insiste em que não existe uma pré-determinação que possa antecipar a certeza do fim do capitalismo. Pensar em automatismos, afirma, significa negar a politicidade de todos os processos até aqui descritos.

I.2.3. Trabalho produtivo como trabalho que produz mais-valia. A totalidade das relações sociais capitalistas: produção, circulação e consumo. Dinheiro e fetichismo

A compreensão dessa dimensão leva-nos a reter, de Marx, as múltiplas determinações do capital, contraditoriamente múltiplo e uno. Enquanto força que se opõe aos trabalhadores ele é uno; porém, no desenvolvimento de suas próprias capacidades de realização ele assume múltiplas e contraditórias determinações, como a do crédito, por exemplo. E aqui reside a questão central para nós: o desvendamento desse ‘mistério’, o desvendamento do grau de complexificação das relações sociais capitalistas que aparece aos olhos da teoria burguesa como grosseiras simplificações.

Nesse sentido, é importante pensar o processo produtivo de forma ampla, capturado para além do que pode ver o olhar retido no momento da produção, de modo que o momento da circulação ganhe visibilidade como estágio integrante do processo de valorização. Lembremos que a circulação é aquele momento no qual o fetiche do relacionamento entre agentes livres no mercado, trabalhadores individuais e capitalistas individuais, firmando contratos entre iguais, assume a força mistificadora mais importante para a reprodução do capital porque a totalidade do processo não aparece como processo social resultante das relações de forças antagônicas entre as classes sociais. Tudo se passa como se o mercado fosse produto de uma causalidade, como poder estranho aos indivíduos e que a eles se opõe e não como resultado de um desenvolvimento histórico resultante da subordinação de todas as potências objetivas e subjetivas ao capital. “A circulação, primeira totalidade entre as categorias econômicas, ilustra perfeitamente tudo isto” (Marx, 1985, p.96).

Ao se objetivar na forma dinheiro – como a que pretende servir apenas como mediador universal da troca - o tempo de circulação consegue se autonomizar em relação ao processo de valorização mostrando-se apenas como tempo de circulação do dinheiro. Mostrando-se, assim, como algo desvinculado do todo. Mas isso em nada modifica o fato de que a quantidade de mais valia criada num tempo específico seja determinada tanto pelo tempo de trabalho quanto pelo tempo de circulação⁶⁷. Assim, a primeira especificidade da forma dinheiro no

67- Marx afirma: “O produto converte-se em mercadoria; a mercadoria passa a ser valor de troca; o valor de troca da mercadoria constitui sua qualidade monetária imanente; e esta qualidade monetária separa-se enquanto dinheiro, adquire existência social como um modo de existência geral, separado e autônomo de todas as mercadorias específicas e de seu modo de existência em especial; a relação de produção consigo mesma enquanto valor de troca converte-se em sua relação com o dinheiro existente junto dele ou de todos os produtos com o dinheiro que existe fora deles. Assim como a troca real dos produtos engendra seu valor de troca, seu valor de troca engendra o dinheiro” (idem, 1985b, vol. I.

capitalismo que deve ser trazida à discussão é a que remete à sua complexa determinação, que expressa sua função de intermediar a troca não apenas enquanto dinheiro, mas enquanto uma terceira mercadoria, à qual cabe a capacidade de medir um tempo de trabalho que não é apenas o tempo de trabalho incorporado nos produtos, mas é também tempo de trabalho socialmente necessário⁶⁸.

Neste ponto da análise é fundamental acrescentarmos a importância, para todo o processo de desenvolvimento do capitalismo, de tantas fontes de mistificação geradas pelo 'dinheiro' e que só podem ser enfrentadas pela análise do processo de trabalho sob o capital como processo de valorização e de reprodução das relações sociais capitalistas. Em primeiro lugar, é preciso contestar a visão corrente, propagada pela econômica política burguesa, segundo a qual o dinheiro é apenas um meio de troca. Marx demonstra que ele é uma das formas assumidas pelo capital e sua constituição, não estando divorciada do processo iniciado com o próprio surgimento histórico do capitalismo e expressa uma relação social de produção essencial que comporta todas as contradições e antíteses do processo de universalização da troca. A 'forma' dinheiro do capital, enquanto aparece como um meio geral de troca, cria o nexos social entre indivíduos e permite, ainda, ao valor aparecer como existência própria. Mas, tal existência, expressa nos valores de troca,

“pressupõe a desintegração de todas as relações de dependência pessoais plasmadas (históricas) no seio da produção, o mesmo que a dependência natural nos produtos uns em relação aos outros.

A produção de cada indivíduo não depende somente da produção de todos os demais, mas inclusive a transformação de seu produto

p. 51).

68- Marx, 1985b, p. 50.

em meios de sustento para ele mesmo, dependerá continuamente do consumo dos demais. Os preços vêm de muito longe, e o mesmo ocorre com a troca; porém a prática cada vez mais freqüente de estabelecer os preços em relação ao custo de produção, assim como a penetração da troca em todas as relações de produção somente se desenvolvem plena e indefinidamente na sociedade burguesa na sociedade da livre concorrência. Esta dependência recíproca se expressa na constante necessidade da troca e no valor de troca como mediador universal (...).

(...) A dependência universal e recíproca dos indivíduos, indiferentes uns aos outros, constitui seu nexos social. Esse nexos social se expressa no valor de troca; nele converte-se em uma atividade e no produto para ele mesmo a atividade própria ou o produto de cada indivíduo; este deve criar um produto universal: o valor de troca ou o dinheiro, que é este valor, isolado individualizado em si mesmo. (...) A atividade, qualquer que seja a forma individual de manifestar-se, e o produto da atividade, qualquer que seja sua natureza particular constitui o valor de troca, ou seja, um objeto universal em que aparecem negadas e apagadas toda individualidade e toda particularidade” (1985b, vol. I. p. 60 e 61).

No modo de produção especificamente capitalista, o valor de troca ganha existência separada, autônoma, perdendo sua visibilidade em relação ao produto, mas continuando a existir como mercadoria que assume a forma dinheiro. É no dinheiro que se manifestam todas as propriedades da mercadoria enquanto valor de troca, como forma social separada da sua forma de existência natural. Como ‘individualidade da riqueza geral’, como a ‘comunidade geral’⁶⁹, não mantém qualquer relação com seu possuidor. A forma material que assume este símbolo é, de algum modo, indiferente, embora possa manifestar-se historicamente de várias maneiras. O desenvolvimento da sociedade vai elaborando o símbolo material mais adequado a isso e do qual pode desligar-se posteriormente. Um símbolo, se não é algo arbitrário, exige certas condições quanto ao material a que representa, afirma Marx. No entanto, ele representa a forma social dos produtos, ainda que as

69- Marx, 1985, vol. I, p. 118.

teorias monetaristas ou a problemática proudhoniana de supressão dos meios de troca esperem que uma simples mudança na forma material do dinheiro possa acarretar alterações significativas nas formas de distribuição da produção social.

Além disso, analisando mais uma particularidade do dinheiro, Marx demonstra que quanto mais o valor de troca converte-se em objeto direto da produção, tanto mais vão desenvolvendo-se, necessariamente, as relações monetárias e as contradições a elas inerentes, ou seja, a relação do produto consigo mesmo enquanto dinheiro. O poder do dinheiro desenvolve-se na mesma proporção em que o valor de troca torna-se o fim mesmo do processo de produção, que depende imediatamente do avanço da divisão do trabalho e do caráter social da produção. Dessa maneira, ao aparecer diante dos produtores como algo que lhes é autônomo - como um poder que não nasce deles, mas que se impõe a eles e contra eles- é que o valor de troca completa a dimensão necessária para avançar enquanto forma geral de sociabilidade na sociedade burguesa,

“o que originariamente se manifestava como meio para fomentar a produção, converte-se agora em uma relação alheia ao produto. À medida que os produtores dependem da troca esta parece ser independente deles e afunda-se no abismo entre o produto enquanto produto e o produto como valor de troca. O dinheiro não cria estas antíteses e contradições, mas é o desenvolvimento destas antíteses e contradições que faz surgir o poder transcendental do dinheiro.

O produto converte-se em mercadoria; a mercadoria passa a ser valor de troca; o valor de troca da mercadoria constitui sua qualidade monetária imanente; e esta qualidade monetária separa-se enquanto dinheiro adquire existência social como um modo de existência geral, separado e autônomo de todas as mercadorias específicas e de seu modo de existência em especial; a relação de produção consigo mesma enquanto valor de troca converte-se em sua relação com o dinheiro existente junto a ele ou de todos os produtos com o dinheiro que existe fora deles. Assim como a troca real dos produtos engendra seu valor de troca, seu valor de troca engendra o dinheiro” (MARX, 1985b, vol. I, p. 51).

O fetichismo da mercadoria, portanto, completa-se com o avanço do

poder do dinheiro enquanto relação social. A trajetória percorrida por Marx para chegar a essa formulação do problema passa pela elucidação das diferentes determinações que o capital pode assumir sem que deixe de ser capital. Ao assumir uma diferente determinação, por exemplo a da produção, ou a da circulação, a característica que a ela corresponde pode ganhar autonomia diante do conjunto das relações sociais burguesas e se constituir em fonte de ocultamento do caráter totalizador da produção e da realização da mais-valia.

Para desfazer inúmeras 'confusões', Marx mostrou que o crescimento da grande indústria também promoveu incrementos no campo da circulação e que o capital se desloca, contraditoriamente, ao longo de todo o processo, que se define, antes de mais nada, pela própria alternância entre produção e circulação. Alternância que aparece à teoria econômica burguesa como sucessão de instâncias seccionadas, no interior das quais a quantificação do tempo de trabalho pode ser medido relativamente aos diferentes tempos que dura ao longo do processo⁷⁰. À economia política burguesa, o tempo socialmente necessário - bem como o tempo absoluto do dispêndio do trabalho - fica retido nesses diferentes momentos e soe aparecer como objetivação do próprio capital. Neste ponto Marx questiona as teorias monetaristas sobre o crédito, as quais consideram tempos de produção e de circulação como contrapostos e afirma ser óbvio que, efetivamente, o tempo de produção não é realmente interrompido pelo tempo de circulação. Se isso aparece como interrupção é pelo fato de o capital dividir-se em partes, que assumem diferentes determinações⁷¹. Somente dividindo-se em duas partes, a da

70 - De Giovanni, p. 48.

71- Nas palavras de Marx: "Porém, isto só ocorre porque todo o capital divide-se em partes, uma das quais encontra-se na fase da produção e outra na fase da circulação. Assim, por exemplo, segundo a relação entre o tempo da circulação e o tempo de produção, não funciona todo o capital, mas 1/3 ou 1/x dele, enquanto que outra parte encontra-se na circulação. Ou pode dar-se também o caso de que um determinado capital

produção e a da circulação - “uma das quais circula como produto acabado, enquanto a outra se reproduz no processo de produção, revezando-se uma com a outra; quando uma retorna à fase (processo de produção) a outra abandona esta fase” (MARX, 1985b, vol. II, p. 77/78) - o capital alcança a necessária condição de ser duplo e contraditório.

É assim que aparece o salário no interior da produção. O trabalho pelo qual foi trocado aparece como instrumento de produção, na mesma medida em que é trabalho-não pago. Conforme De Giovanni (1984, p. 49),

“O salário representa tão somente a capacidade de trabalho, e, dado que o valor desta existe separado do trabalho enquanto força produtiva está incorporada ao capital e como instrumento in esse, não in pose, de modo algum é instrumento de produção diferencial do capital; não é senão o trabalho o que faz do capital um instrumento de produção”.

Diante da complexidade do processo de valorização - que engloba o momento da circulação na clássica forma D-M-M-D -, é fundamental desmistificar essas diferentes determinações, apagadas pela separação e que só têm sua unidade recomposta na determinação do próprio valor. Valor que é o sujeito central do processo; que, para assim se construir, muda sua forma, modifica sua magnitude, reúne os diferentes tempos decompostos ao longo do processo⁷²; e,

se duplique. Para este capital, assim como para o originário: como se não existisse para nada o tempo de circulação. Toma-se emprestado capital para estes fins. E, prescindindo das ownership volta a ser exatamente o mesmo como se o capital se dividisse em duas partes. Ao invés de A se dividir em dois e B também em dois, A absorve B e se divide em A e B. Los creyentes en el crédito só criam ilusões acerca deste processo” (idem, vol. II, p. 77/78).

72- «A recomposição do tempo social ao nível do capital coincide, portanto, com sua separação interna, e com o alternar-se nele os momentos distintos, concentrados na produção imediata e na circulação imediata. Não é uma solução verbal dizer que a recomposição coincide com a separação. Seria, sim se a produção e a circulação estivessem destinadas a permanecer em sua imediateidade. Porém, sabemos que a separação entre estes dois momentos expressa ao nível unitário e necessário da

dentro da separação consegue concretizar efetivamente “o domínio do tempo do capital sobre o do trabalho”⁷³ e sobre todas as condições da produção social. Valor que subsume toda a riqueza social reprodutiva, satisfazendo todas as suas necessidades sob a forma da troca⁷⁴, justamente na medida em que, por meio dessa separação, contraditoriamente, tendem a apagar, ao olhar imediato, todas relações antagônicas entre as classes. De modo que elas deixam de assim aparecer na medida em que o tempo do valor se fratura e tudo o que aparece no interior do processo, pode, então, fazer-se ver como determinação do próprio capital, tendendo a escamotear o primado da política no interior do processo de produção.

De Giovanni (1984), ao ressaltar a importância de se perceber o momento da circulação como momento que também ‘constrói’ os sujeitos, movimenta as diferentes formas do capital e organiza teórica e politicamente a ‘permanência das classes’. Enfim, ao indicar o quanto é central o reconhecimento do caráter de totalidade do domínio do capital, lembra que isso tem implicações políticas muito sérias. O movimento operário, ao deixar o campo da circulação numa dimensão neutra da economia, permanece refém da teoria do Estado que a burguesia constrói para si mesma. Reconhecê-la como não neutra significa, portanto, ampliar o escopo do movimento operário “a toda a estrutura da reprodução social capitalista e a expandir conseqüentemente o vínculo orgânico operário com a forma global da política e, criticamente, com todo o tecido do Estado” (DE GIOVANNI, 1984, p. 17).

Finalmente, lembra De Giovanni (1984), se o tempo do capital é tempo

reprodução do capital» (DE GIOVANNI, op. cit, p. 53).

73- Op. cit. p.58.

74- Idem, pp. 52-53.

da economia - expresso pela separação entre “o tempo de reprodução da força de trabalho e o tempo relativo ao uso do valor de uso da força de trabalho”⁷⁵ e pela construção da aparência de autonomia entre eles - a recomposição desses tempos, ao mostrar o entrelaçamento orgânico entre produção e circulação, deve ser tomada como o tempo da própria política, porque é por meio dela que as determinações de classe tornam-se visíveis em sua totalidade. A forma salário é o ponto limite desse estado de coisas⁷⁶. Não causa estranheza, portanto, que justamente a forma salário seja o alvo das teorias contemporâneas, que pregam a idéia de prestação de serviços entre livres agentes no mercado como o ápice da passagem para um era pós-capitalista.

A produção da mais-valia depende da freqüência com que o processo de valorização se repete e esta depende do encurtamento do período no qual sua capacidade de se reproduzir – que é o período da circulação – fica anulado. Portanto, a circulação, que é o tempo do movimento específico do capital, é condição indispensável para o capital. Conforme Marx analisa,

“(...) Todo o capital e todo o valor se reproduz quando as duas partes recorreram o processo de produção e o processo de circulação, ou quando a segunda parte entra de novo em circulação. O ponto de partida converte-se assim em ponto de chegada. Portanto, a rotação depende da magnitude do capital, ou melhor, da soma total de ambas as partes (...) Se pensarmos em um capital ou nos distintos capitais de um país, é evidente que o tempo durante o qual este capital não funciona como capital produtivo, ou seja, não agrega mais valia, é tempo que precisa ser deduzido do tempo de valorização, do qual o capital dispõe. Aparece - nesta concepção abstrata - sem relação alguma todavia com os custos de circulação, como negação, não do tempo de valorização realmente estabelecido, mas do tempo de valorização possível, ou seja, que assim seria se o tempo de circulação fosse

75- Idem, ib.

76- Idem, ib.

= 0. É evidente que o capital nacional, durante o tempo em que não se multiplica, não usa esse tempo para aumentar, mas, como o camponês isolado, por exemplo, durante o tempo em que não pode propagar ou recoletar, não pode considerar esse tempo como tempo durante o qual enriquece. (...) A mais-valia de uma fase de produção é determinada pelo sobretrabalho que o capital põe em movimento (pelo sobretrabalho adequado); a soma das mais valias que o capital pode criar num dado período de tempo é determinada pelo número de vezes que a fase de produção se repita durante este tempo ou pela rotação do capital. E a rotação inclui a duração da fase da produção mais o tempo de circulação, ou seja, totaliza o tempo de circulação e o de produção. A rotação se aproximará tanto mais do tempo de produção quanto mais breve seja o tempo de circulação, ou seja, o tempo que transcorre entre o capital *sortant da production et rentrant dans ele*" (idem, 1985b, vol. II, p.79 - 81).

Durante o tempo em que o capital nela se encontre, seu valor não pode ser aumentado porque é tempo durante o qual não produz, não apropria trabalho vivo. A circulação é limite, obstáculo, tempo de negação do valor e que, por isso mesmo, precisa ser eliminado; já o crédito, que também aparece sob a forma dinheiro, é o meio pelo qual o capital consegue circular sem tempo de circulação (MARX, 1985b, vol. II, p. 77 e 78). É um *perpetuum mobile*.

Mesmo considerando que nesse momento o capital não crie valor, ainda que para efeitos de cálculo não figure enquanto custos de produção, não se pode desprezar que seja tempo no qual o valor se realize. Se não cria valor, faz com que ele assuma essa forma porque o faz "mudar da determinação de produto à de mercadoria e à de dinheiro, etc. (mediante uma operação na qual o dinheiro, que antes só existia idealmente na mercadoria se postule de um modo real, ao ser trocado realmente por seu preço – em dinheiro" (Marx, 1985b, p. 76). No entanto, o capital tende, da mesma maneira, a dar valor ao tempo de circulação se se pensar que o processo de reprodução compreende "diferentes órgãos através dos quais se chegam a cabo o tempo de circulação e a postulá-los a todos como dinheiro e, em sua determinação ulterior, como capital. É este outro dos aspectos do crédito" (idem, 1985b, vol. II, p. 78). Nele e por ele o capital torna-se fluido. Ainda que sob formas diferentes, dinheiro, a transformação da mercadoria em

dinheiro e do dinheiro em mercadoria, “podem ser reduzidos todos eles a tempo de circulação”.

Dessa mesma lógica brotam, ainda, as condições materiais, as máquinas ou todas as tecnologias buscadas com a finalidade de abreviar o tempo de circulação. Afinal, se a tendência do capital é circular sem tempo de circulação, ele precisa inventar instrumentos que abreviem o tempo de circulação, porque a circulação é uma determinação da valorização, mas uma determinação negativa⁷⁷. E desses instrumentos, o desenvolvimento alcançado pelas tecnologias, dependerá o tempo de permanência do capital no processo de produção, assim como a redução do tempo no qual ele permaneça na circulação dependerá a massa total de mais-valia produzida.

Estes instrumentos assumem, igualmente, as determinações formais adequadas ao capital do mesmo modo que os diferentes momentos percorridos em sua circulação são determinações de sua própria metamorfose (MARX, 1985b, vol. II, p. 87/88). Assim, a “circulação pressupõe agora, em cada um de seus pontos, produção que é a circulação de produtos; e a circulação de dinheiro revela-se determinada agora pela circulação do capital” (idem, ib. p. 372).

Os críticos da teoria do valor fazem tábula rasa da dimensão acima apresentada por Marx, já que, ao longo dos vários estágios da luta entre as classes, o capital incorpora os intelectuais orgânicos das classes subalternas. O fato é que apontam como novidade algo que está indicado com toda a clareza na leitura de Marx sobre o processo de valorização, que demonstra o caráter capitalista do tempo da circulação. No interior deste tempo o dinheiro, por ser ele mesmo capital, atua, contraditoriamente, como “valor de tempo de produção” ainda que, contraditoriamente, seja tempo de negação do mesmo valor. Finanças,

77- Marx, id. p. 81.

comércio, investimentos ‘especulativos’ não estão deslocados da esfera produtiva, mas são eles próprios determinações específicas do capital, formas assumidas ao longo do trajeto da valorização e em função da qual transmutam-se em formas adequadas a cada momento.

A economia política burguesa despreza o fato de que a troca pressupõe o trabalho social e que o dinheiro não serve apenas como meio de troca ou de antecipação de condições de produção, mas é a forma valor pela qual o valor de troca se expressa em todas e quaisquer mercadorias. A circulação do dinheiro realiza a pretensa igualdade, oculta o fato de que o capitalismo pressupõe e movimenta a contradição central entre produtores e proprietários dos meios de produção e cria, cada vez mais, sobretrabalho enquanto submete às leis da troca todos os modos de produção anteriores.

O comércio, segundo Marx, “deixa de ser uma função intermediária entre produtores independentes para a troca dos produtos que sobram e se converte em premissa e momento fundamental que abarca toda a produção” (MARX, 1985b, p. 276). Nesse sentido é que se afirma a tendência da criação de mercados mundiais e da ampliação do consumo e da criação de novas necessidades e criação de novos valores de uso como corolário da própria força do aumento da produtividade.

I.2.4. Tempo de circulação como uma das determinações formais do capital e sua constituição enquanto crédito

“De tudo o que se diz, se desprende que a circulação é um processo essencial do capital. Para que o processo de produção possa iniciar-se de novo, é necessário que a mercadoria se converta em dinheiro. A continuidade constante do processo, a fluidez, sem travas no caminho do valor é de uma forma ou outra (...) condição fundamental da produção capitalista, muito mais do

que o era em todas as formas anteriores de produção. De outro lado, uma vez que impõe a exigência da continuidade, as fases deste processo se desdobram no espaço e no tempo como dois processos específicos e indiferentes entre si. Para a produção baseada no capital, o que permite ou não realizar sua condição essencial: a continuidade entre as diversas fases que integram o processo total, converte-se em algo (puramente) fortuito. Entretanto, o mesmo capital se encarrega de despojá-lo de seu caráter contingente por meio do crédito. (...) Isto explica porque o crédito em sua forma desenvolvida não aparece em nenhum dos modos de produção anteriores. (...) O crédito enquanto fator essencial desenvolvido da produção, só aparece historicamente na circulação baseada no capital ou no trabalho assalariado. O dinheiro mesmo constitui uma forma apta para compensar as diferenças de tempo empregado em cada ramo da produção e que são inseparáveis da troca” (...) (MARX, 1985b. vol. I, p. 388).

Para chegar a ser capital o trabalho precisa aparecer diante do capital como puro valor de uso e não como valor de troca, ou seja, o trabalhador oferece sua capacidade de trabalho para o capitalista. Ainda que o processo de circulação não seja tempo durante o qual o capital crie ou incremente valor, é nele e, somente nele, que o valor pode se realizar, conforme já foi exposto. Na circulação - momento no qual capital desliga-se do processo de produção - ele não deixa de ser capital, mas é capital sob outra determinação formal. “A circulação do capital constitui, ao mesmo tempo, seu devir, seu crescimento, seu processo de vida. Se algo pode ser comparado à circulação de sangue, não é a circulação formal de dinheiro, mas a circulação substancial do capital” (MARX, 1985b, vol. I, p. 371).

Enquanto no momento da produção o capital passa por transformações, cria valor, é capital criador de valor em processo, no tempo da circulação ele se põe em movimento. Disso decorre um aspecto também fundamental ao processo visto em seu conjunto: o número de vezes em que determinada conjuntura seja capaz de repetir o processo de valorização determina a quantidade de mais-valia que o capital pode produzir, porque o tempo de circulação é um tempo que anula a capacidade produtiva de mais-valia. Produtividade do capital e tempo de circulação estão numa razão inversa, de maneira que a produção da mais-valia seria levada ao máximo se o tempo de circulação pudesse ser eliminado. A

circulação, por ser o período durante o qual o capital passa por seus diferentes momentos, o período de sua “necessária metamorfose”, é condição indispensável para o capital, condição imposta por sua própria natureza⁷⁸. Como tal processo requer tempo, é este um tempo em que o capital não pode aumentar seu valor “porque é tempo durante o qual não produz, não apropria trabalho vivo” (MARX, 1985b, vol. II, p. 76). Assim, salienta Marx, no cálculo dos custos da produção, o tempo em que o capital perdura no momento da circulação deve ser considerado para a repartição da mais-valia entre os diferentes capitais.

Os obstáculos enfrentados para que o capital se realize e possa voltar ao momento da valorização devem ser reduzidos. Tais obstáculos derivam da forma pela qual acontece a circulação do dinheiro. Nesse momento não coincidem os pontos de chegada e de partida, pois o dinheiro sob a determinação de capital é trocado pelas condições de produção; ele produz e valoriza produtos, ou seja, converte-os em dinheiro e reinicia logo o processo (MARX, 1985b, vol. II, p. 370)⁷⁹. Somente no final do segundo ciclo é que a ilusão de que o capitalista troca com o

78- Marx, 1985b, p. 76

79- Segundo Marx (idem, ib. p. 371): “A circulação do dinheiro, considerada por si mesma, dissolve-se necessariamente no dinheiro como algo carente de movimento. A circulação do capital se reanima por si mesma e reanima por si mesma uma e outra vez e cinde-se nos diferentes momentos que a integram; é um *perpetuum mobile*. A fixação dos preços, na circulação era algo puramente formal, já que o valor se pressupõe como anterior à circulação do dinheiro e é independente dela. A circulação do capital (ao contrário) cria o valor e ao fazê-lo estabelece o preço de um modo real, e não somente formal. E se o valor se manifesta como uma premissa dentro da circulação, isso quer dizer que foi criado e postulado pelo outro capital. A circulação do dinheiro se move dentro de uma órbita já medida e as circunstâncias que a aceleram ou a freiam são impulsos procedentes do exterior. Em troca, o capital, na sua circulação específica, registra uma expansão constante, e a rapidez ou a lentidão com que circula é nele um fator imanente. Sua circulação o faz mudar qualitativamente e todas as fases de sua circulação são momentos de sua produção e, conseqüentemente, de sua reprodução e de sua produção em uma nova escala.”

trabalhador outra coisa que não seja o próprio trabalho objetivado nele pode ser dissipada.

Enquanto parte integrante da produção e na qual a produção também está integrada, a volta do capital de sua forma dinheiro para sua forma de condições de produção dependa da integração e da simultaneidade da produção de todos os outros capitais que lhe fornecem matéria prima, instrumentos de trabalho e garantem disponibilidade de mão-de-obra. Tal simultaneidade é condição para que a circulação não negue radicalmente a produção, assim, os elementos da produção “devem lançar-se à produção e à circulação simultaneamente com aquelas pelas quais teve de ser trocado” (MARX, 1985b, vol. II, 374). De igual forma, assim como a simultaneidade da produção de todos os capitais, as próprias formas materiais pelas quais a troca é realizada assumem importância fundamental ao capital.

“Daí que se imponha como uma necessidade, para ele, por sua própria natureza, a criação dessas condições materiais, a superação do espaço no tempo. A criação de meios de transporte e comunicação baratos é uma condição para produção baseada no capital, e este se encarrega, conseqüentemente, de convertê-la em realidade, já que o produto direto ‘só pode se valorizar em massa contando com mercados longínquos à medida que os gastos de transporte se reduzem e, por outro lado, os mesmos meios de comunicação e de transporte são, por sua vez, campos de valorização que dependem do trabalho explorado pelo capital, dando-se além disso, a circunstância de que o tráfico de grandes massas (de mercadorias) permite obter rendas que reponham o trabalho necessário e deixem um benefício trabalho que se requer para lançar à circulação o produto acabado – que só ao chegar ao mercado entra economicamente em circulação – representa, do ponto de vista do capital, um obstáculo que é necessário vencer (...)” (MARX, 1985b, vol. II, p. 380).

Se ainda perdura, depois dessas considerações, o problema sobre a possibilidade de que os custos da circulação encerrem sobretrabalho e de que, portanto, o capital possa obter mais-valia a partir deles, vale a pena citar a conhecida passagem de Marx em que afirma:

“(...) na produção direta, é evidente que todo trabalho excedente

extraído ao operário pelo fabricante representa para este uma mais valia, já que é trabalho objetivado em novos valores de uso que nada custaram. Porém, o tempo de transporte não pode, evidentemente, alargar-se mais do que o necessário. De outro modo o tempo de trabalho se dilapidaria, não se valorizaria., não se objetivaria em um valor de uso. Se o marinheiro, o carreteiro, etc., precisam, para viver um ano inteiro, trabalhar somente meio ano (...) o capitalista os faz trabalhar o ano todo, pagando-lhes meio somente. E, ao carregar os produtos transportados um ano inteiro de tempo de trabalho, pelo que lhe pagou só a metade, obterá uma mais valia de 100 por 100 sobre o trabalho necessário. É exatamente o mesmo caso que se dá na produção direta; portanto, a mais valia originária do produto transportado só pode nascer do fato de que os trabalhadores não são pagos por uma parte de seu tempo de trabalho, uma parte que representa sobretempo rendido depois de cobrir o trabalho necessário para sua subsistência. E a coisa não muda minimamente pelo fato de que o produto se encareça tanto pelos gastos com transportes que não podem ser trocados (...). Os progressos dos transportes e dos meios de comunicação entram também na categoria do desenvolvimento das forças produtivas em geral. Aqui não nos interessa até que ponto podem ou não as mercadorias, com relação a seu valor, resistir aos gastos de transporte; ou que seja necessário organizar o transporte em massa para reduzir estes gastos – (...) - e para que os meios de comunicação se tornem rentáveis” (MARX, 1985b, vol. II, p. 377).

Finalmente, os fundamentos da teoria do valor-trabalho não são abalados pela forma como assumem os meios de comunicação e transporte na medida em que a capacidade produtiva de toda a sociedade, expressa na capacidade de produzir o valor de forma simultânea e ágil, em virtude do grau atingido pela divisão social do trabalho, depende do grau e do alcance da troca como valor universal.

Do exposto Marx chega à formulação de que capital fixo e capital circulante, antes vistos como duas determinações distintas do capital, são mais do que isso, são tipo específicos de capital. Meios de trabalho e materiais de trabalho, que aparecem no interior do processo de produção como condição para a valorização, são ‘capital’ em sua dimensão circulante; enquanto o capital fixo designa a apropriação do trabalho vivo ou dos saberes e habilidades que poderiam ser empregados pelos operários, incorporados no sistema de máquinas.

Esta última forma do capital presta-se aos economistas burgueses como a forma por excelência pela qual se dá a produção da mais-valia; a maquinaria torna-se, para eles, a fonte da qual jorra o valor. O capital circulante, na medida em que diminui ou alarga o tempo da circulação, compõe ao mesmo tempo em que o capital fixo, o grau de extensão das relações sociais tipicamente capitalistas numa determinada sociedade. E tanto maior seja seu avanço, tanto maior será a redução do valor do capital inicialmente empregado. Eis novamente, o círculo no qual a crise se manifesta.

Assim, falar em trabalho produtivo, de modo a enfrentar a mistificação burguesa, é tratar de “uma expressão concisa que designa a relação no seu conjunto e o modo como se apresentam a força de trabalho e o trabalho no processo de produção capitalista” (MARX, 1985, p. 114). Ao se falar em trabalho produtivo, fala-se, na verdade, do trabalho socialmente determinado, uma relação mais do que específica entre quem compra e quem vende trabalho no capitalismo. O dinheiro, que faz a intermediação nesse ato de troca é, também, capital. Quando voltar das mãos do trabalhador ao mercado, a ele voltará na condição de capital que se oporá à própria capacidade de trabalho produtivo. Por conseguinte, o dinheiro que intermédia esse ato de troca

“é aquele que para o operário reproduz apenas o valor previamente determinado da sua capacidade de trabalho, ao passo que na sua condição de atividade geradora de valor valoriza o capital e enquanto capital opõe ao operário os valores por eles mesmos criados. A relação que transforma o primeiro em capital converte o segundo em trabalho produtivo. O produto específico do processo capitalista de produção, a mais-valia, apenas é gerado por intercâmbio com o trabalho produtivo. O que consistiu o valor de uso específico do trabalho produtivo para o capital não é o seu caráter útil determinado, nem tampouco as qualidades úteis particulares em que objetiva, mas o seu caráter de elemento criador de valor de troca (mais-valia)” (MARX, 1985, p. 114).

Vê-se que, as funções surgidas da complexificação da divisão social do trabalho, inclusive aquelas incluídas nas funções comerciais e que comumente têm sido denominadas como serviços, se prestam como fontes de inúmeras

mistificações que pretendem apagar as especificidades do modo de produção capitalista. Vê-se que tudo o quanto tem sido apresentado como novidade, faz parte, na verdade, dos processos de atualização teórica necessários ao capital, no sentido de seccionar suas frações como se fossem autônomas e, sobretudo, como se tudo o quanto arregimentam para seus propósitos de valorização fosse propriedades do conjunto da sociedade. Ao prestar um serviço, o trabalhador não aparecesse como sujeito do processo de valorização do capital. Dessa maneira, o progresso e a modernização também aparecem como se fossem produtos de iniciativas particulares, de empreendedores individuais, mais ou menos incentivados pelas instituições de seus contextos particulares, cujos resultados pertencessem à humanidade genérica, pensada como proprietária da riqueza acumulada a partir do incremento das potências sociais em atividade.

Os apologetas não se dão conta - e não poderiam sob pena de desagregarem-se as pistas ideológicas - dos fetiches do capital, de que a revolução total do processo de trabalho capitalista dá-se quanto mais avançam e são subsumidas ao capital as formas de produzir mais-valia relativa. Ocorre, segundo Marx, outra dimensão da qual se faz abstração comumente: a de que o capital, disposto nas mãos dos capitalistas individuais é tanto premissa quanto resultado do modo de produção especificamente capitalista. E essa posse do capital sempre se dá numa escala social, numa dimensão universal na qual já se perdeu toda relação direta, imediata com a produção individual ou das famílias. Quanto mais despojado dessa imediatividade individual, mais o capital explora as atividades do ramo específico em que atua. A produtividade social do trabalho ganha, portanto, dimensões sociais e tão grandes, em termos de volume, que o capital pode atuar em novos ramos. Essa penetração em novos ramos pode-se dar inicialmente em escala menor, até que também alcancem escala social. “É um processo contínuo. Simultaneamente, a produção capitalista tende a conquistar todos os ramos industriais de que até o momento ainda não se apoderou e nos quais ainda (existe) a subsunção formal” (MARX, 1985, p.105). O resultado da

produção capitalista, na medida em que acontece em razão do avanço do desenvolvimento das forças produtivas, conduz ao crescimento da massa da produção e a “multiplicação e diversificação das esferas produtivas e suas ramificações; só depois, disto se desenvolve correspondentemente o valor de troca dos produtos; a esfera onde operam ou se realizam os produtos” (idem, ib. p. 107).

A dicotomia entre produtivo e improdutivo não é, para nós, um problema a ser resolvido, mas um problema a ser desmistificado. Nesta conjuntura em que o mercado ganhou outras dimensões espaciais e temporais pode-se vislumbrar, mais do que nunca, o quanto a teoria do valor-trabalho permite ir além de uma instância que valorize o capital ao fazer funcionar a engrenagem da produção capitalista. Ela é movimento que não está desligado da produção ideológica. Se a informação aparece agora como elemento, que é incorporado à valorização enquanto mercadoria - e a dimensão produtiva do consumo é trazida à discussão como uma novidade do modo de produção atual - é preciso que a noção do tempo de trabalho socialmente necessário seja reconhecida na sua dimensão colocada por Marx.

Esse processo de transição não se refere a uma mera evolução das atividades de serviços, mas, antes, está vinculado ao próprio desenvolvimento das forças produtivas e ao processo de constituição de novas necessidades coletivas, necessidades que passam a ser de interesse do capital, transformando o seu atendimento em atividades lucrativas. A confusão já presente nos fisiocratas, de se confundir a produção capitalista com produção em geral, continua. Tal mistificação impede de ser ver que, sob o modo de produção especificamente capitalista, o trabalho vivo confronta-se com as forças produtivas sociais porque estas aparecem como sendo características imanentes do capital. Esse confronto violento encontra as condições necessárias para a sua reprodução permanente na medida em que todas as forças sociais do trabalho são entendidas tão somente enquanto propriedades imanentes do capital. É como se o capital, assim como o

dinheiro carregasse em si mesmo sua a capacidade de organizar, gerir, guiar e coordenar o trabalho social.

A mesma confusão perdura em leituras vulgares do próprio Marx que deram embasamento ou justificaram classificações de determinadas atividades - como contabilidade, ensino, gerenciamento, funcionários de escritórios -, para usar um termo consagrado por Bravermann (1980) ao criticar a noção de classes médias ou dos colarinhos brancos⁸⁰. Essas atividades foram tomadas como improdutivas por não estarem diretamente concernidas ao processo de valorização, o que colocaria problemas de ordem grave para a teoria e a prática revolucionárias, já que contrariaria a noção pilar, apresentada por Marx no Manifesto Comunista, de que o desenvolvimento do capitalismo produziria duas únicas classes em oposição: proletários e capitalistas.

Por isso é importante desfazer os equívocos.

“Este fenômeno, o de que com o desenvolvimento da produção capitalista todos os serviços se transformam em trabalho assalariado e todos os seus executantes em assalariados, tendo por consequência essa característica em comum com o trabalhador produtivo, induz tanto mais em confusão entre uns e outros quanto é um fenômeno característico da produção capitalista e por esta gerado. Além disso, fornece aos apologistas um pretexto para converterem o trabalhador produtivo, pelo fato de ser assalariado, num trabalhador que apenas troca os seus serviços (quer dizer, o seu trabalho enquanto valor de uso) por dinheiro. Saltam assim comodamente por cima da diferença específica deste “trabalhador produtivo” e da produção capitalista como produção da mais-valia, como processo de auto-valorização do capital, cujo único instrumento nele incorporado, é o trabalho

80- A classificação de funcionários, explica Braverman, “inclui apenas ocupações tais como de contador (...) secretária, estenógrafo, caixa, caixa de banco, arquivista, telefonista, mecanógrafo, serviços de pessoal, estafeta, recepcionista, almoxarife, datilógrafo e semelhantes – e inclui aqueles funcionários em escritórios privados ou públicos, na indústria, comércio, bancos, seguros, etc., seja onde for que estiverem empregados” (BRAVERMAN, 1980, p. 251).

vivo. Um soldado é um trabalhador assalariado, recebe um soldo, mas não é por isso trabalhador produtivo” (MARX, 1985, p.115).

Para finalizar este capítulo, resta ainda uma reflexão necessária a ser feita sobre o processo de financeirização da economia. Carro-chefe da retomada capitalista em seu momento neoliberal, além de sua dimensão material ele ampara novas bases do fetichismo, na medida em que o capital a juros aparece como se não dependesse da forma como é empregado na produção. Tudo se passa como se aquele que adquire uma cota-parte desse capital nada tivesse a ver com a atividade produtiva, é como se, enquanto rentista, estivesse se apartando dela e àquele que o toma emprestado é que deve dirigir o processo de valorização. A decomposição ou especialização aparente das tarefas dos capitalistas, separando as funções de empresário e capitalista, acaba por fundamentar uma nova relação jurídica entre aquele que vende e o que compra capital, cujo preço é dado pela taxa de juros.

Se o primeiro aparece como o que se encarrega da gestão interna do processo produtivo, com vistas à produção do lucro - ou seja, produção de mais dinheiro a partir do emprego de certa quantidade de dinheiro -, ao segundo cabe a aparência de mero portador dos direitos de propriedade sobre a renda produzida e a quem cabe se encarregar de sua acumulação “sob a forma de capital financeiro, bem como de sua recomposição em capital produtivo, mediante aplicação nos setores que lhe pareçam mais rentáveis – um dos quais pode ser por algum tempo o próprio setor financeiro” (TAVARES, 1983, p. 215).

Qual é o significado, então, do processo de financeirização para o processo de valorização? Responder a essa pergunta pressupõe voltarmos à discussão sobre as múltiplas determinações do dinheiro; pressupõe superar a determinação formal na qual ele aparece como equivalente universal entre as mercadorias e alcançar sua verdadeira dimensão enquanto expressão de uma relação social.

Existe uma confusão entre circulação e crédito que deve ser

investigada pra que seus termos sejam alterados: é preciso mostrar que as diferentes formas do dinheiro, enquanto este continue sendo uma relação essencial de produção, não podem suprimir as contradições inerentes ao capitalismo. Todas as leituras que interpretam a forma do dinheiro apenas como uma mercadoria qualquer, estão no campo do domínio burguês da política econômica. Ora, ao teorizarem dessa maneira abstraem as especificidades da relação social expressa no dinheiro⁸¹.

O problema imediato, agora, passa a ser: a existência do dinheiro no capitalismo, junto às mercadorias, não encobre, de antemão, contradições que se dão com esta mesma relação⁸²? A partir daqui podemos vislumbrar a cisão fundamental entre classes proprietárias do capital e classes subalternas ou, noutros termos, a própria força-de-trabalho? Reafirmamos que sim, na mesma medida em que o fetichismo da mercadoria completa-se com o avanço do poder do dinheiro enquanto relação social.

I. 3. 'Novo terciário' e subalternidade política na atual ordem do capital: para além dos finalismos

É importante lembrar que a noção de classes não é uma invenção marxista. Utilizada pela economia política clássica, bem como pelos chamados socialistas utópicos, está vinculada à possibilidade de se estabelecer relações entre propriedade, trabalho, renda e direitos, de modo a propor critérios de análise para explicação das diferenciações sociais. Para os marxistas, está indissoluvelmente ligada não só à noção das lutas e contradições entre sujeitos,

81- Marx, 1985b, p. 31.

82- Marx, 1985b, p. 552.

mas também ao movimento de construção de um novo horizonte histórico. Socialismo e comunismo, como alternativas civilizatórias, somente podem ser transformados em projetos a partir das possibilidades epistemológicas abertas pelo uso da categoria classe social. Classe e revolução, portanto, são prerrogativas analíticas de uma perspectiva teórica que propõe a viabilidade do 'vir a ser', 'do sujeito que constrói sua história a partir das condições que herda do passado'.

É no Manifesto do Partido Comunista (1848) que o termo ganha força explicativa, teórica, política e, portanto, prática e aparecem as bases fundamentais da concepção materialista que entende a história como produto da luta de classes⁸³. Decorre daí a compreensão de finitude da 'era capitalista'. A crise do capital, suas contradições constitutivas, bem como as formas concretas de enfrentamento entre os 'desiguais', ganham força programática que se ergue a partir da própria força da noção de classe social.

No Dezoito Brumário de Luis Bonaparte estão colocados elementos teóricos fundamentais para uma análise classista da construção histórica do capitalismo, não como mecanicidade, mas como reflexo da prática, das formas e das tendências do capitalismo revolucionando e de suas relações materiais de produção⁸⁴.

83- "A história de todas as sociedades até os nossos dias não foi senão a história das lutas de classes." Manifesto do Partido Comunista.

84- Dias (2008, p. 114-115) analisa a importância do Dezoito Brumário de Louis Bonaparte como obra que, se parte da análise de situação concreta da França, o faz para demonstrar que a história não é resultado de determinações naturais, mas antes, nela as direções têm peso decisivo no decorrer dos acontecimentos. Nas palavras do autor: « Marx trabalhou agudamente a diferença dos tempos e das práticas da construção da sociabilidade burguesa. Para analisar as formas e tendências do capitalismo revolucionando as relações materiais de produção ele analisou ele analisou a Inglaterra como locus privilegiado. Já a formação social francesa foi o *locus* clássico do modo de

Gramsci (1968), da mesma maneira, insiste na necessidade central de distinção entre os movimentos permanentes, que chama de *orgânicos*, daqueles chamados de *conjunturais*. São os primeiros que permitem a efetividade da crítica histórica e social, de modo que se possa perceber, com maior propriedade, em que medida as crises conjunturais, manifestas nas formas de Estado ou da política, refletem seus próprios movimentos. Nesse sentido, o problema das relações entre estrutura e superestrutura deve “ser situado com exatidão e resolvido para assim se chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período” (idem, p. 45), evitando-se os erros freqüentes derivados de análises incapazes de fazer essa distinção. Distinção que só faz sentido se “serve para justificar uma atividade prática uma iniciativa da vontade” (idem, ib,) e que pede rigor para se identificar se a história do momento expressa um momento da história da própria crise orgânica do capital. Crise que pode se prolongar por muito tempo, o que “quer dizer que se revelaram (amadureceram) contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar e defender a própria estrutura, esforçam-se para saná-las dentro de certos limites e superá-las” (idem, p. 54).

A análise das situações, enquanto critério metodológico, continua

fazer política da burguesia. Ele jamais tratou essas formas como leis-meta-históricas a que todos os demais países estariam condenados a seguir. Marx pôde determinar, a partir do desenvolvimento das tendências e contra-tendências do capitalismo vividas pelas classes e forças sociais em luta - abertas ou não - as leis de movimento dessa formação social na sua historicidade concreta, nacional e internacional. Esse é o significado da tese marxiana segundo a qual “a anatomia do homem explica a anatomia do macaco”. O determinismo, presente em uma imensidade de textos que se proclamam marxistas, é precisa e permanentemente a teoria dos dominantes, a condição de exclusão da possibilidade de eliminação da contradição entre dominantes e dominados, governantes e governados. A transformação revolucionária do real passa necessariamente pela crítica do determinismo, pela “análise concreta de situações concretas”. O capitalismo não decorre teleologicamente do feudalismo, nem de nenhuma “natureza humana”, mercado ou o que queiram os liberais ou os economicistas “históricos” (deterministas econômicos).

Gramsci, deve evitar todo o mecanicismo e estabelecer-se como ciência e política ao mesmo tempo, ou seja, como pesquisa que resulta de observações da realidade que sejam úteis para que se consiga estabelecer as mediações dialéticas entre estrutura e superestrutura, que explicitam a fórmula político – histórica da ‘revolução permanente’ (idem, p. 48)⁸⁵.

É no interior desse conjunto de preocupações que Marx ilumina o dilema do trabalho produtivo versus improdutivo sob um ângulo que desfaz aquilo que Oliveira (1979) chama de um certo ‘moralismo’ que atravessa a diferenciação entre mercadoria e serviços presente na economia política clássica. E, assim o faz justamente por introduzir a questão da propriedade, dos antagonismos do processo de valorização capitalista e das mistificações que são construções organicamente ligadas aos processos materiais. Desvendá-los é condição para a ruptura com a ordem do capital, sem issonão há história.

Para além dos aspectos visíveis e materiais das mudanças nas formas de organizar a produção, é preciso avançar e pensar que “essas novas formas de domínio supõem a socialização de valores políticos, sociais e éticos e a produção de padrões de comportamentos compatíveis com as necessidades de mudanças na esfera da produção e na da reprodução social” (MOTA, 1998, p. 29). É preciso pensar em que medida a organização e a gestão do trabalho radicalizam os mecanismos de subalternidade política neste momento em que, além de incorporar a crítica operária em relação à conjuntura anterior, o capital alarga o campo do processo de produção imediata, alargando assim, suas possibilidades de reprodução das condições que lhe permitam o exercício da dominação.

85- Este aspecto da teoria gramsciana da hegemonia, ainda que não exposto aqui de maneira detalhada, é fundamental e guia a forma de pesquisa que baliza o capítulo a seguir.

Se o complexo financeiro-industrial dos setores de multimídia, informática e telecomunicações atuam diretamente de forma a permitir ao capital o exercício muito mais livre em relação aos obstáculos anteriores para a sua realização plena, isso não pode ser desligado dos processos políticos que estão em jogo. Nessa direção é que, em oposição à lógica discursiva da 'pós-modernidade', o movimento expansionista do capital nesta última década, comandado pela fração financeira, tem sido alvo de uma crítica cuja tônica central é dada pela necessidade de atualização da teoria em relação aos efeitos provocados pela autonomização do político, do econômico e do cultural. A crítica ao economicismo, raiz do reformismo, vem sendo o resultado mais visível das análises recentes quanto ao movimento atual de deslocamento espacial e territorial do capitalismo.

Capítulo II. Da ‘anatomia’ dos serviços no capitalismo contemporâneo

II. 1. O problema teórico da recomposição técnica e política das classes sob o processo de terciarização e as Ciências Sociais

O momento atual das transformações capitalistas vem apresentando novos desafios conforme descrito anteriormente. Dos anos oitenta em diante, o tema da emergência de um regime de acumulação financeira vem trazendo à tona inúmeras perspectivas de análise sobre as ‘mutações’ do capitalismo. Desde as análises pioneiras de Piore e Sabel (1990) - que cunharam o termo ‘especialização flexível’ para dar explicação ao comportamento de algumas firmas no sentido de driblar a crescente volatilidade da oferta nos mercados a partir da década de 70 -, passando pela Escola da Regulação, até teorias que consideraram a capacidade do capital de apropriar-se dos limites da valorização e superá-los - expandindo suas fronteiras, alargando as bases para a sua própria reprodução -, a análise das formas produtivas sob uma visível regência do capital financeiro e de como ela redesenha a condição das classes subalternas⁸⁶ aparece

86- Trata-se, e desenvolveremos esta noção especialmente no capítulo 2, daquilo que Chesnais (2003, p. 46) chama de um ‘regime de acumulação com dominância financeira’, que «designa, em uma relação estreita com a mundialização do capital, uma etapa particular do estágio do imperialismo, compreendido como a dominância interna e internacional do capital financeiro». Chesnais trabalha ainda com «a hipótese de uma regime de acumulação submetido a uma finança que se poderia constituir - momentaneamente - como uma potência econômica e social «autônoma», frente à classe operária como também a todas as outras frações do capital» (idem, p. 46) que teria sido iluminada por Marx, sobretudo quando considera o caráter fetichista do dinheiro.

como desafio central nos dias atuais.

Nesse contexto foi construída nossa questão de estudo. Contexto que tem visto a dominação de classe alcançar mais um patamar no processo de busca de universalização de sua visão de mundo. O capital atingiu um novo limite histórico das formas de exploração, dominação e valorização empreendidas pelas grandes corporações e pelos órgãos internacionais que lhes asseguram eficiência e legitimidade. Problemas como o desemprego e a precarização das relações de trabalho que atingem a composição da classe operária, pesam, sobremaneira, em todas as agendas de governança atuais. Também é indiscutível que aumentou a distância entre a aristocracia operária e o conjunto da classe, assim como a terceirização opõe trabalhadores com contrato de trabalho regular aos terceirizados. Diferenças regionais, raciais, de idade e de gênero muitas vezes acentuam esta diferenciação. A exigência da qualificação, amplamente veiculada, é apenas formal. A norma é a perpetuação de tarefas repetitivas e monótonas, mesmo com a introdução de equipamentos mais sofisticados tecnologicamente. Tal exigência (por escolaridade, treinamento e polivalência, ou seja, pelo domínio de múltiplas especialidades) tem um caráter de cooptação de parcelas da classe operária. Mas não é assim que os fatos se mostram. O que aflora no terreno das ideologias são conjuntos de idéias, visões sobre o mercado que têm como objetivo preparar condutas adequadas ao perfil de trabalhador necessário à ordem capitalista.

É importante ressaltar o fato de que o setor de serviços sempre se constituiu num desafio teórico. Paradoxalmente, a partir das últimas transformações, quando da elaboração do conceito de 'reestruturação produtiva', seu crescimento tem aparecido como uma das 'variáveis' mais importantes para designar a emergência do que se convencionou chamar de 'nova ordem'. Ao corporificar uma tendência real de recomposição técnica das classes trabalhadoras, o setor serviu como suporte para análises muito mais legitimadoras da nova conjuntura do que propriamente dispostas a enfrentar a tendência do

capital em subsumir a visão de mundo dos trabalhadores e seus intelectuais orgânicos.

A participação crescente dos trabalhadores técnicos voltados para as atividades informacionais recolocou, ao mesmo tempo, o tema do trabalho intelectual na problemática mais genérica das classes sociais. Problema tão caro ao marxismo, a presença dos trabalhadores intelectuais foi utilizada, por seus contestadores, como argumento decisivo com vistas a minar a relação entre as experiências históricas de resistência e a construção das formas de vida social para além daquelas concebidas pela ordem capitalista. Estamos nos referindo, basicamente, ao tratamento de Offe, Gorz e Habermas a esse respeito. Nossa abordagem retomará de Marx a tendência contraditória inerente ao modo de produção capitalista no sentido de suprimir ao máximo a presença do trabalho imediato no interior processo de trabalho.

Outra questão amplamente destacada nesse processo é a que diz respeito à retração absoluta do trabalho assalariado industrial identificado como o sujeito histórico central em oposição ao capital. Como enfrentar a questão da compressão desse efetivo sem ao mesmo tempo decretar a perda de sentido de categorias como as cisões entre campo e cidade, trabalho manual e intelectual, o tempo de trabalho socialmente necessário, a mais-valia, além da própria teoria do valor?

A noção que subjaz à maior parte das análises sobre as mudanças teima também em se apresentar, muito freqüentemente, enquanto parte integrante daqueles mesmos argumentos que professam o 'fim da história'⁸⁷. A retração em

87 - Fukuyama teve papel central enquanto intelectual orgânico da ordem neoliberal ao preconizar o "ponto final da evolução ideológica" da humanidade assim que triunfa a democracia liberal. Segundo Anderson (1992), ele deixa sedimentada uma forma de intervenção, na qual esse triunfo confunde-se com a noção do fim e, ao mesmo tempo, de

termos absolutos do trabalho assalariado industrial, identificado como o sujeito histórico central em oposição ao capital, patrocinou uma mistificação e um apagamento das caracterizações reais e efetivas das classes trabalhadoras, que podem ser assim explicitadas:

“Todas as grandes revoluções tecnológicas que mudaram o rumo e a velocidade da expansão do capitalismo, passaram invariavelmente por modificações qualitativas no campo das comunicações. E ninguém pode desconhecer a natureza espetacular da mudança ocorrida – depois de 1970 - no campo da microeletrônica, dos computadores e da telecomunicação, assim como seu impacto no funcionamento dos mercados financeiros e das "auto-estradas" de informação. Mas não há nenhuma evidência de que estas modificações tenham alterado as relações sociais e as leis básicas e de longo prazo do sistema capitalista. Hoje, um terço da força de trabalho mundial – algo em torno de um bilhão de pessoas – está sem emprego, mas não vive em “cabanas eletrônicas”, não está no “setor de serviços” nem se dedica, aparentemente, ao ócio criativo. Pelo contrário, o que as estatísticas mostram é que esses milhares de desempregados seguem ligados ao mesmo “paradigma do trabalho”, só que agora como trabalhadores precarizados, terceirizados ou subcontratados, com direitos cada vez mais limitados e cada vez mais alheios ao mundo das organizações sindicais. Uma transformação social gigantesca, mas que não foi o resultado natural, nem muito menos benéfico, das novas tecnologias informacionais. Foi, em grande medida, o resultado de uma reestruturação política e conservadora do capital, em resposta à perda de rentabilidade e governabilidade que enfrentou durante a década de 1970. Foi, em grande medida, o resultado de uma reestruturação política e conservadora do capital, em resposta à perda de rentabilidade e governabilidade que enfrentou durante a década de 1970. (...) Foi, em grande

administração dos conflitos. Nessa concepção, afirma Anderson (1992 p. 12) « as tensões étnicas ou as paixões sectárias, terror ou insurgência ainda podem proliferar no Sul. Mas não comprometem a profunda configuração do tempo. Pois o fim da história não é a cessação de toda a mudança ou conflito, mas os esgotamentos de quaisquer alternativas viáveis para a civilização da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O progresso para a liberdade tem agora um único caminho. Com a derrocada do socialismo, a democracia liberal ocidental destacou-se como a forma final de governo humano, levando a seu término o desenvolvimento histórico ».

medida, o resultado de uma reestruturação política e conservadora do capital, em resposta à perda de rentabilidade e governabilidade que enfrentou durante a década de 1970. Para não falar do caso da periferia latino-americana, onde a destruição dos empregos industriais foi obra de uma política econômica ultraliberal que promoveu de forma explícita e estratégica a desindustrialização e o aumento do desemprego estrutural, independente de qualquer tipo de revolução informacional" (FIORI, 2001).

Finalmente, o outro desafio que caracteriza o tema refere-se à heterogeneidade da composição do setor terciário. Ao crescer quantitativamente ele desafia os modelos teóricos sistêmicos ou pretensamente marxistas que vulgarizaram a análise dos antagonismos que embasou a obra de Marx. Sua crescente importância, enquanto pauta da agenda de preocupações teóricas neste momento em que vai se redefinindo a institucionalidade burguesa talvez possa contribuir para que ganhem força análises que se coloquem contra o economicismo e o reducionismo político. Institucionalidade que 'decretou' a falência do Estado do Bem-Estar Social

Para alguns, as inovações foram responsáveis pela emergência de um 'novo paradigma social' que solicita em seu apoio análises pouco ortodoxas. autores como Smith e Schumpeter, não raras vezes, são evocados para justificar tais transformações que podem ser caracterizadas, a título de exemplo, da seguinte maneira:

"A mudança de paradigma inaugura uma nova era tecnoc-econômica, envolvendo a criação de setores e atividades; novas formas de gerar e transmitir conhecimentos e inovações; produzir e comercializar bens e serviços; definir e implementar estratégias e políticas; organizar e operar empresas e outras instituições públicas e privadas (de ensino e pesquisa, financiamento, promoção, etc). Dentre outras exigências associadas, destacam-se ainda novas capacitações institucionais e profissionais, assim como mecanismos para mensurar, regular e promover as atividades econômicas" (LASTRES e FERRAZ, 1999, p. 32).

Como se pode observar nesse trecho, a idéia de trabalho aparece como um inexistente enquanto produtor de riquezas e de mercadoria e a idéia de conhecimento surge como força produtiva por excelência. A separação trabalho

físico-trabalho intelectual é levada ao máximo de sua potencialidade histórica, assim como o fetichismo e sob o discurso da neutralidade técnica, pode alcançar uma forma universal. Nada nessa colocação permite pensar que a resposta do capital aos conflitos historicamente colocados nos últimos tempos envolve a recomposição das classes e a busca da ampliação das atividades intelectuais compreendidas enquanto atividades que devem viabilizar as funções organizativas e conectivas da estrutura necessária ao exercício da hegemonia⁸⁸. Apresenta-se como novidade aquilo que Marx já esboçava nos *Grundrisse* e mais tarde elabora em 'O Capital' quando trata da subsunção real do trabalho ao capital e da incorporação da inteligência ao processo produtivo. Põe-se em construção uma visão de mundo que enfatiza a necessidade de eternização das relações sociais capitalistas - dado o apagamento da memória das lutas de classes e dos elementos ético-culturais voltados a uma nova sociabilidade - e procura-se reproduzir a idéia da irreversibilidade de tendências em curso que, se não são as mais adequadas a um plano de garantia mínima das características atribuídas historicamente à cidadania burguesa, são, em todo o caso, as que se impõe sob a lógica de uma administração parcialmente racional de seus 'impactos'.

Nossa perspectiva, ao contrário, é a de que os serviços constituem-se enquanto fronteira avançada da expansão do capitalismo hoje, pondo em xeque os compromissos firmados na chamada fase fordista; mas é preciso ir além dessa constatação. Ao corporificar uma tendência real de recomposição técnica e política das classes trabalhadoras, o chamado novo setor terciário, ou de serviços, serviu como alavanca para análises legitimadoras da nova conjuntura e, portanto, sua análise oferece oportunidade privilegiada para a reiteração da capacidade de deslocamento dos antagonismos no interior do modo de produção capitalista.

88- Antonio Gramsci, *Os intelectuais e a organização da cultura*, 1989.

A apologia do 'novo terciário' como expressão do fim das contradições classistas participa, portanto, do processo de contra-revolução capitalista, para o qual a reestruturação produtiva em curso cumpriu recompor as bases materiais da produção. Mas, tal feito não pode prescindir de outra condição fundamental que é a da subsunção da própria visão de mundo dos trabalhadores e de seus intelectuais orgânicos ao projeto contra-revolucionário do capital. Subsunção real que envolve o seqüestro da visão de mundo das classes subalternas e, ao mesmo tempo, a criação de condições para que estas passem a enxergar como horizonte político apenas aquilo que é criação das classes dominantes. E isto nada tem de novo: veja-se, por exemplo, a produção de Serge Mallet⁸⁹.

Justificamos inicialmente este estudo no reconhecimento de que a recomposição atual das classes trabalhadoras em direção a uma crescente terciarização das atividades produtivas poderia revelar dimensões pouco exploradas pela abordagem sociológica clássica - ou burguesa-, quando esteve em voga, de modo predominante, a atenção no emprego da força física direta na base fabril. Dissemos que a conjuntura atual pode nos permitir um olhar mais expandido sobre os elementos que atualizam a dimensão que compõe, segundo Marx, o fetichismo da mercadoria. Com o objetivo de demonstrar a validade dessa proposição de Marx, vamos investigar a dimensão concreta dos serviços, procurando não perder de vista a forma como eles aparecem nas teorias que discutem a crise do capitalismo desde os anos 70 do século passado.

Começemos listando as inúmeras atividades classificadas como parte do ramo terciário da economia: nele cabem serviços financeiros, saúde, ensino,

89- Nos anos 70, a análise do papel dos técnicos e engenheiros no interior dos conflitos da sociedade capitalista constitui debate importante. O termo "inteligência técnico-científica" data desse contexto no qual destacamos aqui os trabalhos de Serge Mallet, Charles Bridier e os membros do Institut für Marxistische Studien (IMS), Frankfurt.

transportes, comunicações, comércio, serviços prestados às empresas e aos particulares. Sabemos que o terciário foi definido como uma variável que pudesse receber tudo o que não coubesse nos setores primário e secundário. Definiu-se como um setor “tampão” (CHESNAIS, 1996), ou aquele que recebe “tudo o que não ganha o caráter corpóreo da mercadoria” (OLIVEIRA, 1979, p. 141). O setor também alimentou debates no interior do marxismo, fundamentalmente centrados na definição do seu caráter produtivo ou improdutivo.

Ainda que profícua, a produção sistemática de trabalhos acadêmicos atentos à realidade em questão é muito recente, o que não nos impede de falar em um ‘terciário tradicional’ - que até a década de cinquenta abarcava os profissionais liberais, trabalhadores de escritórios e pequenos empresários – e em um ‘novo terciário’, que nasceu a partir do novo arranjo das atividades produtivas no pós-Segunda Guerra Mundial.

Nos últimos vinte anos, com o avanço do neoliberalismo e da noção de Estado mínimo, o tema ressurge de modo particularmente agudo, indicando, ao que parece, a construção de nova pauta teórica importante, já que é peça-chave enquanto articulador central das novas funções exigidas para levar a cabo o processo de privatizações e financeirização em andamento. Tal processo precisa ordenar de modo eficiente os também novos arranjos que vinculam, organicamente, o processo de acumulação do capital à organização pública e à gestão das formas dos mecanismos de controle social. Além do mais, o tempo de circulação e da realização do capital foi profundamente acelerado na mesma medida em que o processo de valorização teve várias de suas fronteiras derrubadas. Some-se a isso o peso ideológico da desconstrução teórica da importância central do trabalho assalariado e da conseqüente reinvenção da atividade individual, criativa ligada às novas possibilidades de atividades intelectuais, no momento em que a ideologia do livre mercado atinge novas dimensões hegemônicas. Portanto, o tema ressurge no cenário acadêmico indicando, sem qualquer sombra de dúvida, que reunirá esforços teóricos de

análise sobre si.

Nosso objetivo, ao delimitarmos o tema dos serviços, não é o de isolá-lo, enquanto variável independente, para conferir a ele um status conceitual que seja capaz de exprimir um vetor explicativo da realidade social. Pelo contrário, a intenção é inseri-lo no quadro de conjunto onde são produzidas as bases materiais e ideológicas do capitalismo em seu estágio contemporâneo. Procuramos demonstrar, por meio da análise de seu desenvolvimento histórico, tradicionalmente relacionado a momentos de ruptura do capitalismo, que os saltos ou eventos que permitem a passagem de um determinado padrão de acumulação para outro explicitam nada menos do que a atualização das condições nas quais se dá a luta de classes. A passagem de uma inteira conjuntura à outra não pode ser compreendida como resultado de choques fortuitos ou desordenados como a isso se referem Duménil e Lévy (2003), mas sim, pelo antagonismo estrutural e historicamente determinado cujo motor é a luta de classes que determina, por sua vez, a relação dialética entre forças produtivas e relações de produção, conforme nos informa a teoria marxista. Em suma, se observamos ao longo do tempo um imenso “processo de interconexão, de coordenação dos diferentes agentes e iniciativas”, ele tem sido estimulado pela “acumulação e pela tendência do capitalismo a concentrar e centralizar os meios de produção” (DUMÉNIL e LÉVY, 2003, p. 16) e não por eventos inesperados ou sem nexos com a dimensão política que determina a materialização das forças produtivas.

Neste capítulo apresentaremos uma caracterização material da constituição histórica dos serviços procurando vinculá-lo ao desenvolvimento do capitalismo. Desenvolvimento este que se dá como resultado da constante tentativa de superação da sua crise estrutural, marcada pela permanente necessidade de atualizar os nexos orgânicos entre estruturas e superestruturas, como define Gramsci.

II.2. Bases históricas de expansão do setor de serviços

É certo que a transição da sociedade agrária para a sociedade capitalista moderna industrial determinou mudanças ligadas à composição das cidades e à constituição dos poderes estatais forjando um novo princípio de organização social. Desde seus primórdios o modo capitalista de produção reorganiza as atividades produtivas e desenvolve, em função delas, uma gama de atividades de controle, coordenação e gestão capazes de garantir o curso traçado pelas grandes empresas, bem como pelos Estados Nacionais. A busca de novos mercados, tanto quanto a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de controle social, não são demandas exatamente recentes, são historicamente determinadas e condição necessária para o processo de valorização.

A questão da composição das classes sociais e do papel das camadas médias ligadas às atividades terciárias está relacionada a esse processo. O questionamento sobre seu papel e significado é amplamente encontrado no debate marxista dos inícios do século XX, quando os termos do processo revolucionários precisaram ser atualizados diante das mudanças capitalistas em curso. O conhecido debate travado entre Karl Kautsky e Eduard Bernstein trata do impacto causado à teoria revolucionária pelo processo de concentração do capital e de recomposição técnica e política das classes trabalhadoras.

Bernstein, mentor intelectual do revisionismo, acreditava que o processo de rápida industrialização colocava em dúvidas 'a previsão' da teoria marxista de que o desenvolvimento das forças produtivas levaria a uma crise do capitalismo e à inevitável vitória do socialismo, em razão do progressivo estado de proletarianização e exploração das grandes massas, resultante da polarização entre capital e trabalho. É bastante conhecido o fato de que Bernstein, ao reconhecer as mudanças no desenvolvimento do capitalismo e a conseqüente mudança no perfil

técnico e político do proletariado, inaugura a versão original do debate revisionista no início do século XX. Concentração do capital e rápida industrialização na Alemanha convivem, à época, com a sobrevivência e até mesmo a criação de novas pequenas e médias empresas⁹⁰. Bernstein declara o óbito da luta de classes em razão da emergência de novas camadas médias, que florescem a partir do processo de obsolescência dos velhos ofícios, substituídos por funções novas de caráter intermediário no processo produtivo e que requerem graus diversos e pretensamente mais elevados de qualificação. Enquanto para Kautsky esse processo designava a necessidade de incorporação dessas novas camadas médias ao corpo do proletariado, ampliando seu efetivo - posto que a própria idéia de propriedade privada parecia prestes a ser diluída a partir do vulto alcançado pelas sociedades por ações -, para Bernstein, ao contrário, a tarefa programática da social-democracia deveria consistir no fortalecimento das organizações do proletariado com vistas à viabilização das políticas de reformas sociais necessárias para uma pretensa estabilidade do sistema capitalista.

A grande expansão das atividades terciárias esteve ligada ao contexto do pós-segunda Guerra Mundial, marcado pelo 'triunfo' do fordismo⁹¹ - entendido como uma arma política nas mãos da burguesia industrial, operando uma série de "ajustamentos entre 'estruturas' e 'superestruturas' que visam quebrar a hegemonia operária por meio da introjeção de novos requisitos técnicos e culturais

90- Ver Arcary, Kautsky e as origens históricas do centrismo de esquerda, 2002.

91- O termo "triunfo do fordismo" parece ser problemático, já que cada formação nacional apresenta uma maneira específica de atualização das condições de produção capitalista. No entanto, nos referimos à hegemonia de uma visão ancorada na neutralidade da técnica responsável pela universalização do taylorismo e do fordismo, tanto no ocidente quanto na União Soviética. O sistema Taylor aparece para Lênin como via capaz de superar os obstáculos seculares da URSS; e mesmo Trotsky, na década de 20, está de acordo com essa racionalidade técnica como elemento fundamental para a construção do 'novo homem'.

(morais e materiais) no seio do salariado industrial” (SOUZA apud SOARES, 1988, p. 28) -, ou seja, por um tipo de organização do trabalho caracterizado “como trabalho em cadeia, ritmado pela máquina, rigidez na produção, redução ao mínimo da necessidade de pensar e separação radical entre fazer e saber, para permitir o total controle mecânico do trabalhador e exploração intensiva de sua força de trabalho” (SOARES, 1988, p. 22). Mas, aqui é importante esclarecer que entendemos o fordismo como uma arma política nas mãos da burguesia industrial operando uma série de “ajustamentos entre “estruturas” e ‘superestruturas” que visam quebrar a hegemonia operária, por meio da introjeção de novos requisitos técnicos e culturais (morais e materiais) no seio do salariado industrial (SOUZA apud SOARES, 1988, p. 28).

O fordismo surge como resultado da correlação de forças entre capital e trabalho, consolida-se enquanto padrão de acumulação e é marcado por profundos antagonismos e disputas presentes tanto nos processos produtivos imediatos quanto para além deles. As novas normas de controle disciplinar na fábrica e de dominação social que ele permite aplicar sobre os trabalhadores estabelecem novas relações de poder perpassadas por normas pretensamente ‘científicas da racionalização do trabalho’ baseadas na concepção taylorista de análise de tempos e movimentos. O cronômetro e a gerência científica que se apropriam do saber operário são as expressões mais vivas do processo de desqualificação do trabalhador que está em jogo nesse momento. Sob o fordismo está em construção um momento mais agudo de recomposição do trabalhador coletivo – fragmentado, cujo saber é reduzido a sua forma mais simples – e no interior do qual surge uma mais vigorosa classe média. Nesse período, o debate sobre a composição da força de trabalho ganhou vulto à medida que novas ocupações, funções e necessidades foram criadas para garantir e gerir o compromisso fordista.

O crescimento das atividades ligadas à gestão estatal (saúde, educação, dentre outros), financeira (para viabilizar a oferta de grandes volumes

de créditos a empresas e particulares) e tecnológica⁹² não apenas instituiu novidades, mas também expressou a própria materialização de uma contratendência - levada a efeito pelas burguesias com vistas a passivizar os antagonismos que se agudizavam desde a década de 20 -, explodiu sob a forma de guerras mundiais e desenhou uma nova possibilidade para a burguesia superar sua crise orgânica, de modo a conservar sua posição hegemônica. Segundo Gramsci, sob a dialética da conservação-inovação, a burguesia consegue, em períodos históricos determinados, realizar transformações moleculares visando intensificar o processo de racionalização próprio do industrialismo. O 'fordismo e o americanismo', como tendências universalizantes, são a base material de uma ordem social, que envolve novas funções do Estado, nova política de salários - na medida em que hierarquiza a classe trabalhadora - e novos métodos de produção instaurados concomitantemente à expulsão e eliminação das parcelas das classes trabalhadoras que não se ajustam mais ao novo nexos psico-físico da engrenagem produtiva. A domesticação de corpos e mentes é fundamental para a criação do 'novo homem' solicitado pela fábrica modernizada. Novos modos de vida são efetivamente administrados pelas empresas e pelo Estado porque o trabalhador coletivo deve por em movimento um complexo industrial que não pode ser interrompido sob pena de patrocinar perdas que o capital não quer admitir. As exigências desse novo industrialismo amparam-se na noção de estabilidade e continuidade dos processos, só obtida sob formas disciplinares absolutamente despóticas, em novas formas de consentimento das grandes massas ao horizonte capitalista e na elevação do capital fixo na composição orgânica do capital.

Tal compromisso demandou alterações importantes nos setores público, financeiro e da ciência e tecnologia. Ao Estado coube a criação de

92- Cf. Braverman.

elementos de passividade social cada vez mais amplos - profundamente calcados na universalização de direitos sociais (como legislação social, saúde, educação, seguridade) e nos sistemas de cobertura social -, que exigiram novos meios de tratamento da informação e dos serviços de modo geral e o desenvolvimento de uma política de centralização e planificação das condições de valorização - por meio de políticas monetárias e fiscais - voltada à promoção de um possível equilíbrio entre produção e consumo de massa, que emergiu das novas condições disponíveis de inovações tecnológicas e organizacionais. O incremento da indústria de massa, dos demais bens de consumo duráveis e o desenvolvimento do parque automobilístico estiveram ligados à generalização da relação salarial, à multiplicação dos contratos de seguro, à explosão do número de contas bancárias, à emissão de cheques e de volumes imensos de créditos, disponibilizados pelo setor financeiro para empresas e particulares. Nesse novo pacto social, em troca dessa relativa redistribuição dos ganhos de produtividade, restou aos trabalhadores aceitarem as exigências por maior produtividade, via intensificação do trabalho.

Outro aspecto importante é que, encerrada a Segunda Guerra, foram colocados à disposição, para fins civis e comerciais, os resultados de investimentos militares levados a efeito sobretudo pelos Estados Unidos, traduzidos na criação de centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico baseado no modelo de colaboração de grandes empresas, universidades e forças armadas, dos quais se destacam os avanços das tecnologias informacionais, de automação e biotecnologia. Esse processo provocou profundas alterações na dinâmica capitalista. As grandes empresas passaram a propugnar a diversificação de seus produtos, tendo, para isso, à sua disposição, novas possibilidades de operacionalização mais flexíveis, baseadas no incremento de informações disponíveis. Sofisticadas redes de serviços foram organizadas com o intuito de garantir atendimento às novas demandas e criar novas perspectivas de consumo. Essa fase gerou, inclusive, o primeiro momento da informatização dos serviços,

marcado pela centralização e padronização dos procedimentos.

Nesse momento dá-se um salto significativo na divisão social do trabalho, que se torna extremamente complexa na medida em que precisa levar a efeito a tarefa de criar, abarcar e garantir a posse de novos mercados abertos com o final da guerra, num contexto político também muito particular, e da extensa rede de novas funções e atividades ligadas ao novo compromisso social.

A compreensão das mudanças nos processos produtivos em curso não pode indicar que tenham decorrido automática e mecanicamente das necessidades de modernização e progresso da humanidade, pensada de um ponto de vista genérico no imediato pós-guerra. Elas não podem ser desvinculadas do movimento mais amplo, no interior do qual as burguesias de todo o mundo, travando danosas batalhas entre si e com os trabalhadores, procuram respostas para sua crise de direção. É assim que, sob a orientação keynesiana, os Estados Nacionais emergem como suporte de uma nova forma de sociabilidade, necessária para garantir o acesso universal de toda a população aos serviços básicos. Essa nova constituição do Estado burguês corresponde ao seu papel no novo pacto social estabelecido entre ele, capitalistas e assalariados (via organizações sindicais).

Não cabe discutir aqui as diferentes situações nacionais, mas é importante afirmar que esse movimento deu-se sob a orientação moral, intelectual e militar dos EUA, que aparecem como potência aspirante ao controle mundial do novo padrão de acumulação fordista ao promover um avanço na internacionalização das trocas, acordos, finanças e espaços produtivos. Segundo informam Duménil e Lévy (2004), a dinâmica da renda nos EUA não pode ser compreendida sem que sejam examinadas as relações que travam com o resto do mundo, sobretudo quando se trata dos volumes de investimentos diretos de suas transnacionais. Desde as últimas décadas, com a emergência das políticas neoliberais, tais volumes atingiram uma proporção que superou os lucros

domésticos. Ou seja, “a massa da renda apropriada do resto do mundo sob a forma de dividendos, juros e lucros retidos nas filiais no exterior foi igual àquela massa dos lucros domésticos” (idem, 2004, p. 9). A produção teórica e política a respeito do imperialismo é pródiga. De nosso ponto de vista, a hegemonia americana é elemento fundamental para compreensão dos modos de expressão da luta de classes, na atualidade e a forma pela qual essas se relacionam com Estado. Ficaremos com a noção sintetizada por Harvey, segundo a qual o termo imperialismo designa

“uma propriedade das relações e dos fluxos de poder entre Estados no âmbito de um sistema global de acumulação do capital. Do ponto de vista da acumulação do capital, a política imperialista envolve, no mínimo, a manutenção da exploração de quaisquer vantagens em termos de dotação de recursos e de assimetrias que se possa adquirir mediante o poder de Estado” (HARVEY, 2005, p.36).

Além desse autor, Duménil, Lévy, e Anderson, também nos remetem tanto a análises de situações concretas como ao próprio discurso imperialista. Mostram o papel a que se prestam os organismos internacionais, criados desde o pós-Segunda Guerra Mundial, como FMI, Banco Mundial, ONU, UNESCO, GATT, OTAN, para dar suporte aos interesses capitalistas das nações ricas, ao mesmo tempo em que criam condições favoráveis para que os EUA sustentem seu projeto imperialistas sob novas bases de consentimento e coerção. Se, como afirmam Duménil e Lévy (2004), por sua vez, o imperialismo não pode ser considerado uma fase do capitalismo, mas sim uma de suas características gerais e permanentes, por outro lado, é certo que ele sofre transformações que mudam suas formas de existência.

Harvey (2005) mostra que o discurso utilizado para efetivar tal propósito, amparado na defesa do livre comércio, baseia-se num universalismo

abstrato que promove uma idéia de democracia cuja missão é promover a estabilidade política e econômica mundiais. Nesse sentido concorre para a viabilização dessa visão de mundo o próprio acordo de Breton Woods⁹³, cujo objetivo foi o de assegurar as bases do novo sistema monetário mundial que permitisse segurança à coordenação mundial da tarefa de reconstrução das nações destruídas pela guerra. Estão presentes, desde então, as idéias neoliberais que acusam o protecionismo de ser o principal responsável pela crise que culminou com a Primeira Guerra Mundial. Dentre seus princípios, o livre comércio aparece como a diretriz necessária para as políticas de financiamento aos países vitimados pela Segunda Guerra Mundial e àqueles que enfrentam problemas de ajuste econômico e financeiro em consequência da queda dos preços de suas exportações ou de instabilidade monetária.

É no cenário do período do pós-Segunda Guerra Mundial - balizado ainda pela Guerra Fria, ou pelo pânico sentido pelas burguesias de todo o mundo com a ameaça do socialismo - que prospera a produção capitalista, subsumindo aos seus interesses nações descolonizadas, novos territórios para criação de consumo interno e que alimentem a máquina de produção de mercadorias sob o agenciamento dos estados nacionais. Prospera e trabalha a todo o vapor essa máquina de produção de mercadorias atualizada, sobretudo, pela criação, ou recomposição de uma força de trabalho com novo perfil técnico e político que é subsumida aos novos anseios do capital. Nesse cenário, finalmente, o movimento de internacionalização das atividades produtivas alarga suas fronteiras, utilizando-se de novas formas de investimentos diretos do grande capital multinacional por meio da composição de novas associações transnacionais de capital. O mercado

93- O Acordo da Conferência Internacional Monetária de Bretton Woods, assinado em 1944, tinha como objetivo assegurar a estabilidade monetária internacional.

mundial de capitais, agenciado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, assume novas proporções.

Durante os chamados “trinta anos gloriosos”, no entanto, o capitalismo encontra aliado e agenciador importante também no Estado-nação, e estecria pesado arsenal de técnicas, regras e medidas, voltadas para a criação de uma demanda confiável de consumidores, ao mesmo tempo em que destina imensos recursos para investimentos de infra-estrutura - para extração de matéria prima, produção de energia, transportes e formação da classe trabalhadora -, num momento em que as burguesias locais não estavam interessadas em fazê-lo, para garantir o fluxo produtivo e as trocas no mercado. A divisão social e internacional do trabalho alcançou patamar inusitado. As atividades produtivas precisam, e têm desenvolvidas as atividades de controle, contabilidade e distribuição, sob a égide das novas necessidades do capitalismo.

A recomposição do perfil técnico dos trabalhadores é patente, conforme comprova a obra de Braverman, “Trabalho e Capital Monopolista” (1980). A racionalização dos escritórios e a internalização de atividades antes desempenhadas por profissionais liberais é sintoma das mudanças em curso. Da mesma maneira, o sistema financeiro-bancário e de seguros é afetado por essa nova ordem e desenvolve uma nova compleição. Proliferam atividades dos serviços voltadas a encurtar o tempo da circulação do capital ao mesmo tempo em que o trabalho socialmente necessário subsume atividades de cunho intelectual, antes efetuadas fora da produção direta. Mas, até aí, não há novidades em relação ao que já foi apresentado por Marx no Capítulo VI de O Capital. Nem mesmo no fato de que se põe em cheque a viabilidade teórica de uma noção de oposição de classes sociais, a despeito do próprio acirramento dos conflitos anti-capitalistas que ocorrem na Europa, no EUA e nos países em desenvolvimento. Conflitos esses, vale lembrar, que vão das guerras anti-coloniais à crise do petróleo, para citar dois dos aspectos que puseram em evidência a crise interna de governabilidade dos países ricos ao desmascararem a crise classista que está

na base desse modelo de acumulação e governabilidade mundiais. Afinal, no cerne do processo das lutas gestadas dentro e fora do processo imediato de produção é que brotam as razões pelas quais os grandes grupos monopolistas promovem mudanças moleculares no âmbito da produção, de modo a racionalizar e assalariar novas funções, em busca de economia do trabalho vivo.

Nesse momento o debate sobre os serviços não é menos complexo, nem causa menos confusões, conforme poderemos observar nos capítulos subseqüentes. Ele aparece muito desenvolvido nos países exportadores de manufaturados por conta das necessidades de apoio requeridas por essas atividades. Nos países em desenvolvimento, as cidades incham de modo desordenado. O crescimento das atividades de serviços é lido pelos teóricos do enfoque residual como uma ameaça constante à organização social. A heterogeneidade das atividades que ele compreende tornou quase hegemônico o alcance da visão que o define mais pela exclusão, ou seja, as atividades que não cabem no setor industrial ou agrícola são classificadas como terciárias. Mas é na questão das novas formas de consumo e nos novos modos de vida que afloram a partir daí que o tema retoma a questão central do marxismo: o caráter revolucionário ou conservador das classes médias.

O impacto das novas tecnologias informacionais e de automação, aplicadas aos processos produtivos, é um aspecto que impulsionou o debate sobre a natureza do setor de serviços. As novas tecnologias permitiram que ele alcançasse uma dimensão inusitada, desencadeando mudanças que pareciam afetar os critérios de produtividade, bem como maiores possibilidades de criação de atividades complementares à produção capazes de garantir maior controle sobre o processo de realização das mercadorias. Braverman (1980) demonstrou as sucessivas etapas de racionalização das atividades desempenhadas no interior dos escritórios. Antes da mecanização propriamente dita as modificações expressaram as dimensões de racionalização dos métodos. Quanto mais o volume de negócios e o número de funcionários aumentassem, mais se buscava

viabilizar a aplicação dos princípios da gerência científica, o aperfeiçoamento da capacidade de controle da produtividade e da eficiência. Os gerentes assumiram a função controladora sustentada no estudo dos tempos e movimentos. A cronometragem, o registro dos resultados individuais e o sistema de prêmio por peça foram instrumentos utilizados para ampliar a margem de controle sobre cada trabalhador, de modo que a tendência de parcelamento e a extrema simplificação das rotinas levou para dentro dos escritórios o mesmo processo de perda do controle do processo global sofrido pela maior parte dos trabalhadores do 'chão de fábrica'.

Ao mesmo tempo, ao prosseguir dividindo e subdividindo as tarefas, a especialização do trabalho promoveu intensa descaracterização da idéia da superioridade do trabalho de escritório, que se baseava na idéia de que, no escritório, uma maior necessidade de capacitação intelectual é requisito da própria organização e gestão das atividades produtivas. Lembremos que o taylorismo preconizou e organizou a gerência científica baseada na premissa de que aos escritórios deveriam convergir os saberes expropriados dos trabalhadores. Em Braverman (1980, p. 267-268), essa idéia fica mais clara, vejamos:

“No princípio, o escritório era o local do trabalho mental, e a oficina o local do trabalho manual. Isso acontecia, como vimos, mesmo depois de Taylor e, em parte, por causa de Taylor: a gerência científica deu ao escritório o monopólio da concepção, planejamento, julgamento e apreciação dos resultados, enquanto na oficina nada mais deveria acontecer senão a execução concreta de tudo o que fosse concebido no escritório. Na medida em que isso era certo, a identificação do trabalho do escritório com o trabalho pensante e instruído, e do processo de produção como do trabalho bruto e deseducado, tinha algum sentido. Mas, uma vez que o próprio escritório sujeitou-se à racionalização, o contraste perdeu força. As funções de pensamento e planejamento tornam-se concentradas em grupos cada vez menores dentro do escritório, ao passo que para a massa dos demais empregados o escritório passou a ser o lugar do trabalho manual exatamente como no piso da fábrica. Com o desenvolvimento da gerência em processos de trabalho administrativo, o trabalho manual estendeu-se ao escritório e logo tornou-se característica das tarefas da massa de funcionários”.

Nesse estágio da organização das atividades produtivas, a divisão técnica do trabalho de escritório já contém as bases do desenvolvimento da polarização das atividades manuais e intelectuais do trabalho das próprias atividades de escritório. À perda de controle do processo global, para a maior parte dos trabalhadores de escritório, correspondia uma aguda concentração das decisões nas mãos de funcionários ligados à gestão. Da mesma maneira, os salários dos trabalhadores em escritórios, em processo agudo de declínio, também expressam a tendência já observada por Marx, sobre os salários dos trabalhadores “comerciais segundo a qual, no capitalismo o salário é determinado pelo valor de sua força de trabalho, ou pelo quanto custa produzi-la. Se o preço de seu salário é determinado pelo que custa produzi-la, a grandeza que entrega ao capitalista é muito superior a tais custos, ainda que a razão dessa diferença não esteja diretamente ligada à produção de mais-valia. Embora seu trabalho seja dos mais bem pagos, a força da divisão social do trabalho também recai sobre ele pressionando seu preço para baixo. Da mesma maneira, o progresso do modo de produção capitalista, ao promover o avanço nas ciências e generalizar os métodos de ensino, tende a baixar os custos da formação profissional, agilizando o recrutamento dos trabalhadores comerciais e criando uma massa de trabalhadores supérfluos nesse ramo de atividade⁹⁴.

II.3. Dos debates sobre a “crise no mundo do trabalho” e a apologia da superação do fordismo

Atualmente, a configuração do terciário complexificou-se em todo o

94- Marx, 1988.

cenário mundial e está no cerne do processo que coloca em xeque a própria configuração gravitacional dos centros econômicos mundiais, redimensionados pelo acirramento do processo de concentração do capital em razão das novas chances de investimentos estrangeiros diretos permitidas pela reformulação dos mercados. O tema é central no debate social e político contemporâneo (burguês) que se pergunta para onde vai o trabalho e como garantir a governabilidade mundial.

O tema dos serviços começou a dar sinais de que se constituiria num desafio político, teórico e epistemológico da atualidade quando, nos últimos trinta anos, a discussão sobre a reestruturação produtiva ganhou força e, no seu interior, surgiram inúmeras teses sobre as mudanças em curso. A partir dos anos 70 o debate pautou-se sobre as mutações no chamado 'mundo de trabalho' e, com a grave crise atravessada pelo capitalismo neste período, sobre o impacto dos 'novos serviços'. Mais recentemente, as atenções concentraram-se na dimensão alcançada pela financeirização da economia. A partir da grave crise estrutural atravessada pelo capitalismo nos anos 70, pode-se localizar uma retomada da temática sob o impacto dos 'novos serviços'.

Conforme Duménil e Lévy (2003, p. 15), tal crise se aprofundou diante da progressiva inflação, do baixo investimento e fraco crescimento, do desemprego, da lentidão no ritmo de crescimento dos salários, da redução do ritmo do progresso técnico, e da diminuição da rentabilidade do capital. Na medida em que a internacionalização dos processos produtivos entrou em contradição com as práticas características do Estado do Bem-Estar Social, o capitalismo viu-se diante de uma necessária redefinição de estratégias de retomada diante do esgotamento das condições de acumulação garantidas pelo pacto social que emergiu após 1945.

Os anos 70 e 80 viram aparecer diferentes configurações produtivas constituídas enquanto respostas às quedas nos índices de produtividade. Dentre

as novidades nos processos produtivos em cena, Murray (1987, p. 94) destaca as seguintes: “a automação de áreas do processo de trabalho, diversificação de grandes plantas integradas em unidades especialistas, geograficamente distribuídas e a coordenação geral da produção através do uso maciço da tecnologia de informação e comunicação”. Os modelos sueco, japonês e italiano, para citar exemplos clássicos da literatura sociológica da época⁹⁵, levantaram o tema da transferibilidade ou da universalidade das inovações realizadas em seus espaços produtivos. Atentas às possibilidades de se converterem em ‘saídas possíveis’ para a crise, a leitura e a pesquisa de tais experiências renovaram o arcabouço empírico da produção de estudo da Sociologia do Trabalho. Para muito além desse aspecto, a produção teórica teve um importante papel como guia das estratégias práticas de atualização das relações entre capital e trabalho redimensionando a própria composição orgânica do capital⁹⁶.

As teses da emergência de uma era pós-fordista, neofordista ou de um regime de acumulação flexível fazem parte dum arcabouço que, segundo alguns autores, constituem um campo mais amplo, designado pelos debates sobre a emergência de uma era pós-moderna que se ergueria diante das profundas modificações vivenciadas desde que a crise estrutural se manifestara. As teses mencionadas dedicam-se, no entanto, à análise das transformações nos processos produtivos imediatos, bem como à passagem do fordismo para um novo padrão de acumulação.

95- Soares (1998) afirma que estudiosos associam a experiência sueca às novas formas de gestão e organização política e econômica de caráter social-democrata. O modelo é visto como uma alternativa aos velhos padrões taylorista/fordista de gestão do trabalho, uma vez que tem se centrado nos trabalhos em grupo, pela participação dos sindicatos e dos trabalhadores nos processos de trabalho e na organização da produção.

96- Ver Braga, 2003.

A necessidade de compreender a natureza das saídas capitalistas dessa crise estrutural cunhou expressões que procuraram definir, teórica e cronologicamente, as novas feições assumidas pelos processos produtivos. O termo 'especialização flexível' foi um deles. Segundo Soares (1998), até onde se conhece", o pioneirismo da utilização do termo 'especialização flexível' é creditado a Piore e Sabel. Segundo o autor, eles

"procuram explicar o fato de que algumas empresas, em algumas regiões ou países, saíram da crise dentro de uma nova configuração mundial arrastada pelo choque monetarista (percebido como um abandono do keynesianismo). Em um mundo marcado pela volatilidade dos mercados, onde as mercadorias personalizadas eram destinadas às novas camadas médias superiores, buscava-se a flexibilidade da oferta e os saberes-fazeres especializados apareciam como a melhor maneira de responder à demanda de pequenas séries. Neste quadro, no entanto, que aparecerá o pós-fordismo, como uma nova solução à crise pela via da oferta, enquanto as primeiras formulações teóricas insistiam pela via da demanda da crise (caracterizada incorretamente como uma crise de subconsumo). Assim, as mudanças ocorridas no regime de acumulação: ou seja, o pós-fordismo aparece como uma adaptação ao neo-fordismo na economia mundial. Estas são, em síntese, as explicações teóricas formuladas pelos autores (Lipietz e Leborgne, 1992, p. 20-21), no tocante à crise do padrão de acumulação fordista e o surgimento do neo-fordismo e da Especialização Flexível" (idem, 1998, p. 37)

O termo refere-se, portanto, a um modelo teórico que pretendeu explicar o comportamento de algumas firmas - sobretudo o caso da Terceira Itália, do sul da Alemanha e algumas regiões do Japão - no sentido de driblar a crescente volatilidade da oferta nos mercados pela via da demanda. Para a maior parte dos teóricos da Especialização Flexível, a caracterização da crise estaria no esgotamento do modelo industrial fordista, centrado nas linhas rígidas para a produção em série, cujos resultados seriam a alienação do trabalhador e brusca queda dos índices de produtividade do trabalho.

O alcance político do impacto dessa formulação não foi pequeno, sobretudo porque não se limitou a elaborar meros diagnósticos sobre a falência do modelo fordista de desenvolvimento capitalista, mas pôs-se a sugerir saídas rumo

a outro modelo de organização produtiva capaz de garantir uma nova via de 'prosperidade'. A Especialização Flexível surge, então, como o "meio necessário e desejável de salvar o capitalismo" (SOARES, 1998, p. 48). O novo paradigma tecnológico erguido sobre a microeletrônica, ao viabilizar novos métodos artesanais de produção, seria suficiente, na compreensão desses teóricos, para superar a crise da grande indústria baseada na produção em série. Ao permitir a organização de pequenas unidades produtivas e a fabricação de pequenos lotes de produtos, ele seria facilmente combinado com uma desejável flexibilização dos contratos, horários e jornadas de trabalho⁹⁷, o que responderia satisfatoriamente à crescente demanda por mercadorias personalizadas. Estariam dadas, dessa maneira, as condições para uma ruptura radical em relação à economia de escala e de rígidas formas de consumo da força de trabalho.

Esse "Segundo Divisor Industrial"⁹⁸ seria a única esperança de quebra

97- Segundo Humphrey, crítico do modelo da Especialização Flexível, dentre os inúmeros meios para flexibilizar contratos de emprego estão: "...a) flexibilidade das práticas de emprego: I. Salários – os salários podem ser estabelecidos de acordo com o desempenho da economia, da firma, da unidade de produção, do trabalho em grupo ou do trabalhador. II. Flexibilidade numérica – o número de trabalhadores empregados pode se ajustar com maior facilidade ao nível da produção mediante a facilidade da demissão ou o emprego e de trabalhadores temporários, contrato de prazo fixo, auto-emprego e trabalho autônomo. III. Horário de trabalho: o tempo que se exige de um determinado número de trabalhadores pode variar com as horas extras, trabalhando em turnos reduzidos, dispensas temporárias ou re-elaboração das escalas de férias. Sistemas de horário flexível também podem permitir flexibilidade quando ao modo e como se dedicam determinado número de horas ao trabalho. IV. Distanciamento – Os contratos de empregos são substituídos por contratos por terceiros ("terceirização"), que administram diretamente os serviços (cantinas, limpeza, manutenção, construção, etc.). b) Flexibilidade funcional: este tipo diz respeito à alocação dos trabalhadores em diferentes tarefas ou funções dentro das empresas (...) os trabalhadores podem ser deslocados de uma tarefa específica para outra (...) Também pode-se agregar às funções das diferentes tarefas (...)" (HUMPHREY, 1989, p. 322-323 apud SOARES, p. 42-43).

98- Menção à obra de C. Sabel e M. Piore, *The second industrial divide: possibilities for prosperity*, 1984, que se tornou importante fonte de análises nessa linha teórica.

de todos os entraves colocados à acumulação capitalista. Posto em xeque o fordismo enquanto modelo de desenvolvimento industrial assentado na rigidez das linhas de montagem de produtos em série e fabricados por imenso contingente de trabalhadores semi-especializados e desmotivados - o modelo da Especialização Flexível aparece como a nova utopia não apenas para o capital, mas para os próprios trabalhadores, pois, para eles, a polivalência pode garantir uma maior plasticidade que brote de uma estrutura industrial flexível e assentada em processos de inovação constantes, conduzindo, desse modo, à superação dos limites do trabalho 'sem sentido'. A nova forma de produção artesanal seria facilmente adaptável à crescente volatilidade da demanda (fenômeno que criou problemas cruciais para a indústria) que expressa nada menos que a generalização da relação salarial e o acesso das classes trabalhadoras ao mercado de consumo. Com a ajuda de tecnologias programáveis - que promovem a descentralização da produção e permitem atender às demandas por bens personalizáveis (para gostos individualizados) o mercado seria revitalizado - porque voltado ao atendimento de nichos produtivos -, e a saída para a crise seria, conseqüentemente, plenamente desenhada.

Um novo sistema de regulação também seria necessário, posto que as mutações nos processos produtivos alterariam a própria forma de reprodução das relações sociais. Além do mais, como as mudanças acontecem simultaneamente no mercado de trabalho e no Estado do Bem-Estar Social, sobretudo a partir dos choques monetaristas de 79/81, autores como Piore e Sabel (1992) insistem em que ela supera as dimensões tecnológicas dos processos produtivos. Portanto, o que estaria em discussão seria o próprio modelo de desenvolvimento industrial apoiado na grande série.

É necessário pontuar, para entendermos o que de fato expressa a chamada crise desse momento, o ambiente dos antagonismos políticos entre trabalhadores e empresas. Um rápido olhar nas principais reivindicações dos sindicatos europeus nos permite perceber a dimensão assumida pela luta de classes, pela correlação de forças àquela altura, e que aparece como uma das dimensões mais dramáticas da quebra do pacto fordista. Segundo pesquisa de Soares (1998, p. 64) a pauta do movimento operário compreendia:

“enriquecimento do trabalho, contrapondo-se ao empobrecimento e à alienação gerados pelo trabalho repetitivo; maior autonomia e responsabilidade do trabalhador nos processos de trabalho incluindo participação nas decisões; o autocontrole sobre o trabalhador em pequenas unidades organizacionais; melhores condições de trabalho; redução dos problemas de saúde, com eliminação de movimentos repetitivos e monótonos; melhor qualificação profissional, com melhoria salarial; estruturas com menores diferenças salariais; maiores ciclos de operação, possibilitando redução da monotonia do trabalho; contatos interpessoais mais estreitos e ampliação do nível de informações disponíveis sobre a realidade da empresa; relação menos autoritária do mestre com os tabuladores; o porta-voz pode atuar como novo canal da comunicação dos trabalhadores e a chefia”.

Como se percebe, no interior dos processos produtivos, dava-se uma agudização dos antagonismos de classe e esta informa-nos sobre o terreno político no qual a teorização da crise do fordismo acontece. Entre os teóricos denominados “neo-fordistas” (termo cunhado por Palloix), também críticos do modelo fordista/taylorista, encontramos a formulação segundo a qual as mudanças refletem o endurecimento dos antagonismos classistas. Elas são respostas da luta das classes na produção.

Mas, para os teóricos da Escola da Regulação - cuja originalidade pode ser explicada, segundo Braga (2003, p. 33), pela sua “metodologia centrada na historicidade das sociedades contemporâneas” e no esforço por distinguir o que percebem como “formas institucionais autônomas como moeda, relação salarial, formas de concorrência que por sua vez organizam as relações entre os produtores/modo de inserção internacional, formas de Estado” -, as mudanças

representaram não só a superação do taylorismo como forma dominante de gestão e organização racional do trabalho, mas também uma profunda crise da forma de mando nas estruturas produtivas. A ênfase na dimensão tecnológica das mudanças é tida por eles como insuficiente para dar conta do que estaria em jogo. Além disso, tal crise teria provocado uma queda drástica nos ganhos de produtividade e nos lucros, ao mesmo tempo provocando o esgotamento do regime de acumulação fordista e levando a um estágio avançado do desenvolvimento histórico das forças produtivas, tendência “já anunciada por Marx, como possibilidade no horizonte do capitalismo” (AGLIETTA, 1997 apud BRAGA, 2003, p. 44).

Os regulacionistas também identificaram os acontecimentos da década de 70 como fatos mais importantes do que acidentes meramente pontuais causados pelos choques energéticos e financeiros ligados ao papel da OPEP e suas instabilidades que colocaram monetaristas e keynesianos em campos opostos. Eles revelam, ao contrário, um período de esgotamento das condições sociais e da produção para o qual a noção de flexibilidade aparecia como novo eixo das transformações necessárias para firmas e governos. A crise do modo de desenvolvimento, afirma Boyer (1990, p. 122), “acelera a crise da maioria das formas de relações entre o Estado e a economia”.

As novas alternativas propugnadas pela crescente automação dos processos de trabalho, diversificação e flexibilização são vistas como avanço para os regulacionistas. Tal avanço seria resultado do nível de produtividade alcançado pelo trabalho vivo, bem como da amplidão da cooperação na produção que tornou complexo ou impossível realizar o cálculo da produtividade do trabalhador individual. Parece haver consenso entre Palloix e Aglietta, quando entendem que estão sendo gestadas novas condições de reprodução do capital e que a luta de classes na produção é uma condição fundamental para entender a natureza das transformações no processo de trabalho. Se de um lado os autores reconhecem que a luta de classes na produção é dimensão fundamental na definição das

normas organizacionais e do próprio desenho/funcionalidade dos padrões tecnológicos, conduzindo a recusa operária a afetar os níveis de extração da mais-valia, por outro lado, o recuo conservador (ou reformista) dessa vertente se dá no momento em que reconhece que a saída durável e desejável para a crise seria a transição rumo ao neofordismo, afinal, ao modificar a composição interna das classes que compõem a relação salarial, ele estabeleceria novas modalidades da luta entre as elas, não mais polarizada pelas contradições entre capital e trabalho, mas sim, pela relação salarial⁹⁹ (AGLIETTA apud BRAGA, 2003).

Conforme mostra Braga (2003), a definição do conceito de salário está no centro da análise regulacionista. “Sua inserção na teoria do valor caracterizaria o salariado como produto de uma relação social geral e uniforme que serviria de fundamento para um capitalismo centrado nas formas sociais da “organização”, Estado e as empresas” (NADEL, 1994 apud BRAGA, 2003, p. 45), de modo que o progresso das formas de socialização próprias dum estágio superior ao fordismo, ao modificar a relação entre salário individual e rendimento, institui uma nova matriz coletiva de negociações que passa a operar no sentido de uma

99- Podemos ler em Braga (idem, 2003, p. 51): “Se o salariado constitui-se entre a organização e o mercado, sua racionalidade deve ser buscada na negociação de seu preço. A corrente regulacionista entende que as mediações progridem com as transformações materiais do modo de produção. Este progresso asseguraria a coesão social sob a dominação de uma relação de apropriação antagonista. Como novo estado do capitalismo ligado ao regime de acumulação intensivo, o fordismo unificaria as diferentes formas parciais de existência da relação salarial, constituindo-se em forma estrutural capaz de organizar a negociação coletiva. Fonte de progresso, a colaboração classista é alçada ao papel de instância estrutural. Afinal, as leis de reprodução das formas sociais introduziriam transformações no terreno da valorização. A forma estrutural segundo a qual a relação salarial é reproduzida afetaria a transformação do valor da força de trabalho em salário. O estudo da negociação coletiva permitiria completar a determinação do salário nominal de referência. A suposta universalização da negociação coletiva ocasionaria, por sua vez, uma mudança de regime na evolução quantitativa do salário a longo prazo e na sua regulação ao longo das fases do regime de acumulação”.

homogeneização dos salários. Eis então, as condições que podem levar ao início de um processo de transição. De acordo com Braga, os regulacionistas entendem que “as transformações da base material do capitalismo alteraram, mais ou menos rapidamente, o conjunto das superestruturas, conforme a conhecida fórmula de 1859” (BRAGA, p. 45). Se a idéia da revolução está em crise, resta como saída desejável regular as condições do consumo à classe operária considerando, “no ambiente de trabalho, inserção ocupacional; na esfera da circulação, inserção por meio do consumo” (idem, ib.).

Considerando as confluências das análises dos regulacionistas e dos teóricos da ‘especialização flexível’, podemos identificar uma perspectiva comum que considera as relações de produção neofordistas como as mais avançadas e adequadas para viabilizar alternativas restauradoras da democracia salarial. Isso porque as negociações coletivas afirmam uma via sindical progressista na qual o “capitalismo pode fazer melhor” aquilo que fez desmoronar tanto o comunismo como o próprio capitalismo ao estilo liberal-produtivista, de vertente neoliberal, que ameaça as conquistas dos trabalhadores, também triunfa. O debate sobre a saída para a crise do modo de desenvolvimento dos “trinta anos gloriosos” transforma-se “num debate estratégico para os países que desejam escapar dos rigores do capitalismo americano sem se descuidarem da eficiência econômica” (BRAGA, 2003, p. 119).

Uma nova ordem parece estar sendo forjada e sua caracterização é decisiva para seu desdobramento. O tema da composição das classes trabalhadoras é perpassado pelo impacto sobre elas causado pelas novas tecnologias informacionais, tanto quanto pelas novas formas organizacionais e institucionais e os debates sobre a saída da chamada crise. A acumulação flexível, ou o neofordismo, sustenta-se em mecanismos alternativos de organização da produção, de gerência dos setores financeiros e de administração do mercado, o que leva à criação de uma imensa gama de atividades no setor de serviços, ao mesmo tempo em que é caracterizada por uma crescente onda de precarização,

dualização, feminilização e flexibilização com impactos fortemente negativos para as grandes massas de trabalhadores.

A consolidação do neoliberalismo, desenhando um modo peculiar do capitalismo contemporâneo, não se deixou intimidar pelos críticos ao fordismo e apologetas de uma nova era. Pelo contrário, se considerarmos que a tônica dada era a da crença numa via de conciliação entre capital e trabalho, sustentada nas novas possibilidades abertas pelas experiências usadas como fontes de legitimidade, podemos afirmar que o caráter reformista dessas correntes esteve organicamente ligado à consolidação do cenário de quebra das conquistas anteriormente garantidas às classes trabalhadoras, bem como ao seqüestro do seu horizonte cultural.

Fato é que “os novos proletários do mundo na virada do século”, afirma Antunes (1999, p. 195), são muito diferentes do proletariado do século XIX. Junto às tendências de redução do operariado industrial da fase taylorista/fordista, de aumento considerável do trabalho feminino¹⁰⁰ e de formação de uma classe trabalhadora precarizada em escala mundial deu-se uma enorme expansão dos assalariados médios e dos trabalhadores que executavam atividades técnicas, gerenciais e de apoio à produção, como decorrência da complexificação da divisão técnica do trabalho nas unidades produtivas.

As atividades do setor de serviços, anteriormente vistas como improdutivas, passam a ser relacionadas às próprias possibilidades de desenvolvimento de novas potencialidades de aumento da produtividade no âmbito da totalidade da produção. Do ‘chão de fábrica’, à circulação e distribuição, bem como de todo o processo de organização da vida social, a pressão por saídas e respostas inovadoras encontra novos resultados diante da imensa capacidade

100- Antunes, 2000, p. 203

de produção e manipulação de informação em razão do avanço das telecomunicações e da informática.

Conforme salienta Kon (2008), os serviços também são expandidos em razão da necessidade de operacionalização das atividades de comércio internacional, da reestruturação organizacional com ênfase na terceirização, dos processos de concentração do capital por meio de fusões e incorporações e da onda de privatização dos serviços públicos em escala mundial. Tal quadro requer de nós “a constante adequação dos conceitos teóricos sobre as novas características e funções adquiridas por estas atividades em razão de sua crescente relevância no contexto do desenvolvimento econômico” (Kon, 2008, p. 20).

A reestruturação produtiva, ao demandar trabalho qualificado com base nas novas tecnologias da informação e telecomunicações, ao fazer a apologia de um trabalhador polivalente e com maior grau de autonomia, também ilumina o tema da qualificação para o trabalho, que, do ponto de vista dos teóricos da globalização, como Peter Drucker torna obsoleto o tema da luta de classes. Segundo afirma esse mesmo autor, hoje, “o fator de produção mais importante não é o capital, a terra ou a mão-de-obra. É conhecimento. Ao invés de capitalistas e proletários, as classes da sociedade pós-capitalista são os trabalhadores do conhecimento e os trabalhadores em serviços” (1993, p. 28).

Para Offe (1989), as saídas da crise acarretaram mudanças profundas que têm na esfera dos serviços alguns de seus mais importantes aspectos para justificar a perda de centralidade do trabalho na análise sociológica contemporânea. As mudanças no mercado produziram uma valorização do trabalho doméstico, produziram clivagens entre formas de produção de bens e formas de produção de serviços, acirraram a segmentação do mercado de trabalho e a sua constituição predominante fora dos padrões de contratação formal. A expansão dos serviços e a heterogeneidade das formas de organização

produtiva afetaram drasticamente a relação entre os trabalhadores e suas funções, o que teria conduzido a uma radical mudança nos valores culturais emergentes da esfera do trabalho.

Além disso, “as rupturas no seio dos trabalhadores assalariados com o crescimento de posições intermediárias, ou mescladas, nas quais o status salarial está ligado à autoridade formal” (Offe, 1989, p. 22), significaram uma tal mudança na ‘natureza’ do trabalho que levaram ao próprio fim da condição da força de trabalho enquanto mercadoria. Ademais, os critérios convencionais para quantificação da produtividade tornaram-se inadequados, assim como os tipos de autoridade e os valores, provocando uma ruptura na racionalidade anterior da produção. Por isso os serviços assumem destaque. Eles atendem, segundo o olhar de Offe, às necessidades de controle e normatização da produção industrial, atividades que, obviamente, requerem novos critérios de avaliação e quantificação da produtividade. Portanto, as atividades do setor de serviços ganharam uma ambivalência e autonomia que geraram “uma nova frente de conflitos” (idem, p. 24-25), movidos por questões culturais e políticas conduzindo os conflitos de classes ao limbo da história.

Os esforços no sentido de vincular uma expansão das atividades terciárias à idéia de uma sociedade sem classes, contudo, aparecem para Anna Pollert (1988) como uma poderosa fonte de mistificação das relações sociais capitalistas. Isso porque nessas análises subjaz a noção de que “um paradigma tecnológico pode engendrar por si mesmo uma nova base social da produção capitalista (o operário proudhoniano, o artesão eletrônico) já que permite maior nível de democracia” (POLLERT, 1988, p. 50 apud SOARES, 1998, p. 53) em decorrência da produção descentralizada, organizada nos novos distritos industriais. E, sobretudo, porque veiculam a idéia de que a classe trabalhadora está morta. Conseqüentemente, às novas divisões da classe caberia “o papel de cimentar ideologicamente o processo de rompimento e afastamento da classe trabalhadora com relação à memória social de suas experiência coletiva prévia”

(POLLERT, 1988, p. 50 apud SOARES, 1998, p, 53).

Não é demais repetir a presença fundadora das teses smithianas sobre a quantificação do trabalho, presentes nas correntes citadas e que anunciam o terreno comum no qual se prepara um trabalhador capaz de se ver como colaborador do capital e de cultivar uma nova flexibilidade ou docilidade como estratégia de sobrevivência diante do trabalho que se lhe aparece cada vez mais precarizado. Tal terreno é fundamental para que o neoliberalismo possa alcançar sua hegemonia. O desaparecimento das classes sociais como pano de fundo das mesmas teses participa, assim, de um processo mais ou menos gradativo no qual se dá a afirmação de uma nova identidade das classes trabalhadoras.

“A perspectiva do “desaparecimento” das classes, a proposta implícita de um pacto social automático no cotidiano e, portanto, despolitizado e despolitizante, requer não a mera reafirmação de dogmas, mas a construção da identidade das classes trabalhadoras, respeitada a sua diversidade. Conhecidas as suas lutas, linguagens e tradições. A terciarização é fundamentalmente um momento da expropriação do especificamente operário do processo fabril, forma superior da desterritorialização do trabalho, de desconstrução das classes trabalhadoras, desconstrução que passa pela sua desconcentração. Ela coloca um novo desafio para as centrais sindicais e para os partidos que se afirmam ligados unbelicalmente às classes trabalhadoras. O de responder a essa desterritorialização com a construção efetiva das identidades classistas” (DIAS, 1997, p. 114-115).

Ao mesmo tempo, ao tomarem a tecnologia como expressão de uma racionalidade humana genérica, o caráter militar propulsor do desenvolvimento de novas tecnologias informacionais é absolutamente descartado pelas classes trabalhadoras. Tais análises minimizam, ou procuram tornar invisíveis, as mudanças nas formas de organização dos conflitos imperialistas que eclodiram após o fim da guerra fria e passaram a utilizar estratégias ancoradas em sistemas de inteligência de alcance cada vez mais global, capazes de efetivar controle muito mais eficaz sobre mares e espaços aéreos. Elas não fazem o vínculo central entre o uso civil e militar que explica o desenvolvimento tecnológico como meio de

se conseguir espaços privados de controle e exercício do poder (CECEÑA, 1998), além de meio de legitimação de novos pactos sociais nos quais o trabalhador, para deles participar, deve perder sua antiga identidade.

II. 4. Da crise do trabalho à caracterização de um novo regime de acumulação

Dos debates sobre as 'mutações no mundo do trabalho', o tema central da nossa época migrou para a teorização sobre a crescente participação das finanças no comando da produção capitalista. Assentadas em tal preeminência, as novas condições da acumulação têm provocado mudanças significativas na composição do trabalho. Concorre fortemente para isso a introdução da automação e da informática nos processos produtivos, o que representa a continuidade de um problema já presente anteriormente, como pudemos ver. A tentativa de elaboração de um construto conceitual que denomina a fase atual de acumulação como 'nova economia' está vinculada a essas mudanças, ainda que tais transformações não possam ser definidas como seu mero reflexo. Da mesma maneira, ressaltamos que é difícil datar seu início, em que pesem nossos esforços por sinalizar uma cronologia dos acontecimentos e dos contextos nos quais as teorias são elaboradas.

Dentre as questões mais conhecidas, do ponto de vista teórico, as últimas décadas viram protagonizar os infindáveis debates acerca das seguintes possibilidades: pode-se afirmar que adentramos numa nova fase do capitalismo? Estariam alteradas as bases de acumulação e distribuição de riquezas, até o ponto em que já não se possa mais falar num capitalismo industrial, mas sim, num 'capitalismo financeiro', resultante da pressão pela desregulamentação dos mercados e liberação dos fluxos financeiros, levados a efeito pelos governos neoliberais? Haveria novidade nesse processo, ou ele é expressão de condições

inauguradas no século XIX, quando o padrão ouro começa a dar sinais de enfraquecimento para, na metade do século XX, dar lugar a um sistema complexo - de desenvolvimento da moeda, do sistema de crédito e de financiamento da produção - marcado por uma inusitada volatilidade?¹⁰¹

A necessidade de caracterizar o que há de novo encontra em autores como Chesnais (1997) a preocupação de agendar coletivamente um programa de atualização teórica, fruto de trabalho coletivo, capaz de explicitar o que ele chama de “regime de acumulação financeira mundial” ou “regime de acumulação mundial predominantemente financeiro”, retomando a noção de que apenas o exercício de totalização entre momentos tradicionalmente autonomizados pode promover a compreensão do significado e do alcance das transformações da conjuntura atual. Segundo ele, apenas no processo de aperfeiçoamento das formas de exploração e de valorização é que a financeirização do capital mundializado ganha sentido. Chesnais procura demonstrar que o complexo financeiro-industrial dos setores de multimídia, informática e telecomunicações atuam de modo a permitir ao capital um exercício muito mais livre, em relação aos obstáculos anteriores, para a sua realização plena. Contudo, esse fenômeno não pode ser desligado dos processos políticos que estão em jogo.

O mesmo autor reinsere os aspectos econômicos, como o das desregulamentações e o das privatizações, no conjunto de problemas colocados

101- Chesnais formula essa pergunta, em 1998, da seguinte maneira: « Será que as transformações que se deram, nos últimos quinze anos, nas condições de remuneração, de contratação e de trabalho dos assalariados (a relação salarial da teoria regulacionista), com a generalização dos contratos precários, a subordinação aos requisitos de flexibilização das empresas, a queda relativa dos salários, tudo baseado num desemprego elevado e em elevação, depois de ter sido inexistente (no Japão), podem ser atribuídas unicamente aos efeitos da mudança tecnológica? Ou estariam ligadas também ao crescente peso das finanças e às exigências das novas instituições financeiras não-bancárias?» (idem, 1998, p. 19).

pelos processos culturais de criminalização da atividade combativa dos intelectuais de atuação anticapitalista, notadamente nos anos 60 e 70, bem como de aniquilamento das conquistas sociais do pós-guerra, a exemplo da investida neoliberal iniciada por Reagan e Thatcher no início dos anos 80. Conforme assinala, “por meio de uma articulação estreita entre o político e o econômico é que as condições para a emergência dos mecanismos e das configurações dominantes desse regime foram criadas” (Chensais, 1997, p. 24).

Para Chesnais (1996), autor crítico das teses que preconizaram a superação do fordismo - e sustentaram a proposição de um horizonte no qual as mudanças no ‘mundo do trabalho’ pudessem estabilizar um campo supostamente mais avançado do capitalismo, no interior do qual autonomia e flexibilidade do trabalho significassem um novo suporte para ‘salvação do capitalismo’ -, tais mudanças não podem reverter automaticamente os paradigmas cristalizados na concepção taylorista e fordista de produção industrial. Nesse sentido sugere um retorno aos postulados de Marx, sobretudo em *A Miséria da Filosofia*, para que se possa compreender o movimento do capitalismo na sociedade contemporânea¹⁰². Ao analisar as novas situações, ele nos reporta aos aspectos que aprofundam e aperfeiçoam as estratégias de internacionalização do capital e não, como querem os autores anteriormente citados, aqueles que poderiam indicar a emergência de uma ordem mais ‘progressista’ do ponto de vista do trabalho. Ou seja, o que temos visto é que, contemporaneamente, as empresas lançam mão de novas combinações que lhes garantam racionalização e sobrevivência diante das novas oportunidades de investimentos internacionais. Para isso, os processos de desregulamentação, levados a efeito pelos estados nacionais, bem como as inovações tecnológicas, permitem a superação de antigos obstáculos, sobretudo

102 - Novamente, remetemos o leitor ao trabalho de Soares, op. cit.

aqueles ligados às dificuldades de gestão do capital produtivo e financeiro que podem, agora, migrar livremente, sem amarras legais ou sequer ‘morais’ de um território para outro, buscando, apenas e tão somente, resolver suas próprias necessidades. Vejamos como Chesnais explica o momento de mundialização do capital:

“as estratégias internacionais do passado, baseadas nas exportações, ou as estratégias multidomésticas, assentadas na produção e vendas ao exterior, dão lugar a novas estratégias, que combinam uma série de atividades transfronteiriças: exportações e suprimentos externos, investimentos estrangeiros e alianças internacionais. As empresas que adotam essas estratégias podem tirar proveito de um alto grau de coordenação, da diversificação de operações e de sua implantação local (...). A mundialização não diz respeito apenas às atividades dos grupos empresariais e aos fluxos comerciais que elas provocam. Inclui também a globalização financeira, que não pode ser abstraída da lista das forças às quais deve ser imposta a adaptação (irmã gêmea do ajuste estrutural) dos mais fracos e desguarnecidos (...). No plano industrial, é então aos novos modos de organização da produção, adotados pelas empresas multinacionais, que deveria fazer inevitável adaptação. O problema, já a esse nível, é que a liberalização e desregulamentação, combinados com as possibilidades proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação decuplicam a capacidade intrínseca do capital produtivo de se comprometer e descomprometer, de investir e desinvestir; numa palavra, sua propensão à mobilidade. Agora o capital está à vontade para por em concorrência as diferenças no preço da força de trabalho entre um país – e, se for o caso, uma parte do mundo – e outro. Para isso, o capital concentrado pode atuar, seja pela via do investimento, seja pela terceirização” (CHESNAIS, 1996, p. 27-28).

O termo mundialização foi batizado por Chesnais, desde a década de 90, para opor-se às teses da globalização¹⁰³ e demonstrar, com base na teoria

103- Ver Chesnais, A mundialização do capital, 1996. O autor fala da necessidade de se ‘decifrar palavras carregadas de ideologias’ e relaciona o termo globalização ao movimento empresarial de criação de estratégias de integração no mercado mundial. Chama a atenção para o fato de que tais estratégias são globais, “mas integradoras e

marxista, a nova arquitetura capitalista construída a partir dos processos de liberalização e concomitante expansão do mercado mundial. A particularidade do período atual estaria no ressurgimento de uma alta concentração do capital em aplicações financeiras, sobretudo a partir da década de 80, cujo efeito mais visível tem sido a capacidade de dar direção aos investimentos, bem como interferir na distribuição de renda. Segundo ele, ainda que não se possa afirmar que se assista à organização de um 'regime de acumulação com predominância financeira', é inegável que o ritmo da acumulação tem sido imposto pela fração do capital que se valoriza sob "a forma de aplicação financeira e que provém da repartição do lucro das empresas" (CHESNAIS, 2002, p. 2). As dificuldades de valorização do capital, o fracasso das políticas de incentivo à demanda, o ataque frontal às políticas de defesa de poder de compra e das conquistas sociais historicamente construídas por parte dos trabalhadores criaram as condições para a vitória intelectual e prática das políticas monetaristas dirigidas pelos governos neoliberais (que começaram por dar fim ao controle dos movimentos de capitais entre nações, desde os anos 80) e para a emergência daquilo que Chesnais chama de "atores principais do regime de finanças de mercado mundializado": os fundos de pensão e as sociedades de aplicação coletiva de valores imobiliários. "Beneficiados pelo interesse em financiar seus déficits, num primeiro momento, esses novos capitais reconstituíram-se e procuram estabelecer novas bases para valorizar-se financeiramente" (Idem, 1998, p. 17).

A questão não é simples. O mesmo Chesnais deixa claro que a preeminência da fração financeira só pode ser considerada à luz do fetiche da autonomia das distintas formas de valorização do capital, que permite a

excludentes para os demais atores, que sejam países, outras empresas e trabalhadores" (idem, p. 37).

construção da representação ideológica da existência de uma natureza puramente financeira, ainda que sua dominância seja inegável quando se observa que seus operadores são os que decidem como, quanto e para quais países os investimentos devem ser realizados. Os termos, contudo, merecem cautela, segundo palavras do próprio Chesnais. A questão da autonomização ou da autonomia de uma fração do capital tem alimentado infindáveis debates depois que os Livros II e III de O Capital de Marx foram redescobertos e inúmeros propósitos de elaboração de uma leitura totalizadora do processo de valorização do capital têm sido postos em andamento. Aos críticos que o acusam de proceder de forma a destacar o capital financeiro do processo de valorização, como se fora herdeiro das tradições que preconizam a separação entre produção e finanças, Chesnais, lembra que

“É verdade que uma parcela extremamente elevada das transações financeiras tem lugar no campo fechado formado pelas relações entre instituições especializadas, e não tem nenhuma contrapartida ao nível do intercâmbio de mercadorias e serviços nem do investimento. É o caso em particular dos cerca de 1, 4 trilhões de dólares de transações que se realizam diariamente no mercado de câmbio, das quais uma proporção de apenas 5 a 8% corresponderia a uma transação internacional real. Mas isso não significa que não existam vínculos muito fortes, e, sobretudo de grande alcance econômico e social, entre a esfera da produção e comércio internacional e a das finanças. A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mundialização de certa força de trabalho de múltiplas qualificações. Os capitais que os operadores financeiros põem para valorizar, através de suas aplicações financeiras e das arbitragens entre diversos tipos de ativos, nasceram invariavelmente no setor produtivo e começaram por assumir a forma de rendimentos que se constituíram na produção e intercâmbio de bens e serviços. Uma parcela desses rendimentos – hoje em dia uma parcela elevada – é captada ou canalizada em benefício da esfera financeira, e transferida para esta. Só depois dessa transferência é que podem se dar, dentro do campo fechado da esfera financeira, vários processos, em boa parte fictícios, de valorização (...) que fazem inchar ainda mais o montante nominal dos ativos financeiros” (idem, 1998, p. 15).

A teorização de Chesnais não se esgota nessa perspectiva do

problema. também não dá conta, nessa passagem, de indicar a visão marxista sobre a mudança de form da do capital a cada etapa do processo de valorização para poder, por meio dela, fazer prosseguir o processo em sua totalidade. Tampouco Chesnais tocou na questão de como cada diferente forma assumida pelo capital entra em contradição consigo mesma¹⁰⁴. No entanto, o que nos importa, neste momento, é destacar que - considerando o avanço das fronteiras capitalistas no sentido de uma maior complexificação e internacionalização de suas atividades - o tema dos serviços aparece no conjunto de sua obra de modo a demonstrar que a recorrente dificuldade teórica - que parece encarcerar o setor num campo obscuro e pretensioso -, é decorrência tão somente da “falta de um quadro teórico global que permita apreciar melhor o lugar hoje ocupado pelos serviços no movimento do capitalismo contemporâneo e de seu modo de acumulação como um todo” (CHESNAIS, 1996, p.187). Por meio de análises concretas Chesnais (1996) mapeia as mudanças, tanto do ponto de vista estrutural como no da dinâmica interna pela qual elas integram capitais e incrementam o modo de valorização, e consegue demonstrar que, atualmente, os serviços ‘invadem’ o setor manufatureiro, ao mesmo tempo em que companhias industriais estão se diversificando no sentido de potencializar suas atividades no ramo dos serviços (CHESNAIS, 1996, p. 188). Configura-se, segundo afirma, aquilo que Clairmont e Cavanagh (1994) chamaram de *transnational integral conglomerates*. Para o autor¹⁰⁵, trata-se da própria “quintessência” do oligopólio

104- Consideramos que, para a construção de nossa perspectiva, a contribuição de Chesnais reste válida ainda assim, sobretudo porquê ao analisar a fase atual da internacionalização do capital, destaca o aspecto decisivo, o «golpe de Estado» que permitiu o retorno aos mercado de setores ou grandes atividades de serviços que foram confiscados pelo Estado. (CHENNAIS, 2002, p. 5). Trataremos disso a seguir.

105- A obra de Chesnais sobre a questão dos serviços e do processo de mundialização do capital, com a participação das novas tecnologias comunicacionais, é dos estudos que mais inspirou análises no Brasil. Por isso, o tomamos aqui como referência para

mundial que soube encontrar a forma mais aperfeiçoada de acordos internacionais. O capitalismo construiu uma forma extremamente imbricada de relacionamento entre suas dimensões financeiras e produtivas o que permite a Coobs e Green (1989) afirmarem que “os serviços não existem como um setor” (idem, p. 279), aliás, a única coisa que eles têm em comum é que seus produtos são serviços, “não são coisas físicas, mas de alguma forma, coisas inteligíveis, impermanentes e imateriais” (idem, ibidem). Necessário se faz, agora, compreender o que está na origem do processo de internacionalização dos serviços¹⁰⁶. É do que trataremos no item a seguir.

II. 5. Chesnais: valorização do capital e serviços no estágio atual do capitalismo.

A ausência de uma teoria sobre os serviços, pensa Chesnais, é grave porque dela depende nada menos do que a compreensão do próprio capitalismo hoje. No sentido de contribuir para que essa lacuna seja resolvida, ele apresenta o problema de um ângulo concreto, assinalando o interesse que os grupos industriais têm pelo setor: a venda de uma série de serviços e os investimentos, também chamado de imateriais, estão na base da complexificação da produção. Reconhecendo a dificuldade de teorizar a respeito, compartilha com Clairmonte e

diagnosticar as dimensões da terciarização na atualidade.

106- Processo garantido pela utilização potencializada da informática e das telecomunicações. Chesnais afirma, neste sentido, que é importante mencionar que as multinacionais passaram a usar sua ‘potência decuplicada pela mundialização’ para sustentar as formas privadas de telecomunicações, cujo objetivo consiste agora em gerir os satélites a seu bel-prazer e em conseguir a abertura de todos os mercados ainda potencialmente protegidos (CHESNAIS, 1996, p. 205).

Cavanagh¹⁰⁷ a idéia de que o capitalismo moderno caracteriza-se por uma invasão dos serviços no setor industrial, de modo a abalar profundamente a “contraposição” convencional entre esses setores.

A fase atual de acumulação, conforme sinaliza Chesnais (1996), tem, nas fronteiras internas ligadas à constituição dos ramos e diferentes tipos de atividades, a principal barreira a ser destruída para que se realizem todos os imperativos da acumulação do capital. Ao compor, também, os aspectos subjetivos/ideológicos dos processos de valorização, os serviços constituem-se enquanto a nova fronteira avançada da expansão do capitalismo. “A contraposição entre o setor industrial e os serviços está sendo, então, fortemente abalada tanto pelos serviços “invadindo” o setor manufatureiro, como pela indústria, cujas companhias, por sua vez, estão se diversificando no sentido dos serviços” (CHESNAIS, 1996, p. 188).

A divisão do trabalho no interior da produção se intensifica levando à criação de novas profissões, ramos de atividades ligados à prática de intermediação entre as empresas.

Mas esse fenômeno está no cerne de uma questão fundamentalmente urgente: a decisão de se ter controle das “complementaridades entre o produto e os serviços que o acompanham”, como um meio de preservar vantagens concorrenciais e posição no mercado (idem, p. 189). Da mesma forma, empresas cujo essencial de suas atividades produtivas está ligada à informática - interna ou externamente, pela aquisição de companhias especializadas – compartilham esta estratégia de domínio da cadeia de valor (idem, p. 190). Esses dois aspectos são decisivos para explicar a diversificação e magnitude dos serviços na atualidade.

107- Chesnais, 1996, p. 188.

É fundamental entender que o crescimento do setor de serviços acontece não como resultado do surgimento de novas atividades, emergentes de um processo de modernização pensado de modo abstrato; como se fora produto de ondas de inovação resultantes de um impulso espontâneo pela mudança, sem qualquer relação com as atividades manufatureiras. Mas, ao contrário, ele nasce, justamente, da necessidade de incremento e complexificação dessas atividades, que passam a ocupar papel central no processo de reprodução do capital, no movimento total de valorização do capital.

Seja pelo porte das empresas ou pelo montante de capital em jogo, uma das alternativas desenvolvidas para a atualização eficaz das condições de controle da cadeia produtiva foi a opção por pesados investimentos comerciais, que gerou uma “concentração de grandes capitais no comércio atacadista (centrais de compras) e varejista (lojas de departamento, supermercados e, sobretudo, hipermercados)” (CHESNAIS, 1996, p. 191). Obviamente, essa nova configuração, que resulta numa força brutal para impor condições de acesso às mercadorias destinadas à demanda final, afeta as condições da valorização do capital. Ela está montada numa generalização, sem precedentes, dos suportes e serviços complementares que acompanham produção e venda de mercadorias¹⁰⁸.

108- A dimensão concreta deste aspecto é assim explicitada por Chesnais (1996, p. 190): “Com efeito, as estatísticas mostram que as multinacionais industriais são muito ativas nos investimentos externos no comércio (de Laubier, 1984). É o caso, em particular, dos grupos alemães estruturados em Kaisem. É também o caso dos grupos japoneses. Estes se beneficiam dos serviços privilegiados que lhes são fornecidos pelos grandes sogo sasha para suprimento de matérias-primas industriais de base e para a comercialização de muitos produtos. Mas, nos setores mais modernos, as grandes companhias japonesas completam o controle sobre o trecho final da cadeia de valor, por meio de investimentos próprios na fase de comercialização. Os grandes grupos franceses envolvidos na exploração de matérias-primas também desenvolveram seu próprio comércio internacional (Pechiney world Trade no comércio de metais não-ferrosos, Elf Trading no comércio de petróleo bruto, Usinor no comércio de aços planos especiais) de alto risco”, leva muitas firmas a criarem suas próprias seguradoras». Os gastos com publicidade,

Para manterem rigoroso controle sobre o fluxo de escoamento e realização das mercadorias, os grandes grupos industriais também passam a atuar no campo das atividades financeiras não-bancárias, criando suas próprias firmas de financiamento ou seguro que acompanham a venda do produto final, como no amplamente conhecido exemplo da indústria automobilística. Os grandes grupos industriais vêem-se ameaçados pelas grandes redes de comércio atacadista em “situação de “oligopsônio” (pequeno número de compradores para grande número de vendedores)” (CHESNAIS, idem, p. 191) para impor condições de acesso à demanda final.

As condições de valorização do capital são profundamente afetadas e contra os distúrbios que podem delas advir é que os grupos industriais promovem mecanismos de redução de riscos nos fluxos de valor, aos quais correspondem as atividades na internacionalização financeira não-bancária. Trata-se de estratégias de proteção dos mercados e da “cobertura de seguro, indispensável para o início de uma nova atividade nos setores de alto risco” (CHESNAIS, 1996, p. 192). Por isso, muitas firmas criam suas próprias seguradoras e destinam imensos recursos para publicidade, num mercado extremamente concentrado. Segundo Chesnais, o que está em jogo são os ‘falsos gastos’ dos custos de realização da mais-valia, pois tornou-se imperativo reduzir a ‘menos-valia’ que incorre no nível da comercialização. Portanto, é “preferível controlar diretamente o escoamento comercial” (idem, 1996, p. 191-192).

Outra situação específica é a da dinâmica das grandes indústrias de base (caso petrolífero e petroquímico, por exemplo) que, criaram filiais especializadas em engenharia e venda de plantas industriais para, em seguida,

num mercado extremamente concentrado, compõem as mudanças que Chesnais pretende descrever.

estimulem seu processo de internacionalização. Apesar desse movimento datar da década de 60, ele se tornou muito mais freqüente a partir da segunda metade da década de oitenta (conhecido como o da 'multinacionalização das multinacionais industriais') e tem dado uma dimensão muito peculiar aos serviços, pois a eles cabe a garantia de uma normalização do consumo, que também tornou-se mundial.

O processo de externalização ao processo produtivo de atividades como as citadas não é de pouca relevância. Ele modifica radicalmente a composição do capital na medida em que cria uma rede de novas firmas, de pequeno e médio porte, cuja finalidade é dar suporte a uma central produtiva, mas que cria conexões intrafirmas e gera nova configuração no tecido produtivo¹⁰⁹. Segundo análise de Kon (2008), corroborando a argumentação de Chesnais, é preciso reconhecer que tal rede (que apóia uma central produtiva) substitui a noção fordista da firma como uma organização auto-suficiente, substituindo-as por uma organização de firmas de economia externa que vai atacando a economia de escala de organização interna das grandes empresas. Cria-se uma economia de aglomeração de firmas que oferecem novo leque de serviços ao produtor com o objetivo de atender “à demanda por insumos para a produção de outros bens e serviços, que apresentam a função de realçar a eficiência operacional e o valor da produção em vários estágios do processo produtivo” (KON, 2008, p. 2).

Outra dimensão importante a ser apresentada é a que se refere ao processo de homogeneização dos mercados capitalistas avançados (em sua dimensão mundializada), que passam a requerer novas normas, ou relações de consumo que demandam serviços de publicidade, auditoria e consultoria de gestão empresarial. Ou seja, colocou-se como desafio aos grupos empresariais a

109- Ver Kon (2008); e Coffey e Baily (1993).

sua capacidade de manter ascendência sobre atividades de serviços complementares às operações centrais, garantidas pela maior proximidade e contato com clientes. As franquias são um exemplo mencionado por Chesnais para demonstrar uma estratégia de homogeneização das normas de consumo e distribuição de produtos, pois sua forma de gestão centralizada permite que sejam salvaguardados quesitos fundamentais como o da 'qualidade', a partir da "codificação extremamente detalhada e padronizada tanto dos serviços como dos procedimentos de relatório e controle (idem, p. 203). O compromisso entre franqueador e franqueado entrega a este último todo o ônus dos investimentos locais e, sobretudo, os prejuízos decorrentes das oscilações da demanda, assim como dos inúmeros conflitos que caracterizam a organização produtiva. De modo que, "longe de estar em contradição com a exploração das vantagens de localização, essa forma permite alcançá-las ao menor custo e com o máximo lucro" (CHESNAIS, 1996, p. 203).

No que diz respeito à complexa relação entre investimentos realizados por empresas industriais e de serviços, é preciso afirmar que ela não está livre de conflitos. Grupos industriais enfrentam questões que expressam a concorrência intercapitalista. Investimentos cruzados, rivalidades oligopolísticas, fusões e incorporações cumprem a mesma tendência de concentração do setor manufatureiro. As mesmas leis de valorização estabelecem, portanto, a trajetória do capital do setor de serviços. "Analogamente, a concentração acompanhou, ou mesmo passou, a internacionalização" (THUILLIER, 1993 apud CHESNAIS, 1996, p. 187).

Os grupos industriais percebem-se em constante estado de ameaça dado o vulto alcançado pelas empresas de serviços que podem operar com forte economia de escala e variedade de ofertas de mercadorias. O portfólio de mercadorias oferecidas pelas companhias de serviços nada mais é do que a própria rede internacional de informações, capaz de produzir economia de custos na gestão do comércio exterior.

Resta ainda mencionar o destaque alcançado pelas atividades publicitárias no mercado oligopolístico, marcado pela busca crescente de diversificação dos produtos, e o papel estratégico da “acumulação de dados sobre os clientes e mercados potenciais” (CHESNAIS, idem, p. 194) com vistas a oferta de serviços personalizados aos clientes. Somente com as novas tecnologias isso é possível do ponto de vista de uma economia de escala.

Neste ponto, lembremos que os serviços sempre se caracterizaram pela personalização de suas atividades. No estágio atual do processo de acumulação capitalista, o desafio para o setor é justamente o de conciliar tal imperativo, diante da diversidade alcançada por seus produtos, com a necessária personalização dos mesmos. Esse dilema tem sido resolvido, apenas e tão somente, pelo tipo de tecnologias disponíveis na atualidade. A racionalização dos serviços, sem que se perca o foco do atendimento a necessidades específicas de clientes específicos, tem sido levada a cabo pelo tipo e pelo grau de alianças, fusões e incorporações que vão desde a produção das tecnologias da informática até as políticas internacionais de privatização das telecomunicações. As grandes corporações é que conferem economia de escala, variedade e vantagens, mesmo que organizadas no formato de empresas-rede. Sobre isso, vejamos o que afirma Sauviat:

“antes mesmo que os sistemas mundializados de telecomunicações e telemática viessem proporcionar novo suporte, o estabelecimento ou aquisição de uma rede internacional já constituía uma importante fonte de vantagens específicas (...). A capacidade da companhia de reduzir ou minimizar os custos de transação ligados ao comércio exterior, ou à gestão do contato direto em mercados mundiais ainda parcialmente fechados e ‘imperfeitos’ por natureza, é diretamente condicionada pelo controle de uma rede internacional. Tal situação permite que a companhia combine, ainda, as vantagens de localização e suas vantagens próprias” (SAUVIAT apud CHESNAIS, 1996, p. 202).

Mas, é preciso esclarecer qual o tipo de novas referências que tais companhias podem oferecer no processo de incremento da mundialização do capital. O avançado e fortemente internacionalizado grau de personalização do

atendimento aos clientes faz o trabalho nos serviços, ou as atividades caracterizadas por forte grau de intelectualização¹¹⁰, aparecerem como atividades de coerção. “A originalidade da multinacionalização dos serviços”, afirma Sauviat¹¹¹, está no fato de que a eles cabe a construção de uma reputação só possível de ser alcançada quanto mais se estreite o “contato direto com o consumidor ou cliente e a proximidade com o mercado intermediário ou final”. Os serviços se definem mais como processo interativo - baseado na idéia de uma relação personalizada, que procura atender as exigências do cliente - do que como produto. Por isso, a competitividade entre as companhias - e inclua-se aqui sua capacidade de internacionalização - requer atenção especial à construção de uma imagem (da marca), capaz de condensar tanto a referência à qualidade quanto a da diferenciação. Nesse sentido torna-se central a posse da tecnologia de acumulação de dados sobre clientes e mercados potenciais¹¹².

É apenas e tão somente pelo degrau alcançado pelas tecnologias informacionais que se pode compreender o estagio de internacionalização dos serviços, de modo que a tese da neutralidade da técnica torna-se muito frágil diante da análise dos desdobramentos históricos das relações sociais contemporâneas. As complexas redes (fibras óticas ou redes de comunicação sem-fio) que conformam as chamadas “infovias” – canais de distribuição e comunicação - tornam-se canais de gerenciamento da distribuição de mercadorias. Por meio de programas específicos as redes de vendas são aceleradas e acumulam-se informações sobre os clientes, de modo a garantir o grande salto para a multinacionalização das empresas de serviços a que temos

110- O setor caracteriza-se pelo uso intensivo de mão-de-obra qualificada o que lhe confere relação hierárquica muito específica, conforme Chesnais (1996, p. 196).

111- Citado por Chesnais, op. cit.

112- Chesnais, 1996, p. 194

assistido. “As vias de trânsito hoje são as chamadas redes RNIS, amanhã as redes de ondas longas de “infovias”” (CHESNAIS, 1996, p. 207)¹¹³.

Como resultado dos elevados investimentos em comunicação, constituiu-se uma nova fronteira, denominada *ciberespaço*, a partir do momento em que a internet passou a ser amplamente disponibilizada, dando origem às chamadas empresas informacionais. Estas são, portanto, de um tipo de empresa especializada na prestação de serviços ligados às necessidades de acesso, comunicação e informação, e cujos lucros advém da manipulação de informações - “como é o caso do portal UOL (Universo Online) ou de mecanismos de busca como o Google -, hoje comuns, mas que representam nova fase de acumulação no âmbito da produção capitalista de informações” (MONTEIRO, 2006, p. 2).

Como ferramenta midiática, o ciberespaço atua no incremento dos processos que vimos citando. O desenvolvimento da internet comercial dispara as potencialidades de competitividade pela crescente capacidade de transmissão de informações em tempo real que consegue fornecer às empresas. Estas podem, então, montar sistemas extremamente flexíveis para dar conta da grande variedade de relacionamentos interiores e exteriores aos limites das organizações¹¹⁴. Essas novidades concederam importante papel comercial à

113 - RNIS ou réseau numériques à integration de services.

114- É interessante deixar registrado, à título de ilustração: “a explosão das comunidades online e dos sites de conteúdo colaborativo em todo o mundo, com papel de destaque para o Brasil (conforme matéria inclusive no Wall Street Journal) chamou a atenção de publicitários e profissionais de marketing e mídia para as redes sociais. A maneira pela qual as pessoas interagem e formam opiniões sobre diversos assuntos (política, vida social, acontecimentos diversos, produtos e serviços) é objeto de estudo da sociologia desde o final do século XIX. A novidade dos últimos anos é a digitalização destes relacionamentos, objeto de discussões variadas desde o início da década de 90, quando Howard Rheingold publicou “A comunidade virtual”, no qual explorava suas experiências em redes BBS dos anos 80. A digitalização das redes sociais apresenta uma enorme oportunidade para as empresas atuarem de maneira estratégica sobre uma das poucas

Internet em razão de terem criado um sistema profundamente integrado de “empreendimentos virtuais baseados nos modelos de serviços de rede” que, segundo Oliveira (2003), citado por Monteiro (2006, p. 16),

”são implementados com o intuito de serem capazes de funcionar o mais automaticamente possível, de modo a permitir que a própria dinâmica de seus usuários acabe criando um ambiente favorável à sua própria expansão e sedimentação. O “sonho” da Internet comercial é montar uma estrutura capaz de abrigar diversas demandas e responder a elas agregando serviço, de modo que seu resultado retorne e realmente o processo produtivo, fazendo com que as cadeias cooperativas se desenvolvam e se multipliquem”.

Finalmente, como é próprio da divisão internacional do trabalho, os lucros gerados por meio dessas atividades, organizadas pelas empresas em rede no ciberespaço ou não, são apropriados pelas corporações cuja sede permanece nos países de origem.

áreas da comunicação que ainda estava fora do alcance das metodologias de marketing: a comunicação boca-a-boca. Segundo o mais recente estudo “O Estado da Blogosfera”, divulgado pelo Technorati, as empresas já estão presentes na Blogosfera, independente de possuírem ou não uma estratégia para tanto. De acordo com a pesquisa, quatro em cada cinco blogueiros já escreveram sobre marcas, músicas, filmes, livros e produtos (que eles amam ou odeiam), sendo que 37% deles fazem isso frequentemente. Outros 30% relataram ter sido procurados por entusiastas das marcas sobre as quais escreveram. No Brasil, cerca de 18,5 milhões de pessoas navegaram em sites de comunidades em maio. Se somarmos os que visitaram fotologs, videologs e mensageiros instantâneos, o número atinge 20,6 milhões de pessoas, cerca de 90% do total de usuários que utilizam mensalmente a web em seus domicílios, de acordo com a última edição do Giro IBOPE, boletim informativo do Grupo IBOPE. A mesma fonte destaca que em alguns setores específicos, o impacto das interações boca-a-boca pode ser 500 vezes maior que o da publicidade nos sites das marcas tradicionais” (OLIVEIRA, 2003 apud MONTEIRO, p. 15-16).

II.6. Neoliberalismo e oligopolização dos serviços: uma dimensão política.

Chesnais mapeou a trajetória dos investimentos cruzados na economia mundial nos anos 80 e verificou que ela aponta para uma redução significativa da participação dos países em desenvolvimento no mercado mundial¹¹⁵. Os grupos de produção de tecnologias de informática, eletrônica e semicondutores formam alianças oligopólicas que nos permitem vislumbrar o alcance “do que está em jogo, econômica e politicamente, na multimídia”¹¹⁶ (idem, p. 207).

No que diz respeito ao setor terciário, em 1970, o IED (investimentos

115- Segundo tal mapeamento, conclui que « entre 1980 e 1988, quase triplicou o montante de investimentos externos diretos realizado no interior da Tríade, passando de 142 bilhões para 410 bilhões de dólares. Em 1980, o montante investido no interior da Tríade representava 30% da disponibilidade mundial de entrada de investimento direto; em 1988, era estimado em 39% » (CHESNAIS, 1996, p. 65). Segundo análise da pesquisadora do IPEA, L. Acioly da Silva, “os principais traços que marcaram a dinâmica do IDE na década de 1980 disseram respeito ao crescimento dos fluxos de IDE – majoritariamente sob a forma de fusões e aquisições – recebidos e realizados basicamente no âmbito dos países da Tríade (Estados Unidos, União Européia e Japão), à emergência do Japão, como maior investidor – suplantando os Estados Unidos, tradicional fonte de investimentos –, ao surgimento da Ásia, como principal espaço de atração de investimentos que ultrapassa, pela primeira vez, a América Latina em termos de fluxos, e à emergência do setor de serviços, como principal setor de destino dos investimentos, cuja participação em termos de estoque já era de 50% no fim da década» (SILVA, 2006, p. 7).

116- “Os pólos de alianças que se constituíram em torno da Apple (Apple - IBM-Sony-Toshiba-Motorola), da Microsoft (a chamada aliança MPC: Microsoft, Olivetti, Tandy, Victor, Intel, Fujitsu e outras), da Hughes Aircraft (a aliança Direct TV, da qual faz parte a Thompson) e da AT&T/NEC, sem falar nas alianças tecidas para promover o CD-I da Philips para o grande público (Philips – Sony- Matsushita-Kodak e outras), ilustram a complexidade e variedade dessas alianças. Essas características estão relacionadas com a natureza das tecnologias a serem dominadas, mas também com a multiplicidade de operadores e investidores mais interessados: os grupos de mídia e publicidade” (CHESNAIS, 1996, p. 208).

externos diretos) representava 25% do IED total dos países capitalistas avançados. Em 1980, essa parcela atingia 37,7% e, em 1990, superava a metade do total, com 50,1%. Entre 1981 e 1990, o total de IED no setor terciário aumentou à taxa anual de 14,9% (acelerando-se a partir de meados da década quando a taxa passou a 22,1%), enquanto a do setor manufatureiro teve um aumento espetacular nos serviços financeiros, seguros e serviços imobiliários, bem como na grande distribuição concentrada (CHESNAIS, 1996, p.185). Atualmente essa tendência foi ainda mais acirrada. Desde os anos 80, quando a maioria dos países centrais passou a realizar grande parte de seus investimentos no setor de serviços, segundo informa Garzon (2005, p. 2), “das 100 maiores corporações multinacionais do mundo, 64 se especializaram no setor”. Contudo, se essa tendência é visível desde a década de 70, sofrendo incremento importante na década de 80, é desde os anos 90 - a partir do momento em que são demolidas importantes barreiras comerciais que impediam o livre trânsito dos capitais - que se pode propor um marco significativo na direção assumida pelos investimentos externos diretos (investimentos na forma de aquisição de ações por residentes ou domiciliados no exterior) que ‘em escala mundial apontam para um direcionamento muito maior em direção ao setor de serviços (SILVA, 2006).

É sob a forma de fusões e aquisições - plenamente caracterizadas pelos movimentos realizados entre países da Tríade (EUA, Japão e Europa) -, aumentando a presença de megacorporações no mercado mundial, que os investimentos nos serviços vêm se dando, o que confirma a tendência à concentração do capital no setor¹¹⁷. Este processo sabidamente presente nos

117- Enquanto procedemos a revisão deste trabalho os bancos Itaú e Unibanco anunciam fusão que formará o maior conglomerado financeiro do Hemisfério Sul, com um patrimônio líquido estimado em R\$ 51,7 bilhões. (já aconteceu)

setores bancário¹¹⁸, imobiliários, de distribuição, de transporte rodoviário e aéreo, de consultorias, de informática e publicidade alcança também o ramo de telecomunicações, que, de longe demonstram maior capacidade de concentração (CHESNAIS, 1996, p. 201).

A compreensão do fenômeno de oligopolização do setor de serviços nos remete à sua necessária inserção no interior de um processo mais amplo designado pela constituição de um novo rumo tomado pelo capitalismo, resultante da correlação de forças entre as classes sociais em luta na segunda metade do século XX, no qual triunfam o ideário, a propaganda e a materialidade neoliberais. Falamos, portanto, da ascensão do neoliberalismo - forma atualizada da hegemonia burguesa e dos ajustes promovidos para sua implementação em escala mundial - no sentido de atualizar a própria dinâmica imperialista que passa suas rédeas à fração financeira do capital¹¹⁹.

Conforme tem sido amplamente discutido e reiterado por autores

118- Minella afirma que «os dados recentes apontam para uma forte presença dos grupos financeiros - nos limites anteriormente indicados - entre os trezentos maiores grupos privados do país. Entre 1987 e 1994, o número dos que operavam em atividades financeiras (incluídas as atividades de seguros) passou de 54 para 75 (Gazeta Mercantil, Balanço Anual 1995/96). Esta expansão ampliou o número de pequenos e médios bancos vinculados aos maiores grupos privados nacionais. A situação de alguns destes grupos financeiros alterou-se no período mais recente, resultando na sua exclusão do mercado, na sua absorção por outros grupos, ou ainda pela venda da instituição financeira do grupo. Em 1997 encontramos 46 grupos econômicos financeiros na lista dos maiores grupos privados nacionais, na publicação da Gazeta Mercantil, mas neste ano a fonte considerou apenas os 240 maiores, dificultando em parte a comparação com os anos anteriores (Balanço Anual, 1998). Em seu levantamento mais recente, a Gazeta Mercantil classificou de forma conjunta os grupos estatais, privados nacionais e estrangeiros. Pode-se constatar que 26 dentre os 100 maiores incluem instituições financeiras dentro do grupo, a maioria deles como empresa central» (MINELLA, 2002, p. 3).

119- Ver Chesnais (1996, p. 36), onde trata do oligopólio mundial como espaço de rivalidade.

marxistas contemporâneos¹²⁰, enquanto ofensiva ideológica, a propaganda neoliberal glorifica as vantagens da livre concorrência, da livre iniciativa e a minimização do poder estatal. As classes dominantes passam a apregoar a liberdade máxima de compra, venda e circulação de mercadorias e finanças, de modo a convencer a maior parte do mundo de que esse é o caminho para que os custos do Estado não recaiam sobre a população. Daí à privatização dos serviços públicos é o passo imediato. E esse exercício retórico também tem acarretado na maior liberdade de compra e venda da mercadoria força de trabalho, já que sobre a contratação e a demissão dos trabalhadores pesam cada vez menos controle. Sob o signo da flexibilização, combinam-se mínimas restrições e encargos possíveis para o uso da força de trabalho pelo capital. Ao mesmo tempo, a ideologia do livre mercado sustenta as novas práticas de livre circulação das finanças e mercadorias, fusões e incorporações que dão dimensão transnacional às corporações, em razão das novas formas de constituição dos investimentos cruzados no mercado mundial.

Enquanto nova forma de violência para domínio das massas, ao conciliar mercado e democracia, o discurso neoliberal baliza as estratégias de universalização dos seus discursos na noção de racionalidade técnica e científica. Tal racionalidade converte a dimensão política da ordem estatal na noção do governo pela economia - cuja organização deve recepcionar o mercado supostamente livre de intervenções, guiado pela 'mão invisível' -, eleita como a esfera central de onde emergem todos os aspectos da socialização da vida. Esta, por sua vez, precisa ser pensada enquanto palco no qual empresas, pessoas e demais entidades apenas sobrevivem se portarem tal racionalidade técnica - único passaporte legítimo diante dos desafios para o equilíbrio social. Assim, na

120- Ver Anderson, Duménil e Lévy, Dias e Braga.

ofensiva neoliberal, a ordem é conciliar a construção da noção de uma individualidade também portadora de 'capitais' culturais ou técnicos com a quebra dos coletivos e instaurar uma nova disciplina de controle sobre os trabalhadores.

No âmbito das empresas, os promotores da ordem neoliberal têm às mãos - como alavancas, como elemento chave dessa nova forma disciplinar imposta aos trabalhadores - tanto a manutenção de uma política econômica baseada em taxas de juros extremamente elevadas¹²¹, como o princípio do "governo de empresa" (leia-se "gestão") direcionado aos interesses dos acionistas. Assim procedendo, a eficácia do neoliberalismo tem sido conferida no brutal desmonte das formas de mobilização das classes trabalhadoras, construídas durante um século de lutas. Desmobilizados os coletivos operários e criminalizadas ou banalizadas suas concepções de mundo, o capitalismo contemporâneo tem colhido os frutos capazes de viabilizar novas estratégias de resgate, recomposição e incremento dos antigos níveis de acumulação diante da quebra dos direitos conquistados no decorrer das lutas travadas no século XX. Mas, é no vulto assumido pelo capital financeiro, pelo crescimento da renda financeira e pelo restabelecimento "da renda da classe capitalista, depois de um período de retrocesso (DUMÉNIL e LÉVY, 2004, p. 2) que o neoliberalismo singulariza este momento do capitalismo em sua dimensão imperialista.

A lógica do capital financeiro atual assenta-se no fato de que, ao contrário do que afirmava a propaganda burguesa ou a propaganda reformista, a

121- Segundo Duménil e Lévy, (2004, p.3), "as taxas de juros corrigidas pela inflação, antes débeis, saltaram ao nível de 5% (para a taxa de juros sobre os créditos a longo prazo das empresas mais bem cotadas). A rentabilidade das empresas melhorou e elas distribuíram um fração crescente de seus lucros sob a forma de dividendos. De cerca de 30% dos lucros (após o pagamento de juros e impostos), a porcentagem distribuída aos acionistas subiu gradualmente até chegar a praticamente 100% dos lucros no final do séc. XX. As cotações da bolsa (sempre corrigidas pela inflação) foram multiplicadas por três com relação aos seus níveis anteriores à crise dos anos 70".

posse das ações dos meios de produção não recaiu nas mãos das classes trabalhadoras, mas nas dos grandes bancos, *holdings* financeiros, fundos de pensão e demais instituições (de caráter financeiro) que deram dimensão altamente rentável às atividades de gestão e controle das finanças em escala transnacional. Como resultado - e ao mesmo tempo patrocinador dessa lógica - está o fato de que os proprietários dessa fatia do capital formaram uma fração relativamente unida, que “possuiu partes de todos os setores da economia (por meio de seus títulos) e os controla (através de suas instituições financeiras)” (DUMÉNIL e LÉVY, 2004, p. 3) e que tem assumido a direção do processo de acumulação. O objetivo a ser alcançado é a “restauração da renda e do patrimônio das frações superiores das classes dominantes abaladas durante o período conhecido como o do compromisso keynesiano” (idem, ib. p. 3)¹²². Portanto, mais do que uma ideologia, o neoliberalismo pode ser compreendido como uma fase do capitalismo em sua dimensão imperialista, no interior da qual as classes capitalistas radicalizam as estratégias de exploração. A nova disciplina do trabalho - baseada nas ideologias de gestão por competências, assim como a livre circulação de mercadorias e capitais - expande o território de conquista de lucros e

122- «A camada composta pelo 1% que possui renda mais alta recebeu mais de 16% do total da renda dos EUA antes da crise de 1929 e da II Guerra Mundial: “felizes” tempos de um capitalismo dominado por uma burguesia facilmente identificável. Com o fim da guerra, este índice caiu subitamente para a 8% e continuou aí até o começo dos anos 80. A renda de capital estava profundamente diminuída e a hierarquia de salários fortemente reduzida. Estas décadas são comumente designadas como as do compromisso keynesiano. Além da redução das desigualdades, elas se caracterizaram por uma forte autonomia dos quadros administrativos (gerentes), tanto no nível das empresas como nas instâncias centrais responsáveis pelas políticas econômicas e de gestão social (educação, saúde, etc.). Como os proprietários do capital, os setores financeiros eram pouco remunerados; o lucro ficava nas empresas e era reinvestido. Com o neoliberalismo, as porcentagens do gráfico 2 ascendem aos níveis similares aos do pré-guerra» (DUMÉNIL e LÉVY, 2005).

de condições de valorização e prepara esse mesmo território para dar respostas às demandas das frações do capital financeiro e suas instituições que, por sua vez, não conseguiria se firmar sem a intervenção do Estado. “Essa é uma propriedade geral das sociedades de classe, não importando qual seja o compromisso derivado da democracia (de classe) e da violência própria das ditaduras” (DUMÉNIL e LÉVY, 2004, p.5).

O Estado, nesse sentido, garante, numa sociedade de classes, a potência e a dominação interna e internacional do capital financeiro que constitui-se, desde então, em uma potência autônoma frente à classe operária e a todas as outras frações do capital, conforme vislumbrado por Marx (CHESNAIS, 2003, p. 46). Ingressamos, portanto, num ‘regime de acumulação com dominância financeira’ ou seja, processo de mundialização do capital financeiro compreendido como estágio atual do imperialismo (Chesnais, 2003).

No que concerne ao papel dos serviços nesse processo mais amplo, é certo que, ao mesmo tempo em que se deu o salto qualitativo na divisão internacional do trabalho - para garantir uma maior capacidade de controle da cadeia da valorização por meio de uma invasão das atividades dos serviços nos processos manufatureiros -, a explicação da nova dimensão por eles assumida está organicamente vinculada ao processo de liberalização dos obstáculos que emperravam o livre movimento de capitais a partir da década de 90 do século XX. Isso porque a desregulamentação dos mercados nacionais garantiu o livre trânsito dos investimentos para além dessas fronteiras, tornando disponível uma imensa massa global de fundos de financiamentos, beneficiada pelas taxas de câmbio flutuantes e pelo desenvolvimento de um mercado de títulos mundialmente organizado. As novas configurações do mercado financeiro mundial “alteraram o sentido e as formas assumidas pelos fluxos internacionais de capitais e impactaram profundamente as estratégias de investimento e de localização das grandes empresas transnacionais” (SILVA, 2006).

Sob o neoliberalismo, o discurso em defesa do livre mercado singulariza-se pela pujança e importância das instituições financeiras, para as quais trabalharam, regular e sistematicamente, os governos dos estados nacionais na criação de novos marcos regulatórios para a derrubada das barreiras que impeçam a livre movimentação dos capitais. É sabido que não se pode falar do processo de liberalização dos mercados sem que sejam mencionadas as ações estatais em prol da desregulamentação dos serviços públicos. Ações que refletem o fortalecimento do poder estatal no sentido de criar novas instituições, coordená-las e geri-las para que sejam garantidas as condições de eliminação das barreiras ainda existentes à livre circulação das mercadorias. E este último é, segundo o ponto de vista de Chesnais (1996), o aspecto mais sério a ser levado em conta para a compreensão do crescimento quantitativo das atividades de serviços.

Se é indiscutível a constituição de um novo tecido produtivo - marcado pela presença das pequenas firmas-, cuja importância chegou a desconfigurar, de certa maneira, a malha fordista, é na forma de oligopólios, fusões e incorporações que o setor avança em sua qualidade 'política' mais importante. Isto porque - em razão da constituição oligopolizada e pelo nível do desenvolvimento das novas tecnologias, notadamente as informacionais - as atividades do setor de serviços permitiram nada menos que a própria resolução das necessidades - de ordem política e estratégica - de transferência, para o mercado, de todas as atividades monopolizadas pelo serviço público e que se tornam alvo dos grandes investidores internacionais. Organizando pesados *lobies* internacionais, as grandes corporações do setor orquestram a propaganda de legitimação do processo de privatização¹²³ e desregulamentação dos serviços financeiros - condição

123- Como é de conhecimento geral, os bancos nacionais e estrangeiros assumiram um importante papel no processo de privatização das empresas públicas brasileiras, seja através da elaboração da chamada "engenharia financeira" da privatização, seja através

fundamental para a mercantilização dos serviços públicos - ou da malha dos serviços sociais. Depois dos anos 80 estas atividades foram, certamente, a 'última fronteira' para os investimentos, área privilegiada na qual o capital poderia amealhar vultuosos e consideráveis lucros¹²⁴, considerando-se a manutenção dos estados nacionais e a sociedade de classes.

Mas não é apenas isso. Mais do que arregimentar novas bases para investimentos lucrativos, tal avanço sustenta o novo acordo político que se sobrepõe ao pacto keynesiano em escala mundial. Condição para se chegar a isso foi a permanente propaganda de exaltação dos 'valores do mercado' com vistas a qualificar a prática empresarial, a livre iniciativa e a concorrência como pilares centrais da passagem da noção do Estado provedor (conforme a construiu a cena fordista) para a do Estado que regula, normatiza, avalia e estabelece critérios de competência e qualidade de desempenho das instituições de gestão e controle das políticas públicas e das empresas privadas que concorrem pelo acesso ao mercado das atividades que eram monopólio do Estado¹²⁵. As políticas

da participação acionária, muitas vezes, fazendo parte do novo grupo controlador. Fundos e créditos internacionais deram respaldo para algumas operações. Outras vezes, o próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi chamado de forma direta ou indireta para garantir as privatizações.

124- A tal ponto de, segundo Ball (2004), no que concerne a educação, «não é mais possível ver as políticas educacionais apenas do ponto de vista do Estado-Nação: a educação é um assunto de políticas regional e global e cada vez mais um assunto de comércio internacional. A educação é, em vários sentidos, uma oportunidade de negócios» (idem, *ibid.* p. 1108).

125- «Esses arranjos envolvem fornecedores do setor privado na construção e na gestão de escolas, hospitais, prédios universitários, etc na base de um contrato de arrendamento de retorno (lease – back) e de gestão. Na maioria desses casos, a mão-de-obra direta do setor público é substituída pela do contratante e alguns comentaristas temem que, num dado momento, essa contratação de mão-de-obra, além das refeições, da limpeza, da manutenção, da segurança etc. (“hard services”), possa se estender a tarefas centrais como ensino, pesquisa etc. (“soft services”). Cohen (1999) estimava que as despesas cobertas pelas Iniciativas de Finanças Privadas (IFP) na Grã-Bretanha se elevavam a £84

de combate à pobreza e à desigualdade social coroam o novo campo em discussão. Mantidas as estruturas capitalistas, pode-se abandonar todo um sistema de proteção social universal, substituindo-o por programas de atendimento aos pobres, reinaugurando dimensões de assistencialismo e ajuda funcional que não cabem mais na noção de expansão dos direitos.

Nesse sentido é que a alternativa neoliberal demonstra eficácia e amalgama seu discurso sob a retórica da desconstrução da centralidade do trabalho, ao mesmo tempo em que se beneficia da idéia de uma sociedade dos serviços - noção mais do que adequada à construção de um horizonte político global - cuja viabilização depende da universalização da cultura de competitividade e da reconstrução da noção de cidadania. Em tempos de assalto às noções de coletivo, justiça social, distribuição 'equitativa de oportunidades', a noção de cidadão-consumidor arremata o esquema ideológico neoliberal em seu confronto com as ideologias social-democratas. Trata-se da passagem da esfera do direito para a esfera do mercado, ou da construção de uma relação entre Estado e instituições privadas, que dissolve "as fronteiras entre os campos sociais e econômicos, as quais se tornam cada vez mais porosas"¹²⁶ quanto mais se estreita o campo semântico da ação estatal com o da esfera privada. O mundo dos 'negócios' e sua racionalidade lucrativa invade o campo das atividades públicas, desqualifica as formas de gestão estatal anterior e consolida um novo marco sobre a questão do papel do Estado no final do século XX¹²⁷.

bilhões. Cada vez mais, essa é a única maneira pela qual são construídos novas escolas ou novos hospitais. Este é um modelo de financiamento que tem atraído a atenção do Banco Mundial como modelo de desenvolvimento que os países em desenvolvimento deveriam seguir. Hoje em dia, no Reino Unido, existe até um mercado financeiro secundário de títulos das IFP». (BALL, 2004, p. 1110).

126- Ball, 2004, p. 110.

127- «É neste sentido que os documentos publicados pelo Banco Mundial para a saúde,

Mas, se falamos de um novo papel do Estado, voltamos para a dimensão não meramente econômica ou financeira que possa explicar a natureza dos serviços na fase atual do capitalismo porque as políticas de liberalização, privatização e desregulamentação expressam a construção de uma nova dimensão geopolítica da mercadoria. Vejamos como Chesnais explica tal situação:

O “golpe de Estado” que abriu caminho para a “ditadura dos credores”, no sentido amplo de André Orléan, teria sido impossível sem as políticas de liberalização, de desregulamentação e de privatização, não apenas na esfera das finanças como também no tocante ao IDE e à troca de mercadorias e serviços. No decorrer dos anos 1980/95, assistiu-se à “restituição”, para o mercado, de setores ou grandes atividades de serviços que lhes haviam sido confiscados através da inclusão dos mesmos no setor público, bem como de países que haviam escapado em função da Revolução Russa e seus desdobramentos sob controle burocrático após a Segunda Guerra Mundial. A pretensão à autonomia das finanças é fundada numa forte extensão da esfera geopolítica, além de social, do “reinado da mercadoria”. As mesmas políticas e os mesmos processos políticos de liberalização e de desregulamentação foram essenciais para a formação das condições de emergência da nova fase de internacionalização do capital. Essa fase foi marcada por um forte avanço do IDE por uma expansão do comércio internacional do qual os países avançados são simultaneamente os principais atores e os beneficiários. No entanto, o traço mais marcante da nova fase da internacionalização consiste na superexpansão dos fluxos internacionais de capital de aplicação financeira em busca de valorização, de tal modo que se tornou indispensável definir a natureza das relações que ligam as atuais formas da internacionalização ao regime de acumulação financeirizado. (CHESNAIS, 2002, p. 5)

previdência e assistência social, a partir da década de 90, não deixam dúvidas quanto ao propósito de reduzir o Estado em nome da redução da pobreza e da miséria, assumindo o financiamento de um pacote de medidas para a construção de um sistema de proteção social aos segmentos “visivelmente mais vulnerabilizados” e implementando “políticas que objetivam melhorar a qualidade dos gastos públicos e a prestação de serviços para os pobres” e “programas que incorporem a reforma da Previdência Social e a integração das transferências sociais” (BANCO MUNDIAL, 2004, p.31).

Nesse redimensionamento das relações de poder em âmbito mundial é que os ‘novos serviços’ devem ser compreendidos, pois a eles cabe reorganizar as novas bases da acumulação do capital. Reorganizam a malha produtiva, reestruturam as noções de tempo e espaço, normatizam consumo e distribuição de bens e definem os padrões culturais da atualidade, operando de modo a garantir a superação de obstáculos para a resolução da crise estrutural do capital. Mas eles condensam, sobretudo, a utopia burguesa, smithiana, de uma sociedade sem classes, organizada sob o princípio de livre prestação de serviços entre indivíduos.

Os serviços são, portanto, parte estruturante das reformas de Estado, postas em andamento no decurso do processo internacionalização do capital que preconiza novas funções das organizações públicas e dos modelos de gestão (descentralização, focalização e privatização) dos serviços públicos. Eles não podem ser compreendidos sem que se reconheçam os vínculos entre sua internacionalização e o processo de privatização de empresas públicas altamente rentáveis, elemento central da agenda neoliberal (SANTOS, 200).

“O que estamos vendo no mundo, hoje (...) é (...) a reemergência do Estado como agente “mercantilizador” (...). Um novo capitalismo de Estado vai se impor. A fronteira entre o público e o privado, nesse contexto, está sendo corroída, o que possibilita não apenas transformar o mercado mundial num palco do capital privado, como também, e mais importante, fazer surgir uma ordem mundial instável” (CERNY, 1990, p. 230 apud BALL, 2004, p. 1108).

Nos novos tempos, são novas as regras de coordenação e controle das políticas públicas para as quais as instituições da cena fordista transformam-se em empecilhos, já que a resolução da crise estrutural do capital resultou

“(...) em impactos substantivos para as garantias de direitos e conquistas político-econômicas dos trabalhadores veremos que o conjunto de suas requisições e necessidades sociais também entrou em colapso. A privatização, desregulamentação e a liberalização, resultantes dos ajustes estruturais propugnados desde o Consenso de Washington, são responsáveis pela

transferência das funções do Estado para o setor privado” (SANTOS, 2006, p. 22).

Também é importante ressaltar quão decisiva é a disponibilidade de avanços tecnológicos da área de informática e telecomunicações, convergentes e capazes de criar bases mundiais para os novos negócios. Assim, para romper limites ainda existentes para sua plena realização em termos mundiais, o capital opera intensa reestruturação produtiva enquanto os Estados-Nação reinventam sua forma de definição de fronteiras e territórios - tanto do ponto de vista geográfico quanto político e cultural - na medida em que passam a propugnar a legitimação de novas regras econômicas que demandam arranjos institucionais próprios, capazes de viabilizar a presença rentável de grandes grupos, num momento de busca de consolidação da hegemonia burguesa.

Tais operações são responsáveis pela conformação dos oligopólios mundiais no setor de serviços que, no caso da Europa, por exemplo, viu emergirem “novas transnacionais com atuação global dos setores de telecomunicações, energia elétrica e água” (Seattle to Brussels Network, 2005 IDEM: 4). No que concerne ao caráter oligopolizado do setor de telecomunicações,

“Um primeiro sistema desse tipo foi construído sob a forma de grandes organismos intergovernamentais, Intelsat, Eutelsat, nos quais os políticos e tecnocratas ainda puderam desempenhar um papel de primeira linha. As multinacionais de indústria e de serviços e, mais ainda, o conjunto das instituições financeiras já se beneficiaram muito dessas evoluções. No entanto, elas optaram por utilizar sua potência decuplicada pela mundialização, para sustentar as firmas privadas de serviços de telecomunicações, cujo objetivo consiste agora em gerir os satélites ao seu bel-prazer e em conseguir a abertura de todos os mercados nacionais ainda parcialmente protegidos” (CHESNAIS, 1996, p. 205).

Finalmente, é nas possibilidades de oferta de novos serviços em escala mundial, decorrentes do desenvolvimento das chamadas tecnologias de informação, que se pode compreender as pressões pela liberalização do setor de telecomunicações pelo Banco Mundial, cujo resultado tem sido fusões e

incorporações que garantam maior poder de penetração nos mercados.

II.7. Agências multilaterais e esforços para a liberalização dos serviços.

Novo objeto de apropriação pela burguesia internacional, os serviços são alvo de mobilização dos oligopólios no setor com vistas a estabelecer a nova compleição das bases do comércio mundial que efetivamente arrematem as condições de livre fluxo e apropriação do valor.

É certo que, desde o acordo de Bretton Woods, o empenho para a criação de organismos internacionais, que patrocinassem a liberalização do processo de circulação de mercadorias em escala mundial, reeditou interessante versão da queda de braços entre Estado-Nação e imperialismo. Assinado em 1944, como expressão do esforço de reconfiguração das relações internacionais no pós-guerra, dele nasceram três instituições com o objetivo de promover e garantir 'relações de equilíbrio econômico' entre as nações, bem como a própria paz internacional, notadamente no contexto da emergência da guerra fria, no qual sobressaiu a estratégia norte-americana de imobilização do avanço do socialismo real sobre o Ocidente. Trata-se do FMI (Fundo Monetário Internacional) incumbido de fornecer condições para a manutenção do equilíbrio de reservas monetárias no sistema financeiro internacional, por meio do pretense saneamento de desequilíbrios no balanço de pagamentos dos países membros; do BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento), atualmente denominado Banco Mundial, criado com a tarefa de auxiliar a reconstrução econômica dos países europeus devastados pela guerra; e, finalmente, restava a necessária organização de um sistema que regulasse o comércio internacional. A primeira iniciativa para a constituição desse sistema acontece em 1947, como veremos a seguir.

A batalha para instauração e orquestração de novos ditames diplomáticos que governem o comércio mundial, no entanto, é bastante árdua já que envolve confrontos de interesses políticos e estratégicos de difícil conciliação entre economia doméstica e relações externas. Falamos, obviamente, das relações de poder e força, de extensão militar e de busca de consentimento, que movem ou demovem os limites das relações entre as potências imperialistas e o resto do mundo.

Tal batalha teve início sob a liderança dos EUA (sobre os demais líderes mundiais signatários do acordo de Breton Woods) no GATT - Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e de Comércio, firmado em 1947, com o propósito de universalizar os princípios de livre comércio em escala internacional por meio da redução negociada das tarifas aduaneiras¹²⁸. Se essa era a função precípua do GATT, ele também forjou espaço enquanto tribunal para mediação dos conflitos comerciais entre países membros ao assumir prerrogativas que lhe conferiam poder para autorizar retaliações aos membros perdedores das contendas, caso não obedecessem às decisões tomadas pela arbitragem dos conflitos.

Entre 1948 e 1993 - no transcorrer de oito rodadas de negociações patrocinadas pelo GATT- predominou a temática da regulação de tarifas relacionadas ao comércio de bens (com exclusão da agricultura e do setor têxtil), embora fosse evidente o empenho dos EUA em incorporar os serviços nas negociações multilaterais. Tal interesse dos norte-americanos expressou-se,

128- O GATT (General Agreement on Trade and Tariffs) foi o que restou do projeto original, constante da Carta de Havana de 1948, que previa a criação da Organização Internacional do Comércio – OIC. Nesta versão, derrubada pelo poder de influência dos EUA, importantes considerações sociais, incluindo plena empregabilidade, direitos humanos e sociais garantidos pela Declaração dos Direitos Humanos da ONU e ainda regular o capital transnacional para assegurar que ele servisse a estes objetivos foram deixadas de lado.

nesse momento, no conceito de 'direitos de estabelecimento', o qual pretendeu conferir às empresas multinacionais o direito de exercerem livremente atividades comerciais nos segmentos onde estivessem presentes.

Foi apenas na Rodada do Uruguai, iniciada em 1986 e encerrada em 1994, que apareceu, com mais vigor, a clara posição de interesse dos países desenvolvidos de colocarem em pauta a questão dos serviços. A resistência dos países em desenvolvimento foi grande. A não aceitação da inclusão dos serviços somou-se, então, à resistência e à denúncia de que a propalada redução tarifária, por esse fórum, situava-se apenas nas áreas exportadoras dos países avançados, que insistiam em manter subsidiados os ramos e setores cuja deficiência competitiva, além de provocar danos e desequilíbrios à sua balança de pagamentos, criasse riscos maiores à estabilidade social causando problemas político internos de governabilidade.

Desta Rodada resultou, em 1995, a criação da OMC (Organização Mundial do Comércio), em conformidade com os ditames da carta constitucional assinada em 1994 em Marrakesh, significando um profundo impacto na reorganização do comércio transfronteiriço dada a vitória das posições diplomáticas defendidas pelos países desenvolvidos. Definida como o "único fórum para a elaboração de regras globais de comércio e liberalização" (WTO, 2001c, p. 1 apud SIQUEIRA), representa a constituição de um marco jurídico atualizado cuja missão é instaurar "nova era de prosperidade mundial" - leia-se: livre comércio para maximização dos lucros. Ela nasce exatamente no contexto de triunfo das perspectivas neoliberais de internacionalização do fluxo dos capitais e financeirização da economia e do desmonte do Estado. A OMC incorporou papel fundamental no âmbito das mudanças de caráter jurídico que forjaram a necessidade de alterações na legislação de cada país-membro, com vistas a coadunarem-se aos imperativos da livre realização de investimentos e contratação de serviços, passando por cima das regulamentações nacionais. Para isso, a ação do Estado passou a ser vista como 'desvio' de comércio. Todas as ações política

de Estado que impliquem em quebra de patentes, regulamentação de oferta de serviços locais e compras governamentais passam a ser tratadas como distorção comercial¹²⁹.

Controlada pelos países desenvolvidos, sede das grandes companhias de serviços que pressionam por desregulamentação na OMC, são EUA, e UE e Japão que mantém, dentro dela, maior capacidade de barganha. Mas, a novidade é que, ao contrário do GATT, a OMC assume “um tipo de “personalidade legal” desfrutada pela ONU, Banco Mundial e FMI” (SIQUEIRA, 2004, p. 147), e confere às regras comerciais uma estrutura organizacional permanente no sentido de que

“as disputas não são decididas por representantes de governos democraticamente eleitos, mas por tribunais secretos, compostos por burocratas do comércio internacional. [...] As qualificações para os membros [...] incluem experiência em delegação comercial de algum país ou de advocacia em disputas comerciais [...] que geram painelistas com uma perspectiva uniforme, favorável ao comércio. (Nader & Wallach, 1996, p. 102-103). Qualquer país-membro pode questionar, através da OMC, qualquer lei de outro país que entenda estar privando-o dos benefícios esperados. [...] Embora [...] os questionamentos sejam apresentados por um país contra outros, o ímpeto para um questionamento vem normalmente de uma corporação transnacional. [...] Quando um questionamento acerca de uma lei nacional ou local é trazido ante à OMC, as partes contendoras apresentam seu caso em uma audiência secreta ante um painel de três peritos em comércio. [...] O ônus de prova está no acusado, que deve provar que a lei em questão não é uma restrição ao comércio como definido pelo GATT/OMC” (KORTEN, 1996, p. 176 apud SIQUEIRA, 2004, p. 147).

A OMC não apenas ganha estatuto jurídico mais avançado - com sistema de julgamentos, painéis, convocação das partes, tribunais, produção de pareceres e apelação, cuja decisão final pretende ser ‘definitiva e inapelável’ -

129- Ver Siqueira, op. cit.

como inclui novos temas em sua agenda. A batalha pela conquista do direito de se sobrepor às instâncias nacionais de regulação do comércio ganha maior efetividade por parte dos países desenvolvidos, que passam a trabalhar com maior firmeza de propósitos para a inclusão das chamadas áreas novas: serviços, medidas de investimentos, propriedade intelectual e um novo regime para realização do comércio mundial.

Em seu interior, a oposição do Grupo dos 11¹³⁰ consolidou-se sob a mesma alegação da Rodada do Uruguai de que tal avanço, enquanto mantivesse excluídas dos princípios de liberalização as áreas agrícola e têxtil, favoreceria apenas os países desenvolvidos, perdendo seu sentido de que não fazia sentido tal avanço, que favoreceria apenas os países desenvolvidos, enquanto estes mantivessem excluídas dos princípios de liberalização tarifária suas áreas agrícola e têxtil. Essa já antiga queda de braços assume, então, um caráter de impasse decisivo, sendo a primeira manifestação pública de resistência na história do sistema multilateral do comércio¹³¹.

Nas sucessivas rodadas de negociação da OMC¹³², até a não concluída Rodada Doha iniciada em 2001, a tônica foi dada pelos impasses travados nas infundáveis polêmicas sobre as políticas de proteção, responsáveis pela formação de pólos oponentes. De um lado dessa contenda estão nações em desenvolvimento (o G-20, sob liderança do Brasil, Índia e China), pressionando pela liberalização da agricultura, ainda que o preço de barganha seja a liberalização comercial dos bens manufaturados e dos serviços; o outro lado é

130- Liderados pelo Brasil e Índia.

131- De Seattle ao Fórum Social Mundial.

132- Cingapura (1996); Genebra (1998) ; Seattle (1999); Doha (2001), tendo esta última organizado as seguintes conferências: Cancún (2003); Genebra (2004); Hong Kong (2005) e Genebra (2008).

formado pelos EUA, Japão e União Européia (EU), mantendo elevadas barreiras tarifárias e não-tarifárias à importação de produtos agropecuários.

Desde então, a história da criação de agências multilaterais para regulação das negociações comerciais é também a história do acirramento da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas – notadamente sob regência das tecnologias da informação – e os entraves, no terreno econômico, para a livre circulação de bens e serviços que elas proporcionam.

II.8. Da OMC ao GATS, e os recursos do capital para superar sua crise estrutural.

A história da inserção dos serviços no âmbito das relações internacionais culmina com a criação de outro acordo adotado a partir da criação da OMC. Trata-se do GATS (Acordo Geral de Comércio de Serviços), criado em 1995, com o objetivo de aumentar o nível de liberalização de trocas internacionais. Na visão oficial, tal acordo expressa o enorme crescimento dos serviços nos últimos trinta anos em virtude das inovações na área das telecomunicações. Seu objetivo mais preciso, a liberalização do comércio de serviços, visa a eliminação das barreiras de proteção estatal em relação às privatizações, assim como tornar acessível a administração dos mesmos serviços às grandes corporações oligopólicas de caráter multinacional. As formas de abertura variam desde acordos bilaterais e regionais de livre comércio, privatização dos serviços, definição de marcos regulatórios pró-mercado, até o supervisionamento dos serviços pelas agências reguladoras.

A definição de serviços no âmbito do GATS passa a compreender qualquer serviço, em qualquer setor, “exceto os prestados no exercício da autoridade governamental, definidos como aqueles prestados sem base comercial

ou sem concorrência de um ou mais prestadores do mesmo serviço (art. I: 3 b, c)¹³³. Em sua lista constam setores: serviços profissionais e de consultoria (médico, jurídico, engenharia, contábil, pesquisa e desenvolvimento, computação, imobiliário, propaganda e vendas); serviços de comunicação; de construção e de engenharia; serviços de distribuição; de educação; ambientais; financeiros e de seguros; de saúde e sociais (com exceção de médicos, dentistas e veterinários); de turismo e viagens; de recreação, cultural e de esporte; serviços de transporte; e outros serviços.

O Acordo também define os modos de prestação de serviços da seguinte maneira: fornecimento transfronteiriço (do território de um país ao território de outro país); consumo realizado no exterior (o consumidor se desloca ao território do país onde está o prestador do serviço; ex. turismo, saúde e educação); presença comercial (a pessoa jurídica estrangeira se instala localmente para prestar um serviço); e movimento temporário de pessoas físicas (os indivíduos deslocam-se temporariamente a um país estrangeiro com vistas a prestar um serviço).

A abrangência do GATS - expressa em seu artigo primeiro, que define o termo 'serviço' - é de tamanho alcance que serve para indicar o salto desejado pelo capital no sentido de avançar suas fronteiras, abraçando toda sorte de atividades, procurando demover toda e qualquer barreira criada pelos marcos regulatórios do Estado-Nação. Garzon (2005) vê aí, no momento de sua criação e nos objetivos aos quais se presta, a evidência de que não existe espaço para regulamentações nacionais no que concerne aos desígnios expansionistas do

133- The General Agreement on Trade and Services (GATS): objectives, coverage and disciplines, WTO - World Trade Organization, 1995.

capital. As grandes empresas procuraram ter acesso a instrumentos flexíveis de captação de recursos, “que disponham de uma infra-estrutura física e de serviços maleável, e que o ambiente político e regulatório lhe brinde amplas prerrogativas” (GARZON, *idem*). Por isso, ao contrário do movimento pela liberalização de bens, que ambiciona desembaraçar os fluxos comerciais, a liberalização dos serviços tem uma natureza muito mais ativa, na medida em que plasma novos mercados e, naturalmente, novas monopolizações. Eles remodelam o Estado e as economias porque garantem maior eficácia de planejamento em razão da descentralização espacial das grandes corporações (*idem*, *ib.*).

Todo esse processo é a forma pela qual se dá a passagem da noção de um Estado com emanções nacionais e públicas, para um outro com emanções particularistas, que parece corresponder plenamente ao processo identificado por Santos (2005), quando afirma que “a privatização e a internacionalização dos serviços correspondem às duas faces da mesma moeda: a acumulação capitalista que se assenta na expatriação e expropriação do excedente” (*idem*, p. 24).

Nesse sentido, os signatários do GATS firmam compromisso de disponibilização de informação sobre seu mercado tanto no que se refere aos aspectos comerciais como nos técnicos, ou seja, das políticas de reconhecimento e concessão de títulos profissionais e todo o tipo de tecnologia de serviços. A estratégia de atuação definida por eles é a sistemática desqualificação da capacidade de gestão dos Estados, sob a alegação de que ela se baseia no princípio da não lucratividade. As agências multilaterais legitimam sua própria existência no fundamento de que apenas a iniciativa privada pode garantir eficácia e eficiência de resultados e, para isso, faz-se necessário agir no sentido de restringir a atuação do Estado sobre o serviço público. Mas, o modo de atuação que elas propugnam é mais pragmático: uma série de condicionantes “legalmente vinculativos” constitui um corpo normativo-jurídico que determina à qualquer desobediência por parte do governo às regras da OMC, a sua sujeição à sanções” (BARLOW, 2005).

Educação, saúde, previdência social e setores que já convivem com a competição da iniciativa privada deixam de receber tratamento enquanto ações de âmbito estatal, que preconizam o direito universal de acesso e atendimento às necessidades básicas. Tratadas como negócios, o processo de sua mercantilização visa expô-los à lógica da competição capaz de recepcionar cifras de lucros estratosféricos às grandes corporações. A título de exemplo dos montantes em disputa, apenas no que diz respeito aos serviços de abastecimento de água, os gastos mundiais chegam à ordem US\$1 trilhão por ano; em educação excedem 2 trilhões¹³⁴; e em saúde, 3, 5 trilhões, conforme esclarece Barlow (idem).

Mas o acordo vai mais longe. Toda sorte de serviços públicos fica sujeita ao interesse das grandes corporações internacionais. Nenhum tipo de diretriz ou regulamentação do Estado, mesmo as que concernem a políticas de proteção ambiental ou defesa do consumidor, está de fora do seu âmbito. Dentre seus dispositivos, a OMC recebe prerrogativas que lhe permitem questionar “qualquer regulamentação do setor público, a qualquer nível de governo, sobre quaisquer serviços prestados”¹³⁵.

134- «De acordo com estudo realizado pela Consultoria Merrill Lynch (CHANNEL NEWSASIA, s.d.), anualmente a educação, em geral, movimenta cerca de US\$ 2,2 trilhões, e em 2001 empregava cerca de 5% da mão-de-obra mundial. A mesma instituição afirma que a demanda atual mundial por ensino superior é de 84 milhões de pessoas, número que deve chegar a 160 milhões em 2025, com maioria concentrada em países em desenvolvimento. Nestes, nos últimos 50 anos, a educação secundária cresceu oito vezes, enquanto o ensino superior cresceu 14 vezes. Em movimento contrário, o gasto público no setor tem-se mantido constante ou até decresceu (MERRILL, s.d.). O maior índice de privatização da educação superior pertence às Filipinas, com 94% das matrículas sob a responsabilidade da iniciativa privada, seguidas por Coréia (78%); Brasil (70%); Indonésia (63%); Colômbia (61%); Índia (60,5%); Nicarágua (42%); Peru (33%); Chile (28%); Nepal (24%); Guatemala (18%); Tailândia (17%); México (16%); Argentina (15%) e Malásia (12%), conforme Merrill » (HADDAD e GRACIANO, 2004, p. 68).

135- The General Agreement on Trade and Services (GATS): objectives, coverage and

Sob o pretexto de que a reserva de mercado nacional - na forma de regulamentações, regras, decisões administrativas que garantam proteção ou prioridade ao Estado ou a empresas nacionais - ameaça a idéia de livre iniciativa, a partir dos parâmetros estabelecidos pelo GATS, o acordo defende a proibição de todo o tipo de discriminação às empresas estrangeiras que se candidatem a operar num setor público. É, portanto, no capítulo sobre as obrigações e disciplinas que a aparente flexibilidade do GATS cai por terra, na medida em que fica clara a base de mediação política entre os países membros, pensada sob a estratégia de vigilância e controle às práticas assumidas pelos governos. Toda e qualquer medida referente aos procedimentos de qualificação, normas técnicas e concessão de patentes são alvo de controle para não se transformarem em empecilhos ao livre comércio de serviços. Tal disciplina vincula-se, ainda, aos imperativos de livre trânsito de trabalhadores qualificados para a prestação de serviços, conforme regem os novos modos de sua prestação, como também para liberação de entraves à abertura de firmas (desde escolas, hospitais, até empresas de tratamento e manipulação de dados estratégicos) em solo estrangeiro.

No sentido de derrubar ações discriminatórias em relação aos serviços prestados o Acordo estabelece, dentre suas regras gerais as que destacamos a seguir:

“a) Tratamento da nação mais favorecida: (Artigo II) "Cada Membro deve conceder imediatamente e incondicionalmente aos serviços e prestadores de serviços de qualquer outro Membro, tratamento não menos favorável do que aquele concedido a serviços e prestadores de serviços similares de qualquer outro país”;

disciplines, WTO - World Trade Organization, 1995.

b) Tratamento Nacional: "cada membro deve tratar os serviços e fornecedores de serviços estrangeiros de uma maneira não menos favorável do que aquela que dispensa aos seus próprios serviços similares e aos próprios fornecedores de serviços similares (Artigo XVII).

d)) Transparência: Disciplinada pelo Artigo III, determina que os membros devem publicar todas as leis e regulamentos referentes a todos os setores de serviços. Cada Membro deve notificar o Conselho para o Comércio de Serviços pelo menos uma vez por ano da introdução ou modificação de quaisquer legislações, regulamentos ou normas administrativas que afetem significativamente o comércio de serviços cobertos pelos compromissos nacionais específicos assumidos. Na ausência de tarifas aduaneiras é através das legislações internas, incluindo os acordos internacionais, que será possível controlar o comércio de serviços;

d) Reconhecimento: Prevista no Artigo VII, dispõe a respeito do reconhecimento de qualificações. O GATS permite o reconhecimento automático e recíproco da educação ou experiência adquiridas, dos requisitos alcançados ou das licenças concedidas em um determinado país, desde que sejam dadas oportunidades adequadas aos possuidores de qualificações para provarem sua competência;

e) Participação crescente dos países em desenvolvimento: A participação crescente deste grupo de países no comércio mundial será facilitada através dos compromissos específicos negociados pelos diferentes membros". (The General Agreement on Trade and Services (GATS): objectives, coverage and disciplines, WTO - World Trade Organization, 1995)

O GATS vai sendo delineado a partir de impasses e conflitos, como revela esse capítulo que estabelece as regras para compromissos e restrições. As rodadas de negociação não têm sido realizadas em patamares tranquilos. Tensões e conflitos são suas marcas, revelando que se trata de um jogo de forças ainda aberto e cuja complexidade denuncia uma arquitetura bastante variável. Embora o poder de pressão dos países da Tríade seja avassalador, é certo que os países membros arregimentam-se em diferentes momentos, em razão de seus interesses que também são de difícil expressão porque revelam a própria correlações de forças interna de cada país. Não é demais ressaltar o quanto, numa economia capitalista mundializada, os antagonismos entre setores

industriais conflitantes entre si, bem como entre estes e os setores agrícolas e os de prestações de serviços, são de difícil conciliação. Tal dificuldade é ainda maior porque, em que pese a acirrada concorrência intercapitalista, também está em jogo a própria capacidade do Estado de se manter como regulador e ofertante de serviços essenciais e infra-estruturais diante da avidez do capital sobre as populações de todo o mundo.

Uma série de questões relativas às salvaguardas emerge, por exemplo, das 'barreiras horizontais', que instruem que um país pode oferecer limitações de acesso, que servem para o conjunto dos setores, por meio de medidas emergenciais de salvaguardas, subsídios e regulação doméstica (CELLI JR. 2006). No entanto, tais medidas são imediatamente questionadas a partir do capítulo da transparência, já que os países membros são instados a colocarem sobre a mesa todas as condições de oferta de serviços para que possam ser mapeados pelas nações ricas, que pressionam pelo acesso ao mercado de bens públicos. Essa atitude é freqüentemente rechaçada pelos países em desenvolvimento sob a alegação dos princípios do artigo XIII que considera "não serem aplicáveis a leis, regulamentos ou prescrições que estabelecem a contratação, por organismos governamentais, de serviços destinados a fins oficiais" (Observatório Social. 2006, p. 14).

Na recente Rodada de Doha este tem sido um dos tópicos prioritários na velha contenda entre EUA, Japão e União Européia de um lado - pressionando pela liberalização irrestrita dos serviços- e países em desenvolvimento de outro - lutando pelo fim dos subsídios agrícolas utilizados pelos países ricos -, que culminou com uma declaração assinada em 2005, em Hong Kong, na qual reafirmam os princípios de flexibilização apropriada, como "uma solicitação de respeito pela situação econômica dos países em menor desenvolvimento", conforme preconiza o artigo XIX do GATS (CELLI, idem, p. 5).

A forma de pressão dos países ricos é organizada e ostensiva. Os

principais sujeitos desse jogo de forças estão organizados em grupos e coalizões como a exemplo da CSI - Coalizão de Indústrias de Serviços, que reúne as grandes corporações norte-americanas do setor. Da União Européia, são conhecidas as estratégias lobistas da ESCG – Rede Européia de Serviços Comercializáveis, do ETSN – Grupo Europeu de Líderes de Serviços, e o ESF – Fórum Europeu de Serviços, que compõem, junto com outros blocos ou nações a Coalizão Global de Serviços que pode materializar, assim, a síntese das posições dos países que compõem a Tríade no que concerne a sua posição no interior do GATS, ou seja: criar mecanismos de pressão para abertura dos mercados dos países periféricos como novo território de expansão dos lucros das grandes corporações. O setor privado, enquanto força política, consegue transformar suas necessidades particularistas em necessidades da vontade geral já que são veiculadas como políticas de Estado.

Esse novo território, no qual se constituem novas correlações de forças, tem sido palco de movimentos organizados que põe a nu os interesses das grandes corporações. A retomada dos protestos, desde Seattle até a constituição do Fórum Social Mundial, revela a abertura para composições políticas de caráter internacional, que têm despertado os movimentos de contra-tendência ao capitalismo para o caráter neocolonialista das pressões exercidas pelos países ricos sobre os demais.

II.9. O ‘novo terciário’ e o novo ciclo de lutas

Do que discutimos neste capítulo, podemos depreender que as novas atividades, qualificadas como de serviços no capitalismo atual, indicam a relação de profunda dependência que as atividades de planejamento e distribuição da produção passaram a ter em relação aos processos de inovação tecnológica. A disponibilidade dessas inovações estimulou, ao mesmo tempo em que são

respostas, o avanço em direção a patamares mais complexos da divisão social do trabalho. Elas permitiram a criação de novas qualificações, novas técnicas de produção e gestão do espaço produtivo como respostas e adaptação, por parte das grandes firmas, aos movimentos do mercado, conforme mostra KON (2008).

Se o eixo teórico de nossa análise é a contradição indissolúvel e constitutiva do capitalismo, o resgate do tema dos serviços, a partir de uma perspectiva histórica, torna-se um ponto de vista privilegiado para a compreensão das formas de resolução dessa mesma contradição. Podemos observar que, a despeito de o setor de serviços ter sido tratado como aspecto menos importante até pouco mais da metade do século XX, apenas quando emerge em sua dimensão plasmadora dos novos arranjos produtivos e institucionais para a superação da crise do período fordista e da crise monetária dos anos 70, é que se torna órbita em torno da qual a produção teórico-sociológica procura explicar as mudanças, adotando perspectivas apologéticas que funcionam de maneira bastante conhecida: tomam da realidade uma parte, um aspecto isolado e daí passam a derivar e enaltecer o horizonte de uma era pós-fordista ou pós-capitalista.

Neste capítulo podemos compreender os trajetos do capital financeiro e a criação de um novo cenário de fusões, aquisições, investimentos multinacionais, que desafiam o pensamento a reconhecer as relações de força internacionais como produto de tensões colonialistas fundadas justamente no processo de internacionalização dos preços e da formação de um mercado mundial integrado. Portanto, de maneira sucinta, podemos afirmar que se vislumbra um processo no qual a reestruturação capitalista, ou a ofensiva do capital sobre as classes subalternas, coloca em movimento dimensões que estão organicamente vinculadas e refletem o estágio dos antagonismos de classe na atualidade, que são: a dinâmica da inovação tecnológica, recompondo a divisão social do trabalho e incrementando as bases da acumulação do capital ameaçadas pelo compromisso fordista; a financeirização da economia, expressão máxima da forma

pela qual a burguesia resolve sua crise de direção ao designar à fração financeiro-bancária o papel de dar sentido e direção ao projeto civilizatório do capital; e, finalmente, as políticas de Estado, que refletem a nova forma de governo das massas numa dimensão coordenada e global, em razão do peso que os antagonismos assumem na cena contemporânea. A estas dimensões chamaremos de expressões que combinam elementos contra-revolucionários e de passivização do capital sobre as classes subalternas.

As pressões pela liberalização dos mercados financeiros, comerciais e de investimentos não são aspectos isolados, refletem o processo avançado de recomposição das classes sociais na atualidade. O desmonte vislumbrado pela ordem do capital de todas as conquistas políticas realizadas pelas classes subalternas desde a grande crise de 1929 - a destruição de seu horizonte e visão de mundo pela paulatina defesa de uma sociabilidade regida pelas normas mercantis, em que todos os aspectos da vida se tornam negociáveis - em nada é estranho ao capital. Ao contrário, expressam seu domínio e tentativa permanente de superar seus limites, historicamente constituídos nas conjunturas particulares, desenhadas pelo próprio confronto entre as classes.

A história do desenvolvimento do setor terciário revela, portanto, a entrada do capitalismo num novo estágio em que procura promover uma integração muito mais profunda entre os mercados por meio da quebra das barreiras de entrada. Para isso, o Estado Nacional assume papel central na medida em que dele depende a própria desregulamentação dos marcos restritivos de posse das frações do capital nacionalizado, como também das reservas de mercado para os serviços chamados essenciais e de infra-estrutura.

O novo ciclo de lutas, aberto pelos processos para os quais chamamos atenção, deve considerar que adentramos num período no qual a ofensiva capitalista alarga fontes de apropriação da mais-valia, encurta o ciclo da valorização e recria os termos da concorrência intercapitalista e desta com os

trabalhadores de todo o mundo, atualizando as formas de violência do capital sobre o trabalho e modelando uma nova cidadania.

Capítulo III. O debate contemporâneo sobre os serviços: novas roupagens de um mesmo confronto ideológico

“Para a filosofia da práxis, as superestruturas são uma realidade (ou se tornam, quando não são meras elucubrações individuais) objetiva e operante; ela afirma explicitamente que os homens tomam consciência da sua posição social (e, conseqüentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias, o que não é uma pequena afirmação de realidade; a própria filosofia da praxis é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devenir (...)” (GRAMSCI, 1984, p. 270).

Como expusemos nos capítulos anteriores, as mudanças no ‘setor de serviços’ vêm compondo um quadro muito mais amplo, no interior do qual o capitalismo procura resolver sua crise estrutural. Nesse processo, os serviços assumem papel privilegiado uma vez que as atividades que eles comportam não apenas designam um avanço das fronteiras técnicas e econômicas, que permitem novas frentes de valorização, mas, sobretudo, a própria reorganização e agenciamento das bases sobre as quais a chamada ‘nova economia’ se assenta. Resta-nos agora demonstrar o papel que este setor ocupou nas teorias sociais contemporâneas. Queremos demonstrar que a ele também cabe ativo e pragmático papel de direção política das massas neste começo de século. Para além das perspectivas sustentadas em determinismos, ou boa dose de neutralidade em relação à tecnologia, entendemos que a dinâmica de transformação dos processos sociais recentes está vinculada, indissoluvelmente, aos discursos e às novas práticas do mercado, que atacam frontalmente a noção de cidadania em tempos neoliberais.

Este capítulo foi concebido com a intenção de mapear o terreno cultural

no qual se movem as concepções de mundo que norteiam a agenda programática das burguesias no estágio atual da luta entre as classes. A leitura crítica de algumas teses contemporâneas sobre o 'novo terciário' tem como objetivo proceder a uma identificação do quadro geral onde estruturas e superestruturas condensam, organicamente, a especificidade da relação determinada entre a dimensão técnico-produtiva e a institucionalidade capitalista, que apenas pode ganhar relativa 'legitimidade' se, e tão somente se, consegue compor um campo cultural hegemônico.

Uma das questões mais aventadas quando se discute a reestruturação produtiva é a de que o trabalho parece não mais se encaixar nas concepções, nos princípios que constituem a teoria do valor marxista. Segundo muitos afirmam, a quantificação do dispêndio de trabalho parece ser tarefa mais complexa porque: o tempo de formação do trabalhador foi prolongado; alteraram-se as dimensões do trabalho simples e do trabalho complexo; modificaram-se as relações entre as divisões do capital, bem como os critérios para definir o que venha a ser trabalho produtivo e trabalho improdutivo; e as formas de extração da mais-valia relativa deram nova dimensão ao trabalho intelectual e se combinam com as representações ideológicas sobre as mudanças nas relações entre produção e consumo (LAZZARATO, 1995). "O valor do trabalho e sua reprodução, base clássica de valoração, deixa de ser diretamente percebido e contabilizado, assim como vêm sofrendo transformações extremamente importantes" (LASTRES & FERRAZ, 1999).

Para autores como os que citamos essas 'novidades' aumentam a pressão por uma regulação da economia bem como estimulam a criação de teorias que devem 'dar conta' dos desafios daquilo que chamam de 'nova era'. No entanto, a transformação do conteúdo das atividades produtivas, acarretada pela crescente participação da informática e da comunicação, vem guiando as tendências de universalização das estratégias mercantis e produtivas atuais enquanto divulga-se, amplamente, a presença de dificuldades que nascem das

inovações. Uma das dificuldades, afirma Prado (2005, p, 52), refere-se ao ajuste dos enfoques teóricos e sistemas tradicionais de mensuração das atividades econômicas ao novo padrão em difusão. Dentre outros, a crescente supremacia do conhecimento nas atividades econômicas está levando ao caos os modelos e enfoques convencionais em economia e administração, os quais são baseados na fisicalidade e na escassez de recursos.

Queremos aqui vincular as análises a respeito da estrutura social - Indissociáveis das condições históricas e materiais - com o próprio cerne das possibilidades de obscurecer o que há de comum entre bases teóricas diferenciadas: um certo acordo de que a recomposição constante das classes trabalhadoras conduziria, necessariamente, a uma revolução das bases capitalistas de produção.

Nossa intenção, lembramos, é demonstrar que essas abordagens, submetidas ao crivo de uma análise crítica, revelam, assim como o chamado “modelo japonês”, ou a designação “sociedade do conhecimento”, as estratégias ideológicas que ancoram as investidas do capitalismo em sua configuração recente. Revelam, ainda, a necessidade de pesquisas comparativas entre Estados Nacionais e seus mecanismos de ‘governo das massas’, das estratégias de sujeição da força de trabalho em cada território nacional, de mediação ou compromisso entre as forças em presença. Além disso, enquanto ‘formas de cooperação’, permitem a identificação das respostas às crises colocadas pela queda tendencial da taxa de lucros, entendidas, por sua vez, como produto e condição do processo incessante de (re)constituição dos antagonismos e das formas de institucionalização e representação que acompanham esse movimento¹³⁶. Revelam, em suma, as estratégias que combinam elementos de

136- Ver Ricardo Antunes, Os sentidos do Trabalho, 2003.

contra-revolução e de passivização levadas a efeito pelo capitalismo atual com vistas a garantir sua hegemonia.

Pressupomos que o advento de abordagens que anunciam a chegada de novos paradigmas sociais não é novo. Pelo contrário, a própria constituição da Sociologia enquanto campo de análise é devedora do reconhecimento da noção de crise. Com base nisso, neste capítulo, procuraremos indicar as teses que consideramos centrais no processo histórico de construção da visão hegemônica de sociedade, justamente por procurarem ocultar a efetividade das classes enquanto motor da história. Elas assumem esse caráter enquanto presença crucial no campo privilegiado do confronto entre as forças antagonistas, anunciado como novidade, mas que data do início do processo de constituição do capitalismo como modo de produção moderno e do caráter antagônico que as classes sociais assumem expressando sua luta nos processos de trabalho ou de reprodução ampliada. Procuraremos estabelecer os vínculos que ligam e atualizam as teorias contemporâneas com suas raízes históricas que datam, por sua vez, da própria constituição de uma 'civilização burguesa'.

O exercício de totalização de todas as dimensões que compõem uma situação determinada não é simples. O que nos move é busca para realizar uma interpretação das mudanças na composição das classes sociais na atualidade, de modo que ela expresse algo muito próximo de uma 'síntese de múltiplas determinações'. Tal ambição torna-se possível de ser delineada enquanto modo de investigação no âmbito das contribuições teóricas de Gramsci. Num primeiro momento destacamos aquela que propõe a afirmação da absoluta centralidade da crítica das ideologias como condição para a construção de um projeto alternativo ao capital, de derrota de uma hegemonia e criação de outra. A condição primeira para Gramsci é reconhecer que as ideologias são instrumentos de direção política que, se aparecem como engano aos governados, ao contrário, são expressão da consciência e da vontade das classes governantes (GRAMSCI, 1984, p. 200). Não são de modo algum arbitrárias, mas instrumento de domínio, um ato prático, ou

seja, “a forma de um concreto conteúdo social e o modo de conduzir o conjunto da sociedade a formar uma unidade moral” (Idem, 1984, p. 221).

Se coerção e consentimento formam a unidade real da política, a transformação das mentalidades populares com o objetivo de construção de um universo cultural hegemônico é o que justifica a própria luta cultural necessária para que não se quebre a unidade de um determinado bloco histórico¹³⁷.

Enquanto expressões da estrutura, as ideologias e seus modos de manifestação expressam as modificações ocorridas nas primeiras (GRAMSCI, 1984, p. 167), criando, para os dominados, um duplo desafio: desvendar as formas de materialização do domínio do capital e, ao mesmo tempo, construir sua própria visão de mundo. Ou seja, por que as formas de dominação sob o capitalismo são constantemente atualizadas e por que as estratégias de resistência e de retomada de projetos sociais alternativos são permanentemente recompostos, assim como o enfrentamento entre as figuras históricas dominantes de determinada conjuntura, é preciso que se atualizem também as condições de inteligibilidade necessárias para que se ultrapasse o terreno econômico-corporativo como fronteira ideológica das classes subalternas.

No tocante ao necessário desvendamento das cadeias de dominação, trata-se, ainda, de explicar as condições de nascimento de uma ou algumas determinadas concepções e compreender porquê elas conseguiram difundir-se

137- “Neste ponto, coloca-se o problema fundamental de toda concepção do mundo, de toda filosofia que se transformou em um movimento cultural, em uma “religião”, em uma “fé”, isto é, que produziu uma atividade prática e uma vontade, nas quais esteja contida como “premissa” teórica implícita (que é uma “ideologia” poderemos dizer, desde que se dê ao termo ‘ideologia’ o significado mais alto de uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas) – isto é, o problema de conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia” (GRAMSCI, 1984, p. 16).

entre os intelectuais (GRAMSCI, 1984, p. 166) e o tornaram-se populares, subsumindo a si as demais concepções de mundo. Ao demonstrarmos o encadeamento racional e autoridade para a qual apela a montagem de uma concepção de mundo, estamos, certamente, contribuindo para o *devenir* de um novo horizonte. A objetividade, afirma Gramsci, também é um *devenir*, possibilidade aberta pelos homens a partir da compreensão dos elementos que constituem sua própria consciência e que determinam seu modo de ser (idem, p. 170).

Obviamente, os temas se entrecruzam, repetem-se e se desdobram pelas várias angulações do debate, o que indica, exatamente, a pertinência do que tentamos argumentar aqui: ou seja, que o tema constitui-se enquanto expressão da diluição da identidade de classe, à medida em que nele está em jogo a descaracterização do sentido e da existência real das classes no capitalismo.

Situaremos o debate sobre a emergência do 'novo terciário' a partir das seguintes questões que dão inteligibilidade às teorias do pós-moderno ou do 'fim da sociedade do trabalho':

- as que enfatizam o deslocamento da centralidade da produção para a do consumo. Pretendemos discutir ainda as teses do "colarinho branco" em suas várias expressões como, por exemplo, a que nasce da intervenção weberiana sobre os processos de racionalização da vida e a crescente dimensão das instituições estatais neste século, como também as que nascem nos anos 60, no interior da esquerda. Os teóricos dos 'novos movimentos sociais' procuram estabelecer relações entre estrutura social e política enfatizando a dimensão de complexificação da grande expansão das camadas médias ou intermediárias. Trata-se de análises que pretendem pensar a forma das classes postulando o anacronismo dessa categoria (classes) diante daquilo que reconhecem como tendências de estratificação social;

- as teses erguidas sobre as fundações da Economia e seus aparelhos

de produção, que têm nas concepções do progresso técnico e do primado da inovação as vigas mestras dos argumentos sobre a necessidade de deslocar a noção da política e da efetividade da ação antagonista, e que pretendem explicitar a crise do marxismo.

Essas teses estão intimamente ligadas à manifestação da crise do marxismo assumindo, nesse sentido, grande importância enquanto legitimação teórica, de matiz reformista das estratégias históricas, levadas a cabo pelo capital no sentido de resolver a sua crise de direção sobre o conjunto da sociedade. É isso que pretendemos demonstrar a seguir.

III.1. Estratificação social e modos de vida: teoria das classes médias e seu alcance teórico-político

“Nenhuma categoria histórica foi mais incompreendida, atormentada, transfixiada e deshistorizada do que a categoria de classe social; uma formação histórica autodefinidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta, foi reduzida a uma categoria estática, ou a um efeito de uma estrutura ulterior, das quais os homens não são os autores, mas os vetores.”

E. P. Thompson

III.1.1. Constituição histórica da Sociologia e o problema das diferenciações sociais. Classes ou estratificação: um recorte político e epistemológico

Um dos capítulos mais consistentes que conformam o estatuto epistemológico da Sociologia é o que pretende diagnosticar e ‘explicar’ as diferenciações nas posições ocupadas pelos indivíduos ou grupos na estrutura social mais ampla.

Podemos dizer que o amadurecimento da sociedade capitalista está intimamente ligado à própria constituição da sociedade como objeto de estudo. De um ponto de vista bastante epidérmico, parece ser consensual a afirmação de que investigar as condições de existência dos sujeitos sociais, definindo métodos e princípios pretensamente científicos, neutros e objetivos, foi considerado uma necessidade ideológica central para a sociedade moderna, da mesma envergadura que tivera a Teologia para a Idade Média¹³⁸. Se a religião edificou o cenário cultural hegemônico daquele período, a positividade da crença na existência de leis naturais regendo a vida social tornou-se seu substituto em decorrência dos dramáticos encadeamentos das lutas sociais no período de transição do Renascimento à Idade Moderna, notadamente os que brotavam das condições sociais mais amplas nascidas do processo de industrialização e da Revolução Francesa, a balizar o amadurecimento da sociedade burguesa. Questões relativas à ‘manutenção da ordem’, da construção de ‘harmonia e coesão social’, de natureza eminentemente prática, alcançaram papel central na construção das condições de reprodução da sociedade capitalista no contexto da Revolução Industrial e da formação de uma classe operária portadora de uma identidade que se funda e descola, sistemática e contraditoriamente, no ideário burguês.

A problemática da diferenciação social precede, no entanto, a criação da Sociologia. Pensadores do século XVIII estudaram as condições humanas de modo metódico, aplicando princípios que consideraram científicos à análise da vida em sociedade. Compreendendo o mundo social como obra da humanidade, os Iluministas, como a exemplo de Montesquieu, detiveram-se ao estudo dos fatos, buscando a lei de seu desenvolvimento e construindo modelos,

138- Ver Dahrendorff, 1977.

classificações, hierarquizações que procedem da aplicação de um novo método que estava em fase de desenvolvimento.

Vale a pena citar a contribuição original dada por Montesquieu¹³⁹, tido como precursor importante, para a formação da sociologia; seu legado “refere-se basicamente a dois pontos: sua classificação das sociedades em tipos, o que lhe permitiu compará-las umas com as outras em todos os seus aspectos importantes; e sua preocupação pelas leis, isto é, pelas relações necessárias que surgem da natureza das coisas” (ZEITLIN, 1968, p. 30). Para ele, os fatores que podem determinar as mudanças de estrutura das sociedades são a expansão ou retração das variáveis demográficas e sociais. Vetores decisivos, mais importantes ou determinantes do que o aumento da propriedade privada ou da divisão do trabalho, tais variáveis explicitam o desenvolvimento histórico dos povos (idem, ib. p. 33). Mas, convém afirmar que a estratificação e a divisão do trabalho, enquanto vetores ou resultados de outras variáveis, estão ligadas, em seu pensamento, às diferentes formas de governo: monarquia, república ou formas despóticas. Ou seja, os processos sociais são determinados não por acidente, mas por uma influência recíproca que as instituições exercem umas sobre as outras, o que fornece aos governos o problema da adequação à uma determinada realidade. Ele derruba, portanto, a noção, então tradicional, da existência de governos universalmente apropriados (ZEITLIN, 1968), desenvolve enfoques comparativos entre países e culturas e procura estabelecer os nexos de interdependência entre as instituições, mostrando que elas são resultados de condições sociais e políticas

139- “Pode-se considerar Montesquieu um precursor importante do pensamento sociológico, pois usou os conceitos de tipo ideal e de lei com maior coerência que qualquer outro de seus predecessores ou contemporâneos, compreendeu a necessidade dos estudos comparativos e sustentou a suposição de que os elementos de uma sociedade são funcionalmente interdependentes” (ZEITLIN, 1968, p. 33).

muito específicas¹⁴⁰.

Rousseau, por sua vez, compreendeu que a divisão do trabalho e a coordenação das atividades nascem da percepção da necessidade de enfrentamento coletivo das intempéries impostas pela natureza, que é, também, a raiz da diferenciação e do conflito social, vejamos:

“O cultivo das plantas, a domesticação de animais, a divisão do trabalho abriam o caminho a todo gênero de desigualdades sociais, que surgiram então pela primeira vez. Alguns homens começaram a prosperar mais que outros, a acumular riqueza e a transmiti-la a seus filhos, quando aparece a desigualdade esta cria maiores oportunidades para o rico que para o pobre, o rico domina de maneira crescente o pobre, que se torna – em concordância – ressentido e raivoso. Surgem os estratos e as classes; a sociedade então se divide e volta-se contra si mesma” (ZEITLIN, 1968, p. 38 e 39).

Para os Iluministas o exercício do pensamento racional com base científica propugnava o controle e domínio da natureza pelo homem como meio para libertação dos grilhões por ela impostos. Essa postura foi o próprio substrato de sua crítica às instituições sociais medievais, consideradas irracionais por estarem em desacordo com a natureza básica do homem, cujos potenciais, uma vez desinibidos das amarras dos dogmas religiosos, poderiam criar um ‘novo mundo’. Críticos da velha ordem e crentes de que os princípios do pensamento racional científico poderiam ser a régua da crítica às instituições sociais, coube aos Iluministas levantarem as bandeiras da liberdade e do progresso como a legitimadoras das atitudes de negação da ordem vigente. Vimos em capítulo anterior, o quão fundamental fora, para a burguesia, destravar os obstáculos à realização de seus projetos.

140-Ver Zeitlin, 1968.

Como se pode notar, assim como a temática da desigualdade e da estratificação social precedem a própria criação da Sociologia como área delimitada do saber, também lhe precede a tentativa de criação de instrumentos de análise históricos e filosóficos capazes de dar inteligibilidade ao real. Mas, a crença na Razão como elemento revolucionário, como premissa para uma suposta perfectibilidade humana - a ser alcançada por meio de novas instituições desgarradas dum caráter religioso, irracional, repressor, como queriam os revolucionários franceses em luta pela construção da era dos 'direitos humanos' - foi uma crença datada. Não foi para esse fim que ela se prestou no desenrolar dos acontecimentos históricos e contra-revolucionários que assolaram a Europa no decorrer do século XIX, quando a industrialização já mostrava, sem disfarces, seu caráter expropriador, monopolizador e desagregador.

A constituição da Sociologia como ciência (positiva) fez parte de uma ampla reação conservadora às teorias do Iluminismo e de seus herdeiros revolucionários, que combatiam a ordem capitalista e forjavam projetos de luta e de sociedade alternativa. Os acontecimentos da França de 1848 não foram de pouco significado, propagaram o terror sentido pela burguesia que se desenvolvia métodos produtivos absolutamente novos, em decorrência da aplicação de inventos resultantes das inovações técnico-científicas, também pagava alto preço político em razão do amadurecimento dos movimentos sociais das classes trabalhadoras, já conscientes das contradições da sociedade burguesa industrial. Portanto, enquanto reação conservadora, a análise, pretensamente científica, da sociedade sistematizava novo ângulo do interesse pela ordem social e por diversos problemas e conceitos a ela relacionados. "Tal reação constitui uma fase sumariamente interessante e significativa do desenvolvimento da teoria social, pois, como veremos, dentro desse contexto geral nasce a sociologia, no sentido mais formal do termo", afirma Zeitlin (idem, p. 9), que no trecho a seguir continua demonstrando sua visão sobre a influência de pensadores conservadores em relação aos avanços do Iluminismo e que prepararam terreno para a formulação

da nascente ciência da sociedade:

Conservadores como Burke, Hegel, Bonald e Maistre, são chamados assim porque desejavam literalmente conservar e manter a ordem existente. Além disso, alguns deles, segundo vimos, não ansiavam tanto conservar a ordem existente como voltar a um *status quo* ante. A desordem, a anarquia e as mudanças radicais que esses pensadores observaram depois da revolução, os levaram a elaborar em sua filosofia conceitos que se relacionavam com a ordem e a estabilidade: a tradição, a autoridade, o status, a coesão, o ajuste, a função, a norma, o símbolo, o ritual, etc. Em comparação com o século XVIII este constituiu uma definida mudança de interesse, que se deslocava do indivíduo ao grupo, da atitude crítica frente a ordem existente a sua defesa e da mudança à estabilidade social (ZEITLIN, 1968, p. 67).

Do ponto de vista conservador, as mudanças sociais que seguiram imediatamente à Revolução haviam solapado e destruído as instituições sociais fundamentais, provocando golpes na ‘estabilidade’ política. Os conservadores atribuíam estes resultados a certos acontecimentos e processos anteriores à história européia que haviam conhecido; creditavam a eles o progressivo debilitamento da ordem medieval e, conseqüentemente, o cataclisma da Revolução. Atribuíam, com toda a precisão, ao protestantismo, o capitalismo e à ciência, a principal responsabilidade pelos transtornos. Além do mais, esses processos, que seus contemporâneos liberais e radicais consideravam progressistas, provocavam uma crescente atomização dos povos. Apareciam, agora, “grandes massas presumivelmente sem raízes nos grupos sociais estáveis; a insegurança, a frustração e a alienação gerais se punham de manifesto e, finalmente, havia surgido um poder secular monolítico, cuja existência dependia da massa de indivíduos desarraigados” (ZEITLIN, 1968, p. 67).

Nesse contexto, inaugurado por Comte e Durkheim, a Sociologia teve como tarefa histórica mais significativa reagir sistematicamente aos impulsos de

mudança promovidos pelo Iluminismo, inspirador dos movimentos revolucionários da segunda metade do século XIX. “(...) as armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo voltam-se [hoje] contra a própria burguesia. A burguesia, porém, não forjou somente as armas que lhe darão morte; produziu também os homens que manejarão essas armas - os operários modernos, os proletários” (MARX, 1996, p. 31). Com pretensões de neutralidade e rigorosa isenção quanto a julgamento de valores, a maior ambição da Sociologia é a de ser tão objetiva quanto as ciências da natureza. Se este é seu lado visível, no entanto, é a apologia da ordem capitalista industrial que sua análise dos ‘fatos sociais’ deixa entrever. São os desafios de ordem prática do imperativo político colocado nesse momento histórico em que capital e trabalho vão constituindo as novas bases do mercado mundial, segundo expressão de Marx, que ela precisa dissolver intelectual e politicamente. De atitude revolucionária, sobretudo no século XVIII, a racionalidade científica passa, então, a justificar ‘cientificamente’ a ordem social que a sociedade ‘industrial’ arquiteta ao longo do tempo e das lutas gestadas em seu interior¹⁴¹. O desafio era construir novos critérios para explicação das desigualdades humanas que persistiam e assumiam novos patamares, mesmo que sob a moderna noção de igualdade universal dos cidadãos perante o Estado. Ademais, as novas fundações sobre as quais as classes sociais se formavam, em sua diferença, eram econômicas e sociais e entravam em choque com a pretensão igualdade jurídica e formal. Não eram simples os desafios ao pensamento e a Sociologia expressa a ambição intelectual por resolvê-los dentro da ordem do capital¹⁴².

141- Ver Lövy, 1987.

142- “A época da revolução industrial caracteriza-se pela queda daquele sistema privilegiado de desigualdade social, que designamos, de preferência, como ordem estamental. No entanto, os pensadores e pesquisadores sociológicos do século XIX e

É preciso insistir que a obra de Marx, ao reavivar o pensamento revolucionário, passa a exigir respostas teóricas por parte dos intelectuais vinculados à burguesia. É a necessidade de confrontá-lo enquanto visão de mundo alternativa, que explica o desenvolvimento de premissas e pressupostos que edificam as bases da Sociologia Clássica. A teoria marxista e a sociologia clássica - esta última tendo como primeira necessidade teórica o desafio de elaboração de uma discursividade, nascida do reconhecimento da crise da sociedade industrial e que se desdobra e desenrola no empenho pela busca de sua resolução-conservação-superação -, cada qual com seus debates internos, construíram desde então uma das expressões mais concretas da luta entre projetos políticos desde a constituição do capitalismo. A noção da desigualdade social e as propostas para sua superação (pelo socialismo) ou acomodação são o epicentro desse debate¹⁴³.

Coube a Weber a elaboração de um edifício metodológico a partir do qual a noção de estratificação social compreende intervenções que contestam a noção de classes sociais tal como o marxismo a pensou, ou seja, como categoria histórica que permite entender as relações dos homens entre si, mediadas pela propriedade dos meios de produção e sua transformação em capital¹⁴⁴. Em Marx, o

começo do século XX deram-se conta de que com a queda da ordem estamental não desaparecera a desigualdade entre os homens(...)”. Seu grande tema era a desigualdade como consequência da propriedade e do poder: a luta de classes e a sociedade que valoriza a cada um segundo sua renda e posse. A sociedade igualitária, com que sonhavam esses homens, era um quadro bélico frente à realidade não igualitária” (DAHRENDORF, 1977, p. 121).

143- Não temos a ambição de explicitar as condições responsáveis pela passagem da Sociologia Clássica À Contemporânea. Aqui o objetivo é rastrear a temática da desigualdade social e a constituição de classes no interior do arcabouço teórico da sociologia.

144- Ver obra organizada por Gertz (org). Max Weber e Karl Marx, 1994, sobretudo artigo de Zander intitulado: «O problema do relacionamento de Max Weber com Karl Marx»,

projeto de sociabilidade levado avante pela burguesia apenas se explica como busca permanente de manutenção da propriedade privada, da separação do trabalhador de seus meios de produção, da concentração cada vez maior, em grandes grupos, dos meios de produção dispersos, de, “portanto, transformar o trabalho em trabalho assalariado e os meios de produção em capital” (MARX, 1988, p. 297), separar e opor campo e cidade, economia e política, vida e trabalho. Forças produtivas e relações de produção constituem, em seu pensamento, as bases para se entender a relação de determinação histórica e política dos diferentes estágios de desenvolvimento que compõem e recompõem os coletivos de trabalhadores, de um lado, e as frações do capital, de outro. Mas, sobretudo, é na noção de antagonismos inconciliáveis que a noção marxista se sustenta. É na noção de luta de classes como motor da histórica e na convicção de que ‘os homens fazem sua própria história’ que a dialética e a contradição podem despençar do terreno idealista e empurrar a consciência dos subalternos para que fabriquem seu próprio projeto de poder.

O materialismo histórico apresenta-se como uma ruptura teórica e conduz a reviravoltas no campo intelectual de seu tempo, é verdade. Mas a sua penetração no campo das intervenções operárias e no interior da social-democracia obriga os teóricos da sociologia a enfrentarem os abalos que isso pode causar nas estruturas da época. Conscientes do tamanho dos desafios colocados nesse contexto, é na filosofia da história em construção pelo movimento operário que se concentra o esforço da crítica burguesa. Atribuir ao socialismo científico um caráter de messianismo, baseado num determinismo econômico que

onde o autor assevera a necessária pontuação do debate entre Weber e o leitores vulgares da obra de Marx. Esta observação não implica numa suposta defesa de uma aproximação do pensamento dos dois clássicos, mas reconhece a herança trágica em termos teóricos deixada pelos vulgarizadores da obra marxista.

conduziria, inevitavelmente, à vitória do socialismo, tornou-se um projeto teórico e político de resistência conservadora, que procura opor “contra ele próprio as armas que forjou contra as teorizações tradicionais: a secularização teórica, a crítica radical de todos os conservadorismos” (VINCENT, 1992, p. 68). A Sociologia clássica precisa, então, assumir para si um papel de oposição ao marxismo da mesma envergadura que este assumiu contra a economia política clássica.

Na Sociologia Positivista, a noção de agrupamentos separados entre si por demarcações muito precisas e que pedem, portanto, parâmetros para classificação está ligada a uma separação entre economia e ideologia. Durkheim propõe a análise das representações coletivas como instância que pode superar o que acredita ser uma explicação colada no viés economicista¹⁴⁵. O pensamento de Weber, ao contrário, manteve relações ambíguas com o capitalismo, mesmo acreditando que esse sistema gerasse “ordem social inumana” (MOMMSEN, 1994, p.153). Mas o mesmo não se dá em relação às manifestações teóricas e práticas do movimento operário. É contra suas ‘ilusões utópicas’, como as denomina, que sua obra se materializa.

Em Economia e Sociedade Weber (1999) explicita seu conceito de classe e observa que Marx, em seu capítulo interrompido do Capital, pretendia abordar o problema do ponto de vista da unidade do proletariado, embora sua diferenciação fosse tanto quantitativa quanto qualitativa¹⁴⁶. Num esforço declarado para apontar as formas de diferenciação que desenham as “possibilidades de ação comunal”, e definem a estrutura de classe no capitalismo, Weber define o termo ‘classe’ como o que designa a existência de “qualquer grupo de pessoas

145- Neuma Aguiar, 1974.

146- Ver Zander, ob, cit.

que se encontram na mesma situação de classe” (WEBER, 1981, p. 63). A posse de bens materiais determina as oportunidades de negócios disponíveis aos indivíduos. E continua explicitando: “trata-se do fato econômico mais elementar o de que a forma pela qual se dispõe a distribuição da propriedade material por uma pluralidade de pessoas que se encontram em competição no mercado como finalidade de troca cria, em si, oportunidades específicas de vida” (WEBER, 1981, p. 63). Se propriedade ou ausência de propriedade são as categorias básicas de toda a situação de classe, não se pode deduzir disso, no entanto, uma homogeneização que pressuponha a organização de interesses de classe que movam, imediatamente, os coletivos.

O que Weber quer demonstrar é que a diferenciação social, tanto a que distingue os proprietários dos não-proprietários, quanto a que marca internamente cada uma desses dois grupos, não permite derivar, mecanicamente, uma polarização da estrutura social. Insiste em que não existe unidade no interior de uma classe porque o tipo de propriedade ou a ausência dela geram, invariavelmente, diferentes oportunidades no mercado sobre as quais o indivíduo poderá ou não administrar sua ‘situação’ de classe e assim definir seu destino pessoal. Os proprietários diferenciam-se internamente de acordo com o “tipo de propriedade que é utilizável para retornos”, enquanto os trabalhadores “pelo tipo de serviços que podem ser oferecidos no mercado” (idem, p. 64). “Mas sempre, a conotação genérica do conceito de classe é que o tipo de oportunidade no mercado é o momento decisivo que apresenta uma condição comum para o destino do indivíduo. A “situação de classe” é, nesse sentido, em última análise, uma “situação de mercado” (WEBER, idem, p. 65).

Lembramos, ainda, que a noção de indivíduo como o sujeito da ação é fundamental no construto teórico weberiano, que se organiza como antípoda da visão de socialismo do seu tempo e em cujo debate imiscuiu-se por força das exigências políticas que se impunham. Incrédulo e temeroso quanto às possibilidades de burocratização que poderiam ameaçar as “associações

coletivas” e enfatizando sua crítica ao marxismo, derivada de uma certa leitura determinista que, em última instância, conferia ao socialismo o caráter de resultado ou produto de ‘leis naturais’, Weber contestava duramente a crença de que o capitalismo tenderia a polarizar as classes em duas camadas opostas. A ‘teoria da pauperização crescente’, segundo Weber, tal como formulada no Manifesto do Partido Comunista - documento fundamental do socialismo de massas do contexto em que estava inserido e segundo suas palavras, “uma realização científica de “primeira ordem”¹⁴⁷ -, teria sido rejeitada, amplamente, até mesmo por Kautsky que teria reconhecido “que a sociedade tomou outra via” (WEBER, 1993, p. 110). Da mesma maneira, a concentração dos empresários, a diminuição de seu contingente numérico não

“bloqueia de modo algum o processo de desenvolvimento. A eliminação dos que são financeiramente mais fracos ocorre na forma de sujeição ao capital financeiro, às organizações dos cartéis e dos trusts, ao passo que o fenômeno colateral a estes processos tão complexos consiste, antes de mais nada, em um rápido aumento dos “funcionários”, ou seja, da burocratização das empresas privadas – estatisticamente, esta aumenta mais rapidamente que os operários – e os interesses dessa burocracia não se inclinam na direção da ditadura do proletariado. Mas deduz-se disso então que essa criação de níveis altamente diferenciados de co-participação nos interesses se desenvolve de uma maneira tão complexa que não se pode afirmar com certeza que o número e a força daqueles que estão interessados direta ou indiretamente no regime burguês estejam em queda” (WEBER, 1993, p.111).

Se assim é, os ‘tipos de lutas de classes’ só podem ser pensados depois de se estabelecer que os ‘tipos’ de “ação de classe” podem variar de inúmeras maneiras e que não se pode tratar o termo ‘classe’ da mesma maneira que o termo ‘comunidade’. Nesse sentido, sua Sociologia do agir, ainda que Weber não o admita diretamente, condensa seu anseio em capturar as formas

147- Weber, Conferência sobre o socialismo, 1993, p. 105

pelas quais a ação dos sujeitos é resultado da complexa relação entre as intenções que os movem – no capitalismo, ações cujos fins são a racionalização crescente da vida como busca de superação das formas mágicas de ação, que caracterizavam a vida na sociedade feudal - e as práticas sociais delas derivadas. Se existe uma articulação destas práticas com a esfera econômica, estas não seriam determinadas por aquelas, como a exemplo do que julga ter sido feito pelo materialismo histórico-dialético.

É importante deixar claro que a relação entre estas duas teorizações, a de Weber e o materialismo histórico dialético, é capítulo sério, dos mais profícuos e politicamente fundamentais da história do pensamento e das práticas revolucionárias do século XX, e que sua resenha, certamente, não cabe no escopo deste trabalho. Mas a refutação ao uso do termo classe tal qual feito por Marx é, insistentemente, presente no pensamento weberiano e nos ajuda a fundamentar a perspectiva de que o diálogo estabelecido assume um caráter de combatividade contra-revolucionária. No trecho a seguir, ainda que longo, a referência ao corpo teórico marxista fica evidente:

“Assim, toda classe pode ser portadora de qualquer uma das possivelmente inumeráveis formas de “ação de classe”; porém isso não acontece necessariamente. Seja como for, uma classe não constitui em si uma comunidade. Tratar “classe”, conceptualmente, emprestando-lhes o mesmo valor que ‘comunidade’, leva a distorções. O fato de homens na mesma situação de classe reagirem regularmente através de ações de massa a situações tão tangíveis quanto as econômicas na direção daqueles interesses mais adequados para a média deles é importante, e na verdade simples, para a compreensão dos acontecimentos históricos. Acima de tudo, esse fato não deve levar àquele tipo de uso pseudocientífico dos conceitos de ‘classe’ observados com tanta frequência hoje em dia, e que encontra sua expressão mais clássica na afirmação de um autor talentoso de que o indivíduo pode estar errado no que diz respeito a seus interesses, mas que a “classe” é “infalível” em relação a esses interesses. Todavia, se as classes como tais não são comunidades, as situações de classe só emergem tendo como base uma “comunalização”. A ação comunal que dá origem a situações de classe, porém, não é, basicamente, ação entre membros da mesma classe; é uma ação entre membros

de classes diferentes. As ações comunais que determinam diretamente a situação de classe do trabalhador e do empresário são: mercado de trabalho, o mercado de produtos e o empreendimento capitalista” (...) “Cada tipo de situação de classe e, em especial, quando repousa sobre o poder da propriedade *per se* tornar-se – à mais claramente eficaz quando todos os demais determinantes de relações recíprocas forem, na medida do possível, eliminados em sua significação. É desse modo que a utilização do poder da propriedade no mercado ganha sua importância soberana”(…).A grande mudança, que se deu continuamente no passado e chegou até os nossos dias, pode ser resumida, à custa de certa imprecisão: a luta em que as situações de classe se fazem sentir tem-se desviado progressivamente do crédito de consumo para, primeiro, lutas competitivas no mercado de produtos, e, depois, para guerras de preço no mercado de trabalho” (WEBER, 1981, p. 67- 70).

Como sua concepção de sociedade decorre da crença num suposto desenvolvimento universal da história da humanidade, assim como também pressupõe a separação entre as esferas econômica, religiosa, política, jurídica e cultural portadoras de lógicas internas muito particulares, pode, então, considerar que as consciências individuais sejam capazes de também dar sentido à ação social em razão da própria hierarquia que cada sociedade confere a cada uma dessas esferas (FRIDMAN, 1993). Pode, assim, da mesma maneira, distinguir duas ordens de estratificação: uma econômica, que diz respeito às hierarquias construídas a partir das formas instituídas de distribuição de riqueza e, outra, a social, que corresponde “à forma pela qual a honra se distribui numa comunidade entre grupos participantes dessa distribuição” (WEBER, 1963, p. 212). O desenvolvimento do sistema de estratificação geral está muito longe de orientar-se em uma direção univocamente proletária. (idem, p. 115)

Ressaltamos que é no debate teórico e prático do seu tempo que se estrutura o aparato teórico weberiano; ele é forjado pelos dilemas vividos pelo intelectual situado defronte dos desafios e tarefas necessárias para a resolução da crise de direção do capital, sobretudo quando amadurece a viabilidade do horizonte revolucionário. Oscilando entre ora acusar o caráter instrumental das

grandes agências racionalizadoras e reguladoras da vida coletiva, próprias de uma época que emerge dos processos de ‘desencantamento da vida’, ora esmerar-se em apontar o caráter profético e fracassado das teses centrais do socialismo de sua época, sintetizadas no Manifesto Comunista, a tensão entre reforma ou revolução apresenta-se para Weber como equação de simples resolução. Abordando as teses fundamentais do Manifesto, acusando-o de pregar o apocalipse em razão de uma concepção evolucionista, de uma crença na inevitabilidade da queda do capitalismo e sua substituição pelo socialismo, procurando, finalmente, indicar sua falência diante dos rumos tomados pelo capitalismo do início do século XX, adverte a classe operária sobre os benefícios que possa alcançar pela via das reformas. Weber reconhece o nascimento do ‘revisionismo’ como consequência da não derrocada da burguesia. Justamente o contrário, o revisionismo reflete a restauração das burguesias nas sociedades acionárias, seu fortalecimento e unificação pela formação de trustes e cartéis, que levaram, inevitavelmente, a uma conseqüente recomposição da classe operária. Se o Manifesto previa a pauperização das classes trabalhadoras, ao ponto da existência do capitalismo sofrer grave ameaça, Weber (WEBER apud FRIDMAN, 1993, p. 113), contesta essa tese e afirma:

“o empresário individual foi substituído pela sociedade acionária” (...) e “esse tipo de socialização, significa sobretudo, por um lado, um aumento no número de empregados, de funcionários especializados tanto no plano comercial como no plano técnico, e, por outro lado, implica no aumento do número dos que vivem de renda, ou seja, da camada social que recebe juros e dividendos e não contribui em contrapartida, como empresário, com um trabalho intelectual e simplesmente compromete-se a manter esse regime capitalista com todo o interesse de quem pode extrair dele uma renda. Nas empresas públicas e nos consórcios predomina de maneira absoluta não o trabalhador, mas o funcionário, que nesse âmbito provoca com uma greve um dano muito maior do que o produzido contra um empresário privado. É a ditadura do funcionário e não a do operário o que está por enquanto, em todo caso, em fase de ascensão”.

A distinção entre classe e estamento, bem como o emprego dos

conceitos de riqueza, prestígio e poder como critérios para a localização dos indivíduos no sistema de estratificação social derivam de Weber. Suas críticas ao Manifesto do Partido Comunista, de Marx, foram apropriadas pela sociologia no decorrer do século XX, que passou a se ocupar dos mecanismos de estilização dos modos de vida baseados em estratificação por status, a edificar a crença na inevitabilidade da ordem do capital. Da mesma maneira, substituir a noção da centralidade dos operários pela de funcionários e dar a entender que a análise de Marx sobre a sociedade capitalista pode se esgotar numa suposta agenda programática, como parece entender o Manifesto Comunista - a despeito de reconhecer nele um trabalho científico de envergadura e que os erros nele contidos, denotam 'erros de gênio' -, tem sido combustível teórico buscado em Weber e ainda não esgotado no decorrer do tempo, como tentaremos mostrar a seguir.

III. 1. 2. A institucionalização da Sociologia na América do Norte como resultado do embate entre as forças sociais em presença

Nos EUA as Ciências Sociais ganharam mais forte suporte institucional a partir dos anos quarenta do século passado, sob forte influência da produção teórica da sociologia produzida na Europa. Pode-se dizer que foi por meio de nomes como os de Merton e Wrigth, dois autores que iniciaram a investigação no domínio da Sociologia da Comunicação¹⁴⁸, que as Ciências Sociais puderam ter alavancada, ao longo do século XX, a produção de uma sociologia empírica, de

148- Manuel Lopes da Silva. Perspectivas Weberianas da sociedade de rede, 2003.

caráter instrumental – ao capital - e institucional. Neste ponto do nosso trabalho, vamos colocá-la em exame por entendermos que muitas de suas características antecipam questões ainda presentes no debate contemporâneo. Além disso, é no mesmo pano de fundo contextual do qual ela se desprega, que também aparecem, no pós-Segunda Guerra, obras exemplares do debate crítico com o marxismo, como as de Marcuse e Mills, e que tomaram o tema das classes médias como eixo para a descaracterização da visão marxista sobre as lutas classistas.

Na medida em que a produção de conhecimento sociológico foi institucionalizada, com a criação de departamentos, cursos, revistas - e esse processo se inicia na primeira década do século XX nos Estados Unidos da América -, consolidou-se uma estratégia intelectual específica com vistas a promover a integração social na nascente sociedade industrial. Vale destacar que esse despontar convivia com as ameaças do comunismo em solo europeu e oriental, assim como com a repercussão interna dessa realidade que promovia graves conflitos no cotidiano fabril em setores de atividade chave como o têxtil, automotivo e de minérios¹⁴⁹.

Desmarez lembra (1986) que, desde o pós-Primeira Guerra Mundial, o terror provocado pela ameaça comunista promoveu a forte aliança entre repressão ao sindicalismo radical e reestruturação do processo de trabalho. Com vistas a alcançar esse fim autorizou-se, então, a entrada massiva de imigrantes 'sem qualificação' no trabalho industrial com o objetivo de engatilhar o movimento dos processos fabris, orientados pela organização fordista e taylorista de exploração do trabalho.

Não se pode dissociar a institucionalização das Ciências Sociais nos

149- Cf. Demarez, 1986.

EUA desse contexto de antagonismos promovidos pelas forças em presença no cenário internacional de lutas. Insistimos em afirmar que ela se dá como uma das manifestações da crise da burguesia diante dos excessos do liberalismo que culminaram com a explosão de movimentos sociais e coletivos de caráter extremamente violento. Os sociólogos aparecem, nessa arena, como promotores de reformas pontuais ainda que assumissem disposição ‘apenas’ para a produção de uma vasta gama de conhecimentos neutros e desinteressados.

Influenciada pelo temor ao comunismo, essa predisposição também não pode ser desvinculada da análise de outra tendência que caracteriza o século XX, a saber: a da força da concepção científica de racionalização dos processos de trabalho. Taylor inaugurou um projeto de intervenção objetiva e proposital em acordo com tudo o quanto o capital se propõe: ou seja, superar suas dificuldades no campo da produtividade e da exploração. Contudo, o grande salto de qualidade alcançado pelo sistema Taylor (obviamente, do ponto de vista do capital) foi o de conferir a tal projeto um caráter de concepção universalizante. Nelson (1984)¹⁵⁰ lembra que, com Taylor, a modernização do processo de trabalho pôde aparecer não apenas como meio para a obtenção de mais lucro, mas, acima de tudo, como um princípio, um ‘estado de espírito’, ou uma ‘doutrina’, que conduziria a uma grande eficácia da produção industrial e, conseqüentemente, a uma elevação do nível de vida de toda a população. A ênfase neste último ponto de vista foi de grande importância na medida em que Taylor postulou não apenas o desenvolvimento de um sistema de normas, ou um conjunto de princípios, que balizassem uma organização funcional, que conferisse caráter científico ao sistema gerencial. Para além disso, ele passou a associar o sucesso das

150- Cf. Daniel Nelson, *Le taylorisme dans l'industrie américaine, 1900-1930*, In : Maurice Montmollin e Olivier Pastré, *Le taylorisme*, 1983.

propostas de racionalização dos processos produtivos à reformas sociais que combatessem a dramática especulação financeira bem como o peso nocivo dos trustes e cartéis em formação. Sua proposta, segundo ele mesmo, podia apresentar-se como um antídoto a esses poderes nefastos à produção, porque afirmava a vitória do mérito sobre o favoritismo, “da produtividade sobre o lucro, do interesse geral sobre o particular” (NELSON, 1983, p. 53). Indo ainda mais longe na interpretação dos significados incorporados pelo sistema Taylor, Tragtemberg (1985) ressalta seu ‘messianismo administrativo’ na medida em que atribui ao empresário uma função providencial para satisfação dos “interesses gerais da sociedade e o particular do consumidor. Isso motiva a coletividade ao aproveitamento intensivo de suas riquezas que a Providência colocou sob seu poder, racionalizando sua conduta, sua vida diária”, afirma o mesmo autor. (1985, p. 74-75)¹⁵¹.

Se os impactos negativos, a tirania do cronômetro, aqueciam a crítica sindical ao sistema Taylor - que se apresentava como conjunto de princípios cuja ambição era a de ser solução, ainda que parcial, ao sistema tradicional de organização do trabalho e de pagamento por peças -, nos anos 20 ele é reconhecido e aceito por todos também por força do caráter ideológico construído pela noção de uma Organização Científica do Trabalho, capaz de asseverar crescimento e produtividade. Essas justificativas suplantaram os impactos do trabalho intensivo, das demissões em massa e do aumento do controle sobre o

151- E continua: «Há em Taylor, uma *paidéia*, um ideal de formação humana de um tipo de personalidade, consequência lógica da aplicação e vivência do sistema da Administração Científica do Trabalho. Tem seu sistema o mérito de acentuar a virtude do ascetismo, a mentalidade entesouradora no que se refere a dinheiro, a abstinência do álcool, trabalho constata com a figura do chefe enérgico, paciente e trabalhador (Taylor), que incita a ambição do subordinado, condena a negligência e dissipação». (Tragtemberg, 1985, p. 75).

trabalhador¹⁵².

O fato é que, entre os anos 10 a 20, principalmente, os problemas colocados aos trabalhadores precisavam ser respondidos pela revisão das funções das empresas e do Estado (DESMAREZ, 1986, p. 7). A eclosão da primeira guerra recruta milhões de trabalhadores para produção de armas e produtos bélicos, é verdade, resolvendo, na superfície, o problema da absorção da força de trabalho. Mas a grande questão da “gestão sistemática dessa força de trabalho” (NELSON, 1983, p. 59) não se esgota nem mesmo a partir do momento em que o taylorismo deixa de ser controverso e passa a ser aceito como elemento necessário ao progresso. Incrementado pela visão de Fayol, instaura-se o *ethos* burocrático da empresa monocrática, atualizando duramente o sistema de controle autoritário da produção capitalista.

No contexto em que atuam tais forças, se a explicação da (des)ordem social era o problema central anunciado, para si, pela Sociologia burguesa, a produção sociológica de autores da escola de Chicago demonstra a vulnerabilidade de tal empreitada cientificista. No momento em que todo o mundo capitalista vivia a necessidade de superar a crise de direção em que se encontravam as classes dominantes, um enunciado é exposto e, ao mesmo tempo, extrapolado: “O mundo pode ser transformado por meios políticos e a sociologia é um desses meios”, afirmava exemplarmente Small, citado por Desmarez (1986, p. 10). Meio, afirmamos, para que fossem levadas a efeito as reformas sociais sem as quais a noção de progresso e evolução social perderia sua força diante dos excessos cometidos pelo grande capital.

A Ciência Social institucionalizada transgride as metas da objetividade e neutralidade que estabelece para si e passa a propor projetos alternativos,

152- Cf. Tragtemberg, 1985, p. 51.

nascidos da constatação dos impactos indesejáveis causados pela industrialização. Para alguns autores “(...) a difusão do método e do saber sociológico é uma das condições para o aparecimento da sociedade “ideal” (DESMAREZ, 1986, p.10). Segundo eles, a sociologia é

“um dos instrumentos da luta contra as conseqüências da política do “laissez-faire”, e, menos oficialmente, um dos meios de conter a difusão do socialismo e do radicalismo. Enquanto ciência, ela deve esclarecer aos poderes públicos sobre a urgência de certas reformas, no domínio da luta contra a delinqüência, da política do longement, da imigração, da indústria, da vida em sociedade. Assim concebida, desenvolvendo e aplicando um conhecimento científico da organização social, a sociologia contribuiria para a realização de uma sociedade caracterizada pela harmonia dos indivíduos e pela eficácia no desempenho de seus papéis pelos seus membros. Em todos esses pontos, eles se assemelham aos seus homólogos europeus da época: Durkheim, Bouglé, por exemplo, defendem uma concepção similar da sociologia” (DESMAREZ, 1986, p. 10).

Enquanto instrumento para a construção do progresso e da harmonia social (diga-se, burguesa), a Sociologia deveria ser difundida à opinião pública oferecendo bases discursivas, promovendo a educação massiva dos cidadãos, instrumentalizando-os para a reflexão de suas condições sociais, para que se tornassem aptos a contribuir para a diminuição da sua própria exploração. Engajados nas campanhas para promoção da liberdade de expressão e para melhoria das condições de vida dos trabalhadores, os sociólogos norte-americanos dessa geração criaram “um guia de ação, mais do que pesquisa desinteressada”, conforme expressa Desmarez (1986. p. 10).

A análise dos excessos do liberalismo, nesse primeiro momento, é marcada pela convivência com a explosão do movimento sindical e conseqüente necessidade de criação de formas racionais de gestão dos conflitos, diante das tensões do mercado de trabalho no período de ingresso dos EUA na guerra. Coube a Arthur James Todd, da Universidade de Yale, primeiro sociólogo a colocar-se a serviço de uma empresa, a proposição de melhora “da cooperação entre trabalhadores e seus empregadores dando aos primeiros o direito de intervir

sobre as decisões dos segundos” (DESMAREZ, idem, p. 18). É o prelúdio da era da institucionalização dos conflitos no interior da fábrica. Com o objetivo de assegurar uma paz social com marcos legais, são criados conselhos e tribunais de arbitragem que reconhecem a representatividade das organizações sindicais. Mais do que isso, eles inauguram estratégias de incorporação do trabalhador, quando lhe concedem papel ativo na arquitetura da disciplina e estabilidade necessárias para incremento da produtividade no interior da fábrica. Esse processo é amalgamado - e para isso chama atenção Tragtemberg (1985) - pela visão de que a administração possui os mesmo interesses que os operários, definindo, assim, o *ethos* burocrático taylorista, complementado por Fayol. Para este último, “o homem deve ficar restrito a seu papel na estrutura ocupacional parcelada” (idem, 1985, p. 77), fechando um esquema de impessoalização e dependência dos modelos militares de disciplina¹⁵³, no qual a visão sistêmica da empresa privilegia a concorrência como consequência direta das estruturas de comando monocráticas. O que parece contraditório expressa, porém, apenas a própria ambigüidade ou os dilemas do liberalismo norte-americano nesse momento. Afinal, como se pode conciliar participação e cooptação da subjetividade do trabalhador numa estrutura de comando monocrática e impessoal? Apenas e tão somente sob o signo do princípio da concorrência entre os trabalhadores, tomado como princípio de gestão

153-Tragtemberg (1985) chama a atenção para o fato de que Weber estabeleceu tal paralelismo entre a hierarquia das oficinas e do exército: “Com efeito, a guerra criou, à sua maneira, um tipo de diretor industrial, integrando o engenheiro civil, mecânico e marítimo. Por outro lado, o exame topográfico, o uso dos mapas, planos de campanhas, prefiguram o conceito atual de campanha publicitária. As condições de transporte, intendência, divisão do trabalho entre cavalaria, infantaria e artilharia, a divisão dos processos produtivos entre essas três armas, definem que a mecanização se dera antes na área militar e posteriormente na manufatura industrial. Por influxo de um militar, Napoleão III, foi oferecida uma recompensa a quem intentasse um processo barato para o aço, capaz de suportar a força explosiva de novas bombas. Daí surgiu o processo Bessemer» (idem, p. 78-79)

dos antagonismos no interior das empresas.

Finalmente, para os universitários especializados nas ciências sociais, abrem-se, nesse contexto, caminhos para um mercado de trabalho mais amplo. Agora, os sociólogos são chamados a presidir os tribunais de arbitragem na fábrica por meio da aplicação dos princípios racionais que autorizem as estratégias de controle social. No entanto, tal racionalidade não precisa mais se legitimar numa suposta objetividade. Ela carrega consigo, paradoxalmente, e a despeito de seu caráter científico, autoridade para fazer julgamentos morais e ser mediadora entre as partes (DESMAREZ, 1986, p. 20).

Não é arriscado afirmar que tais respostas são correspondentes ao movimento da Escola das Relações Humanas que proporá a revalorização dos grupos de referência, da comunicação informal e o uso da Psicologia com vistas a converter “a resistência em problema de inadaptação pela manipulação dos conflitos, por pessoal especializado em Psicologia social e Sociologia Industrial (...)” (TRAGTEMBERG, 1985, p. 83).

A ideologia da harmonia administrativa iniciada por Taylor, reafirmada por Fayol, é continuada por Mayo, na sua preocupação em evitar os conflitos e promover equilíbrio ou um estado de colaboração definido como saúde social (TRAGTEMBERG, 1985, p. 83).

Nesse sentido, ainda que de modo breve, quisemos indicar o estilo norte-americano de incorporação dos conflitos no interior das fábricas, e de como a sociedade norte-americana conseguiu permitir o florescimento de um panorama intelectual, marcado pela preeminência da noção da democracia como pilar fundador de sua identidade nacional. Impor limites ao *laissez-faire* representava, nesse contexto, a garantia da participação de todos os cidadãos nas instituições e no usufruir de seus direitos. O dilema político dos autores dessa tendência é bem definido por Desmarez no seguinte trecho:

“Para Todd e para os demais sociólogos da época, o poder dos proprietários das empresas deve ser contrabalançado por outros poderes e essa oposição é uma condição da existência da democracia. Trata-se para ele de responder à seguinte questão: como assegurar um nível de vida abaixo do qual nenhum indivíduo da comunidade seja autorizado a cair; como ligar mais estreitamente a remuneração ao serviço real, e como atender esses fins, se possível graças a meios pacíficos e constitucionais, graças a uma maior democratização da própria indústria” (idem, 1986, p. 21).

Pesquisas como as de Todd, cuja influência marcou, também, o ingresso dos sociólogos nas práticas de gestão fabril, não se eximem de diagnosticar os efeitos perversos da industrialização e relacionar a função da sociologia enquanto a ‘ciência que detém a chave dessa arte’. Para ele, a razão de ser da Sociologia é “fazer uma teoria do progresso social que seja utilizável, e que repouse sobre o “interesse pelo bem estar humano”. A sociologia deve servir de fundamento para a transformação da educação para conduzir a ‘vontade esclarecida’ dos indivíduos, “contribuir para o bem-estar de todos, satisfazendo os interesses de cada um” (DESMAREZ, 1986, p. 21).

A lista dos problemas trazidos pelo modelo vigente de industrialização, elaborada por Todd, segundo Desmarez, engloba os seguintes aspectos:

“A industrialização encorajaria a produção que perseguiria unicamente o lucro; esgotaria os recursos e energia naturais; aumentaria a mortalidade; destruiria o modo de vida familiar, a religião, os valores morais, as possibilidades de controle social e a cultura; introduziria uma nova forma de escravidão: a salarial; provocaria uma competição nociva entre as nações; podaria a inventividade e as capacidades de iniciativa dos indivíduos, etc” (Idem, p. 21).

É também nesta época que se desenvolveu a ‘função pessoal’ no interior das grandes empresas, especialmente encarregada do recrutamento e da formação dos operários. Enquanto a revolução soviética e seu ideário abriram a possibilidade revolucionária dos trabalhadores soviéticos, coube à América do Norte operar uma das respostas teóricas, dentro dos marcos capitalistas e contra-

revolucionários, ao liberalismo. Nesse sentido e nesse contexto nacional, a noção de estratificação social é a antípoda da noção de classes. Ela pretendia varrer, num capitalismo em profunda crise de legitimidade, a aventura revolucionária do campo de forças em construção no cenário mundial. Ela não passava de tentativa de remediar a situação devastadora das populações operárias das cidades industriais e controlar os riscos de revolta social que levam outros sociólogos a encorajarem, um pouco mais tarde, as práticas de negociação coletiva, numa dimensão mais ampla do que apenas no interior das empresas.

Se os excessos e problemas criados pela sociedade industrial são os motivos que levam à criação de uma ‘ciência’ que pretende buscar a ordem e o equilíbrio, no que diz respeito ao lugar ocupado pelos diferentes sujeitos, é preciso justificar as extremas polarizações entre eles. É nesse campo de antagonismos que a noção de estratificação social foi construída.

Como mostra Stavenhagen (1962), a noção de estratificação social passou a ser confundida com o conceito de classes, principalmente nos Estados Unidos e na América Latina¹⁵⁴. Utilizada como meio pelo qual se pretende investigar e explicar as hierarquias de grupos ou indivíduos numa determinada escala social, ela aparece com forte conotação sistêmica, quase sempre referindo-se à noção de interdependência das partes que compõem a unidade social e à

154- “Na Sociologia Clássica (...) o tema das classes como elemento da estrutura social, ocupava um lugar de importância. Como se sabe, foram Marx e Engels os que deram ao conceito de classe seu fundamento científico e o integraram como parte primordial de seus sistemas sociológico e econômico. Sem dúvida, na Sociologia das últimas décadas o conceito se diluiu e perdeu seu significado original. Sobretudo na Sociologia norte-americana, e, por extensão, na Sociologia latino-americana, o conceito de classe social se identificou com o de estratificação social e chegou-se a uma completa confusão dos fenômenos” (Stavenhagen, 1962, p. 133-134). Mencionamos aqui Florestan Fernandes e outros estudiosos, dentre eles, Hirano, que usaram a noção de classes para designar o fenômeno de diferenciação social próprio ao modo de produção capitalista e o de estamento para sociedades pré-capitalistas.

forma como as relações entre os homens e entre estes e as condições materiais de existência estão dispostas na mesma¹⁵⁵. No entanto, se para alguns autores a noção de estratificação pode contribuir para a análise das várias ‘camadas’, que constituem determinadas classes, para outros, ela constitui uma resposta teórica às oposições classistas, notadamente numa sociedade que parece ser, cada vez mais, marcada pelos processos de diferenciação social na medida em que os complexos industriais e monopolistas incrementam a divisão técnica do trabalho. Opera-se, nesse contexto material, um esforço teórico, a ele organicamente vinculado, que pretende propor a substituição do termo classe por estrato. A noção de conflito, de antagonismo, conseqüentemente, perderia sentido e a ela sobreporia-se a noção de mobilidade social. Dessa mesma conjuntura, portanto, insistimos em ressaltar os momentos do debate nos quais a teoria marxista passou a ser o alvo a ser atingido.

III.1.3. Dos estudos de estratificação à noção das ‘classes médias’: uma expressão da negação do marxismo no século XX

Uma crítica mais geral feita pelos teóricos da estratificação era a de que a teoria marxista, embora reconhecidamente relevante e útil na análise dos conflitos sociais e políticos das sociedades capitalistas durante um determinado período, não mantinha a mesma importância em outras situações. (BOTTOMORE, 1984). Afirmavam, como o faz Bottomore, que o marxismo pretende se apresentar como universalmente válido, a despeito de tantas dificuldades, quando quer

155 - Cf. Parsons, Dumont, Cox, Davis, entre outros.

aplicar “suas noções a formas particulares de estratificação social, como o sistema de castas indiano, e, em muitos outros casos, sua capacidade de explicação é reduzida pela insistência na classe social como única base de ação política” (BOTTOMORE, 1984, p. 173)¹⁵⁶. Para o mesmo autor, Marx não teria ‘levado a sério’, nem dado importância ao crescente processo de diferenciação social no interior da própria classe, embora soubesse que essa diferenciação está na origem da formação de grupos outros que não as duas classes principais de sua teoria. A explicação dessa indiferença pode estar tanto na influência da dialética hegeliana, como na ênfase nas relações do indivíduo com a propriedade “como um determinante crucial da ação social, opinião essa confirmada pelo caráter prático dos conflitos sociais e políticos contemporâneos” (p. 171). No entanto, outra razão é apresentada por Bottomore: a de que a indiferença do olhar aos processos de diferenciação social possam ser fruto de uma “análise do sistema de classes (...) deformada pelo seu compromisso político ao ideal de uma sociedade sem classes” (1984, p. 171-172).

Aqui, pode-se constatar que as teses sobre Feuerbach, sobretudo a de número XI, foram absolutamente ignoradas pelo crítico de Marx. Encerradas com o postulado talvez mais importante do marxismo - de que “o que importa é transformar o mundo” e não meramente interpretá-lo¹⁵⁷ - as teses tratam daquilo que, para Marx, é o maior problema da teoria burguesa: a suposição, comum aos materialistas e idealistas, de que o pensamento e a prática sejam dimensões autônomas entre si. Marx não faz outra coisa a não ser criar, justamente, uma teoria da práxis humana, lembrando que a mudança da história é obra dos

156- A escolha do autor, neste caso, explica-se pelo seu papel de divulgador, autor de manuais de sociologia, responsáveis pela formação de gerações de cientistas sociais, sobretudo nos países onde se deu maior influência da produção norte-americana.

157- Cf. Marx, Tese número III sobre Feuerbach, 1986, p. 12

próprios homens, e que “somente a *práxis* revolucionária pode apreender a coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio”¹⁵⁸.

O que aparece, portanto, como ‘deformação’ da análise, aos olhos da sociologia burguesa - revelando o que não pode ser visto se se pretende concluir um projeto de sociedade baseado na produção de relações sociais antagônicas e contraditórias - é, na verdade, o ponto de inflexão da teoria marxista e que faz dela a teoria das classes subalternas. A estas não é permitido o exercício da abstração de suas próprias condições, como se elas pudessem ser ‘guardadas’ nas nuvens, e, então, se pudesse pensar a partir dos conceitos objetivos e neutros sobre os quais se erguem a ciência social ou a filosofia oficial da sociedade. Pelo contrário, as classes subalternas devem compreender sua situação “pelo autodilaceramento, e pela autocontradição desse fundamento terreno” ¹⁵⁹ e eis, então, o aspecto central: tais fundamentos devem ser revolucionados no terreno da prática.

Outro exemplo da vulgarização grosseira da teoria das classes em Marx representa a leitura mais banal segundo a qual, no marxismo, “as classes sociais são definidas pela sua relação com os meios de produção (propriedade ou não-propriedade) e isso se torna a base da opinião de que há, em toda sociedade, duas classes principais em luta. A natureza das classes depende do modo de produção, e esse, por sua vez, do nível de tecnologia, nas diferentes sociedades” (BOTTMORE, p. 171). Para o mesmo autor, a sociologia industrial teria superado a análise de Marx porque ela “abarca não apenas as relações econômicas que tem por objeto transformar matérias-primas em produtos manufaturados, ela alcança todas as atividades do trabalho, mas também os

158-. Idem, p. 14.

159- Idem, Teses sobre Feurbach, idem, p. 13.

grandes magazines, restaurantes, administração (...)” (idem, 1984, p. 175).

Em “Sociologia Sistemática”, obra de Mannheim publicada em 1957, também pode ser encontrado um capítulo dedicado a indicar a fragilidade da teoria marxista por superestimar o fator técnico como gatilho das mudanças sociais, desprezando o que chama de técnicas militares e sociais que são técnicas de influenciar comportamentos e constituem “reflexo de uma época que viveu a revolução industrial e que percebeu a importância enorme da mudança na técnica econômica” (1962, p. 204). Como se as análises de Marx - presentes no Dezoito Brumário de Luis Bonaparte, ou em As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850 - não tratassem de demonstrar as conexões internas de longo desenvolvimento histórico no interior do qual a realidade se constitui enquanto síntese de múltiplas determinações, sem mecanicismo, sem determinismo, sem automatismos, mas como puro exercício de totalização entre economia, política e ideologia e, sobretudo, como indeterminação ou como resultado da capacidade de uma classe de ser dirigente das demais.

Conforme mostra Stavenhagen (1981), partindo de pressuposições gerais da teoria funcionalista, Davis e Moore¹⁶⁰ procuram reforçar uma perspectiva universalista e atemporal dos antagonismos ao afirmarem que toda sociedade tem necessidade de situar os indivíduos diferentemente na estrutura social, usando o prestígio e a distinção social como gatilhos para a motivação – ou, leia-se, ação individual. A partir daí, reconhecida a diferenciação e legitimada como condição genérica de organização da estrutura social, cabe aos sociólogos debaterem sobre os critérios, se subjetivos ou não e se eles abarcam indivíduos ou grupos - dos ‘fatores’ que provocam a hierarquização dos valores ou dos grupos - que promovem distinções, posições de prestígio e/ ou de poder na estrutura social -

160- Davis, K e Moore, W., “Some principles of social stratification”, 1945.

dentre eles, “religião, riqueza, propriedade, trabalho e conhecimento técnico” (idem, p. 136).

Tomados esses critérios isoladamente ou em conjunto, eles passam a alavancar a imensa quantidade de estudos empíricos sobre estratificação social no século XX. Em sua grande maioria, esses estudos constróem “índices múltiplos, mediante cálculos estatísticos, e se fala em sistema multiestratificador”¹⁶¹. Desde que elaborem regras, “pode-se, teoricamente, medir qualquer objeto. Tais regras, entretanto, variam em clareza e precisão dependendo da espécie de objetos que se quer medir” (SILVA, 1981. p.40).

Segundo Marshall, no entanto, a sociedade moderna é “cada vez mais multidimensional” e “o problema colocado ao investigador está em saber se as hierarquias assim criadas correspondem umas às outras, e qual é essa correspondência”. (STAVENHAGEN, idem, p. 137). Note-se, com isso, que a questão da mensuração e da construção dos índices está fortemente vinculada a uma forte carga simbólica, ou, dizendo de outro modo, às próprias representações políticas dos investigadores. Ainda que isso não seja admitido por todos eles, tal dimensão é reconhecida por Parsons, para quem

“a estratificação é resultante das avaliações diferenciadas dos objetivos da ação social; isto é, toda estratificação representa uma hierarquia de valores. Ela supõe, ao menos implicitamente, um sistema de valores comum da sociedade” (PARSONS apud STAVENHAGEN, 1962: 136).

161- Reporto ao conhecido texto de Stavenhagen, onde sintetiza a discussão metodológica dos adeptos das teorias da estratificação. Neste ponto ele discute o debate interno pautado na necessidade de decisão dos critérios para análise: se objetivos, subjetivos (os subjetivos seriam construções arbitrárias da mente do investigador), de abordagem quantitativa ou qualitativa. Afirma sobre isso: “ (...) Um dos problemas principais da estratificação é saber o peso relativo de cada um deles no esquema dos diversos investigadores” (idem, 1981, p. 138).

Finalmente, dois outros grandes problemas estão colocados para os adeptos da estratificação social. O primeiro é definir o universo social sobre o qual se aplica a noção de estratificação. Se a sociedade não é uma unidade, cabe fazer recortes para fins de investigação e, minimamente, dois setores devem ser distinguidos: o urbano ou o rural. O segundo é saber se a unidade da estratificação é o indivíduo (status social) ou o grupo (estratos ou camadas) (STAVENHAGEN, p. 138).

Ironicamente, à luz desse olhar, fica evidenciado o dilema epistemológico da teoria sociológica clássica. Ao negar a possibilidade do exercício da totalização como proposto pela teoria marxista, fica refém da sua própria necessidade de fatiar o real em grupos e subgrupos, em variáveis e fatores, de modo que apenas o instante possa apresentar elementos explicativos. E isso contradiz, ao mesmo tempo em que pretende sustentar, a perspectiva universalizante da histórica da humanidade.

A partir disto podemos afirmar que, dos anos 50 em diante, a maior parte das investigações sociológicas atribuem ao conceito de classes sociais a significação de “agrupamentos discretos, hierarquizados num sistema de estratificação” (idem, p. 140). Ora, ela permite afirmar que, ao contrário de classes, determinado país possui desde uma infinidade de status individuais - um *continuum* observável a partir do critério escolhido pelo pesquisador - ou duas ou três classes (idem, p. 141). Retomando as noções de Weber, ainda não superadas pelas análises contemporâneas, resta mencionar que, dentro de cada dimensão, não se desprezar as estratificações internas. Isso leva autores como Marshall a afirmarem que “a classe, portanto, baseada na ordem econômica, não seria mais do que um aspecto da estrutura social, aspecto que está perdendo importância na sociedade moderna, diante da importância do status como elemento primordial da estratificação social” (STAVENHAGEN, p. 142).

É importante mencionar ainda que estudos voltados para captação dos

mecanismos de mobilidade social - procurando desenvolver olhar dinâmico sobre a estrutura, como querendo captar as possibilidades de mudança - surgem em resposta às críticas de que a teoria funcionalista realiza uma leitura de dimensão estática da realidade social. O ponto de partida da maior parte desses estudos, no entanto, é a mobilidade do indivíduo numa escala vertical de oportunidades de vida, proporcionada, sobretudo, pela mobilidade ocupacional¹⁶², o que serve para legitimar a noção jurídica de liberdade individual que é fundamental ao capitalismo.

As teorias da estratificação social permitem a explosão de estudos de caráter empírico que pretendem demonstrar que não haveria contradição entre uma política de universalização progressiva de direitos sociais e a lógica do sistema capitalista. Da mesma maneira, trabalham no sentido de universalizar e legitimar as próprias diferenças sociais no interior das democracias em ascensão no pós-Segunda Guerra Mundial e seus dilemas herdados do liberalismo, que são absolutamente acirrados quando se pensa na instauração de sistemas monocráticos de poder e controle disciplinar do trabalho. Seu pano de fundo é o apagamento da especificidade dessas diferenças interpretando-as como expressão universal das diferenciações por prestígio, status e poder.

162- «Os estudos sobre mobilidade podem ter por objeto seis tipos de análise: a) a descrição da mobilidade vertical total de uma sociedade; b) o estudo especial do movimento em direção das posições de elite na sociedade; c) os efeitos da mobilidade sobre as atitudes de classe e a consciência de classe, particularmente da classe trabalhadora; d) o efeito das atitudes e dos atributos pessoais, ou do sistema de educação, sobre as possibilidades que tem um indivíduo para efetivar um movimento; e) o efeito da mobilidade sobre o indivíduo» (STAVENHAGEN, 1981, p. 144-145).

III. 1. 4. Mills e a nova classe média: uma referência teórica do pós-Segunda Guerra para os ‘novos atores sociais’ da ‘guerra fria’ até a temática dos ‘novos modos de vida’

Dando prosseguimento, vamos aqui nos ocupar especialmente da obra de W. Mills, cuja ausência de estudos teóricos por parte de autores marxistas levou Marcuse a afirmar que deixa cobertas as raízes das condições que fizeram da sociedade industrial um “universo político, a fase mais atual da realização de um projeto histórico específico – a saber, a experiência, a transformação e a organização da natureza como o mero material de dominação” (MARCUSE, 1982, p. 20). Essa obra é timbrada por Marcuse como parte daqueles trabalhos que falam por si mesmos e o fazem em alto volume. Ao terem sido deixadas de lado enquanto objeto de interpretação, acabaram por integrar as condições de auto-reprodução da sociedade industrial e seu projeto de dominação com base na tecnologia.

Segundo nosso entender, com “A nova classe média”, W. Mills (1969) marca um momento fundamental do debate teórico sobre a reconfiguração das classes trabalhadoras, no qual o crescimento das atividades técnicas e ligadas aos setores de distribuição e consumo - dos pequenos negociantes, pequenos rentistas, por exemplo - é tomado pela sociologia como pretexto para pontuar os limites da intervenção marxista no contexto da guerra-fria.

Mills firma-se como ícone teórico da sociologia norte-americana, nesse contexto em que a maior parte dos estudos sobre a sociedade propõe-se a comparar as estruturas de classes entre a sociedade ocidental e a soviética. Mas ele ultrapassou as fronteiras do país alcançando estudiosos de outras situações nacionais, preocupados em analisar a conformação dos grupos na sociedade ocidental. Trata-se de uma análise inscrita no interior da crise das teorias

dialéticas. Seu objeto de análise são as transformações que levaram ao crescimento das atividades voltadas para a produção de bens e serviços e é pautado pela intervenção weberiana, preocupada, por sua vez, em discutir o processo de racionalização da vida que resulta da crescente dimensão planificadora do capitalismo moderno, o qual, levado às últimas conseqüências, ameaçaria as liberdades e chances de escolha do indivíduo, transformando-o em apêndice dos sistemas sociais.

Mills, como Marcuse, herda de Weber esse pavor da possibilidade de supressão da liberdade humana, decorrente do emprego sistemático da Razão em substituição aos preceitos mágicos como organizadores da vida, e que parecia ser o final para o qual convergia a história de todos os países europeus do seu tempo. Foi justamente tal temor que conduziu Weber a verificar atentamente os acontecimentos da Rússia sob os tremores dos conflitos de 1905-1906, como sob a própria revolução de 1917. Interessava-lhe observar os desdobramentos da noção de administração burocrática na qual um 'funcionário especializado' torna-se virtualmente indestrutível, uma vez estando no poder. Tendência que parecia sombria ao socialismo, mas da qual o capitalismo não estaria isenta, ainda que neste último os empresários individualistas mantivessem a burocracia em situação de concorrência, por se apresentarem como melhores administradores, mais dinâmicos e mais ambiciosos do que os funcionários do estado socialista burocrático¹⁶³.

A obra de Weber dá início a uma temática que ecoará no contexto da guerra-fria, fortalecida pelos desdobramentos da revolução russa. O temor dos excessos do burocratismo e de seu distanciamento em relação ao proletariado é, para ele, aspecto decisivo não enfrentado pelos marxistas. O temor do ataque às

163- Cf. Weber, citado por Tragtemberg, 1976, p. 51.

liberdades individuais, que assombra o intelectual e o político, encontra eco e se torna alerta a partir da interpretação do que considera serem, também, os rumos do socialismo.

Da mesma maneira, atualizada em relação aos novos desafios políticos do pós-Segunda Guerra Mundial, a análise atenta do estudo de Mills pode demonstrar sua vinculação a uma visão de mundo que insiste no caráter universalista, finalista, cartesiano e datado da obra de Marx. Ao tomar, substantivamente, expressões da contradição imanente do capitalismo - como, por exemplo, a substituição massiva do trabalho pelo capital fixo - insiste em sua pouca serventia para explicar os fenômenos do século XX. Aos olhos de Mills, se é necessário desenvolver uma 'nova teorização' para explicar o novo cenário, há que se propor uma teoria não mais voltada à centralidade dos antagonismos que nascem na produção. Se os processos de trabalho que articulam as atividades de transformação de matéria-prima corpórea enxugaram a presença do trabalhador manual, se a sociedade industrial despeja novos artigos de consumo que redefiniram estilos de vida, a idéia é ressaltar a centralidade desta mesma dinâmica, a do consumo e dos modos de vida, como bases da organização da vida social e como eixos teóricos para análise da composição das classes no capitalismo contemporâneo¹⁶⁴. Ao elaborar uma leitura fina, extremamente fiel ao conjunto de proposições weberianas, Mills não apenas integra, mas contribui sobremaneira para o fortalecimento das teses que postulam a noção de que o aparecimento dos 'novos conjuntos salariais', no interior da fase monopolista do capital, turvam a teoria da luta entre as classes, sobretudo porque, integrando a velha classe operária, em razão da semelhança de suas condições de vida, serve

164- Se este argumento aparece em Mills e em Marcuse, ele é retomado literalmente nos autores dos anos 80, como a exemplo de Offe que, a despeito de propor uma novidade teórica, apenas insiste no mesmo dilema.

como matéria de prova de que não há uma suposta mecanicidade, posição de classe e consciência política.

O autor reconhece estar diante de uma transição histórica na composição das classes que, embora apareça aos olhos dos mais desavisados como um processo lento, nada alardeador, está produzindo, na verdade, uma grande novidade, uma nova configuração e um novo papel ocupado pelos 'colarinhos brancos'. É no seu mundo "que se deve procurar as características da vida social do século XX" (MILLS, p. 1951, p. 11). Para Mills, a transição do mundo do "homem livre" - herói americano que não tinha tradições feudais, 'individualista absoluto' (MILLS, p. 31), que reinava seguro em sua pequena propriedade - para o novo cenário é fruto da transição das formas de propriedade imposta pela crise geral do capitalismo e pelos efeitos do avanço tecnológico, principalmente na agricultura¹⁶⁵. Se retomamos o valor simbólico e político atribuído à posse da terra na sociedade norte-americana, podemos anteciper o significado das mudanças que estão em curso e sobre as quais trata a obra de Mills. O ideal de autonomia e liberdade vem da posse da terra, por meio dela "o homem se mantém independente da autoridade econômica; a propriedade de classe significa que, para viver, o homem deve submeter-se à autoridade que a propriedade atribui ao seu possuidor" (idem, p. 35).

Assim, o processo de concentração da propriedade ataca não apenas a

165- "A crise capitalista começou para o agricultor americano na década de 1920-30, durante a qual, por nove anos, ele sofreu uma ruínosa baixa de preços; a crise da década seguinte apenas piorou sua situação. Os preços agrícolas caíam durante os anos 20, enquanto os de outras mercadorias subiram; e, quando todos os preços de varejo começaram a diminuir depois de 1929, os preços agrícolas baixaram ainda mais depressa. No mesmo período, o valor médio da propriedade rural decresceu, e a renda agrícola total caiu vertiginosamente; as colheitas, reduziram-se a cerca de um quanto de seu valor; por volta de 1929, a renda per capita dos agricultores estava aproximadamente dois terços mais baixa do que do resto da população" (MILLS, 1969, p. 37).

dimensão econômica da vida de milhares de pequenos agricultores, mas golpeia, definitivamente, a própria noção de democracia e autonomia do homem livre¹⁶⁶. Com ele e para que ele se faça, alguns aspectos são decisivos: as máquinas, que tornaram a agricultura um empreendimento de grande vulto, diminuindo drasticamente o número de agricultores e aumentando vertiginosamente a produtividade no setor; e a presença dos grandes investidores, que alterou as relações contratuais e, obviamente, provocou o êxodo do campo para a cidade. Mas são, inequivocamente, as mudanças na repartição e no tipo de propriedade os fatos que alteraram dramaticamente a composição, a forma de vida e os sonhos políticos dos membros da classe média. A redefinição da propriedade, rumo à sua extrema concentração, colocou em cheque a própria presença do homem livre e independente nos centros proprietários do mundo econômico. A propriedade democrática, explorada pelo próprio dono, cedeu lugar à propriedade de classe, que outros são contratados para explorar e dirigir. A posse, a propriedade, segundo visão de Mills, era condição para exercício do trabalho por parte do proprietário. Sua despossessão, ao contrário, sentenciava-lhe a condição de 'não-trabalho'.

No entanto, apesar da violência, a concentração da propriedade foi um

166- «A passagem do mundo rural do pequeno proprietário para a sociedade urbana de empregado dependente instituiu um sistema de propriedade que deu as condições para a alienação do produto e do processo de produção. Naturalmente, as ocupações dependentes variam quanto na medida em que permitem e estimulam a iniciativa, e muitos empreendedores auto-empregados não são nem independentes nem tão empreendedores como muitas vezes se supõe. Entretanto, em quase todas as ocupações o empregado vende certo grau de sua independência, sua vida profissional pertence a outros, o nível de suas capacidades e as áreas em que ele pode tomar decisões independentes são determinados por outros. Calcula-se que pelo menos 10 ou 12 milhões de pessoas trabalharam em tarefas inferiores às suas capacidades durante os anos 30; e como o grau de escolarização aumenta e os empregos são padronizados, o número de pessoas que trabalham aquém de suas possibilidades certamente vai aumentar» (MILLS, 1969, p. 242).

processo lento e acompanhado de uma elevação geral dos padrões de vida de todas as classes trabalhadoras. As transformações afetaram artesãos e agricultores e foram responsáveis pela criação da grande diversidade de tipos humanos: emergem daí, de 'forma discreta' as classes médias, como diz o autor, revelando a passagem de uma estrutura social baseada na propriedade para outra baseada na ocupação. Segundo suas próprias palavras,

“Em termos negativos, a transformação da classe média representa uma passagem da propriedade para a não-propriedade; em termos positivos, é a passagem de uma estratificação social baseada na propriedade para uma estrutura baseada na ocupação. Compreende-se melhor o caráter e o bem-estar da antiga classe analisando-se a situação da propriedade empresarial; para a nova classe média é preciso compreender a economia e a sociologia das ocupações. O declínio numérico dos antigos setores independentes da classe média é apenas um episódio na concentração da propriedade; a ascensão numérica dos novos empregados assalariados deve-se aos mecanismos que deram origem às novas ocupações da classe média” (idem, ib. p. 85).

Quando o capitão da indústria cede seu poder ao gerente, os profissionais liberais passam a trabalhar como assalariados nas empresas modernas. O mundo das vendas e da publicidade alavanca um modo de consumo radicalmente novo. Está em jogo um processo que põe em declínio o homem independente e dá lugar para relações de poder nas quais o “homem modesto” ocupa lugar central na vida americana. O homem do colarinho branco reza Mills, “é o herói-vítima, a criatura modesta que sofre a ação, mas não age, que trabalha despercebida num escritório ou numa loja, que jamais levanta a voz, jamais retruca, jamais toma uma posição” (idem, p. 14). A transição marcou profundamente a passagem de uma individualidade autônoma e independente para uma ordem econômica que fabrica um homem acorrentado às cadeias de compra e venda do mercado, no qual o trabalho é um produto completamente separado da propriedade da terra. No tocante aos negócios comerciais, o atacadista cedeu espaço ao comerciante varejista, verdadeiro prenúncio da era

dos grandes magazines. A produtividade alcançada pelas inovações tecnológicas encontra barreiras justamente na ineficiência do sistema de vendas. Essa tensão foi resolvida com a invenção dos modernos sistemas de distribuição em massa, como é o caso de vendas pelo correio. A preocupação maior do autor é denunciar o processo de esmagamento que essa novidade causou aos elementos da antiga classe média, principalmente quando a racionalização chega ao setor de vendas e os pequenos comerciantes tornaram-se meros apêndices e satélites das grandes firmas e, com o tempo, passaram a emperrar a eficiência necessária para dar conta do sistema distributivo.

A dominação das grandes empresas, entretanto, nem sempre resulta claramente em fusões de firmas, falências, ou revela-se pela concentração de firmas. O poder das grandes empresas é tamanho que, embora muitas firmas menores permaneçam independentes, elas se tornam na realidade em agentes das maiores. O fato mais importante é que o pequeno negociante é destituído de sua antiga função empresarial.

“Quando os bancos exigem reformas administrativas nas empresas antes de lhes concederem créditos, concentram a iniciativa e a responsabilidade supostamente pertencentes ao empresário. Muitas pequenas empresas são hoje financiadas por fornecedores, e não só os grandes produtores e fornecedores determinam os preços, mas freqüentemente lhes fornecem crédito; há casos em que, se a grande firma fornecedora retirasse o crédito, muitos pequenos negociantes ficariam arruinados. A independência dos pequenos negociantes é também restringida pelos “contratos de exclusividade” e o “full line forcing” pelos quais os fabricantes, que determinam os preços de varejo e fazem publicidade nacional, transformam os pequenos varejistas em vendedores por comissão, que devem assumir os riscos empresariais. Na indústria, o sistema do subcontrato muitas vezes transforma o subcontratado em gerente de uma filial, que corre também os riscos financeiros” (idem, p. 47-48).

Como se pode notar, sequer os processos de terceirização poderiam ter sido apresentados como novidade, a não ser em caráter quantitativo, a menos que se esteja no campo da legitimação ou apologia ao liberalismo. Mills também

observa que a ideologia do pequeno empreendedor não morreu, perdurando ainda durante o aperfeiçoamento do processo de racionalização e concentração do capital e de expropriação do pequeno agricultor ou comerciante. Foi assim que se renovou a fonte de legitimação de um sistema cuja alavanca pode ser dissimulada aos olhos das grandes massas: a livre concorrência. E este aspecto nos interessa no contexto das ideologias neoliberais, conforme tratamos nos capítulos anteriores. A ideologia do pequeno empreendedor é 'funcional' ao capital. Ela permite a adesão das grandes massas ao dilema mostrado por Gramsci entre 'libeirismo' e 'estatismo', de modo que o capital possa resolver suas contradições no interior de seu próprio campo. Essa lei econômica funcionou, segundo compreensão de Mills, muito mais como uma ideologia de regulação entre o mundo dos negócios e a classe trabalhadora, pois, de fato, a empresa monopolista transformou os EUA num país de assalariados e, aos olhos do pequeno empreendedor, a concorrência tinha uma certa ambigüidade de sentidos. Se, de um lado ela representava as técnicas de sabotagem usadas para minar os pequenos varejistas, de outro, ela justificava a posição alcançada pelo *self made man*. Ao mesmo tempo, constituíram os chamados grupos de pressão, cuja atuação fez permanecer, de certa forma intacta a noção de democracia nos EUA.

Durante os anos 30 e 40 essa mesma ideologia unificou as reivindicações dos pequenos empresários contra as grandes corporações no Congresso norte-americano. Mills põe em exame a jornada das forças que vão modelar o novo tipo de Estado coerente com as novas tendências sociais e produtivas dessa conjuntura: o Estado regulador que, ao nascer como produto dessa ambigüidade entre o econômico e o ideológico, criou uma situação peculiar de relações entre as grandes e pequenas empresas. Vejamos:

"Atualmente, muitas pequenas empresas não constituem de modo algum unidades competitivas independentes num mercado aberto; elas não são centros de iniciativa ou de inovação econômica, mas funcionam dentro de um mercado canalizado, protegido por uma massa confusa de leis restritivas e práticas comerciais

estabelecidas pelas grandes empresas e firmemente mantidas pelas pequenas. O pequeno empresário dá seu apoio ideológico aos grandes negócios, em troca de uma proteção feudalista. Enquanto isso, eles continuam a lutar pelo controle do mercado, embora cada vez mais essa luta seja travada entre seus representantes políticos, que exploram as angústias dos pequenos sob a bandeira da livre concorrência. E os grandes capitalistas, que desejam racionalizar a distribuição usando a mesma divisa” (idem, ib. p. 60).

Excluído: (CF)

O New Deal resultou na retomada do setor agrícola enquanto o Estado e a população urbana bancavam a alta dos preços finais, além dos subsídios governamentais. Mesmo assim, o processo de concentração persistiu e, ao cabo do final da II Guerra Mundial, a agricultura como negócio, como indústria, já fazia entrever a pequena propriedade como um modo de vida nostálgico¹⁶⁷. O novo tipo de organização do ‘Governo’ cria ocupações de regulamentação e assistência à propriedade e às pessoas.

Diante da amplitude da cobiça exacerbada das empresas, das crises, da repercussão no âmbito nacional dos problemas da economia rural e dos mercados das cidades pequenas, do fluxo de imigrantes, dos problemas urgentes da guerra e das transformações sociais provocadas pelo progresso tecnológico, o governo incrementa suas tarefas de coordenação e regulamentação. As

167- Vale pena citar os dados sobre a evolução quantitativa das classes : “No início do século XIX, embora não se disponha de estatísticas exatas, provavelmente quatro quintos da população ativa eram formados de empresários independentes; essa antiga classe média representava, por volta de 1870, um terço da população, e, em 1940, apenas um quinto. Hoje, muitos dos quatro quintos restantes trabalham para o 2 ou 3% da população que possuem de 40 a 50% da propriedade privada nos Estados Unidos. Entre esses trabalhadores encontram-se os membros da nova classe média, os colarinhos brancos, que recebem salário-mês. Para estes, assim como para os operários, a América tornou-se uma nação de empregados, que não têm a menor possibilidade de acesso à propriedade independente. Suas oportunidades de receber uma renda, de exercer o poder, de gozar de prestígio, de adquirir e utilizar habilidades são determinadas pelo mercado de trabalho, e não pelo controle de uma propriedade” (MILLS, idem, p. 83).

regulamentações públicas, os serviços sociais e os impostos sobre as empresas requerem pessoal encarregado de manter registros de atividades gigantescas e de integrar homens, firmas e bens tanto dentro dos serviços governamentais quanto nos vários setores da vida comercial e privada.

“Como atividades negociáveis no mercado, as ocupações modificam-se de acordo com 1) as qualificações exigidas, pois a tecnologia e a racionalização não se aplicam igualmente em todos os setores da economia; com 2) a ampliação e intensificação das operações mercantis, tanto no mercado de bens de consumo quanto no de capitais; com 3) as mudanças ocorridas na divisão do trabalho, na medida em que as organizações se expandem e requerem pessoal para coordenação, administração e registro. Os mecanismos envolvidos nessas três tendências explicam o crescimento numérico dos colarinhos-brancos (...).

Cada fase do ciclo de depressão-guerra-posperidade influencia a importância numérica de diversas ocupações; o movimento alternado entre operário de construção e pequeno empreiteiro, por exemplo, é governado pelos ciclos de depressão e prosperidade na indústria de construções” (MILLS, 1969, p. 89-90).

Ao mesmo tempo, grandes empresas privadas e públicas, fusões e incorporação das pequenas propriedades ao esquema centralizado transformam empresários independentes em empregados. Concomitantemente esses setores organizam-se e pressionam pela criação de organismos que possam planificar a transição necessária na estrutura ocupacional.

Em vez do livre “movimento dos preços”, são os cálculos dos contadores estatísticos, guarda-livros e escreventes que funcionam como agentes coordenadores do sistema econômico. A ascensão de milhares de pequenas e grandes burocracias e a minuciosa especialização do sistema em geral criam a necessidade de que muitas pessoas planifiquem, coordenem e administrem as novas rotinas desempenhadas por outros. O desenvolvimento de unidades de atividades econômicas cada vez maiores e mais complexas aumenta a proporção de empregados dedicados às tarefas de coordenação e gerência. Há necessidade de dirigentes, técnicos e empregados de escritório de todos os tipos – supervisores de seção, contramestres, chefes de escritório; pessoas às quais os

seus subordinados prestam contas e que, por sua vez, devem prestar contas a seus supervisores, elos das cadeias de poder e obediência, coordenando e supervisionando as experiências, funções e capacidades de outros. Em todos os setores da economia, o número relativo de empregados de escritório aumentou: de 1 ou 2% em 1870 eles passaram a representar 10 ou 11% dos trabalhadores assalariados em 1940 (1969, ib. p. 89).

Quanto à estrutura ocupacional a 'sociedade dos empregados' não forma, reconhece o autor, uma camada social compacta. As novas exigências da divisão social do trabalho caminham no sentido da crescente especialização de competências e qualificações e são responsáveis pelo desenho absolutamente inusitado de um mercado ocupacional "que abrange desde a manipulação de símbolos abstratos a 1000 dólares por hora, até a manipulação de uma pá mecânica por 1000 dólares anuais" (idem, ib. p. 85). Assim definiram-se, ao mesmo tempo, novas hierarquias salariais a partir da constituição de uma camada social horizontal, no interior da qual, no entanto, forma-se uma pirâmide que integra a antiga pirâmide social e, claro, a parte mais numerosa é a constituída das categorias inferiores de renda.

Ao mesmo tempo em que diminuiu a proporção de trabalhadores necessários à extração e produção de bens, aumentou a proporção necessária à prestação de serviços, distribuição e coordenação. Enquanto "em 1879 mais de três quartos do total de empregados estavam ocupados na produção de bens, em 1940 eles eram um pouco menos da metade" (idem, p. 86).

Se a visão de Mills parte de postulados a partir dos quais determinadas causas provocam efeitos imediatos, a primeira delas, a que determina de fato as mudanças em curso é a técnica e sua racionalidade. Seu emprego nos processos produtivos ataca o antigo perfil ocupacional dos trabalhadores, afeta negativamente o contingente necessário de força de trabalho no interior da produção e promove profunda desqualificação de amplas parcelas dos

trabalhadores que sofrem os efeitos da transferência de parcela significativa dos antigos saberes e destreza que faziam parte de seu *savoir faire* para os engenheiros. A tecnologia, segundo afirma,

“reduziu o número de trabalhadores necessários para volumes dados de produção; alterou também os tipos e as proporções relativas de qualificações necessárias no processo produtivo. A destreza técnica, antes um atributo da massa de operários, pertence agora à máquina e à elite de engenheiros que a desenhou. As máquinas substituem os operários não-qualificados, tornam desnecessária a perícia artesanal numa linha de montagem. Os operários semi-qualificados predomina na nova classe média inferior: sua proporção no total do operariado urbano aumentou de 31% em 1910 para 41% em 1940” (1969, p. 87).

A diminuição dos operários, em razão do emprego da tecnologia, provoca ainda outro efeito que também afeta a composição ocupacional. Se um número cada vez menor de homens produz mais coisas em menos tempo, como diz o autor, surge um problema estratégico aos organizadores da produção: o da sua integração e distribuição. E neste ponto Mills reapresenta uma das questões centrais do capitalismo, sobretudo a partir do século XX, que é a de se saber para quem serão vendidas as mercadorias disponíveis. O aumento da produção, bem como a tendência por busca de novos mercados criam uma complexidade enorme que se reflete no aumento e na conseqüente complexificação das funções distributivas ligadas ao transporte, financiamento, armazenamento, promoções, publicidade, crédito e vendas. São as necessidades do mercado, portanto, redefinidas em razão das mudanças tecnológicas, que explicam o desenvolvimento integrado dessas atividades em imensas redes de firmas e novas ocupações, pois é preciso encontrar solução para articular geográfica e economicamente o escoamento da produção de massas. Ele solicita novos artifícios de coordenação dos mercados que garantam a viabilidade de grandes, ágeis e rápidas redes de transporte e comunicação e também financiamento e crédito. Para Mills,

“sem o aperfeiçoamento desses meios de distribuição seria impossível integrar as operações das diversas fábricas de uma

mesma firma ou escoar a sua produção. Por isso, a proporção de pessoas empregadas na distribuição aumentou consideravelmente, de tal modo que hoje elas representam um quarto da população economicamente ativa. A distribuição expandiu-se mais do que a produção em decorrência do atraso na aplicação da tecnologia a esse setor e à permanência de pequenas empresas individuais, simultaneamente com a ampliação do mercado e as crescentes necessidades de comercialização” (1969, p. 87-88).

Professores, vendedores que trabalham dentro ou fora das lojas e os vários tipos de empregados de escritórios formam a massa que compõem os três maiores grupos ocupacionais na camada dos colarinhos-brancos (idem, p. 84). A partir de 1940 a indústria de comunicações alavancou a contratação de muitos técnicos e outros colarinhos-brancos; aproximadamente 77% de seu pessoal pertenciam a atividades da nova classe média. O comércio, por sua vez, ou

“os novos métodos de venda, especialmente o crediário, provocaram um aumento relativamente ainda maior do setor financeiro, do que do comercial, na distribuição. O desenvolvimento dos bancos com muitas filiais diminuiu o status de muitos de seus empregados para o de simples auxiliares de escritório e reduziu o número de posições de direção. Por volta de 1940, 705 do empregados em operações financeiras e imobiliárias eram membros da nova classe média dos colarinhos-brancos” (MILLS, p. 89).

Tomando de empréstimo também o legado de Weber, Mills trata da ‘situação de classe’ dos “colarinhos-brancos” demonstrando que sua definição enquanto camada social intermediária entre empresários e operários está intimamente ligada à posição de prestígio e status que tomam emprestados das camadas superiores, com as quais procuram se identificar, mesmo que isso aconteça pela mediação do fetiche do prestígio conferido pelo sentimento de participação numa determinada firma. Essa característica é fundamental para situá-los na estrutura social contemporânea, conforme afirma,

“A situação de classe dos empregados depende de suas possibilidades no mercado de trabalho; sua posição de prestígio depende das possibilidades no mercado de bens de consumo. As reivindicações de prestígio fundamentam-se no consumo, mas como o consumo é limitado pela renda, a situação de classe e a

posição de prestígio se entrecruzam no ponto de interseção, as despesas com roupas são, naturalmente, apenas um indício, embora importantíssimo, do aspecto exterior e do modo de viver da categoria dos colarinhos-brancos” (idem, p. 259).

“(…) Se as relações dos colarinhos-brancos com os supervisores e dirigentes, com os fregueses ou clientes, se tornam tão impessoais a ponto de limitar o prestígio que pode derivar dessas relações, eles vão procurá-los na firma ou na própria companhia. O fetichismo da empresa e a identificação com a firma costumam ser tão relevantes para os pequenos empregados quanto para os gerentes. Essa identificação pode ser facilitada pelo fato de que o trabalho em si, como um conjunto de atividades, oferece poucas oportunidades para reivindicações de prestígio diante de outros e para aumentar o respeito por si próprio. O trabalho que o indivíduo faz desaparece por trás do nome da firma” (1969, p, 261).

O perfil político das classes médias, traçado nessa obra, busca na história do seu surgimento e dos demais sujeitos sociais presentes no processo de transição para a sociedade de massa a explicação para sua apatia política. Durante sua leitura temos a impressão de que essas figuras transitam na sociedade moderna como um exército que só ganha visibilidade quando o cientista social se convence em dar atenção às estatísticas e às tendências que elas possam indicar. Vejamos:

“Pelo seu crescimento numérico, a nova classe média representa um considerável potencial político e social, no entanto, dispomos de mais informações sistemáticas sobre o agricultor, o operário, o negro, o delinquente do que a respeito dos homens e mulheres que formam os diferentes tipos de colarinhos-brancos. O próprio recenseamento dos Estados Unidos é organizado de tal maneira que dificulta muito uma especificação precisa dessas pessoas. Não é mais possível a teorização precisa sobre a classe média em termos de fatos antigos, mas não temos fatos novos. Contudo, a importância política e humana dos colarinhos-brancos cresce cada vez mais” (MILLS, 1969, p. 21).

Apesar dessa última afirmação, no decorrer de seu trabalho ele insiste em lembrar que se trata de um exército invisível, cujos soldados assumem os postos de trabalho na condição de “lastimáveis seres independentes que não controlam as forças que impedem sua ascensão à americana” (idem, p. 16).

A crítica ao finalismo e às tendências que derivavam uma relação mecânica entre composição de classe e consciência de classe está presente em Mills na forma de uma absoluta exclusão de uma dimensão política que marca a passagem do século XIX para o século XX. Seu método, fincado na intenção de ‘fotografar’ a atitude política dos “colarinhos brancos” num momento em que se construía internacionalmente uma nova correlação de forças - para a qual a reestruturação do capital era condição e projeto propriamente dito -, faz tábula rasa da noção de que quem é subjugado o é por outras forças políticas, explicitadas pela teoria do valor, numa dimensão que não pode ser admitida pela teoria sociológica clássica, a não ser como aspecto a ser varrido do campo de confrontos entre capital e trabalho.

Observamos em Mills um ‘lamento’ pelo caráter apático que não permite, ou não pode buscar uma consciência histórica inquisidora quanto às causas da sua decadência que é filha da alienação. Limite de sua consciência crítica, a alienação aparece como produto soberano do capitalismo planificador a delinear uma sociedade massificada incapaz de conviver com um trabalho que tenha sentido para os novos tipos de trabalhadores. Os colarinhos brancos aparecem, nos escritos de Mills, como o próprio signo da impotência e da fraqueza de uma fração da burguesia diante do avanço do capital - que é contradição em processo. Assim, o processo de desapropriação dos pequenos proprietários, ao mesmo tempo em que constitui o estado burocrático planificador, permite que questões tradicionais sejam recolocadas na ordem do dia. Dentre elas, aquela que se refere à como resolver os impasses históricos colocados pelo avanço de projetos alternativos de sociedade, construídos pelas classes subalternas.

Assim como Weber, que rejeitou de Lukács as noções da “falsa consciência” e do peso dos interesses de classe na determinação objetiva da história, Mills também constrói, a partir da análise das classes médias, o seu interlocutor que aparece subliminarmente. Ao tomar uma certa leitura marxista como a leitura marxista por excelência, ele reafirma a competência da

epistemologia científico-burguesa que o leva, dessa forma, a trabalhar no sentido de ocultar os antagonismos estruturais.

Aspecto importante a ser analisado refere-se à posição estrutural da massa de colarinhos-brancos. Reconhecendo que ela se torna cada vez mais semelhante à classe operária e equiparada a ela enquanto não-proprietária e quanto à queda nos níveis de renda, Mills sugere o retorno ao ponto de vista psicológico e atua como o porta-voz da justa indignação de um somatório de indivíduos que se vêem ameaçados pelos novos arranjos do capitalismo monopolista de Estado. Vejamos:

“Hoje, quando todo o trabalho é alienado e a pequena propriedade não é mais um ancoradouro da liberdade, e da segurança, as duas filosofias somente podem caracterizar negativamente a sociedade moderna; nenhuma delas pode explicar novos fenômenos em seus próprios termos. A principal acusação que se pode fazer a John Stuart Mill e Karl Marx é a de terem escrito seus trabalhos há cem anos. O que se passou desde então não pode ser explicado apenas como a destruição do mundo do século XX; hoje temos diante de nós os contornos de uma nova sociedade, baseada em instituições que o século XIX desconheceu. A idéia geral da nova classe média, com toda a sua imprecisão e também com todas as suas ramificações complexas, é uma tentativa de compreensão dessas mudanças na estrutura social e no caráter humano.

Em termos de Filosofia Social, este livro parte do princípio de que a moral liberal, tal como a desenvolveram nas duas primeiras décadas deste século homens como Beard, Dewey e Holmes, é hoje irrelevante, e a perspectiva marxista, popular na década de 30, é hoje inadequada. Elas podem ser importantes e sugestivas como pontos de partida, mas não nos permitem compreender o essencial de nossa época.

É preciso adotar um ponto de vista mais psicológico para caracterizar a sociedade americana da metade do século XX, pois hoje os problemas que nos preocupam beiram os limites da Psiquiatria. A grande tarefa dos estudos sociais atualmente é descrever a situação econômica e política em termos de seu significado para a vida interior e a carreira exterior dos indivíduos tendo em vista que ele freqüentemente tem uma falsa consciência de si próprio. A estrutura da sociedade moderna deve ser procurada na complexidade da experiência diária do indivíduo e é dentro desse quadro que se deve analisar a psicologia da classe

média” (MILLS, 1969, p. 21-22).

A diferenciação interna da classe média não impede que o autor trace um perfil metódico do tipo ideal¹⁶⁸ do “colarinho branco”. Ele nasce com a constituição do capitalismo monopolista que modifica o perfil ocupacional da estrutura econômica e social norte-americana, modelando, assim, o tipo de personalidade que deve ser construída socialmente para que se efetive o quadro que Mills qualifica da seguinte maneira:

“A análise de suas vidas permite-nos compreender um fenômeno que se está tornando mais tipicamente americano do que o pioneiro do Oeste. É preciso ver nossa sociedade como um grande magazine, um imenso arquivo, um cérebro incorporado, um novo universo de gerência e manipulação. A compreensão desses diversos mundos da nova classe média permite-nos entender melhor a estrutura da sociedade moderna, assim como as esperanças simples e ansiedades complexas que se apoderam de todos aqueles que lutam pelo pão de cada dia” (idem, 1969, p. 17).

Suas capacidades estão muito mais destinadas a habilitar o trabalhador a manipular papéis, dinheiro e pessoas, ainda que de modo impessoal e, se não criam objetos, ajudam a transformação do trabalho de uns em lucros para outros, conforme a seguinte caracterização,

“Eles são especialistas na arte de lidar com as pessoas de maneira transitória e impessoal; são mestres nas relações comerciais, profissionais e técnicas. O que eles não fazem é ganhar a vida criando coisas; ao contrário, vivem às custas da maquinaria social que coordena e organiza o trabalho daqueles que criam objetos. “Os colarinhos-brancos ajudam a transformar o produto do trabalho de alguém em lucros para outro; alguns deles estão mais próximos dos meios de produção, supervisionam o trabalho real de fabricação e fazem o registro do que é produzido. São pessoas que

168- Tipo ideal: trata-se do instrumento conceitual criado por Weber com o objetivo de ‘filtrar’ o que possa haver de fundamental na ação social dos sujeitos, objeto de compreensão sociológica.

tomam nota, manejam a papelada necessária à distribuição da produção. Fornecem serviços técnicos e pessoais e ensinam aos outros as qualificações que eles próprios exercem, assim, como as outras capacidades transmitidas pelo ensino” (1969, p. 86).

Como diz o autor, o século XX tornou-se ameaçador para o “novo homem pequeno” que não conseguiu romper a apatia e a paralisia políticas. Sem cultura própria, transformou-se em mero consumidor, ou “material de modelagem” da cultura popular da sociedade de massas. “Numa sociedade de empregados, dominados por uma mentalidade comercial, é inevitável que se crie um mercado da personalidade” (MILLS, idem, p, 201). Traços individuais como a amabilidade, a obsequiosidade “fazem parte agora dos elementos impessoais de uma profissão. Assim, a auto-alienação acompanha a alienação do trabalho” (idem, 18-19).

De certa forma, ele antecipa certa leitura contemporânea segundo a qual uma das “novidades” da nova qualidade do trabalho estaria justamente na incorporação da subjetividade do trabalhador aos processos produtivos enquanto tais. A própria caracterização realizada por Chesnais, conforme vimos no primeiro capítulo, insiste em demonstrar que dentre as especificidades dos trabalhadores do setor de serviços está a propriedade de produção de uma imagem, de uma marca, de um perfil simbólico das mercadorias. Mas, se para os autores contemporâneos, a mobilização da subjetividade do trabalhador pode ser sinal de autonomia, poder e transição para uma ordem na qual o trabalho se libere, para Mills, ao contrário, o que está em jogo é o aprofundamento do grau de alienação do trabalhador, que é levado ao extremo, fenômeno que não foi devidamente considerado pelo marxismo contemporâneo ao autor, que teria fechado os olhos e insistido no caráter revolucionário do operariado.

Segundo Mills, um “mercado de personalidade” é a novidade que explicita a condição do trabalhador na sociedade de empregados, que deixa de vender mercadorias para vender seus serviços. Mas essa troca entre os colarinhos-branco e quem se utiliza de seus serviços compreende a compra não

apenas da sua energia e habilidade. Quem compra os serviços dos colarinhos-brancos “compra também as personalidades de seus empregados” (idem, p. 200). Este trabalhador entrega e sacrifica não apenas seu tempo e sua força física, mas é a si mesmo que entrega aos consumidores. Indo mais longe, sua própria personalidade torna-se parte dos meios de produção quando estes instrumentalizam seus traços íntimos (de personalidade) para execução de determinados tipos de tarefa. Ou seja, é

“o sacrifício de si próprio para uma quantidade de “consumidores”, fregueses ou gerentes. A relevância dos traços de personalidade para as tarefas freqüentemente monótonas que devem ser realizadas é responsável pela maior parte das incapacidades para o trabalho é necessário que toda a teoria da “pauperização progressiva” dê a devida atenção aos aspectos psicológicos do trabalho dos colarinhos-brancos” (idem, p. 200-201).

O novo homem analisado por Mills vive numa sociedade radicalmente distinta daquela do século XIX. A produção em massa e a centralização do poder na figura do Estado de Providência tornaram tão complexas as relações e a organização social que afetaram profundamente a estrutura ocupacional e a divisão social e técnica do trabalho. Nesse sentido, o mercado negocia a personalidade dos empregados. Se a mercadoria a ser vendida é padronizada e a distribuição padroniza igualmente os preços, afirma, “os consumidores não estão totalmente padronizados. Deve haver um vínculo entre produção em massa e consumo individual. Esse é o vínculo que o vendedor tenta estabelecer” (1969, p. 203). Sintetizando sua argumentação sobre isso, vemos que ela está marcada pela preocupação em assinalar a alienação como produto mais visível e ‘cruel’ dos processos de modernização:

“O mercado de personalidade, o sintoma e o efeito mais decisivo do grande magazine está na base da desconfiança e da auto-alienação generalizada, tão características das populações metropolitanas. Sem valores comuns e sem confiança mútua, o elo monetário que vincula um homem a outro num contato transitório assumiu diversas formas de sutileza e penetrou profundamente em todos os setores da existência e em todas as relações. A ética e a

convenção profissional do vendedor exigem que as pessoas simulem um interesse pelos outros a fim de poder manipulá-los. Com o tempo, à medida que essa ética se difunde, também se aperfeiçoa. Ela ainda é considerada como uma parte da profissão e do estilo de vida, mas hoje com um certo piscar de olhos de cumplicidade, pois todos sabem que a manipulação é inerente aos contatos humanos. Os homens alienam-se uns dos outros, à medida que cada um secretamente procura fazer do outro um instrumento, e, finalmente, o círculo se fecha: a pessoa faz de si mesma, um instrumento, e esse próprio instrumento torna-se alheio para ela” (idem, p. 206).

A alienação é, portanto, produto de uma época cuja racionalidade é marcada pelo peso e tipo de instituições que promovem a racionalização da vida e a crescente burocratização da liberdade; o exercício do poder passou a ser feito pela criação de elos de uma cadeia capaz de amarrar os novos empregados a uma estrutura impessoal e planejada e para isso também concorrem os novos meios de comunicação de massa e o sistema educacional. A indiferença política não apenas resulta da estrutura social específica da sociedade norte-americana, mas é fabricada pelos novos veículos de comunicação como o rádio, o cinema, que fazem a mediação entre os indivíduos em situações de vida específicas e atuam no sentido de desviar a atenção das grandes massas dos problemas políticos e do exercício crítico e reflexivo sobre suas reais condições de vida.

Se neste ponto Mills acerta na determinação de ‘sintomas’ de uma época, suas intenções teóricas estão comprometidas com velho propósito de refutação das teses marxistas. Ora, seu propósito é “a refutação da tese segunda a qual ‘a ideologia segundo a qual os homens se tornam conscientes dos conflitos de classe e se empenham na luta é determinada unicamente pelas contradições materiais” (p. 351). Ao investigar o papel dos veículos de comunicação de massa a operação ideológica a qual se presta a sua obra fica mais evidente, inclusive pela simplificação da tese marxista quando afirma que esta pressupõe que a ‘existência material determine mecanicamente a consciência dos homens’.

No campo das questões pertinentes à Sociologia do Trabalho, Mills

vincula o surgimento da preocupação com a moral e a satisfação no trabalho ao próprio contexto maior em que se dá o esgotamento do capitalismo baseado na pequena propriedade. Os estudos sobre satisfação no trabalho refletem muito mais

“uma reação a diversas modificações decisivas na sociedade americana, particularmente nos círculos dos altos negócios: a escala gigantesca e a complexidade das empresas modernas, seu poder obviamente amplo e descentralizado, a ascensão nos últimos doze anos de organizações que disputam com êxito a lealdade de seus empregados, os sindicatos, cuja ação inevitavelmente converge para as relações de poder no trabalho, a expansão das medidas distributivas liberais tomadas pelo Estado como o New Deal e o Fair Deal, politicamente vitoriosos e a atmosfera hostil que rodeou o ambiente dos negócios durante a depressão” (1969, p. 251-252).

Coube à escola de Relações Humanas - que, segundo ele, começa onde Taylor parou - a tarefa de “justificar o poder centralizado pelos gerentes, pacificar o ambiente de trabalho, tornar o trabalhador mais eficiente e cooperador”. É inegável que o autor tem consciência, ainda que limitada, da tarefa ideológica das teorias administrativas, que operam com os símbolos apropriados para acalmar um trabalhador que acirrou a alienação enquanto racionalizou o trabalho, as instituições e a vida social.

As instituições nas quais está organizado o trabalho moderno surgiram por acaso – diversos pequenos esquemas produzindo resultados inesperados – e por planejamento – esforços que conduziram os resultados esperados. A alienação do indivíduo sobre o produto e o processo de seu trabalho surgiu, no início, como um resultado casual do capitalismo moderno. Depois, Frederick Taylor e outros especialistas da gerência científica elevaram a divisão do trabalho ao nível de uma organização planificada. Centralizando os planos e introduzindo novas divisões e competências, eles aumentaram a rotina do trabalho; baseando-se conscientemente na tendência já estabelecida na fábrica e no escritório, levaram adiante determinadas características (MILLS, 1969, p. 251).

No entanto, se captura o que aparece fenomenologicamente, Mills, procura fazer seu diagnóstico de situação não apenas dirigindo críticas à noção de luta entre as classes, mas fazendo a apologia conservadora da propriedade como elemento organizador da vida social. O Estado forte, os sindicatos e as grandes empresas aparecem como elementos constitutivos de um cenário que, para Mills, não pode ser caracterizado como produto de uma luta de classes entre proprietários e não-proprietários. Diante das tensões econômicas e das dificuldades encontradas pelos pequenos negociantes em identificarem sua posição e status de classe¹⁶⁹, as lutas foram travadas entre os pequenos proprietários, notadamente agricultores, e os grandes proprietários industriais e financistas (idem, p. 75)¹⁷⁰. Vale a pena citar, ainda que longamente, o próprio autor naquilo que pode ser considerado praticamente um manifesto em defesa da propriedade, como pilar da democracia clássica:

“No decorrer de três ou quatro gerações, os Estados Unidos deixaram de ser uma terra de empresários dispersos para constituir um sistema cada vez mais burocrático de estruturas ocupacionais especializadas. Sua economia tornou-se uma espécie de jaula burocrática.

A liberdade política e a segurança econômica têm diferentes significados e diferentes bases na estrutura social que resultou da concentração da propriedade. Quando a propriedade amplamente distribuída constitui o principal meio de subsistência independente, os homens sentem-se livres e seguros dentro dos limites de suas capacidades e da estrutura do mercado. A liberdade política não

169- Ver capítulo Retórica da Concorrência.

170- “Na retórica política americana, essa sociedade é considerada eterna, e nenhuma outra pode ser vista como genuinamente civilizada se não atingiu a “maturidade social” da divisão em pequenas propriedades. “A idéia básica é que o pequeno capitalista deve constituir uma classe privilegiada e governar o país, e que se deve evitar, se possível, o crescimento excessivo das outras classes, ou, pelo menos, afastá-las do poder” (MILLS, 1969, p. 76).

contradiz a segurança econômica, pois ambas se baseiam na propriedade. O poder político baseado nessa propriedade está distribuído de maneira suficientemente eqüitativa para garantir a liberdade política; a segurança econômica, fundamentada na propriedade do indivíduo, não é causa da insegurança de outros. A propriedade do seu meio de trabalho é a pedra angular da democracia clássica, que, durante certo tempo, uniu a liberdade política à segurança econômica.

Mas a concentração da propriedade desviou a base da segurança econômica que passou a fundamentar-se não na propriedade, mas na estabilidade de um emprego. O poder inerente às grandes propriedades destruiu o antigo equilíbrio que proporcionava liberdade política. Hoje, a liberdade ilimitada de fazer o que se quer com a nossa propriedade significa, ao mesmo tempo, fazer o que se quer com a liberdade e segurança de milhares de empregados dependentes. Para esses empregados, a liberdade e a segurança, política e econômica, não se podem mais basear na independência do indivíduo, no antigo sentido da palavra. Viver em liberdade e ter segurança é exercer um controle efetivo daquilo de que se depende: isto é, o emprego numa empresa centralizada.

O grande elo de empresa e propriedade, condição essencial da democracia clássica não existe mais na América. Não somos mais uma sociedade de pequenos empresários – hoje eles formam uma camada social entre outras. Acima deles estão as altas finanças; abaixo deles, o empregado alienado; diante deles, um destino de relíquias politicamente dependentes; atrás deles, o seu mundo“ (1969, ib. p. 79).

Essa vocação modernizadora atinge agora a tecnologia de modo a moldá-la para utilização prática não apenas nas instâncias que tradicionalmente eram tidas como produtivas. O que se apresenta como novo, a partir do final dos anos 60 - com a inovação tecnológica - e dos 80 - com a ampliação dos segmentos de trabalhadores das áreas de serviços, notadamente nas funções subjetivas e/ou intelectuais - é a instância constitutiva do processo de acumulação capitalista em sua dinâmica que, permanentemente, promove condições para derrubada de fronteiras tanto econômicas, quanto político-ideológicas. É nesse embate que precisamos intervir. Mais do que resenhar a obra de Mills, pretendemos demarcar aspectos centrais retomados pelas teses contemporâneas, exercício pelo qual se torna possível vinculá-las a um projeto histórico mais amplo, que pretende diluir o caráter de classe desses trabalhadores por meio da ênfase

na análise crítica das instituições sociais, como Poulantzas (1978) já havia chamado a atenção anteriormente.

Os ‘novos movimentos sociais’, no decorrer dos anos 60 - o movimento estudantil, dos negros e feministas, por exemplo -, serviram como suporte para um desdobramento das análises anunciadas acima. Diante das manifestações de ‘novos sujeitos’, descolados das tradições e da identidade operária, alguns autores insistiram em propor o abandono e o anacronismo das categorias ‘classe’ e ‘luta de classes’¹⁷¹.

Teorias dualistas e de segmentação do mercado de trabalho também conformam de maneira importante a problemática reformista. Elas pretendem dar conta do papel das ‘novas classes médias’ alterando a composição da classe operária industrial, tendo em vista o processo de desindustrialização – decorrente da desterritorialização das indústrias que migram para o chamado Terceiro Mundo. Teorias dualistas e da segmentação do mercado de trabalho que pretendem dar conta do papel das “novas classes médias” (alterando a composição da classe operária industrial} tendo em vista o processo de desindustrialização, decorrência do processo de desterritorialização das indústrias que migram para o chamado Terceiro Mundo”, também conformam de maneira importante a problemática reformista.

Dentre as expressões teóricas que balizam essas noções podemos destacar os argumentos que sustentaram

“todo um inventário de artefatos culturais - obras literárias, plásticas, visuais (cinema, e fotografia), a produção televisiva e

171- Cf. Offe, Trabalho e sociedade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

mediática - além dos próprios modos de vida, de urbanização e consumo, o debate se condensa em torno da idéia de pós-modernismo, um conjunto variado de processos em curso, no segundo pós-guerra; diagnósticos fenomenológicos que conduziriam a falar de um novo sistema social emergente, para além do capitalismo, e de sua racionalidade instrumentalizadora, dessacralizante e produtivista. Sociedade esta, nomeadamente dual, pós-industrial, de massa, da informação ou simplesmente de consumo, seja ela tecnológica, tecnocrática ou totalitária” (TUDE DE SOUZA, 1998, p. 41).

Ao se deduzir da emergência de “novos modos de consciência” e “modos de vida” a desarticulação dos valores da sociedade industrial, procurou-se mecanicamente construir a idéia de ineficácia da categoria classe para a compreensão do ‘novo’. Isso aconteceu no pensamento de Touraine e Wiewiorka¹⁷² a partir da ênfase na heterogeneidade do setor terciário, cujo crescimento teria conduzido a uma desarticulação das ‘antigas’ polaridades classistas. Isto, por sua vez, levaria a uma nova rearticulação da divisão entre trabalho manual e intelectual, bem como entre indústria e serviços.

Outra expressão muito importante do raciocínio que estamos tentando desenvolver aqui encontra-se nas análises de Offe, cuja crítica metodológica fundamenta a idéia de esgotamento do critério estabelecido, pelo pós-industrialismo, para diferenciar o trabalho produtivo e as atividades de serviços.

Anteparada em critérios macrosociológicos, tal diferenciação teria perdido sua validade no momento em que o trabalho se torna ‘reflexivo’ - entendido pelo autor como a qualidade da atividade na qual o trabalhador é, ao mesmo tempo, aquele que controla e aquele que mantém o próprio trabalho (OFFE, 1989, p. 78).

Ainda que subordinadas ao salário, as atividades do terciário abalariam

172 - Várias obras.

a racionalidade técnica utilizada para tratar os problemas de produção e escassez utilizada no que se refere às mercadorias industrializadas. A própria heterogeneidade imanente ao setor dificultaria a determinação de critérios de quantificação e eficiência econômicas, por uma lado, e, por outro, criaria grandes dificuldades para a normatização e o ordenamento dos critérios de eficiência e controle sobre o operador). A questão que se coloca é a de como utilizar a racionalidade técnica em atividades que requerem "capacidade de interação, empatia, consciência de responsabilidade, experiência prática adquirida" (OFFE, 1989, p. 179).

A partir dessas transformações Offe desenvolve sua crítica aos modelos totalizadores da racionalidade do trabalho produtor de mercadorias por trabalhadores assalariados, tomando estudos sociológicos recentes como forma de demonstrar que estaríamos diante de uma ruptura teórica, uma vez que o objeto dos estudos migrou da organização e da situação de vida dos trabalhadores industriais para uma sociologia da 'vida quotidiana' e do 'mundo vivido'. Dos modelos teóricos centrados no trabalho, como fundamentos das estruturas sociais, a Sociologia estaria voltando-se para temas desvinculados ou à margem do 'domínio do trabalho', como questões sobre família, papéis sexuais, saúde, comportamento 'desviante', interação entre administração do Estado e seus clientes, etc (OFFE, 1989, p. 173).

"O que também é interessante é a diminuição das tentativas de compreender a realidade social através das categorias do trabalho assalariado e da escassez dentro da tradição do materialismo histórico, onde os esforços para rever e complementar os modelos da realidade social "centrados no trabalho" prevalecem atualmente. Os estudos tradicionais de estratificação e mobilidade, que procuraram compreender o parâmetro estrutural "crucial" da realidade social em variáveis como status e prestígio ocupacional (incluindo os status educacionais baseados na renda e nos níveis de consumo), também tiveram de ser submetidos a uma revisão, no sentido de darem mais atenção a variáveis como sexo, idade, status familiar, saúde, identidade étnica, direitos coletivos e exigências legais" (OFFE, 1989, p. 174).

Para Offe, portanto, a incorporação de novos contingentes de trabalhadores ao setor de serviços, a crescente heterogeneidade das formas de organização da relação entre o trabalhador e seu posto e os novos valores culturais emanados da esfera produtiva estariam deslocando a centralidade do trabalho enquanto 'pedra fundamental' das teorias da sociabilidade capitalista (idem, p. 14). Antecipando as contraposições usuais, segundo as quais o crescimento do trabalho gerador de serviços, e não apenas de mercadorias materialmente mensuráveis, expressa uma etapa a mais do processo de valorização do capital, Offe descarta rapidamente essa suposição afirmando que as transformações sofridas pelo mercado desde os anos 70 causaram uma mudança qualitativa na estrutura da produção propriamente dita e passaram a requerer novas categorias de análise. As principais evidências apontadas por ele nesse sentido são as seguintes: "as clivagens entre formas de produção de bens e formas de produção de serviços"; a segmentação do mercado de trabalho e a sua constituição predominante fora dos padrões de contratação formal, devido a utilização crescente do trabalho doméstico e familiar, principalmente para a geração de serviços; e, finalmente, "as rupturas no seio dos trabalhadores assalariados com o crescimento de posições intermediárias ou mescladas nas quais o status salarial está ligado à autoridade formal" (OFFE, 1989, p. 22). Segundo ele,

"o crescimento do trabalho em serviços, que interfere mediatizando, regulando e normalizando as condições, o desenrolar e as conseqüências do trabalho na produção, evidencia a insuficiência dos métodos formais-rationais de alocação e condução do trabalho social, e dificilmente pode ser interpretado segundo o modelo de "totalização" de uma racionalidade do trabalho, derivada da eficiência técnica, organizacional e econômica da produção de mercadorias por meio de trabalhadores assalariados" (idem, p. 24).

Ao substituírem massivamente a força de trabalho humana e, ao mesmo tempo, modificando-a radicalmente, as inovações tecnológicas estariam assinando o atestado de óbito das contradições entre trabalho e capital, logo, dos

antagonismos que movem/escrevem a História¹⁷³.

Os ‘novos atores sociais’ não estariam condicionados aos discursos históricos que moldaram a ação da classe operária tradicional e estariam mais propensos que outras categorias a reinventar sua própria linguagem e estratégias de ação, dando novas características às suas formas de organização e ação.

A resposta teórica dada pelo campo marxista aos termos usados por autores como Mills, Dahrendorf e Bendix, entre outros, ao crescimento dos trabalhadores dos serviços, aparece, sobretudo em Poulantzas e Mandel na década de 70, e sua análise constituem um outro programa de pesquisas.

III. 1.5. ‘Pós-industrialismo’, alguns dos seus críticos e o que a ênfase na noção de ‘redes’ pode obscurecer

Os acontecimentos que transformaram o “fim do segundo milênio da era cristã” são analisados por Castells (2000) em “A sociedade em redes” e por ele definidos como uma “revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação que está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado” (Idem, ib. p. 22) e é central para a reestruturação do capitalismo a partir da década de 80. As tendências “mais amplas dessa transformação fundamental na estrutura social, que tem raiz tecnológica e cultural, compõem uma nova gama estruturada numa oposição bipolar entre a Rede e o Ser” (idem, p. 22-23).

173- Ver Touraine, Offe, Gorz.

A construção do conceito de 'sociedade em rede,' elaborado por Castells, embora também represente uma linha de análise de forte viés mecanicista - já que confere ao novo paradigma tecnológico constituído pelas tecnologias da informação a responsabilidade pela transformação do escopo da economia industrial - é profundamente devedora da visão dramática de sociedade e das preocupações políticas de Weber, embora se apresente como herdeiro de inúmeras outras tradições teóricas entre as quais elenca, numa mesma cartografia, autores como Poulantzas e Daniel Bell. Tal proposição deixa entrever, imediatamente, o tamanho e o tipo de desafio colocado para a elaboração de uma análise crítica de sua obra e do quanto contribui para o refluxo da perspectiva marxista. Se mencionamos, entretanto, a identificação de sua análise sobre o significado das atividades de serviços no capitalismo contemporâneo a uma filiação teórica mais clara, é exatamente com a intenção de confirmarmos tal condição e não de efetuarmos uma estudo sobre seu percurso intelectual propriamente dito. O espaço aqui dedicado para a análise dos fundamentos da teoria da 'sociedade em rede' explica-se pelo fato de que, embora tenha se constituído numa profunda crítica aos teóricos da sociedade pós-industrial ela implicou, acima de qualquer coisa, numa proposta de atualização dos termos da desqualificação da abordagem marxista. Posta em exame, destaca-se seu pertencimento ao conjunto de obras que compõem a constelação de estratégias voltadas ao apagamento da teoria da luta de classes, bem como justificam e orientam o horizonte contra-revolucionário do atual contexto capitalista, no qual o neoliberalismo se apresenta como a forma dominante do agenciamento dos conflitos classistas.

A noção de 'sociedade em rede' deve à perspectiva weberiana a crença de que os processos de racionalização da vida, permeados pela técnica, constróem um poder imenso e esmagador da liberdade individual que só pode ser vencido sob a condição de uma suposta conscientização e responsabilização dos sujeitos individuais. Aqui ela se aproxima e, ao mesmo tempo, afasta-se de

Weber. Se para ambos a superação da alienação situa-se no campo das escolhas éticas, para Castells é necessário superar a discursividade pós-modernista que decretou a falência da teoria para desvendar a dinâmica da sociedade e ‘iluminar’ a ação dos sujeitos. E seu fascínio pelas possibilidades abertas pelas novas tecnologias, nascidas, segundo afirma, das entranhas dos contextos nos quais o controle estatal sobre os indivíduos gerou alternativas libertárias e democráticas, faz de sua obra um bom exemplo de abstração das determinações de classe da tecnologia e dos sujeitos sociais em cena. Isso fica claro ao acompanharmos sua exposição sobre o papel da tecnologia. Ora, se ela fragmenta a sociedade ou se recompõe ao capitalismo a partir dos anos 80, se a inabilidade para o seu domínio é responsável pelo próprio fracasso do sistema soviético e se é verdade que ela difunde uma cultura libertária - pela ausência da mediatização dos meios de comunicação de massa, reformatando as hierarquias de controle do uso da informação - é tarefa do leitor identificar se o que prevalece é a denúncia ou a apologia da técnica, desde que seja capaz de reter que é na busca pela reafirmação das identidades que a ação social contemporânea se define, e que cada sociedade, instituição ou grupo é responsável pela particularidade do desenho de cada formação social. Obviamente, nesse último ponto, trata-se do campo da ação social tal como foi pensada por Weber, ou seja, como arquiteta das particularidades nacionais ou institucionais, de modo que, postas as coisas neste patamar, resta a Castells apenas a teoria da estratificação social para situar os lugares ocupados pelos indivíduos nas hierarquias sociais.

Também é preciso lembrar que o autor situa-se num campo ideológico muito específico, marcado pela crise do socialismo real que culminou com o próprio “fracasso do sistema estatista soviético” (idem, p. 33), o que o leva a caracterizar o final do século XX como o período de existência de dois modos de produção: o capitalismo versus o estatismo. Se o primeiro persegue a maximização do lucro, o estatismo busca a maximização do poder, ou seja, “o aumento da capacidade militar e ideológica do aparato político para impor seus

objetivos sobre um número maior de sujeitos e nos níveis mais profundos de seu consciente”. Tomando a categoria marxista de modo de produção como suporte para a desconstrução da mesma, o autor em questão não consegue distinguir seu próprio campo semântico e teórico ao tomar a aparência do real pelo conjunto inteiro das complexas determinações que poderiam sustentar uma leitura das contradições fundadoras e responsáveis pelos desdobramentos das experiências socialistas no século XX. Ficando, assim, no campo das abstrações e do julgamento moral. O horizonte capitalista permanece sendo seu único parâmetro para medição das situações mundial e organicamente articuladas pelas contradições enfrentadas pelas burguesias. Se não consegue superar a dimensão da aparência da política, resta-lhe apenas navegar nas abstrações que caracterizam a ciência social burguesa e negar, taxativamente, a possibilidade do socialismo como horizonte alternativo ao capitalismo. O mesmo pânico, que levou Max Weber a acusar o socialismo de enterrar definitivamente as liberdades individuais ao construir um sistema burocrático estatizante, reaparece em Castells sob novas roupagens. Sua análise opõe, comparativamente, dimensão econômica e política como critérios de especificação de formações sociais distintas, abstraindo todas as relações de poder travadas entre o capitalismo e a formação social soviética como visões de mundo concorrentes. Tão grave quanto tudo isso é a operação simplificadora que realiza no que se refere à posse da tecnologia da informação o sucesso ou o fracasso para o reordenamento de cada uma dessas (capitalistas ou estatistas) formas de organização social.

O mesmo autor também ambicionou integrar sua visão sociológica às teorias que pretendem capturar a multiplicidade das dimensões que compõem uma determinada conjuntura. Já vimos anteriormente que essa intenção foi uma das mais significativas no debate anti-marxista desde Weber. Em Castells isso aparece de modo claro. Ele se propõe a detalhar aspectos concretos da ‘sociedade em rede’, mas não se exime de assumir uma posição política muito clara no que concerne aos avanços das conquistas operárias. Os gastos com

previdência social, por exemplo, praticamente base do sistema keynesiano, tornam-se seu alvo crítico e também propositivo, pois sugere firmeza para reavaliação dos custos dos programas sociais como condição necessária para a construção de uma sociedade de 'equilíbrio'. Sua preocupação, como se vê, não é apenas a de descrever as mudanças em curso, mas elaborar outra teoria sobre os processos de formação da 'sociedade em rede'. A economia de rede, ao redefinir qualificações profissionais, funções, estratégias culturais e institucionais, no interior e fora das empresas, aparece como conceito chave para a compreensão dos processos em andamento. Para chegar à sua formulação toma por base dados, descobertas de pesquisas registradas em monografias, modelos de simulação e estatísticas-padrão.

Mas, retomemos nossa análise no que se refere ao papel das atividades de serviços na chamada 'era informacional', como ele define, e destaquemos aspectos das teses da 'sociedade pós-industrial'. Para os teóricos desta última corrente, o declínio do industrialismo é associado ao advento de uma era que rompe, radicalmente, com aquela na qual a intervenção humana direta, física, sobre a matéria-prima, foi predominante nos processos produtivos. A revolução nos limites de tempo e espaço - causada pela reunião estratégica entre computadores e telecomunicações - teria causado impactos profundos na forma de transmissão das informações na medida em que, ao deixar de operar de modo concentrado e passando a atuar de maneira local, descontinuada e principalmente em escala global, inauguraria uma nova era de desmassificação e democratização do conhecimento, já que o novo modelo de operacionalização da transmissão de informações viabiliza a armazenagem doméstica de obras, até então, restritas às bibliotecas.

Das teses da sociedade pós-industrial, contra as quais pretende situar-se e não está sozinho, Castells afirma que podem ser resumidas nas seguintes proposições:

“a) A fonte de produtividade e crescimento reside na geração de conhecimentos, estendidos a todas as esferas da atividade econômica mediante o processamento da informação.

b) A atividade econômica mudaria de produção de bens para prestação de serviços. O fim do emprego rural seria seguido pelo declínio irreversível do emprego industrial em benefício do emprego no setor de serviços que, em última análise, constituiria a maioria esmagadora das ofertas de emprego. Quanto mais avançada a economia, mais o mercado de trabalho e sua produção seriam concentrados em serviços.

c) A nova economia aumentaria a importância das profissões com grande conteúdo de informação e conhecimentos em suas atividades. As profissões administrativas, especializadas e técnicas cresceriam mais rápido que qualquer outra e constituiriam o cerne da nova estrutura social” (2000, p. 225).

O aumento qualitativo dos serviços e até a superação de sua participação nos PNBs (Produtos Nacionais Brutos) em relação ao setor industrial, expressa, para os teóricos da sociedade pós-industrial, uma decorrência imediata da revolução tecnológica levada a efeito pelos computadores. Kumar (1997) lembra que, para Daniel Bell, estes últimos tornaram-se o “símbolo analítico”, o “motor principal” da mudança” (KUMAR, idem, p. 21). Segundo afirma, também, “a idéia básica da sociedade pós-industrial, porém, era a evolução para uma sociedade de serviços e o rápido crescimento de oportunidades de emprego para profissionais liberais e de nível técnico” (KUMAR, idem, p. 21).

O primeiro equívoco a ser apontado, afirma Castells, é o deslocamento da base do cálculo da produtividade para as atividades voltadas à produção de serviços por elas efetuado. Por serem atividades baseadas na geração de novos conhecimentos aplicados a todas “as esferas da atividade econômica mediante o processamento da informação” (KUMAR, 1997, p. 25), autores como Solow, Kendrick, até Bell e Naisbitt acreditaram ser necessária a criação de novas referências para o cálculo da produtividade. Essa mudança é tomada como sinal de transição para uma nova era, baseada na ‘economia de serviços’, erguida dos escombros da sociedade industrial e baseada nas novas fontes de produtividade possibilitadas pelo emprego do conhecimento e da informação nos processos

produtivos. Com isso, afirma Castells, os teóricos da sociedade pós-industrial desprezam o fato de que ambos, conhecimento e informação, tenham, também, sido a fonte por excelência da produtividade da “era industrial” (Castells, 2000, p. 225). Longe de se caracterizar pela perda de importância do setor manufatureiro, o modelo emergente somente se explica pela extrema dependência da produção e do consumo da informação no interior de cada um dos setores de atividades. Assim, o foco da atenção de Castells é dirigido para a pesquisa das modificações que acompanham o processo.

Para refutar a tese de que o fim da indústria seria produto da mudança das atividades para o setor de serviços, Castells apóia-se nas pesquisas de Zysman e Cohen, que mostram a íntima conexão entre os serviços e a atividade industrial¹⁷⁴ o que torna um mito a chamada economia pós-industrial (2000, p. 226). A condição mais evidente da sociedade informacional é a integração entre os três setores de atividade, e não a polarização entre eles, segundo afirma:

“As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa. Dessa forma os usuários podem assumir o controle da tecnologia como no caso da Internet. (...) Segue-se uma relação muito próxima entre os processos sociais de criação e manipulação de símbolos (a cultura da sociedade) e a capacidade de produzir e distribuir bens e serviços (as forças produtivas). Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo” (idem, ib.).

Se existe uma ruptura e ela existe, ela não se dá entre uma economia industrial e uma pós-industrial, “mas entre duas formas de produção industrial, rural e de serviços baseadas em conhecimentos” (idem, p. 226). Nesse sentido

174- “Para os EUA Cohen e Zysman estimam que 24% do PNB vêm do valor agregado pelas indústrias, e outros 25% do PNB vêm da contribuição dos serviços diretamente ligados às indústrias” (CASTELLS, idem, p. 226).

propõe o deslocamento da análise assentada na noção de pós-industrialismo para a noção de informacionalismo procurando caracterizar o papel assumido pelo conhecimento e pela difusão tecnológica que integram os processos produtivos mais do que geram novas polarizações entre subsetores de atividades. Nesta perspectiva afirma que:

“as sociedades serão informacionais, não porque se encaixem em um modelo específico de estrutura social, mas porque organizam seus sistemas produtivos em torno de princípios de maximização da produtividade baseada em conhecimentos, por intermédio do desenvolvimento da difusão de tecnologias da informação e pelo atendimento dos pré-requisitos para sua utilização (principalmente recursos humanos e infra-estrutura de comunicações)” (idem, 2000, p, 226).

Kumar (1997) também alerta sobre os ‘artifícios’ teóricos dos autores do pós-industrialismo, mas o faz numa direção diferente da de Castells, pois ressalta que a linha de argumentação dos teóricos da sociedade pós-industrial vincula a invenção do microprocessador a uma crise da teoria do valor do trabalho (HANDERSON, 1978, p. 77). Tanto é assim que, nas palavras de Daniel Bell “a teoria do valor trabalho, da maneira formulada por uma sucessão de pensadores clássicos, de Locke e Smith a Ricardo e Marx, é obrigada a ceder lugar a uma teoria do valor conhecimento”. Agora, o “conhecimento, e não o trabalho é a origem do valor” (idem, 1980, p. 506). Para Stonier “a informação superou a terra, o trabalho e o capital como o insumo mais importante nos sistemas modernos de produção” (STONIER, 1983, p. 8). Masuda - o principal expoente japonês do conceito de sociedade de informação -, por sua vez, afirma que, na nova sociedade, “a mercadoria informação (...) que consiste de redes de informação e de bancos de dados”, ou a organização básica da geração da informação “substituirá a fábrica como símbolo societário”. Ela terá “o caráter fundamental de uma infra-estrutura e o capital formado por conhecimento predominará sobre o capital material na estrutura da economia” (MASUDA, 1985, p. 621, apud KUMAR, 1997, p. 25). Vai daí que, para Masuda, a sociedade do conhecimento virá a ser uma sociedade da abundância universal e sem classes, fundada na idéia de

comunidades de voluntários. O novo trabalho, na sociedade do conhecimento que brota da revolução informacional, constituirá novas possibilidades de organização da vida¹⁷⁵.

Já para Lèvy (1998), outro crítico do pós-industrialismo, as “tecnologias intelectuais” devem ser analisadas para além de sua dimensão empírica, isto é, além de peso, medida, capacidade de processar dados e estabelecer estruturas e linguagens lógicas ou informais. Elas estabelecem uma nova relação de mediação com o mundo. Modelos teóricos novos,

“tanto óculos como espetáculo, nova pele que rege nossas relações com o ambiente, a vasta rede de processamento e circulação da informação brota e se ramifica e a cada dia esboça pouco a pouco a figura de um real sem precedente. É essa a dimensão transcendental da informática” (LÉVY, 1998, p. 16).

Do desenvolvimento dessas tecnologias derivará uma forma cultural, a tal ponto inédita que “não parece absurdo fazer a comparação com a passagem da pré-história” (idem, ibidem). O novo tipo de comunicação e processamento simbólico emergente dessa realidade é designado pelo autor como a era “pós-histórica” (idem, p. 37). A cultura informática sintetiza saberes, processamento de dados, simulações em cadeias e traduções de linguagens numa dimensão temporal radicalmente alterada em relação aos padrões da sociedade industrial, segundo ele. Gorz (2003), tomando essa idéia de modo substantivo, também acredita que o computador, enquanto instrumento universal, abole, de modo radical, a divisão entre tarefas diversificadas e hierarquizadas, abolindo ao mesmo tempo, a própria reificação do trabalho. Se os trabalhadores, afirma, disponibilizam na rede produtiva todos os seus saberes - sejam os formalizáveis ou os não formalizáveis - parece estar-se dado aquilo que aparece como embrião nas

175- Cf. Kumar, op. cit.

sociedades que reivindicam o livre acesso e compartilhamento de dados (comunidades pelo software livre), ou seja, o embrião de uma sociedade comunista, no interior da qual teria sido abolida toda “aparência de atividade pessoal”¹⁷⁶.

Tanto Castells quanto Lévy, críticos do pós-industrialismo, não superam as concepções universalizantes da história, ao contrário, partem de uma lógica das transformações como se fossem próprias de uma busca universal e linear de apropriação e controle na natureza por parte da humanidade. Lévy nos permite fazer essa interpretação quando afirma:

“Desde seu domínio sobre o fogo, os homens intervêm nos ciclos naturais de transformação da matéria e das formas. A humanidade adquiriu muito cedo o controle técnico de uma modificação rápida das qualidades de um corpo ou da aceleração artificial de uma síntese: a cerâmica, a cozinha. A terra amadurecia as pepitas em suas entranhas durante séculos; com o trabalho do minério, o ferreiro obtém o lingote em poucos dias. Ao selecionar novas espécies de plantas e animais, os homens do neolítico provocaram uma fantástica aceleração do tempo natural. O desencadeamento energético ligado ao uso do carvão, do petróleo e da eletricidade, as conquistas da indústria química aumentaram também o poder transformador de parte da humanidade, cada vez menos submetida ao ritmo imemorial dos seres e das coisas. A física nuclear, a informática e a engenharia genética representam uma etapa suplementar e decisiva na dominação das metamorfoses da matéria, da vida e das mensagens” (idem, p. 49).

Sobre outra dificuldade muito comum quanto à caracterização dos serviços como conceito residual, “como conceito que abrigaria tudo aquilo que não fosse classificado como agricultura, mineração, construção, empresas de serviço público ou indústria” (CASTELLS, 2000, p. 226), Castells afirma que, na economia informacional, é preciso considerar cada uma das distinções presentes no interior dos serviços. Além disso, a intangibilidade em oposição à materialidade como

176- André Gorz, O imaterial. Conhecimento, valor e capital, 2005. p. 21-22.

critério de explicação fica sem sentido diante da “evolução da economia informacional”. Segundo ele, muitos dos “processos cruciais característicos das economias avançadas juntam irremediavelmente seu conteúdo de informação ao suporte material do produto, impossibilitando a distinção dos limites entre bens e serviços” (idem, p. 227). Computadores, sistemas de comunicação, decodificação e programação genética são todos amplificadores e extensões da mente humana, de acordo com o autor. Sua caracterização do novo paradigma é devedora em grandes linhas de autores como Carlota Perez, Christopher Freeman, Giovanni Dosi, que seriam, por sua vez, herdeiros da tradição teórica de Kuhn¹⁷⁷. Essa tradição caracteriza o novo paradigma a partir dos seguintes aspectos: “são tecnologias para agir sobre a matéria-prima; a penetrabilidade de seus efeitos; a lógica de redes; a flexibilidade e finalmente, a convergência de tecnologias específicas para um sistema integrado, na qual trajetórias tecnológicas antigas foram ficam literalmente impossíveis de se distinguir em separado” (CASTELLS, idem, p. 78-79).

O autor também leva em consideração e destaca a configuração geográfica bastante peculiar que acompanha o desenvolvimento da sociedade informacional. Ainda que as mudanças aconteçam no âmbito de um processo que é global - pois a economia informacional é global (idem, p. 92) -, é a descontinuidade e a diversificação em relação aos processos dominantes até os anos 70 e, acima de tudo, a seletividade em relação ao acesso e domínio das novas tecnologias por parte de países, regiões e agentes sociais que precisa ser considerada para efeitos de análise comparada, capaz de dar conta das distintas formas de desenvolvimento das novas tecnologias. Além disso, se comparada às revoluções anteriores, a difusão tão acelerada das novas tecnologias da

177- Thomas Kuhn, A estrutura das revoluções científicas, 1997.

informação entre os anos 70 e 90 explica-se apenas porque sua lógica intrínseca sustenta-se na aplicação “imediate no próprio desenvolvimento da tecnologia gerada conectando o mundo através da tecnologia da informação” (idem, p. 52). Disso resultou uma nova divisão internacional do trabalho cuja complexidade já não cabe nos critérios tradicionais que definiam as relações entre sul-norte ou centro-periferia. Assim, afirma:

“A economia global emergente com base na produção e concorrência informacional é caracterizada pela interdependência, assimetria, regionalização, pelo incremento da diversificação de cada região, inclusão seletiva, segmentação baseada na exclusão, e, como resultado desses fatores, numa extraordinária “variable geometry” que tende a uma dissolução histórica e geográfica da economia” (idem, p. 106).

As expansões “das profissões com grande conteúdo de informação e conhecimentos em suas atividades”, bem como “das profissões administrativas, especializadas e técnicas (...) constituiriam o cerne da nova estrutura social” (idem, p. 225), caracterizada, ao longo de seu desenvolvimento, pela polarização entre atividades típicas aos setores primários, secundário e terciário. Sendo este último utilizado como critério de identificação de avanço das economias através do grau de participação relativa das atividades produtivas no setor terciário.

É necessário destacar que existe uma concordância entre os teóricos da sociedade pós-industrial e Castells, que sobre este ponto exato apresenta um desdobramento dessa tendência de crescimento de profissões simples e desqualificadas no interior das atividades de serviços, de modo que a sociedade informacional não estaria imune à tendência de dualismo e polarização que caracterizam as fases anteriores do capitalismo, já que a economia informacional articula-se numa nova concepção de empresa. Finalmente, também é preciso enfatizar que os objetivos da análise de Castells são estabelecidos justamente a partir deste ponto. Ou seja, ele pretende elaborar uma diferenciação das várias atividades do setor de serviços e remodelar a análise sociológica das sociedades informacionais avaliando, em uma estrutura comparativa, as diferenças na

evolução do mercado de trabalho como um indicador fundamental tanto para suas semelhanças quanto para suas singularidades (idem, p. 229).

Tipificação e estratificação são os artifícios metodológicos para tal procedimento: eis sua matriz teórica em destaque. Então, vejamos como ele trata seu objeto de análise quanto à transformação da estrutura do emprego nos períodos de 1920-1970 e 1970-90:

“a análise da evolução do emprego nos países do G-7 deve começar pela distinção entre dois períodos que, por pura sorte, correspondem às nossas duas diferentes bases de dados.

(...) a principal distinção analítica entre os dois períodos origina-se no fato de que, durante o primeiro período, as sociedades em exame realmente tornaram-se pós-rurais, enquanto no segundo período elas realmente se tornaram pós-industriais” (CASTELLS, p. 2000, 224).

Obviamente não se esgotam aí suas explicações. Acontece que o autor está preocupado em comparar situações a partir de uma metodologia que não lhe permite sair de um tipo de relativismo que o encarcera teoricamente no campo das aparências. Talvez Offe (1994) refutasse essa nossa colocação com sua conhecida tese, segundo a qual Marx, Weber e Durkheim representariam focos de produção teórica vinculados a um modelo de sociedade já inexistente: “o da sociedade burguesa consumista preocupada com o trabalho e abalada pelos conflitos trabalhistas” (OFFE, 1994, p. 168). Portanto, metodológica e epistemologicamente não haveria mais sentido em preservar tais modelos teóricos. No entanto, essa não é nossa perspectiva teórica-política para efetuar a crítica a noção de sociedade de redes, segundo Castells a definiu. Nosso interesse inicial era o de encontrar argumentos que negassem a análise das contradições capitalistas, de como delas germinam as lutas entre as classes e, acima de tudo, de como a teoria sociológica burguesa atua politicamente na construção de uma aparência que desmobilize consciências e ação antagonista. Na análise da noção da ‘sociedade em rede’ de Castells tais argumentos existem e sob a forma de meras tautologias.

Castells pensa ter resolvido talvez a maior dificuldade apontada pelos estudiosos da estrutura social sob o 'impacto' da terciarização - a heterogeneização - usando nada menos que a tipologia elaborada por Singelmann, e cria a seguinte periodização para o desenvolvimento dos serviços:

a) *serviços relacionados à produção*, cuja expansão se deu mais significativamente entre 1920-1970: "são os serviços considerados estratégicos à nova empresa, provedores da informação e suporte para aumentar a produtividade e a eficiência das empresas" (idem, p. 233).

b) *serviços sociais*: que seriam para os teóricos do pós-industrialismo as atividades que melhor caracterizariam a nova sociedade. De fato, ocupam de 1/4 a 1/5 dos empregos nos países do G-7. Seu crescimento deu-se nos 60 e esteve ligado "mais ao impacto do movimento sociais que ao advento do pós-industrialismo" (CASTELLS, 2000, p. 235), pois reflete a expansão do Estado de bem-estar social. Para Castells seu ritmo é determinado mais pela relação entre Estado e sociedade do que pelo próprio desenvolvimento da economia. "De fato, a expansão do nível de emprego em serviços sociais (exceto no Japão) é mais característica do período de 1950-70 que de 1970-90, no início da sociedade informacional" (idem, p. 235).

c) *serviços de distribuição*, que

"Combinam transportes e comunicação – atividades relacionais de toda as economias avançadas – com o comércio no atacado e a varejo, atividades supostamente típicas do setor de serviços das sociedades menos industrializadas (...) o emprego no setor de serviços de distribuição representa mais ou menos o dobro do nível de emprego em serviços relacionados à produção, considerados típicos das economias avançadas" (idem, p. 235).

c) *serviços pessoais*, entendidos "ao mesmo tempo como os remanescentes de uma estrutura proto-industrial e como a expansão (pelo menos para alguns deles) do dualismo social que, de acordo os conservadores, caracteriza a sociedade informacional" (idem, p. 235).

Se o caráter cartesiano dessa classificação não esgota a necessidade de compreensão dos processos em curso, sua definição de tecnologia também não lhe presta maiores serviços teóricos. Ela deriva das noções de Brooks e Daniel Bell, estando isenta, ao menos em sua definição, de qualquer caráter social. Vejamos: tecnologia é o “uso de conhecimentos científicos para especificar as vias de se fazerem as coisas de uma maneira reproduzível” (CASTELLS, 2000, p. 49). Além disso, ressalta que sua expansão exponencial é fruto “de sua capacidade de criar uma interface entre campos tecnológicos mediante uma linguagem digital comum na qual a informação é gerada, armazenada, recuperada, processada, e transmitida. Vivemos em um mundo que, segundo Nicholaus Negroponte, se tornou digital” (CASTELLS, idem, p. 50). Mas, para compreender o novo tecido social heterogêneo, estratificado, diferenciado, costurado pelas redes, o autor teoriza a partir do que chama de multiculturalismo. Neste ponto, dá grande importância às fontes locais de inovação que ocorrem em agrupamentos que interagem “entre si num processo de retornos cada vez maiores” (p. 54) e servem para concluir que a inovação não é uma ocorrência isolada, ainda que seja autônoma. Segundo suas próprias palavras,

“ela reflete um determinado estágio de conhecimento; um ambiente institucional e industrial específico; uma certa disponibilidade de talentos para definir um problema técnico e resolvê-lo; uma rentabilidade econômica para dar a essa aplicação uma boa relação custo/benefício; e uma rede de fabricantes e usuários capazes de comunicar suas experiências de modo cumulativo e aprender usando e fazendo. As elites aprendem fazendo e com isso modificam as aplicações da tecnologia, enquanto a maior parte das pessoas aprende usando e, assim, permanecem dentro dos limites do pacote da tecnologia. A interatividade dos sistemas de inovação tecnológica e sua dependência de certos ambientes propícios para troca de idéias, problemas e soluções são aspectos importantíssimos que podem ser estendidos da experiência de revoluções passadas para a atual (idem, 2000, p. 55).

(...) Os efeitos positivos a longo prazo das novas tecnologias industriais no crescimento econômico, na qualidade de vida e na conquista humana da natureza hostil, são indiscutíveis nos registros históricos. Porém não vieram cedo (...) Essa estimativa

crucial força-nos a avaliar os verdadeiros efeitos de grandes transformações tecnológicas à luz de uma defazagem no tempo em função das condições específicas de cada sociedade. Todavia, os registros históricos parecem indicar que, em termos gerais, quanto mais próxima for a relação entre os locais de inovação, produção e utilização das novas tecnologias, mais rápida será a transformação das sociedades e maior será o retorno positivo das condições sociais sobre as condições gerais para favorecer futuras inovações” (CASTELLS, 2000, p. 55).

A postura relativista subjacente ao multiculturalismo por ele proposto como método de análise resulta num ecletismo teórico que, dificilmente, poderia levar a algo mais do que uma crítica superficial à sociedade dual. Ele não pretende demonstrar o caráter de dominação de classe, materializado pela ciência e tecnologia sob as novas tendências hegemônicas da ordem capitalista, e refuta seus vínculos com o processo de valorização do capital. Vejamos como procede: empiricamente localiza na década de 70 um determinado espaço geográfico (Estados Unidos, principalmente) como o portador do novo paradigma tecnológico que, embora reconheça ter sido financiado pelo governo norte-americano e com fins declaradamente militares, deve, ou pode, conforme suas palavras, ser prioritariamente relacionado com a “cultura da liberdade, inovação individual, e iniciativa empreendedora oriunda dos *campi* norte-americanos da década de 60” (CASTELLS, *idem*, p. 25). Continua:

“A ênfase nos dispositivos personalizados, na interatividade na formação de redes e na busca incansável de novas descobertas tecnológicas, mesmo quando não fizeram muito sentido comercial, não continuava com a tradição, de certa forma cautelosa, do mundo contemporâneo. Meio inconscientemente, a revolução da tecnologia da informação difundiu pela cultura mais significativa de nossas sociedades o espírito libertário dos movimentos dos anos 60” (*idem*, p. 25).

A formação dessa nova estrutura social emergente com o surgimento do informacionalismo - entendido como novo modo de desenvolvimento, historicamente moldado pela reestruturação do modo de produção capitalista (Castells, *idem*, p. 32-33) - é vista por ele a partir de uma abordagem que postula

“que as sociedades são organizadas em processos estruturados por relações historicamente determinadas de *produção, experiência e poder*” (idem, p. 33):

“a produção é realizada em relações de classes que definem o processo pelo qual alguns sujeitos humanos, com base em sua posição no processo produtivo, decidem a divisão e os empregos do produto em relação ao consumo e ao investimento. A experiência é estruturada pelo sexo/relações entre os sexos, historicamente organizadas em torno da família e, até agora, caracterizada pelo domínio dos homens sobre as mulheres. As relações familiares e a sexualidade estruturam a personalidade e moldam a interação simbólica” (CASTELLS, 2000, p. 33)

O poder tem como base o Estado e seu monopólio institucionalizado da violência, embora o que Foucault chame de “microfísica do poder, incorporada nas instituições e organizações, difunda-se em toda a sociedade, de locais de trabalho a hospitais, encerrando os sujeitos numa estrutura rigorosa de deveres formais e obrigações” (idem, p. 33). A necessidade de compreender a complexidade do que chama de ‘nova era’ leva o autor a tentar ser o mais abrangente possível em sua análise. Contudo, quanto ao método, ele mesmo explica: essa abrangência ocorre “devido à penetrabilidade de seu objeto (informacionalismo) por todos os domínios sociais e expressões culturais” (idem, p. 42) e não exatamente porque sua abordagem seja totalizadora. Toma a noção de classes pela de estratificação, atribui ao empresário e aos grupos de inovação papel central enquanto agentes dinamizadores da sociedade e atribui ao Estado a função de proporcionar que todas essas variáveis estejam presentes no momento certo e ao mesmo tempo.

Ao dialogar criticamente com os teóricos da sociedade pós-industrial, Castells reconhece e indica também uma série de problemas colocados neste momento de transição para o padrão de desenvolvimento social informacional. Contudo, detém-se na noção da ‘revolução’, caracterizada muito mais pela forma de utilização da informação nos processos sociais do que propriamente pela emergência de um novo padrão tecnológico, como a exemplo das revoluções tecnológicas anteriores. As mudanças tecnológicas e organizacionais, baseadas no paradigma do conhecimento sobre a vida, resultaram muito mais em mudanças

nas próprias categorias, segundo as quais pensamos todos os processos, e seu valor epistemológico pode “estar no reconhecimento de que a natureza e a sociedade possuem a faculdade de fazer, acidentalmente, descobertas felizes e inesperadas” (idem, p. 81), afirma o autor. Nesse sentido, Castells atribui papel central ao grupo de Santa Fé, Novo México, na comunicação do pensamento científico sob um novo paradigma: este procurou compreender o surgimento de estruturas auto-organizadas que criam complexidade a partir de interatividade entre os elementos básicos na origem do processo.

Quanto ao caráter revolucionário das mudanças tecnológicas que definiram periodizações cronológicas na história do capitalismo, afirma:

“Foram, de fato, revoluções no sentido de que um grande aumento repentino e inesperado de aplicações tecnológicas transformou os processos de produção e distribuição, criou uma enxurrada de novos produtos e mudou de maneira decisiva a localização das riquezas e do poder no mundo, que, de repente, ficaram ao alcance dos países e elites capazes de comandar o novo sistema tecnológico. O lado escuro dessa aventura tecnológica é que ela estava irremediavelmente ligada às ambições imperialistas e conflitos interimperialistas.

Todavia, essa é precisamente a confirmação do caráter revolucionário das novas tecnologias industriais” CASTELLS, 2000, p. 53).

Esse caráter ‘revolucionário’ da sociedade informacional é salientado tanto pelas continuidades quanto pelas rupturas. Continuidade em relação ao papel decisivo do conhecimento científico para sustentar e guiar o desenvolvimento tecnológico após 1850; ruptura por entender que na singularidade da lógica das tecnologias é que se pode, de fato, caracterizar uma ordem social. Dotada da mesma ‘envergadura’ que a revolução industrial inglesa deu à sociedade do século XVIII, a revolução informacional consiste, agora, basicamente, na capacidade de produzir conhecimento e informações de modo a promover uma relação cumulativa sem precedentes entre as inovações e as formas práticas de sua utilização (CASTELLS, idem, p. 32). Essa capacidade, geradora de descontinuidades em todos os âmbitos da vida social, deve-se ao

desenvolvimento da tecnologia microeletrônica, das telecomunicações, da radiodifusão, da optoeletrônica e da engenharia genética (idem: p. 50). Segundo o autor, “no final do séc. XX estamos vivendo um desses raros intervalos na história. Um intervalo cuja característica é a transformação de “nossa cultura material” pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da informação” (idem, p. 49).

Se ele consegue concluir alguma coisa para além da tautologia de que o dualismo tornou-se o resultado mais flagrante das transformações em curso, é a noção de que a tecnologia é autônoma. Isso fica claro quando lemos sua discussão das teses de que as transformações – no caso, o novo paradigma tecnológico - seriam o resultado de uma necessária resposta do capitalismo para superar suas contradições internas, ou, então, pelos efeitos da crise do petróleo. Sem aprofundar o teor e a especificidade dessas teses, afirma que a partir dos anos 70 a emergência de um novo sistema tecnológico,

“deve ser atribuída à dinâmica autônoma da descoberta e difusão tecnológica, inclusive aos efeitos sinérgicos entre todas as várias principais tecnologias. Assim o microprocessador possibilitou o microcomputador: os avanços em telecomunicações, mencionados anteriormente, possibilitaram que os microcomputadores funcionassem em rede, aumentando assim seu poder e flexibilidade. As aplicações dessa tecnologia na indústria eletrônica ampliaram o potencial das novas tecnologias de fabricação e design na produção de semicondutores. Novos softwares foram estimulados pelo crescente mercado de microcomputadores que, por sua vez, explodiu com base nas novas aplicações e tecnologias de fácil utilização, nascidas das mentes dos inventores de software. E assim por diante” (CASTELLS, 2000, p. 69).

A apropriação que o autor faz das teses schumpeterianas sobre as ondas e ciclos de inovação merece que dediquemos alguma espaço para citarmos a maneira peculiar pela qual ele reabilita o papel dos ‘empreendedores’ nas revoluções históricas. Quando afirma que as metrópoles possuem uma força cultural e também institucional, que é o ingrediente crucial para “gerar sinergia com base em conhecimentos e informação” (idem, p. 75), o autor vincula

investimentos estatais e empreendedorismo como aspecto central para explicar o sucesso das experiências nacionais. No entanto, da autonomia da técnica para a capacidade de gerar sinergias entre variáveis de diversas naturezas, parece não estar disposto a enfrentar a 'natureza' das relações políticas, econômicas e ideológicas que estão condensadas nas estratégias empresariais, levadas a efeito pelos EUA. Os investimentos estatais direcionados aos centros de pesquisa e universidades privadas, nos casos norte-americano e japonês, para apenas citarmos dois entre todos os exemplos que analisa nessa obra, são apresentados como resultado de escolha política racional que alcança os fins esperados de forma mais do que satisfatória e bem sucedida, jamais postulando qualquer debate ou problematização dos vínculos entre Estado e sociedade civil. Depreendemos da leitura que o investimento estatal alimenta a inovação e coloca os países avançados em posição superior na hierarquia da divisão internacional do trabalho, revelando eficiência de suas políticas de governo. O caráter de classe do Estado, a tecnologia como condensação das relações sociais antagonistas, a inovação como forma estruturante do processo de valorização ficam apagados. Essa posição de Castells está imersa, até a raiz, no problema central da transferibilidade dos modelos sociais e tecnológicos gestados nos locais de seu desenvolvimento, e orientou posições críticas às políticas do laissez-faire (neoliberalismo), alimentando o campo reformista e cooptando intelectuais que entenderam que a queda dos regimes do leste europeu significou, imediatamente, a derrota do socialismo como projeto das classes subalternas.

Finalmente, para continuar exemplificando aspectos da arquitetura do pensamento de Castells sobre a 'sociedade em rede', temos que é no Vale do Silício, repete o autor, que as raízes sociais da sociedade informacional começam a germinar, pois nele se aglutinam algumas condições indispensáveis, a saber: novos conhecimentos tecnológicos; fundos advindos de um mercado garantido, do departamento de defesa do governo norte-americano; e a liderança institucional da universidade de Stanford.

“Na realidade, é mediante essa interface entre os programas de macro-pesquisa e grandes mercados desenvolvidos pelos governos, por um lado, e a inovação descentralizada estimulada por uma cultura de criatividade tecnológica e por modelos de sucessos pessoais rápidos, por outro, que as novas tecnologias da informação prosperam. No processo, essas tecnologias agruparam-se em torno de redes de empresas, organizações e instituições para formar um novo paradigma sociotécnico” (idem, p. 77).

O papel desempenhado pela organização social e industrial de empresas promotoras da inovação (CASTELLS, 2000, p. 72)¹⁷⁸ ganha força, desde 1951, com a fundação da empresa de Willian Hewlett e David Packard, com a invenção do transistor em 1956, por Willian Shockley e, finalmente, com o desenvolvimento dos semicondutores e dos microcomputadores (idem, p. 72). No entanto, a maior inovação alcançada estaria por acontecer a partir dos anos 90: a noção de redes como produto das relações potencialmente diferentes que os computadores portáteis estariam permitindo. O setor como um todo evoluiu rumo à interpenetração, alianças estratégicas e formação de redes entre empresas de diferentes países.

“A lição fundamental dessas interessantes histórias tem dois aspectos: o desenvolvimento da Revolução da Tecnologia da Informação contribuiu para a formação dos meios de inovação onde as descobertas e as aplicações interagiam e eram testadas em um repetido processo de tentativa e erro; aprendia-se fazendo. Esses ambientes exigiam (e na década de 90 ainda exigem, apesar da atuação on-line) concentração espacial de centros de

178- “Assim, enquanto empresas grandes e bem-sucedidas do leste eram rígidas (e arrogantes) demais para reequipar-se contentemente com base em novas fronteiras tecnológicas, O Vale do Silício continuou produzindo muitas novas empresas e praticando troca de experiência e difusão de conhecimentos por intermédio da rotatividade de profissionais e de cisões parciais. Conversas noturnas em bares e restaurantes como o Walker’s Wagon Wheel Bar e o Grill in the Montain View, fizeram mais pela difusão da inovação tecnológica do que a maioria dos seminários de Stanford” (CASTELLS, idem, p. 72).

pesquisa, instituições de ensino superior, empresas de tecnologia avançada, uma rede auxiliar de fornecedores, provendo bens e serviços e redes de empresas com capital de risco para financiar novos empreendimentos. Uma vez que um meio esteja consolidado, como o Vale do Silício da década de 70, ele tende a gerar sua própria dinâmica e atrai conhecimentos, investimentos e talentos de todas as partes do mundo. Na verdade, nos anos 90. O Vale do Silício está testemunhando a proliferação de empresas japonesas, taiwanesas, coreanas, indianas e européias para as quais uma presença ativa no Vale do Silício é a conexão mais produtiva às fontes de novas tecnologias e informações comerciais valiosas. Além disso, devido ao seu posicionamento nas redes de inovação tecnológica, a área da Baía de São Francisco tem sido capaz de aderir a cada novo desenvolvimento. Por exemplo, o surgimento da multimídia em meados dos anos 90 criou conexões comerciais e tecnológicas entre as capacidades de projetos para computadores das empresas do Vale do Silício e os estúdios de produção de imagens em Hollywood, logo apelidadas de indústria “Siliwood”. E em um canto obscuro de São Francisco, artistas, projetistas gráficos e “desenvolvedores” de software reúnem-se na chamada “Sarjeta da Multimídia” que ameaça inundar nossos lares com imagens criadas em suas mentes exaltadas” (CASTELLS, p. 2000, p. 73).

O autor sugere que a transferibilidade estaria subordinada muito mais à capacidade de combinar certas condições do que de resolução dos conflitos ligados à divisão internacional do trabalho, à concorrência inter-capitalista ou à necessidade de criar novos nichos de extração de mais-valia. Vejamos:

“Será que esse padrão social, cultural e espacial da inovação pode ser estendido para o mundo? (...) O papel decisivo desempenhado pelos meios de inovação no desenvolvimento da Revolução da Tecnologia da Informação: concentração de conhecimentos científicos, tecnológicos, instituições, empresas e mão-de-obra qualificadas são as forjas da inovação da Era da Informação (idem, p. 74).

O processo de trabalho situa-se no cerne da estrutura social. A transformação tecnológica e administrativa do trabalho e das relações produtivas dentro e em torno da empresa emergente em rede é o principal instrumento por meio do qual o paradigma informacional e o processo de globalização afetam a sociedade em geral” (idem, p. 224).

Não bastasse o psicologismo de Schumpeter - que atribui à figura do empresário empreendedor a capacidade de organizar as condições para a

passagem do fluxo circular da economia rumo à fase de desenvolvimento -, seus herdeiros fazem uma leitura ainda mais vulgar e retornam à problemática da qual Schumpeter luta para sair: o terreno da teoria tradicional que não consegue superar as contradições da própria realidade.

A obra citada teve grande influência na produção sociológica recente e pode refletir todo um conjunto de esforços que obscurecem o caráter fetichista das relações sociais capitalistas. Segundo nosso entender, seu problema principal está no fato de que privilegia o caráter empírico e relativista da pesquisa considerando a política, as instituições e a economia como variáveis de formas tão diferentes quanto forem os projetos abraçados pelos empresários empreendedores, cobertos, por sua vez, por um governo empreendedor. Aqui se completa o esvaziamento do olhar crítico que pode ter a teoria, que parte do suposto epistemológico de que as relações de produção condensam a constante luta antagonista e de que as forças produtivas são a materialização das mesmas.

III. 1. 5. 1. Da sociedade em rede para o conceito de trabalho imaterial, capitalismo cognitivo e sociedade do conhecimento e algumas tensões comuns à social democracia.

Se o paradigma informacional tornou-se determinante da estrutura social contemporânea, e a forma de rede parece ter se tornado a forma por excelência da organização social na era dos serviços, conforme preconiza Castells, é preciso localizar, nas transformações tecnológicas e administrativas que afetaram os processos de trabalho das empresas emergentes a verdadeira raiz das mudanças em curso. Sob as possibilidades abertas pelo emprego das

novas tecnologias nos processos de trabalho, desterritorialização e desconcentração das grandes unidades fabris, que anteriormente viabilizaram a eficiência da produção fabril em massa, resultaram numa nova arquitetura produtiva. Cidades e fábricas, afirmam Negri e Hardt (2001), foram dispersas e esvaziadas. O controle da produção pôde ser reorganizado em unidades dispersas a partir do momento em que a informação se encarregou de integrar os fazeres dos trabalhadores.

Para os teóricos do trabalho imaterial a teoria da ‘sociedade em rede’ efetua “uma ampla análise da forma social da produção, mas que não inclui a produção da subjetividade como conteúdo da valorização” (NEGRI, 2001a, p. 47). Portanto, é a partir do ponto onde a análise da ‘sociedade em rede’ estanca que o conceito de trabalho imaterial parece começar a construir sua própria leitura sobre o tema.

Os teóricos do trabalho imaterial têm ocupado espaço importante no debate contemporâneo sobre o pós-fordismo, angariando, ao mesmo tempo, esforços de crítica não menos consistentes. Dentre eles, autores brasileiros como Prado (2005) e Lessa (2005) fazem aporte significativo no sentido de pontuar o apego de tal teoria a uma leitura de certo modo positiva da crise do capitalismo, com a novidade, segundo palavras de Lessa, de o fazerem “de um ponto de vista aparentemente de esquerda” (idem, p. 75).

Começemos situando a intervenção de Negri e Hardt (2001) quando denuncia a presença de uma tendência desenvolvimentista impregnada por uma concepção evolucionista das mudanças sociais nas teorias do pós-fordismo. Segundo eles, na medida em que a maior parte dessas teorias convencionou pensar a mudança como resultado da alteração de paradigmas econômicos, deixou-se perder a dimensão política e qualitativa que tais mudanças implicam. Referem-se, neste aspecto, ao procedimento metodológico comum baseado na eleição de um setor dominante da economia como critério de caracterização de

cada momento histórico. Se à sociedade agrícola medieval sucedeu a sociedade industrial, pautada na intervenção humana direta sobre a matéria-prima, estaríamos no interior de “um terceiro - e atual - paradigma, no qual oferta de serviços e o manuseio de informações estão no coração da produção econômica” (idem, p. 301). O equívoco desse tipo de análise ‘etapista’ estaria no fato de não conseguir apreender que a penetração de um padrão sobre o anterior - como se deu no caso da economia industrial sobre a era agrícola - redefine as hierarquias na economia global porque, ao invés da convivência entre distintos níveis de desenvolvimento, dá-se, ao contrário, uma transformação decisiva em cada um dos setores de atividades¹⁷⁹. Nesse sentido, os processos desencadeados pelo avanço da ciência e da tecnologia enquanto forças produtivas diretas, inaugurando um novo papel da informação nos processos produtivos, também não conseguem ser devidamente apreendidos a partir de critérios de análise etapistas.

A fase atual, viabilizada pela integração, ou, para ser mais preciso, pela própria subordinação do momento produtivo aos da financeirização e comercialização, estaria sendo marcada pela construção de uma nova relação social e uma racionalização específica dos processos de trabalho diante do tratamento da informação, procurando-se enfatizar que “a história da passagem de uma forma de cooperação à outra não está ligada à mudança tecnológica, e às

179- Negri exemplifica mostrando o que se deu na passagem da agricultura para a grande indústria, lembrando que « não só a produção agrícola caiu quantitativamente (tanto na percentagem de trabalhadores empregados como na proporção do valor total produzido), mas também – o que é mais importante – a própria agricultura foi transformada. Quando a agricultura caiu sob o domínio da indústria, mesmo ainda sendo predominante em termos quantitativos, ela se tornou sujeita pressões financeiras da indústria, e, sobretudo, a produção agrícola foi industrializada. A agricultura, é claro, não desapareceu; continuou sendo elemento essencial das modernas economias industriais, mas já como agricultura transformada e industrializada» (NEGRI; HARDT, 2001 p. 32).

leis de evolução do modo de produção capitalista, mas às modificações na subjetividade operária (LAZZARATO, 1992, *idem*, p. 57).

Para se compreender as dimensões e a qualidade do trabalho que está se configurando na ordem atual, os etapistas partem da contribuição analítica desenvolvida por Tètre, já na década de 80, que entende a terciarização como um processo que envolve algo maior do que o mero aumento das atividades voltadas aos serviços, pois tal processo indica o próprio “desenvolvimento das relações de serviços” (LAZZARATO, 2001, p. 44). Para Tètre, a fina integração que marca a relação entre consumidor e produção nasce com a superação do taylorismo, de modo que os serviços ganham novo significado porque passam a ser suporte da construção de um novo processo que, por sua vez, pauta as relações entre concepção e inovação (*idem*, *ibidem*). Daí, então, que essas relações indiquem a passagem de uma nova forma de organização do trabalho num modo de acumulação predominantemente marcado pela superação dos paradigmas fordistas.

Os setores ligados aos serviços produzem trabalho imaterial, ou seja, um produto cultural, de comunicação ou conhecimento; transformam, portanto, práticas laborais a ponto de tornarem “as máquinas interativas e cibernéticas uma nova prótese integrada a nossos corpos e mentes, sendo uma lente pela qual redefinimos nossos corpos e mentes. A antropologia do ciberespaço é, na realidade, um reconhecimento da nova condição humana” (NEGRI; HARDT, 2001, p. 312). É nesse sentido que o conceito de trabalho imaterial nasce como categoria explicativa que se propõe a expressar a vigência do modelo dos setores de serviços agora expandidos a todas as práticas produtivas e vitais, incluindo serviços pessoais e afetivos que produzem formas comunitárias, biopoderes emanados de um tipo específico de união entre ação econômica instrumental à ação comunicativa das relações humanas. Segundo afirma Negri, “a comunicação não ficou empobrecida, mas a produção foi enriquecida até o nível de complexidade da interação humana” (*idem*, p. 314).

Finalmente, Negri distingue três tipos de trabalho imaterial que

“impulsionam o setor de serviços, no topo da economia informacional. O primeiro está envolvido numa produção industrial que foi informacionalizada e incorporou tecnologias de comunicação de um modo que transforma o próprio processo de produção. A atividade fabril é vista como serviço, e o trabalho material da produção de bens duráveis mistura-se com o trabalho imaterial e se inclina da direção dele. O segundo é o trabalho imaterial de tarefas analíticas e simbólicas, que se divide na manipulação inteligente e criativa de um lado e nos trabalhos simbólicos de rotina do outro. Finalmente, a terceira espécie de trabalho imaterial envolve a produção e a manipulação de afetos e requer contato humano (virtual ou real), bem como trabalho do tipo físico. Esses são os três tipos de trabalho que impulsionam a pós-modernização da economia global” (NEGRI; HARDT, 2001, p. 314)

A definição de trabalho imaterial refere-se ao que Lazzarato chama de duas fenomenologias do trabalho. Por um lado o conteúdo informacional da mercadoria acarreta modificações no trabalho operário das grandes indústrias e empresas de serviços, levando a um necessário deslocamento da centralidade do trabalho material em direção ao trabalho imaterial, uma vez que este - entendido como atividades de processamento de informação e comunicação tanto horizontal quanto vertical - passa a subordinar cada vez mais o trabalho material. Ao mesmo tempo, o trabalho imaterial, segundo definição do autor, refere-se “às atividades que não estão codificadas como trabalho. Ou seja, aquelas que produzem normas culturais e artísticas (modas, gosto, opinião pública) antes reservadas à burguesia” (LAZZARATO, 1992, p. 54). Segundo Gorz (2005), os novos aportes garantidos pela informatização, desenvolvem novos saberes, assim como revalorizam aqueles saberes que não são formalizáveis ou substituíveis. Trata-se dos saberes produzidos pelo próprio sujeito individual, ao longo de sua trajetória cotidiana, no decorrer da qual compõe seu repertório único, particular e não sistematizável; trata-se do saber incorporado e produzido por sua própria experiência de vida e que lhe permitirá ‘capitalizar’ condições apropriadas para o discernimento, “a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação” (GORZ, 2005, p.9).

No pós-industrialismo, uma nova figura do trabalho pode ser descrita pelo emprego do trabalho intelectual e afetivo¹⁸⁰. O valor encontra hoje sua fonte na inteligência e na imaginação¹⁸¹. O saber do indivíduo conta mais que o tempo da máquina. O homem, carregando consigo seu próprio capital, carrega igualmente uma parte do capital da empresa¹⁸². Essa capacidade de tomar para si uma nova fonte de produtividade - de subsunção ao capital daquilo que chamam de 'toda a vida' - teria sido apontada por Marx nos Grundrisse sob a noção de um cérebro social, ou de um saber social geral, que, uma vez transformado em força produtiva direta submete as condições do processo social de vida não apenas como "a forma de saber, mas como órgãos diretos da práxis social do processo social da vida" (MARX, 1985, p.115). Em poucas palavras, trata-se, "de um saber vivo adquirido no trânsito cotidiano, que pertence à cultura do cotidiano" ¹⁸³ (idem, p. 9).

Depois dos anos 70, afirmam os teóricos do trabalho imaterial, com base no que já fora indicado por Tèrre, essas atividades passaram a exercer uma função decisiva no interior dos processos produtivos, mudando radicalmente a relação entre produção e consumo, pondo, assim, em cheque a teoria valor-trabalho tal qual Marx a formulou. Neste ponto, segundo sua própria expressão "se

180- Ver Moulher- Boutang.

181- Gorz.

182- Centre des Jeunes Dirigeants d'entreprise, *L'entreprise au XXIe siècle*, Paris, Flammarion, 1996.

183- Gorz explicita a natureza dessas atividades: «Os trabalhadores pós-fordistas, ao contrário, devem entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural que eles adquiriram nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais, etc. É nessas atividades fora do trabalho que são desenvolvidas sua vivacidade, sua capacidade de cooperação. É seu saber vernacular que a empresa pós-fordista põe para trabalhar, e explora» (idem, p. 10).

dá a reviravolta” (NEGRI e LAZZARATO, 2001, p. 48) da dialética produção/consumo, descrita por Marx nos Grundrisse (1985) que serve como ponto forte da crítica aos próprios fundamentos da teoria do valor marxista. Nas palavras de Negri (1997)

“do papel atribuído anteriormente ao trabalho direto, sabe-se agora que a força de trabalho que, criando mais-valia, hoje se coloca hegemonicamente no centro produtivo, já é essencialmente imaterial: vale dizer, trabalha de modo intelectual com empreendimento autônomo e com fortes e independentes capacidades de cooperação” (idem, Folha de São Paulo).

O termo ‘sociedade do conhecimento’ surge, então, como o melhor modo para designar um novo estágio social brotado das mutações decorrentes da também chamada ‘terceira revolução tecnológica’. Ele está diretamente ligado à noção de que a teoria econômica tradicional, bem como a de recorte marxista, não teria fundamentos entre seus modelos explicativos para dar conta das particularidades do atual estágio de produção e distribuição do conhecimento. Agora é o saber vivo que se torna a fonte do valor; o saber vivo que, segundo Gorz (2003), é a própria base dos processos de comunicação “e da auto-organização criativa e continuamente renovada. O trabalho do saber vivo não produz nada materialmente palpável”, conduzindo à passagem para uma nova fase do capitalismo, o capitalismo pós-industrial, definido por Boutang como aquele centrado numa “nova figura hegemônica do trabalho, marcada pelo seu caráter cada vez mais intelectual e imaterial”.

A particularidade desse novo modo de produção está no fato de que os ‘produtos ideológicos’ - o gosto, a arte, a linguagem - passaram a ter papel fundamental nos processos de autovalorização do capital, pois as atividades intelectuais foram subsumidas no econômico. Assim, as categorias de análise econômicas não seriam mais apropriadas para qualificar tal especificidade. Ora, se a ideologia tornou-se, ela própria, uma mercadoria, o modelo estético seria o mais apropriado para dar conta da dinâmica específica da fase pós-taylorista, na medida em que, na relação autor/reprodução/recepção, considera-se não apenas

os elementos subjetivos dos processos produtivos, mas, sobretudo, a dimensão coletiva ou de massa da reprodução.

Indo mais longe, esse novo modo de produção não se baseia mais na centralidade dos antagonismos entre capital e trabalho, pois as novidades tecnológicas que desencadearam novos mecanismos de produção industrial da comunicação tornaram-na objeto de produção não mais individual, mas coletivo, ou seja, uma produção que se realiza sob o domínio da 'intelectualidade de massa'. Da mesma maneira, a teoria do valor teria envelhecido diante da desmesura da acumulação social em razão da aplicação da ciência e da técnica (conhecimento) nos processos de trabalho. Negri e os teóricos do trabalho imaterial comungam com Gorz a perspectiva de que, dada a nova identidade entre capital e conhecimento, o capital, enquanto sujeito antagonista, teria se tornado uma construção sem sentido na era do capitalismo cognitivo. Negri (1998) sustenta, ainda, que a relação do trabalhador com o capital fixo foi absolutamente subvertida, posto que o emprego do trabalho, que agora é intelectual, deslocou a centralidade do capital fixo pensado enquanto instrumento de trabalho. No pós-industrialismo, a principal fonte de produção do valor seria essa capacidade de instrumentalizar as capacidades humanas, não mensuráveis ou formalizáveis, que constituem a própria vida cotidiana e toda a rede de relações interpessoais dos trabalhadores, portanto, tomando para si todo o tempo, visível ou invisível, que os sujeitos individuais dedicam para a sua própria formação ou desenvolvimento pessoal ou cultural. "Nessas condições, o trabalho, que desde Adam Smith é tomado como substância de valor comum a todas as mercadorias, deixa de ser mensurável em unidades de tempo" (GORZ, 2003, p. 9) e, eis o corolário lógico desse tipo de perspectiva, "toda a produção, de modo cada vez mais pronunciado, se assemelha a uma prestação de serviços" (idem, p.10). O ingresso num novo tipo de capitalismo aparece agora, sob o fetichismo da crise da teoria do valor-trabalho, aos olhos dos autores, como uma crise da sociedade salarial, que estaria apontando para sua própria dissolução e para a emergência de uma sociedade

dos serviços.

Também para Rullani (2003), assim como para Negri, a teoria do valor - seja na tradição marxista, seja na tradição liberal - teria se tornado incapaz de dar conta das novas características do capitalismo moderno porque o conhecimento, sua fonte central de valorização, passou a ser fundamental tanto para o trabalho quanto para o capital, já que ele é a força motriz que põe em movimento o processo de produção. Esse dilema já antigo ao capital permite que, agora, ele possa subsumir o conhecimento, possibilidade aberta pelos processos de virtualização, que ousaram separá-lo “de seu suporte material” (RULLANI, 2003).

O alcance do que parecia uma antiga utopia pelo capital, no entanto, não se faz sem constrangimentos. É unânime dentre os teóricos do assunto, a necessidade de destacar que o processo de conhecimento é aleatório, não-linear, individual, ou incerto. Assim sendo, não “é ponto fixo sob o qual basear o valor trabalho” (RULLANI, idem) porque não tem valor-custo de referência. Seu valor só pode ser determinado por um poder de limitar sua difusão por meio de práticas jurídicas de controle de patentes, direitos autorais, contratos e licenças. A escassez, ao contrário, não é mais do que uma condição artificial do conhecimento que, posto a serviço da produção, não faz mais do que conservar e transmitir o valor do capital aos processos em curso.

Mas, nesta altura da construção da revisão da teoria do valor persiste a pergunta: como se dá tal deslocamento que teria sido capaz de transformar o processo de comunicação social em processo direto de valorização, ou processo que levou a uma subsunção da comunicação ou do social, no econômico? De acordo com a noção desenvolvida pelos teóricos do trabalho imaterial, é a subjetividade do trabalhador que ativa o sistema cooperativo da grande empresa. Segundo Lazzarato, (1995) o trabalho intelectual passou a ocupar lugar importante no sistema de dominação indireta. Cabe ao trabalho se ocupar da transmissão - às diferentes unidades de trabalho - das exigências de rentabilidade financeira

impulsionando as cadeias que ligam os diferentes segmentos da produção e da circulação de mercadorias, ganhando nova atuação no gerenciamento dos Recursos Humanos. As relações de comando não estariam mais confinadas à estrutura hierárquica produzida pela rígida separação entre concepção e realização. Nesse sentido,

“Trata-se das duas faces do mesmo processo na medida em que um aprofundamento e um desenvolvimento da subjetividade são o pressuposto e o resultado das formas de cooperação e de coordenação do trabalho. Com efeito, o trabalhador da grande empresa deve ser capaz de “analisar uma situação”, de “tomar decisões”, de controlar os imprevistos e ao mesmo tempo de ser capaz de ter uma capacidade de comunicação, porque as tarefas prescritas não se referem mais às operações codificadas antecipadamente, mas à continuidade do fluxo, ao fato de que o sistema técnico “deve funcionar” LAZZARATO, 1995, p. 55).

O trabalhador, mais que um apêndice da máquina estaria se tornando um intermediário, um relays comunicacional da integração cada vez mais resulta na relação equipe/sistema. Seria o sujeito ativo da coordenação das funções diferentes da produção e o coração do produto, diz Lazzarato não é outra coisa senão “a aprendizagem coletiva” (LAZZARATO, 1995, *idem*).

Tal novidade propicia a mobilização da própria personalidade do trabalhador, uma vez que

“A informatização da indústria tende a transformar o trabalho na gestão de um fluxo contínuo de informações. O operador deve ‘se dar’ de maneira contínua a essa gestão de fluxo; ele tem de se produzir como sujeito para assumi-lo. A comunicação e a cooperação entre operadores são parte integrante da natureza do trabalho. O desempenho depende, sobretudo, dos aspectos sistêmicos e das relações entre os indivíduos, escreve Pierre Veltz” (GORZ, 2003, p. 17-18).

O comando capitalista da produção encontrou nas normas comunicacionais a possibilidade de produzir as relações de subordinação transformadas, agora, no próprio conteúdo do trabalho, dado o desenvolvimento das forças produtivas. Ele se define, então, pela capacidade de ativar as hierarquias da sociedade capitalista e acionar um sistema cada vez mais integrado

pelos fluxos financeiros e de mercado.

“O que as empresas consideram “seu” capital humano, é, pois, um recurso gratuito, uma “externalidade” que se produz sozinha, e que continua a se produzir, e da qual as empresas apenas captam e canalizam a capacidade de se produzir. Esse capital humano, é evidente, não é puramente individual. A produção de si não se opera ex nihilo; ela se efetua sobre a base de uma cultura comum transmitida pela socialização primária e de saberes comuns” (GORZ, 2003, p.20)

Mas, nota-se, para Negri e demais teóricos do trabalho imaterial, isto se daria em razão de um processo histórico da resistência operária que não permitiria mais ao capital apresentar-se como sujeito da produção social, vendo-se obrigado a encorajar a subjetividade e a cooperação, pois a chave da produtividade está no trabalho coletivo e autônomo; logo, seria um equívoco explicar as transformações da produção capitalista como produto das mudanças tecnológicas. Ao contrário, é na subjetividade operária coletiva que se encontra o dispositivo principal da dinâmica capitalista (idem, p. 58). Para Gorz, estariam dadas as possibilidades práticas de uma outra economia, para além do capitalismo cognitivo, que se apropria e privatiza todo o patrimônio cultural da humanidade. Posto a serviço da humanidade, disponível para a realização das individualidades e dos coletivos, a socialização dos saberes e competências, por meio da nova base material alcançada pela humanidade, contém a chave para a construção de uma ordem comunista.

O capital redefine sua competência na e da gestão dos processos de trabalho em razão da resistência - um século de lutas - ao taylorismo que exprime de forma “científica” a representação do capital como sujeito. Mais do que um vigilante do sistema de máquinas, o trabalhador deve ser agora um elo na integração equipe sistema. A utilização de sua personalidade acontece no sentido de que ele deve criar novas competências, pois já não pode mais ‘aparecer’ como sujeito do comando. O trabalho imaterial designa, então, essa nova tendência de organização da força produtiva e do comando capitalista multinacional: a massa

operária reestruturada pelos processos de produção informatizados e autonomizados, regidos de maneira centralizada por um proletariado intelectual cada vez mais numeroso e cada vez mais engajado no trabalho em informática, em comunicação, em formação. O proletariado pós-fordista, o povo do operário social é sustentado e constituído pela imbricação permanente da atividade técnico-científica e pelo duro labor da produção de mercadorias, pelo empresariado de redes onde esta imbricação se manifesta, pela combinação cada vez maior e a recomposição do tempo de trabalho nas formas de vida“ (NEGRI, 1993, p. 73). São os limites inultrapassáveis dos quais fala Gorz (2003).

Neste ponto, é possível indicar a passagem mais problemática da teoria do trabalho imaterial. Seus autores parecem se deixar levar por profundo otimismo extraído de experiências pontuais de reestruturação dos processos produtivos, conduzidas sob a direção do conceito de polivalência das funções e de participação nos locais de trabalho, como uma tendência universalizante na qual se daria um movimento de reapropriação do trabalho por parte do operariado pós-fordista. Como se fosse possível que a produção da subjetividade do operariado, sob o comando do capital e o imperativo de valorizar o valor, caísse para fora do circuito em que se trava a relação com o capital.

A velha e constante mistificação da teoria econômica liberal reaparece aqui, ainda que os autores busquem a sua negação. Ao enfatizarem o caráter não corpóreo das atividades que produzem o valor - indicando uma passagem nascida de processos de resistência do operariado, mas também de novas possibilidades alcançadas pelo desenvolvimento das forças produtivas - recaem naquilo que Marx apontou como a própria encruzilhada da economia burguesa: a não aceitação de que o valor de uso do capital fixo expressa-se, nada menos, do que na sua qualidade enquanto motor das condições antitéticas, antagônicas que fundam as relações sociais tipicamente capitalistas. Tornam a considerar os meios de trabalho como meios de trabalho em geral, desprezando sua característica capitalista; o cérebro social, o *general intellect*, que aparece a

eles como novidade, perde aquilo que Marx apontou como sendo sua maior característica, a de ser produto da arregimentação do trabalhador pelo capital, assim como de todas as forças produtivas disponíveis na sociedade, e que tão mais complexo se torna quanto mais aparece como força desligada ou autônoma em relação ao modo de produção tipicamente capitalista, quanto mais aparece como condição natural do progresso geral da humanidade, progresso em direção á modernidade, e a libertação humana das imposições da natureza¹⁸⁴.

Poderíamos afirmar, se usarmos as categorias marxistas, que o desenvolvimento do trabalho imaterial designa antes o avanço do capital, a superação de limites historicamente impostos à universalização da troca como critério de sociabilidade capitalista. Tal avanço, como foi exposto no primeiro capítulo deste trabalho, não pode estar colado a uma perspectiva smithiana de quantificação da riqueza socialmente produtiva. Marx mostrou, em seu debate com a economia política burguesa, que o trabalho produtivo - visto a partir da totalidade do processo de valorização e reprodução do valor - só pode ser tomado para efeito de análise enquanto se reconheça nele a expressão de uma dada relação social. É a qualidade das relações sociais tipicamente capitalistas - que subsumem todas as forças sociais e naturais sob comando do capital - que designa o critério para definição do valor, jamais a quantidade ou a especificidade da tarefa, do meio de trabalho, das matérias-primas, ou o tipo de meios empregados no processo de circulação do capital. Portanto, a simultaneidade dos capitais em seu processo de valorização - os imperativos pela redução do tempo durante o qual o capital se nega e não valoriza estando em circulação (momento no qual assume a forma-dinheiro, que atua, portanto, como mercadoria, de modo a não interromper o processo de valorização), a necessidade orgânica de

184- Conforme desenvolvido no Capítulo 1.

organizar funções de gestão estatal e ideológica sem a qual a totalidade não se realizaria - não permite que possamos admitir que uma certa positividade das mutações produtivas cegue nossa capacidade de perceber - sob mudanças moleculares ou de grande investidura - em que medida o capital penetra, cada vez mais, no que antes foi subterrâneo do processo de valorização, e torna-se também uma nova frente de apropriação do trabalho vivo.

A categoria 'trabalhador coletivo' é tomada por estes teóricos em sua dimensão concreta por entenderem que só essa dimensão seja capaz de abranger a conformação heterogênea nascida das trajetórias históricas e profissionais das diferentes funções requeridas. Desse modo, trabalho feminino, trabalho temporário, aspectos étnicos e culturais, que conformam a identidade dos trabalhadores, passaram a ser compreendidos como apropriação dos sujeitos de sua própria subjetividade, e cujas práticas expressam o grau de aliança ou de ruptura com o capital. Lazzarato (1992) toma como referencial histórico a forma de cooperação que marcou a grande indústria. Por essa via de análise, que procurou resgatar as dimensões concretas e singulares do trabalho vivo, os teóricos do trabalho imaterial colidem com a noção marxista de trabalho abstrato - enquanto categoria possível de ser elaborada apenas nas sociedades onde a mais-valia tornou-se central (LESSA, 2005, p. 25) - e caem em algumas armadilhas que precisam ser desarmadas.

A questão da autonomia nos locais de trabalho e a amplificação do circuito da valorização, para além do espaço fabril tradicional, não podem ceder a uma espécie de tipificação, pois, à luz das análises sobre situações reais, o comando capitalista aparece em toda a sua virulência, indicando as novas estratégias de sujeição do trabalhador ao capital. Desta forma, tornando-se mais um elo na cadeia informacional, o trabalho nas grandes empresas desafia a cooperação produtiva a desenvolver mecanismos que encarcerem as ideologias participacionistas ao âmbito da reprodução das relações técnicas e hierárquicas que delimitam o campo subjetivo aos interesses do capital.

Nas últimas décadas, tanto dentro quanto fora dos locais de trabalho, o capital tem radicalizado a tendência de abarcar todas as dimensões da vida. Confundindo sintoma com o próprio diagnóstico da situação, os teóricos do trabalho imaterial, como mostra Lessa (2000), percebem a supressão do trabalho como resultado da recusa ao trabalho taylorizado, levada efeito pelo operário que também pôs-se a questionar as imposições do Estado do Bem Estar- Social, e imbuído da decisão de construir um novo modo de vida, mais próximo ao estilo comunista, optou por dedicar sua força produtiva às tarefas imateriais, criativas e polivalentes.

Tudo aparece como se a supressão dos postos de trabalho fosse resultado da luta entre subjetividades completamente descoladas da objetividade antagonista entre capital e trabalho, que permite e obriga o primeiro a empregar a ciência e a técnica como mecanismos diretos de aperfeiçoamento das formas de valorização, de extração da mais-valia. Sabe-se também que o consentimento necessário para a reprodução da dominação nesta fase da cooperação produtiva não prescinde de forma absoluta da visibilidade do domínio capitalista. As expressões de resistência comprovam isso e indicam a efetividade das contradições entre sujeitos antagonistas. Mesmo porque o próprio limite do alcance das iniciativas autônomas dos trabalhadores é sempre visível e restritivo. Mas os teóricos do trabalho imaterial são imbuídos de profundo otimismo, nascido da amplificação do pólo positivo da crise do capital, que resulta da compreensão de uma crise da dialética. Essa noção lhes permite suprimir a dimensão da negação como elemento fundante da realidade, restando, portanto, apenas a dimensão da afirmação. Se o capital suprime o trabalho vivo, seguindo essa lógica de causa e efeito que passa a alicerçar o raciocínio dos autores, eis que é chegada a era do tempo livre e a única via razoável para a libertação social é a reivindicação de uma renda de vida garantida que pudesse confrontar-se, ou atuar como contrapeso dos limites do capitalismo em subsumir os saberes e transformá-los em capital cognitivo, ou seja, capital disponível à humanidade para que leve a

efeito todas as suas potencialidades criativas.

No entanto, a retórica não subsiste ao peso dos processos reais. Passemos em breve revista os rumos tomados pelo movimento sindical em escala mundial. O primeiro aspecto a considerar, segundo Guillon (2000), é o elevado grau de sua internacionalização em razão da complexificação e multiplicidade da estrutura atual das trocas, em virtude das redes e fluxos produtivos e financeiros que constituem o nosso cenário. Lugar da organização institucionalizada da resistência dos assalariados diante do poder do Estado, empresas e instituições financeiras, o sindicalismo lapidou-se aos novos imperativos despregados da noção de 'sociedade em rede' passando a desenvolver-se junto, ao lado e em função das mudanças ocorridas no próprio cerne do Estado-Nação em tempos neoliberais. O agenciamento da produção e a forma assumida pela dominação capitalista - por meio dos organismos financeiros internacionais como FMI, OMC - foram acompanhados da internacionalização e de uma nova regionalização dos sindicatos em face aos programas de privatização, à instauração de novos conceitos de políticas públicas e à implantação massiva de inovação tecnológica aos processos produtivos que desencadeou, ao mesmo tempo, profundas rachaduras na noção taylor-fordista de plantas industriais. A relação com os governos neoliberais, na maior parte das vezes, indicou uma dessindicalização efetiva, em vista dos processos de privatização. Para os teóricos da sociedade do conhecimento, o neocorporativismo não seria a face oculta, de uma agenda universalizante, que estaria a preparar a sociedade de serviços onde os sujeitos individuais seriam portadores de novos potenciais emancipatórios?

Mas, essas investidas conceituais não podem, dentro dos marcos teóricos que elaboram, dar-se conta da dinâmica contra-ofensiva do capital na ordem neoliberal, atuando no sentido de buscar a desregulamentação financeira e garantir o livre fluxo de capitais, por meio da liberação de investimentos diretos estrangeiros e encorajamento para retirada de cláusulas restritivas presentes nos códigos jurídicos dos Estados Nacionais. Se tudo decorre de uma nova qualidade

do trabalho - que teria atacado a teoria do valor-trabalho - onde estariam, então, as razões pelas quais as condições de vida nos países avançados têm se tornado mais próximas daquelas dos países em desenvolvimento? Fala-se em 'brasilinização' das sociedades européias. Seria tal termo um ponto de fuga em relação ao quadro teórico que enterrou a teoria do valor? A agenda de intervenção política das esquerdas não tem outra saída a não ser atualizar seu confronto com o reformismo.

III. 1. 5.2. A noção de redes sociais e o liberalismo econômico

A noção de que as redes tecnológicas e comunicacionais seriam portadoras de um valor que daria a seus proprietários o passaporte – tanto individual como na dimensão de grupos ou até mesmo nações –, o que permitiria maior mobilidade no mercado, está fortemente arraigada às concepções liberais que procuram definir estratégias de governabilidade assentadas na noção de 'capital humano' como o substituto do capital industrial. Se este último era compatível com a noção de oposição entre capital e trabalho, agora, afirmam os propagandistas, o 'capital humano' vincula-se à perspectiva de uma mobilidade social muito mais 'democrática', já que o 'conhecimento' está disponível nas redes a todos os 'indivíduos'. Dentre as características destacadas da Informação e do conhecimento, os teóricos insistem em arrolar o fato de que

“Todo conhecimento passível de formalização pode ser abstraído de seu suporte material e humano, multiplicado quase sem custos na forma de software e utilizado ilimitadamente em máquinas que seguem um padrão universal. Quanto mais se propaga, mais útil ele é a sociedade. Seu valor mercantil, ao contrário, diminui com a sua propagação e tende a zero: o conhecimento torna-se um bem comum acessível a todos” (GORZ, 2003, p. 10).

Seguindo essa lógica, entendem que, desde que as políticas públicas

ou privadas de capacitação e qualificação sejam levadas a efeito por governos e empresas comprometidas com uma conduta de 'responsabilidade social', o capitalismo pode alcançar um estágio de equilíbrio e justiça, porque estariam dadas as condições de democratização e distribuição racional do capital. Sendo intangível, o 'conhecimento' pode ser acessível às massas.

Autores como Dosi (1990), Stiglitz (1996) Foray e Lundvall (1999) são alguns dos que teorizam sobre a emergência de um novo paradigma baseado na economia da inovação e do conhecimento como desafio à teoria neoclássica que, segundo eles, tornou-se incapaz de sustentar as estratégias de transição de modo a diminuir os riscos de instabilidade e polarização entre nações ou proprietários do conhecimento. No que diz respeito à teoria marxista, afirmam, a nova fase do capitalismo não deve mais usar as classes sociais como referência de análise. No lugar de classes os termos mais adequados seriam capital humano, capital social, capital cultural e cidadania. Parece haver um consenso entre estudiosos como "Nan Lin, Bourdieu, Coleman, Ericson, Portes, e outros, de que o capital social consiste em recursos que se encontram enraizados nas relações e na estrutura sociais, os quais podem ser mobilizados quando um ator deseja aumentar a probabilidade de sucesso em ações intencionadas" (DEGEME, 2004, p. 305). Em sendo assim, para Nan Lin, por exemplo, o capital deve ser mensurado para que a posição do indivíduo seja identificada no sistema de estratificação. A relação entre indivíduos, a posição por eles ocupados na estrutura mais ampla, e a rede pessoal a ser constituída como estratégia para obtenção de melhores resultados são algumas das questões que orientam investigações sociológicas contemporâneas. Para ele, "a teoria da escolha racional explica a congruência de status, já que, o capital social de um indivíduo depende da posição dos membros da sua rede no sistema de estratificação" (DEGEME, 2004, p. 303).

Assim, no horizonte dos problemas, reconhecidos por amplas parcelas de sujeitos sociais atuais, emerge como proposta para superar os 'novos desafios'

a insistência no incentivo ao aprendizado contínuo, no avanço do conhecimento, na definição de políticas públicas que permitam uma noção de desenvolvimento humano menos tecnicista, ou do capital humano como valor não apenas econômico, mas 'humanista'. A título de exemplificação dessa nova demanda política de caráter neoconservador reproduzimos longo trecho:

“Uma visão alternativa oferecida à dominante contempla:

- Controle social sobre o ritmo e a orientação do crescimento econômico e da inovação, submetendo as prioridades do crescimento econômico e do desenvolvimento científico e tecnológico a princípios de inclusão, equidade e coesão social, de sustentabilidade ambiental e de caráter ético com respeito a seus meios e finalidades.
- A subordinação dos mecanismos próprios de apropriação privada de informações, saberes e conhecimentos à universalização do acesso daqueles de interesse público e social.
- A percepção do trabalho, não somente como fator de produção (em que o trabalhador é visto como mero sinônimo de “capital humano”), mas como um atributo a ser valorizado e cultivado, ao longo da vida.
- Incentivo ao aprendizado contínuo, não apenas como instrumento de competitividade, mas também enquanto aprendizado social capacitando os indivíduos a se valerem das mudanças técnicas em prol do pleno exercício de sua cidadania e em favor de uma convivência com os demais e com a natureza.
- A promoção do avanço e do conhecimento, orientado não somente para o incremento econômico, mas entendido sobretudo como elemento indispensável ao desenvolvimento humano, em suas múltiplas dimensões.
- A revisão do papel e dos objetivos das políticas públicas e privadas, no sentido de atenderem a esse conjunto de questões.

(...) A nosso ver, no entanto, a resolução das tensões existentes entre a expansão das esferas financeira e técnico-produtiva e a aceleração da globalização, de um lado, e a urgência de adoção de estratégias sócio-político-ambientais mais sustentáveis e de incorporação de princípios éticos, de outro, representa a principal chave de acesso ao terceiro milênio” (LASTRES & ALBAGLI, 1999, p. 25).

Observe-se que os ‘excessos’ do capitalismo na sua versão neoliberal sensibiliza estudiosos que reconhecem a necessidade de intervenção

política para amortecer os efeitos funestos do novo regime de acumulação, que podem por em risco a ‘governabilidade’. Atentas ao papel do aprendizado como base da gestão empresarial e condição competitiva entre-firmas, as teorias da ‘sociedade do conhecimento’ tratam das ‘competências’ próprias a cada firma como o diferencial necessário para manter uma empresa apta a competir no mercado¹⁸⁵. No entanto, é para o aprendizado individual, enfoque dado pela maior parte desses teóricos, que se deve chamar a atenção. Parecem concordar que diferentes contextos podem oferecer maiores ou menores estímulos ao aprendizado individual, mas sem dúvida, entendem que, é no processo de compartilhamento e troca de conhecimentos que os ‘indivíduos’ passam a pertencer a uma cultura organizacional, no interior da qual crenças e valores são, também, partilhados. Conforme apontam Lastres e Ferraz (1999), o contexto japonês parece ser o que mais fornece exemplos práticos dessa retomada do individualismo competitivo:

“Nonaka e Takeuchi (1999), por exemplo, propõem as bases de uma nova teoria da criação e gestão de conhecimentos em organizações. Nesta discussão antepõem as bases tradicionais de uma filosofia competitiva de organizações que colocam a ênfase no indivíduo como agente principal de acumulação do conhecimento contra o desenvolvimento e adoção de práticas eficientes de “criação coletiva de conhecimentos ao nível das organizações (organizational knowledge creation)” (idem, p. 50).

185- Em estudo sobre as teorias da Economia da Informação, Lastres e Ferraz afirmam: “Do ponto de vista da concorrência e gestão empresarial, Bessant et al. (1999) propõem que o aprendizado como um processo que envolve uma combinação de experiência, formação de conceitos e experimentação. Três componentes principais estão envolvidos em tal processo. O primeiro diz respeito à acumulação e desenvolvimento de “competências centrais”, que diferencia as firmas entre si, oferecendo ou não o potencial de vantagem competitiva para cada uma. O segundo é a dimensão temporal: o aprendizado – como processo contínuo e cumulativo – envolve um processo de longo prazo ao longo de toda uma organização; o terceiro componente do aprendizado é sua idiossincrasia: os processos de aprendizado são próprios das organizações e seus ambientes e dificilmente replicáveis por outras” (IDEM, 1999, p. 49).

A atenção a estas demandas é essencial à própria reprodução do que chamam nova fase do capitalismo, baseado, por sua vez, em violentas estratégias competitivas. Violentas a ponto de permitirem a maturação de uma crise de governabilidade da burguesia e de seus aparelhos de hegemonia¹⁸⁶. Eis que o fetiche do conhecimento assume, então, uma saída teórica. Insistimos em exemplificar este ponto:

“Foray e Lundvall (1996), por sua vez, apontam para: (a) o risco de ameaça à coesão social das economias se a dimensão social e distribucional das políticas que vêm promovendo a implantação das infra-estruturas de informação for negligenciada; (b) a importância da promoção de capacitações e competências e particularmente da capacidade de aprender, como elementos fundamentais em qualquer estratégia que vise limitar o grau de exclusão social. Assim apontam para o risco de a TI tornar-se o acrônimo de Tribalismo Intelectual ao invés de Tecnologias da Informação” (LASTRES e FERRAZ, 1999, p. 51).

Resgatar a dimensão social, política, ético-valorativa, é o grande desafio para a estabilidade do sistema. Vejamos:

“(…) as estratégias de modernização e crescimento, implementadas nas últimas décadas valeram-se particularmente da “flexibilização” tanto do trabalho, quanto do Estado. Tudo isto dentro de perspectivas subordinadas às injunções de interesses privados internos e externos e submetida à suposta inexorabilidade e imperativo de adaptar-se continuamente às novas exigências.

Outras dimensões vêm sendo marginalmente consideradas ou mesmo excluídas, embora tendo sido recorrentemente reivindicadas ao longo da História. Destacam-se em especial as dimensões social, política, ambiental e ético-valorativa. O desafio maior está em resgatá-las. Até porque mostra-se crescentemente óbvio que, caso não sejam adequadamente incorporadas, estas podem vir a constituir-se em elementos de forte instabilidade e de

186- Ver Martins, 2005, capítulo dedicado à crítica da noção de Nova Economia. O autor analisa os discursos dos principais nomes da economia contemporânea no que diz respeito ao modo como consideram os riscos dos excessos de exploração da classe trabalhadora.

limitação à expansão e à continuidade do próprio padrão paradigma financeiro-técnico-produtivo atual” (LASTRES & ALBAGLI, 1999, p. 25).

Ao mesmo tempo, para além do resgate da dimensão ético-valorativa, a teoria da sociedade do conhecimento atribui uma outra qualidade muito peculiar à qualificação técnico-científica do trabalhador. Para Gorz,

“O saber do indivíduo conta mais [para o valor] do que o tempo de máquina. O homem, portando seu próprio capital, carrega uma parte do capital da empresa” (GORZ apud PRADO, 2005, p. 79).

Na compreensão de José Martins (2005), o destino das idéias que conformaram a noção de uma Nova Economia - para a qual a ideologia de uma ‘sociedade do conhecimento’ contribui de maneira fundamental - teria sido o desastre total de março de 2001 que atingiu as bolsas de valores. Desastre que teve nos EUA o centro irradiador de uma crise que evidenciou o caráter frágil, especulativo e idealizado de um mercado que se apresentava como produto e produtor de uma nova era, baseada na voluptuosidade das empresas *pontocom* e que anunciava, segundo suas palavras, a aproximação de uma grave crise mundial e que obrigou os ‘homens de negócios’ e os seus intelectuais, a reconhecerem a falácia que as idéias do advento de uma Nova Economia representavam. O advento da internet e seus impactos no mercado, finalmente, deu a reconhecer o seu verdadeiro estatuto enquanto meio de circulação das mercadorias, cuja função é encurtar o ciclo de reprodução do processo de valorização¹⁸⁷ e aparecer como esfera autônoma em relação aos ciclos internos do capital. A noção de ‘sociedade do conhecimento’ fez-se central para a emergência

187- “Até os mais insuspeitos representantes da Nova Economia - aqueles mesmos que são os seus maiores beneficiados pelas novas tecnologias, Internet, empresas pontocom, etc. - estão agora denunciando a falsidade de todas aquelas idéias que, de tempos em tempo, em períodos de exuberante expansão do capital. Ressurgem agarradas no velho e nebuloso fetiche da tecnologia” (MARTINS, 2005, p. 70).

dessas grandes corporações e seus intelectuais, e, a despeito das crises que enfrenta e da própria explosão da crise ‘financeira’ nos últimos dois anos, exerce um papel fundamental nas estruturas de representação política em cena.

A teoria do capital humano remonta, no entanto, a um momento e um contexto muito específicos do desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Não é invenção das empresas ‘pontocom’, assim como não pode levar o mérito da invenção de um suposto descolamento entre os saberes, o conhecimento e sua posse por parte do trabalhador, como ilustraram as palavras de Gorz acima reproduzidas. Em ‘A raiz renegada do capital humano’, Saul (2004) recupera a trajetória da construção do conceito, mostrando que ele é expressão dos dilemas experimentados pelo capitalismo norte-americano desde a primeira década do século XX e que, a partir das décadas de 50 e 60, ultrapassa seu estatuto local para tornar-se uma das tentativas mais vigorosas no sentido de sistematização de uma visão institucionalizada de uma sociedade sem classes.

Mas, essa teoria estaria vinculada, conforme mostra o autor, às tendências de pensamento que já haviam marcado as experiências de organização do trabalho elaboradas por Taylor, assim como aos novos conceitos de propriedade, inerentes ao nascimento das grandes empresas de capital acionário. Novo território para os dilemas colocados ao capitalismo, o liberalismo norte-americano, subsume o trabalho pela via do desenvolvimento do sistema taylor-fordista, no qual se combinam os elementos de disciplina, expropriação do saber operário para depositá-los nas mãos da gerência científica, e a uma visão de mundo na qual o ‘trabalho humano’ emerge como fonte principal da produção da riqueza.

Saul (idem, ibidem) mostra que a “revolução mental” propugnada por

Taylor, na qual a criação de uma ciência do trabalho representaria um avanço para as duas partes envolvidas no processo produtivo, pode ser considerada o substrato ideológico das teorias contemporâneas do capital humano¹⁸⁸. O cenário de lutas e conflitos impostos pelo caráter militar da organização do trabalho - pelo nascimento da sociedade acionária como modelo de capital das grandes corporações e pelas mudanças nas correlações de força entre empresas e sindicatos - passou a exigir uma nova forma de se lidar com os conflitos travados no interior da fábrica. Assim, passando por Ford¹⁸⁹, Mayo e a experiência de Hawthorne Works, da Western Electric, que deu origem à escola de Relações Humanas, chega-se, a partir da década de 50, a uma profícua produção sociológica baseada na idéia de valorização do fator humano da produção¹⁹⁰.

188-. Saul, 2004, p. 247.

189- Segundo Saul, Ford, ao instituir o "dia de 5 dólares", justificava essa política como forma de participação dos empregados nos lucros das empresas e de reconhecimento do valor dos homens. Para o autor, « (...) O grande sucesso de Ford não sobreviveu à crise que se instalou durante a Primeira Guerra e à depressão no pós-guerra, mas, sem dúvida, teria comprovado seu ponto de vista, segundo o qual se o empresário dedicasse maior atenção ao elemento humano de seu negócio, veria aumentar a produção e o lucro em maior proporção do que se o fizesse através da introdução de novas máquinas. Apesar disso, a sua lição serviu para atrair a atenção do empresariado para a importância da inversão em homens, "que um cuidadoso estudo deste fator humano era um bom negócio" » (idem, p. 238).

190 - Para corroborar e complementar aspectos tratados no começo do capítulo, vale a pena a citação: « Martin Nicolaus (1982: 46-7) assinala que um projeto de pesquisas realizado com os soldados no período do conflito e publicado posteriormente, *The american soldier*, daria origem a uma organização de pesquisas sociológicas que teria grande projeção no país. A Sociedade Sociológica Americana mudou, em 1958, seu nome para Associação Americana de Sociologia e instituiu uma nova modalidade de formação profissional voltada para o desenvolvimento de pesquisas tecnologicamente sofisticadas com o fim de produzir resultados de interesse para os compradores das corporações e do governo. O ritmo do crescimento das ciências sociais aplicadas cresceria de forma extraordinária nessa época. Isso foi resultado, diz Alvin Gouldner, de um incremento em investimentos promovidos pelo governo com a finalidade de desenvolver, de forma politicamente orientada, apoio a atividades de ajuda social, de

Apesar de já termos tratado do caráter instrumental da sociologia no início deste capítulo, vamos aqui retomá-lo, uma vez que Saul, em seu artigo citado, mostra mais detalhadamente como o desenvolvimento de programas de pesquisa das universidades norte-americanas - voltados aos problemas concernentes aos desafios apresentados pelo sistema educacional de um lado e pelo desenvolvimento da sociedade industrial norte-americana de outro - funda-se no princípio segundo o qual nas escolhas individuais reside o fundamento dos fenômenos sociais e define-se, então, a partir dos princípios liberais, cujo núcleo, segundo Blaug, “consiste na idéia de que o indivíduo gasta em si mesma de formas diversas, não apenas buscando desfrutar o presente, mas procurando rendimentos futuros, pecuniários ou não” (BLAUG apud SAUL, 2004, p. 231).

Autores como Theodore Schultz, Mincer e Petty¹⁹¹, desenvolvem vasta produção teórica em defesa da necessidade de se considerar o “capital humano independente do capital convencional” para se enfrentar o problema dos investimentos em seres humanos e dos problemas ligados à formação do trabalhador. As tensões centrais colocadas à gestão da força de trabalho, sobretudo num contexto governamental que pouco interferia nos processos educacionais, como mostra Saul (idem), são resolvidas pela adoção de um conceito de capital humano que remonta às concepções smithiana e do liberalismo econômico - fundado, por sua vez, na noção de individualismo

desenvolvimento bélico e industrial. Gouldner exemplifica mostrando que, em investigações na área da sociologia e nas ciências sociais em geral foram investidos, em 1962, 118 milhões de dólares, em 1963, 139 milhões, em 1964, 200 milhões (1973: 318)”» (SAUL, idem, p. 239-240).

191- Petty, teria abordado, pela primeira vez, a questão da “inclusão do valor do trabalhador nos registros atuariais”, fundamento da “perspectiva econométrica”. Trabalho também a relação entre formação do trabalhador e a distribuição da renda pessoal (SAUL, 2004, p. 232).

possessivo, conforme conceito por nós analisado no primeiro capítulo deste trabalho.

O grande desafio, ainda, é o de como resolver as tensões da sociedade americana, que caminha a passos largos em direção da derrocada daquele ideal de cidadão americano pequeno proprietário, autônomo e realizador do ‘sonho americano’, como tão bem mostrou Mills, rumo à sua substituição pela ‘sociedade por ações’, na qual posse e gestão do capital se separam, e o funcionário passa a ser o novo modelo de cidadão. A solução encontrada foi o resgate do princípio de que cada indivíduo, tendo a propriedade de si mesmo, a liberdade para fazer os cálculos funcionais – privados –, teria a prerrogativa e a ‘missão’ de defender seus próprios interesses no mercado. Nas escolhas individuais, afirma Saul, “residiria a quinta-essência sobre capital humano” (idem p. 235). A teoria do capital humano, nesse sentido, para esse autor,

“é um produto típico da dinâmica política e econômica da sociedade americana. É produto do capitalismo mais desenvolvido e elemento decisivo da atualização e consolidação do conceito de capitalismo sem proprietários, ou sem classes sociais contrastantes. Em plena Guerra Fria ela veio preencher um lugar já bem determinado dentro do pensamento social americano. E (casualmente?) trouxe um lenitivo para o dilema que ameaçava dilacerar a alma liberal americana desde os tempos de Taylor. Essa condição vem definida com bastante clareza numa frase de Theodore Schultz: “Os trabalhadores tornaram-se capitalistas não em consequência da propriedade de ações das corporações, como o folklore o considerou, mas em virtude da aquisição de conhecimentos e capacidades que possuíam valor econômico” [1961: 3] (SAUL, 2004, p. 258).

A partir deste ponto, as análises confluem para o aspecto mais decisivo de nossa investigação. Do percurso traçado por Saul resulta a percepção da profunda, ou orgânica, adequação da noção de investimento humano como capital do indivíduo, que dele passa a fazer parte e com quem funda uma relação jurídica muito específica. A relação salarial pode ser substituída pela de ‘prestação de serviços’ entre sujeitos que não atendem a uma hierarquia de poder condicionada pela posse do capital fixo, mas trata-se de uma relação entre ‘iguais’

que determinam, nessa condição, o preço e a duração do tempo da prestação do serviço. Neste caso, a relação de subordinação fica apagada, sob a formatação de um tipo específico de contrato jurídico¹⁹².

A teoria do capital humano corresponde, dessa maneira, a um novo universo ideológico com pretensões de superação dos entraves políticos enfrentados pelas grandes corporações na fase do capital acionário. A passagem parece ser simples: tome-se o trabalhador como proprietário de um capital que dele não se desliga, que é parte dele próprio; construa-se a noção segundo a qual a cada um cabe 'gerenciar' seu próprio capital de modo a conseguir firmar-se no mercado competitivo de prestação de serviços, no interior do qual o diferencial é o montante desse próprio capital; e consiga-se, assim, desligar das empresas e do Estado a responsabilidade pela formação e qualificação do trabalhador, que passa a ser transferida para as suas próprias mãos. Finalmente, pode-se, assim, quebrar os laços de solidariedade de classe dos trabalhadores, enfraquecendo e golpeando duramente suas instâncias de representação política e luta classista.

Se esse processo começou com Taylor, no entanto, a noção de capital humano "nos projeta para frente, para a emergência da "sociedade dos serviços", da "civilização terciária", para a "sociedade do conhecimento", para a "sociedade pós-industrial", expressões que viriam a dominar as ciências sociais nas décadas seguintes" (SAUL, *idem*, 258). Tal noção é o coroamento de uma perspectiva de propriedade que atualiza as superestruturas jurídicas em relação às transformações processadas nas estruturas materiais da produção; é expressão das formas atualizadas da busca de superação da crise orgânica do capital, de modo a construir uma 'saída' legitimada, consensualizada, considerada também sua, por parte das classes subalternas. Esse é o enigma a ser

192- Saul, *idem*, p. 267.

desvendado e que justificou nossa incursão crítica na trajetória das teorias sociológicas sobre o tema dos serviços.

IV. Considerações finais

O ponto de partida deste trabalho nasceu da disposição de demonstrar a efetiva propriedade da teoria de classes, sustentada na perspectiva marxista, para a análise da sociedade capitalista contemporânea. O objeto de estudo foi, portanto, construído a partir de questões criadas pelos críticos ao marxismo, que achamos por bem enfrentar na medida em que algumas respostas são necessariamente cobradas aos opositores. O fato de termos partido do campo dos que fazem a apologia de uma nova ordem pós-industrial não implicou, todavia, em que as conclusões a que tenhamos chegado, ainda que provisórias e certamente carentes de muitos aprofundamentos, estivessem minimamente próximas aos postulados dos quais parte o pensamento conservador. Pelo contrário, no decorrer de tudo o que foi explorado neste trabalho sobre o setor de serviços, ponto a ponto, camada a camada, revelou-se seu papel enquanto dispositivo vinculado aos interesses do capital e do Estado no processo de reconfiguração das relações (antagônicas) entre capital e trabalho, constituídas historicamente. Revelou-se de modo inequívoco, seu caráter funcional, ou sua dimensão ético-política, ou seja, aquela que almeja alcançar a máxima eficácia com vistas a garantir a institucionalização de um ideal de sociedade sem classes, pensada como lugar onde indivíduos trocam livremente, e que expressa a ambição máxima do (neo)liberalismo, cuja direção material e moral tem sido dada pela nação norte-americana com pretensões de ser hegemônica.

Tal leitura resultou dos conceitos desenvolvidos por Gramsci que, segundo De Felice (1978), constrói um dispositivo analítico e estratégico de extrema riqueza cultural, pois tem “como dado central a reflexão sobre uma inteira fase histórica: as questões ligadas à saída de um sistema de poder e à construção de um novo bloco histórico” (idem, 1978, p. 192). A partir de Gramsci (e de Marx) -

para quem os movimentos contínuos de reestruturação produtiva devem ser tratados em sua relação com os antagonismos entre as classes e que são continuamente descartados do pensamento científico conservador - o desafio teórico mais sério a ser enfrentado é o de como atualizar e conferir inteligibilidade aos processos permanentes de recomposição desses mesmos antagonismos para que se possa construir, a partir dessa compreensão, as bases para a atualização de um projeto revolucionário. Processos esses que se travestem de várias formas materiais historicamente determinadas, cuja pretensão de autonomia em relação a uma racionalidade que não seja a do mercado obscurece as determinações sociais e políticas que conferem o caráter orgânico, legitimador, fetichista às modificações dos processos produtivos. Seja ocultando ou minimizando as respostas dos trabalhadores às novas formas de dominação e exploração, seja reafirmando discursos sobre uma pretensa incapacidade dos mesmos em construir sua própria hegemonia, a reestruturação produtiva, sob a ótica do capital, busca incessantemente adequar as superestruturas jurídicas às novas necessidades do capital no sentido de superar a queda tendencial da taxa de lucros, sua dimensão própria, constitutiva e contraditória da produção capitalista.

Tal lição, legada da análise de Gramsci sobre o fordismo, decorre da maneira como ele percebe os problemas das sucessivas formas de recomposição entre a classe operária e as exigências técnicas do processo de produção e reprodução do capital, ou, em outros termos, do desenvolvimento das forças produtivas, de modo que, estas últimas, não são tomadas como forças meramente materiais ou objetivas - a maquinaria, por exemplo, ao contrário é considerada “a cristalização de toda a história passada e a base da história presente; é um documento e simultaneamente uma força ativa de propulsão” (GRAMSCI, 1984, p. 151). Dessa perspectiva, resultou sua análise sobre o novo industrialismo (americanismo e fordismo) onde os nexos entre política, economia e ideologia aparecem organicamente amarrados de tal forma que lhe foi possível elaborar uma via autoral da teoria da hegemonia. Ao combinar altos salários e outros

aspectos de estabilidade à classe operária, o fordismo conseguiu criar elementos de passividade social e modificar as combinações entre elementos de coerção e consentimento implicados na organização do comando no processo produtivo e na vida estatal.

O ápice de sua leitura encontra-se na noção de revolução passiva, que fornece uma visão de como as relações sociais fundamentais, guardadas e institucionalizadas sob o que chama de um invólucro político determinado, são modificadas, ainda que de maneira lenta e incoercível, por forças políticas novas, mas efetivas (GRAMSCI, 1984, p. 198). E nesse processo os intelectuais assumem papel central de reformular a própria base do fetichismo da mercadoria. A eles cabe a tarefa de fazer com que, no caso da técnica, ela sempre apareça como autônoma e de interesse de todas as classes, como a condição por excelência a livrar o homem do cativeiro da necessidade. Aos intelectuais cabe a tarefa de legitimar e perpetuar os antagonismos.

A leitura gramsciana permitiu que o tema dos serviços aparecesse como uma dimensão organicamente vinculada ao processo permanente pelo qual o capital procura superar sua crise e, ao fazê-lo, recompõe as funções organizativas e conectivas necessárias a efetivação do consenso e da disciplina, além da visibilidade dos aspectos ligados à composição do capital. Quanto às correntes sociológicas sobre o terciário, notadamente aquelas encarceradas no espaço produtivo, sem vinculá-lo às determinações sociais de caráter classista, Gramsci permite que se faça um deslocamento do problema que lhes é central: ainda que sejam várias as tendências de tematização da “crise do trabalho”, bem como da constatação de esgotamento do regime salarial e do padrão tecnológico que caracterizou o chamado “período fordista”, conforme os vários exemplos apresentados aqui, pode-se pensar nas transformações como indicação de que “a crise contemporânea é produto das contradições e antagonismos que amadurecem no âmbito de uma particular correlação de forças entre os proprietários de capital e as classes trabalhadoras entre os anos 50 e 70 deste

século” (Tude de Souza, 199, p. 30). Desse pressuposto decorre uma perspectiva que supera aquelas que declinam da composição técnica do trabalho uma composição política descolada da efetividade da ação antagonista, ligada às condições da produção sob a égide do capital.

Nesse sentido, o tema dos serviços, assim como o das camadas médias, pode ser também considerado como representação crucial ao capitalismo. Ele incrementa a perspectiva de uma produção em rede que apareça, aos olhos das análises contemporâneas, não como atualização histórica do domínio do capital, mas como ante-sala de uma nova determinação econômica ainda que se mantenha sob a regência do mercado, ou que se consolide justamente através dessa mesma regência, tomada como a única legítima para a tarefa de socialização dos indivíduos. As teses aqui apresentadas sobre a sociedade de rede, do capitalismo cognitivo, do trabalho imaterial, por exemplo, revelaram o mesmo embate classista travado no campo teórico entre sociologia clássica, positivista ou compreensiva, com o marxismo no início do século XX. Embate no qual a perspectiva da estratificação social solicitava para si um poder maior de explicação científica dos processos sociais porque se reivindicava neutra ou desligada dos movimentos revolucionários. A partir das leituras efetuadas foi possível confirmar a existência de um ‘certo’ acordo entre as diferentes matizes das teses clássicas e que aparece renovado em versões atuais da produção científica; acordo e concordância que as unifica diante do combate à teoria da luta entre as classes como o motor da história. Participando ativamente do campo de forças em presença, a sociologia contemporânea articula bases de consentimento e legitimação da investida contrarrevolucionária do capitalismo sobre as classes trabalhadoras de todo o mundo desde a década de 70 e 80.

A hegemonia neoliberal consolida-se assim e assimila os intelectuais, fortalece as frações financeiro-bancárias e derruba obstáculos à livre circulação de capitais em todo o mundo, ao mesmo tempo em que vai criando uma nova classe trabalhadora. Quanto à esta última, é importante que não arvore o direito de

acesso aos benefícios garantidos pelo Estado do Bem-Estar Social, mas entenda-se enquanto 'cliente' de serviços que possa adquirir no mercado. Já é amplamente aceita dentre os críticos à ordem do capital, a compreensão de que fazê-las acreditar em suas 'potencialidades individuais', como a única forma de garantia de ascensão social, é aspecto de vida ou morte para o capital que, das barreiras nacionais, apenas apóia e promove os marcos regulatórios necessários para o desmantelamento das salvaguardas dos trabalhadores contra os excessos da exploração capitalista. Às classes subalternas são reservadas versões revisitadas do velho individualismo baseado na noção de posse. O empreendedorismo da própria ascensão social do indivíduo tornou-se a nova religião - crer é preciso. E assim se reconstrói um tecido social no qual a noção de propriedade é revalorizada pela divulgação da crença de que à cada pessoa a posse de si mesmo e das estratégias para alcance de posições competitivas no mercado abarca o próprio sentido da existência.

A 'nova velha' crença liberal assumiu proporções tão alarmantes no período imediatamente pós-queda do muro de Berlim que a própria leitura marxista, a despeito de ser feita sob o pretexto de uma necessária correção da obra de Marx, ou de uma pretensa crise da teoria do valor (!), apresentou como novidade (e contra Marx) elementos clara e sistematicamente por ele já teorizados. Quanto a isto, tome-se, como exemplo mais específico, as teses recentes a respeito do momento da circulação como um momento que tornou-se produtivo, assim como tornou-se produtiva a subjetividade do trabalhador. Some-se a isso a leitura segundo a qual não mais o capital, mas as forças sociais da produção é que assumem e comandam o processo produtivo fazendo esvair-se, no interior da produção, a figura do capitalista como oponente ao trabalhador. Se a produção tornou-se social, afirmam, se o capital abarcou a vida e derrubou os muros da fábrica, a teoria do valor tornou-se descabida para explicar o 'mundo' atual. No limite, tais teses usam o próprio Marx para dizer que Marx não podia prever o que estaria em jogo depois da invenção da informática.

Nesse sentido, a realização deste trabalho, ainda um momento muito preliminar da leitura do processo por nós elaborado, foi árduo caminho percorrido porque remeteu a uma prestação de contas em relação a reflexões desenvolvidas anteriormente. E esta não é uma declaração das mais fáceis de serem feitas, sobretudo na instância acadêmica, na medida em que conduz a uma auto-crítica/confissão que resultou de releituras e novas leituras, absolutamente inéditas do ponto de vista pessoal. Mas o fato é que, o encontro com passagens de autoria de Marx resultou na confirmação de que ele mais explica daquilo que se afasta ou é incapaz de explicar a natureza da crise do capitalismo conforme ela se manifesta atualmente.

O conceito de 'general intellect', por exemplo, foi revisitado como conceito que pretende explicitar justamente o caráter violento da apropriação, pelo capital, de todas as forças materiais e subjetivas, de toda a riqueza social já produzida, assim como de toda a riqueza social disponível. Foi percebido como conceito que expressa nada menos do que a efetividade do comando capitalista, o qual tão mais violento se torna quanto mais se autonomiza em relação à figura do capitalista (individual), ou dos capitais particulares. Mais violento e mais efetivo, portanto, quando mais social se torne a produção. Por isso, tal encontro levou-nos, necessariamente, à revisão de posições defendidas anteriormente sobre o ineditismo do ingresso da dimensão do trabalho imaterial enquanto momento de valorização.

De igual maneira, a leitura sobre o caráter contraditório, ao mesmo tempo uno e múltiplo do capital - que assume múltiplas determinações ao longo do percurso da valorização - mostrou serem improcedentes análises que atribuem ao processo de financeirização - e com ele, o de uma nova qualidade do trabalho - uma autoridade que justifique a necessária atualização de Marx. Ora, o capitalismo é o processo que reproduz as relações sociais tipicamente capitalistas; é conduzido pela relação na qual o trabalho existe como puro valor de uso diante do capital, que no processo de valorização só pode se expressar enquanto valor

de uso para a valorização; trata-se de relação social na qual o trabalhador precisa se oferecer enquanto mercadoria e não enquanto produtor de valores de uso: o que ele vende é sua capacidade de trabalho para que esta seja utilizada, pelo capitalista, para produzir mais capital. E o caráter produtivo desse trabalhador se explicita pelo fato não de apenas produzir matérias corpóreas, cujo valor possa ser identificado com o tempo individual de trabalho que emprega para a transformação da matéria prima no produto final, conforme perspectiva fundada por Smith e desenvolvida por Ricardo; o caráter social do trabalho explica, mostrou Marx superando a economia política burguesa, a dimensão produtiva do trabalho sob o capital, que torna absolutamente impossível a medição do tempo de trabalho, ou do valor das mercadorias, ou ainda da riqueza social produzida, por critérios de quantidade. É a qualidade que explicita o valor. É uma certa qualidade que determina a reprodução do capital. É a qualidade de uma relação, inaugurada a partir do processo histórico, que supera a circulação simples e passa a ter na burguesia industrial o comando e a direção moral e intelectual dos processos produtivos. Ao enfrentar o dilema da economia clássica do trabalho improdutivo versus produtivo, Marx arrasa o critério de quantificação do valor demonstrando que só o caráter social do processo, medido pelas forças sociais em movimento, pode explicitar o poder e o tamanho da riqueza socialmente produzida e sistemática, permanente, processualmente, apropriada pelo capital.

Sob o olhar dessa perspectiva histórica, a concentração dos serviços na atualidade revelou-se absolutamente parte do próprio processo histórico de surgimento do capitalismo e do nascimento da manufatura. Marx mostra que, assim como aglutina os trabalhadores sob seu comando, o capital também disporá, enquanto capital, de todas as forças produtivas disponíveis. Assim, acontece com “a ciência, e também a divisão do trabalho, à medida que se manifestam enquanto divisão das ocupações” (MARX, 1985b, p. 9). Todas as potências sociais da produção são forças produtivas do capital e não podem atuar a não ser como sujeitos do capital. Tal identidade mostra Marx, é construída ao

longo do processo de apropriação do excedente do trabalho e sua materialização sobre a forma de capital fixo.

Da mesma maneira, a releitura de Marx encontrou outra questão comumente apresentada como novidade nos dias de hoje. Trata-se da dúvida sobre a presença, ou o significado, de elementos que não o trabalho na determinação do valor. A resposta marxista remonta clara e explicitamente à função socializadora e ao caráter global do capital, ou seja, “todos os momentos que aparecem englobados na noção geral do capital adquirem existência própria e começam a fazer-se valer logo que o capital se manifesta na realidade como um conjunto de capitais” (MARX, 1985b, p. 374).

Nesse mesmo sentido, a propriedade de tal resposta ilumina questões fundamentais para o debate atual sobre a direção exercida por distintas frações do capital sobre o conjunto da sociedade. Quando se retoma de Marx as diferentes formas que o capital é capaz de assumir durante todo o tempo de produção e de rotação - seja na forma dinheiro, na forma do crédito, ou de mercadorias - outro emblema da economia política aparece como fonte de mistificação. Mistificação, operada pelo pensamento burguês, que considera separadamente cada um dos momentos que compõem a totalidade do ciclo de reprodução do capital.

O caráter fetichista da economia burguesa é enfrentado e superado por Marx, que procura dar inteligibilidade ao momento da valorização como unidade dos momentos diversos que compõem o processo de reprodução do capital. Unidade dada pelo processo de produção - no qual entram meios de trabalho, assim como trabalho vivo e trabalho morto - e pelo momento da circulação, tempo durante o qual o capital não se valoriza, mas de cuja duração depende a determinação do valor. O ciclo da produção é unidade, sendo assim, na medida em que a produção é social - e seja qual for a forma real de utilização das tecnologias e da conexão entre empresas, Estados e formas de investimento - é a simultaneidade que movimenta o processo. A aceleração do ritmo da produção de

todos os capitais - inclusive dos que funcionam como matéria-prima e instrumento de trabalho -, assim como a existência ou a “disponibilidade de mão-de-obra com relação a qual as condições mais favoráveis para o capital é a existência de uma superpopulação relativa” (MARX, 1985b, p. 374), é condição fundamental para o incremento do valor. Portanto, o dilema sobre a natureza produtiva ou improdutiva dos serviços, da informação, ou das finanças, compõe o mesmo drama colocado à economia política burguesa, que procura de todas as formas resolver a crise constitutiva do capital. Não fogem do mesmo mal as inúmeras teses sobre o grau alcançado pelo modo de produção capitalista nos tempos atuais, mergulhadas na análise sobre os impactos da produção de novos meios de comunicação e das alterações que permitiram as condições físicas da circulação. Com Marx, tais ‘modernizações’ entram na categoria da produção de capital fixo e da forma capital circulante e não constituem, portanto, um caso especial. Elas expressam a relação específica entre “o capital e as condições gerais, coletivas da produção social, distinta da relação que existe entre o capital particular e seu processo particular de produção” (MARX. p. 386).

Seja qual for o tipo de sistema de máquinas desenvolvido pelo saber social, pelo cérebro social - enquanto esse sistema constitua o capital fixo - ele é alheio ao trabalhador e a ele se opõe de modo contraditório. Não pode haver transição para uma nova ordem social se não se levar em conta o caráter fetichista e capitalista da técnica.

Finalmente, ao ressaltarmos o fato de que a atual recomposição dos sujeitos antagonistas garante ao capital as estratégias adequadas para reorganização de sua contra-ofensiva às conquistas históricas dos trabalhadores, resta-nos ainda o problema de como constituir olhares e práticas reflexivas que não impeçam a percepção da alteridade. Se o capital se recompõe em relação ao avanço das forças antagonistas, a estas - ainda que submetidas ao poder hegemônico do capital - restará repensar estratégias e projetos alternativos. E é condição fundamental do desafio de construção de alternativas de sociabilidade

capitalista a tarefa de dissolver as abordagens mecanicistas ou deterministas. Não haverá passagem para uma ordem social produzida pelas classes subalternas sem a necessária ruptura com pontos de vista da ciência burguesa, que se apresentam como pontos de vista de toda a humanidade. Novas formas de resistência devem levar em conta a necessidade de se pensar no caráter revolucionário, quiçá 'catártico' como condutor para o mundo da 'liberdade'.

V. Bibliografia

ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. Sobre o processo de conhecimento. In: **Posições**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

AMARAL, Ângela Santana. Qualificação, sociedade civil e desidentidade de classe: os desafios para o sindicalismo. In: **Revista Outubro**, nº 5, São Paulo, 2001. p. 29-45.

AMORIM, Elaine Regina Aguiar. **No limite da precarização?** Terceirização e trabalho feminino na indústria de confecção. Dissertação de mestrado defendida no IFCH/UNICAMP, Campinas /SP, 2003, p. 222.

ANDERSON, Perry. A batalha das idéias na construção de alternativas. In: BORON, Atilio A. (Org). **Nova hegemonia mundial:** alternativas de mudança e movimentos sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p. 37-52.

_____. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do Trabalho. Campinas: Editora da UNICAMP/Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARCARY, Valério. Kausty e as origens históricas do centrismo. In: **Revista Outubro**, nº 7, 2002. p. 77-101.

BALIBAR, Étienne. **A filosofia de Marx**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

_____. De la periodización a los modos de producción. In: ALTHUSSER, Louis & BALIBAR, Étienne. **Para ler O Capital**. México: Siglo Veintiuno, 1977.

_____. La fin de la politique. In: **Cinq études du matérialisme historique**. Paris: Maspero, 1974.

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar. In: **Educação e Sociedade**, vol. 25, n. 89, p. 1105-1126, Set/Dez. 2004.

BARAN, Paul. A.; SWEEZY, Paul M. Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

BARBOSA, A. de Freitas; JAKOBSEN, K. (coord.). **OMC, negociações de serviços e os riscos de aprofundamento da abertura para o Brasil**. Relatório de pesquisa Observatório Social, São Paulo, 2006.

BARBROOK, Richard. Le Cyber-communisme: ou le dépassement du capitalisme dans le cyberspace. In: **Multitudes**, 2000, nº 02. p. 186-199.

BARLOW, Maude. **GATS**: a última fronteira da globalização. Disponível em: http://resistir.info/ambiente/barlow_gats.html. Data de acesso: 14/01/2009.

BASSO, Lelio. **Socialismo y revolución**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1983.

BAUDOUIN, Thierry. Le travail, au-delà de l'usine In: **Futur Antérieur**, 1992/2, nº 10. p. 94-99.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. **O fim da ideologia**. Brasília: UNB, 1980.

BETTELHEIM, Charles. **A luta de classes na União Soviética**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. Le prolétariat dans tous ses éclats. In: **Le Monde Diplomatique**. 26 de março de 1991.

BOITO, Armando. et al. A (difícil) formação da classe operária. In: **Marxismo e Ciências Humanas**. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã, 1999.

BOLAÑO, César R. Siqueira. A economia política da Internet e sua crise In: **Comunicação, informação e cultura** - dinâmicas globais e estruturas de poder. Salvador: EDUFBA, 2004, v.01, p. 43-65.

_____. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: HUCITEC, 2000, v.01. p. 282.

_____. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. A re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, SEP, nº 11, p. 79-102, dezembro-2002.

BOLOGNA, Sergio. Durée du travail et post-fordisme. In: **Futur Antérieur**, 1996/2, nº 35-36. p. 125-139.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 2000.

BORÓN, Atílio. **Império e imperialismo**: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri. Buenos Aires: Clacso, 2002.

BOTTOMORE, Thomas. **Diccionario del pensamiento marxista**. Madrid: Tecnos, 1984.

BOUFFARTIGUE, Paul; BOCCHINO, Mélanie. Travailler sans compter son temps? les cadres et le temps de travail. In: **Travail et emploi, service des études et de la statistique, ministère des affaires sociales et de la solidarité nationale**, 1998/1, nº 74. p. 37-50.

BOYER, Robert. **A Teoria da Regulação**: uma análise crítica. São Paulo: Nobel. 1990.

BRAGA, José Carlos de Souza. **Temporalidade da riqueza**: instabilidade estrutural e financeirização do capitalismo. IE/Unicamp, Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2000.

BRAGA, Ruy. **A nostalgia do fordismo**. Modernização e crise da sociedade salarial. SP: Xamã, 2003.

_____. **A restauração do capital**: uma análise da crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1997.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CECEÑA, Ana Esther. (Org). **La tecnología como instrumento de poder**, Ed. El Caballito, México, 1998.

CECEÑA, Ana Esther; Andrés Barreda (Orgs). **Producción estratégica y hegemonía mundial**, Siglo XXI, México, 1995.

CELLI Jr. Umberto. **Os acordos de serviços (GATS) e de investimentos (TRMs) na OMC**: espaço para políticas de desenvolvimento. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/gats.pdf>. Data de acesso: 13/01/2009.

Centre des Jeunes Dirigeants d'entreprise, **L'entreprise au XXle siècle**, Paris, Flammarion, 1996.

CERICA, Claudio; VERCELLONE, Carlo. Au-delà de Gorz. Travail et revenu garanti. In: **Futur Antérieur**, 1993, n° 18. p. 93-119.

CETTE, Gilbert; TADDEI, Dominique. **Réduire la durée du travail: les 35 heures**. Paris: Librairie Générale Française. Col. Sciences Sociales, 1998.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François, et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CHILCOTE. Edward B.; CHILCOTE. Ronald H. A crise do marxismo: uma apreciação de novos rumos". In: **Revista de Ciências Sociais**, n° 22, 1991, p. 06.

CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise social democracia? In: **Lua Nova**, 1991, n° 24. p. 117-150.

COCCO, Giuseppe; LAZZARATO, Maurizio. Au-delà du Welfare State. In: **Futur Antérieur**, n° 15, 1993/1. p.69.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. **Max Weber e a História**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

COLIN, Thierry; GRASSER, Benoît. La gestion des compétences: un infléchissement limité de la relation salariale”. In: **Travail et emploi, service des études et de la statistique, ministère des affaires sociales et de la solidarité nationale**, nº 93, 2003. p. 61-73.

CORIAT, Benjamin. **Ciência, técnica y capital**. Madrid: Blume Ediciones, 1976.

CORIAT, Benjamin **El taller y el cronómetro**. Ensayo sobre el taylorismo, el fordismo, y la producción en masa. México: Siglo XXI, 1982.

COSTA JÚNIOR, Carlos Nogueira de. **Agenda Doha**: o que esteve em jogo na Genebra de 2008. Agosto /26, 2008.

DAHRENDORF, Ralf. **As classes sociais e seus conflitos na sociedade industrial**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1982.

DAVIS, Kinsley; MOORE, Wilbert: Some principles of social stratification. In: **American Sociological Review**, vol. 10, n. 2, 1945.

DE FELICE, Franco. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. In: Ferri, Franco (Org). **Política e História em Gramsci**. RJ. Civilização Brasileira, vol.1, 1978.

DEGENNE, Alain. Nan Lin. Social capital: a theory structure and action. Cambridge, Cambridge University Press, 2001. 292 pp. In: **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP. V. 16, nº2. (Resenha).

DE GIOVANNI, Biagio. Econômico-corporativo. In: **Gramsci e o Brasil**. <http://www.acessa.com/gramsci/?id=640&page=visualiza>. Último Data de acesso: 15/02/2009.

DESMAREZ, Pierre. **La sociologie industrielle aux États-Unis**. Armand Colin Édition, Paris, 1986.

DIAS, Edmundo Fernandes. A liberdade (im)possível na ordem do capital. Reestruturação produtiva e passivização. In: **Textos Didáticos** IFCH/UNICAMP, nº 29 Agosto de 1997.

_____. Capital e trabalho: a nova dominação. In: **Universidade e Sociedade**, nº 10, jan. 1996, SP.

_____. **Democracia operária**. Campinas: Editora da Unicamp, 1987.

_____. O Dezoito: um golpe e sua decifração. (Para uma crítica da política). In: **Revista Tempos Históricos**, Volume 12, número I, ano X, 1º semestre/2008. p. 113-141.

_____. [et al]. **O outro Gramsci**. SP, Xamã, 1996.

_____. **Política brasileira: embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

DOBB, Maurice, **A evolução do capitalismo**. RJ, Editora Guanabara, 1987.

DOSI, Giovanni; PAVITT, Keith; SOETE, Luc. **The economics of technical change and international trade**. London: Harvester Wheatsheaf, 1990.

DOSI, Giovanni. The nature of innovative process. In: DOSI, Giovanni. et al. (Orgs). **Technical change and economic theory**. London & New York: Printer Publish, p. 221-230, 1988.

DRUCKER, P. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2000.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo-neo-imperialismo. In: **Economia e Sociedade**. Vol 16, nº 16. Campinas, 2007.

_____. O imperialismo na era neoliberal. In: **Crítica Marxista**, n. 18. Editora Revan, 2004.

_____. O neocolonialismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, François (Org). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. (org. e Introdução). **K. Marx. F. Engels: história**. São Paulo: Ática, 1984.

_____. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar. 1972.

FILGUEIRAS, Luiz. Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século. In: **Cadernos do CEAS** (Salvador) Nº 171. da Universidade Estadual de Feira de Santana e pela Escola Brasileira de Psicanálise – Bahia, Polo Feira, 1997

FIORI, Luís. **Lições da década de 1990**. II Fórum Social Mundial, 2001. Biblioteca0das0Alternativas.http://www.galizacig.com/actualidade/200012/fsm_ade

[us a classe trabalhadora.htm](#). Publicado originalmente no site: Carta Maior. (www.cartamaior.com.br). Data de acesso: 15/01/2009.

FORAY, Dominique; LUNDVALL, Bengt-Ake. The knowledge-based economy: from the economics of knowledge to the leaning economy. In: **OCDE. Employment and growth in the knowledge-based economy**. OCDE Documents, 1999.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Economistas).

_____. **O trabalho em migalhas**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre. **Traité de Sociologie du Travail**. Paris: Librairie Armand Colin, vols. I e II, 1964.

GALETE Rinaldo Aparecido, Mercado de trabalho formal dos serviços pessoais e domiciliares no Brasil. In: **Perspectivas contemporâneas**. Vol. 1, N° 1 (2006)

GALTIER, Bénédicte. Le temps partiel est-il une passerelle vers le temps plein? In: **Économie et Statistique**, n° 321/322. p. 79-86.

GARZON, Luis Fernando Novoa, **O ultimato privatista ao setor de serviços**. Correio da cidadania. Santiago, 26 out. 2005. Data de acesso: 15/01/2009.

_____. La teoria política de las clases em “El Capital”. Madri: Siglo Veintiuno, 1984.

GORZ, André **Adeus ao proletariado**. Para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

_____. **Estratégia operária e neocapitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. La personne devient une entreprise: note sur le travail de production de soi. In: **Revue du Mauss** (Travailler est-il (bien) naturel: le travail après la fin du travail), n° 18, 2001.p. 61- 66.

_____. **Les chemins du paradis**: l'agonie du capital. Paris: Galilée, 1983, p. 69.

_____. **Métamorphoses du travail**. Quête du sens: critique de la raison économique. Paris: Galilée, 1988.

_____. **O imaterial**. Conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Par un revenu inconditionnel. In: **Transversales**, n° 3, 2002. p. 82-85.

_____. **Socialismo difícil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. Valeur et richesse: le divorce. In: **Transversales**, n° 3, 2002. p. 45-47.

GOVERNO Lula cogita proibir greves em setores essenciais. Folha de São Paulo, 04/03/200. Disponível em <http://aprendiz.uol.com.br/content/frowetrodo>. mp. Data de acesso: 15/01/2009.

Governo vai regulamentar greve no serviço público, diz secretário da SRH. Ministério do Planejamento 13/3/2009. Disponível em: <http://www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview.asp?key=5627>. Data de acesso: 25/03/2009.

GRACIOLLI, Edilson José. **Reestruturação produtiva e movimento sindical**. Cronos, v.2, n.1, Natal-RN, jan./jun. 2001

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**, São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Quaderni del carcere**. Torino: Giulio Einaudi, 1975, vol. I.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

GUILLON, Roland. **Syndicats et mondialisation**. Une stratification de l'action syndicale. Paris : L'Harmattan, 2000.

HABERMAS, Jünger. **Teoria de la accion comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987.

_____. A revolução e a necessidade de revisão na esquerda – o que significa socialismo? In: BLACKBURN, Robin (Org). **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. São Paulo, Paz e Terra, 1993. p. 45-72.

HADDAD, Sérgio; GRACIANO, Mariângela. Educação: direito universal ou mercado em expansão In: **São Paulo em Perspectiva**. Vol.18, nº. 3. São Paulo, July/Sept. 2004. p. 67-77.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Loyola. 1996.

HILFERDING, Rudolf. **El capital financiero**. México: Instituto Cubano del Libro, 1973.

HIRATA, Helena. Paradigmes du travail, un point de vue transversal. In: **Futur Antérieur**, nº 16, 1993.p. 5-10.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

IANNI, Octávio. **Teorias de estratificação social (leituras de Sociologia)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

JAMESON, Frederic. **Pós-modernismo**. A lógica cultural do capitalismo tardio. SP: Editora Ática, 1996

_____. Postmodernisme et marché. In: **Futur Antérieur**, nº 12-13, 1992/4-5, p. 220.

KAFKA, F., **Narrativas do espólio (1914-1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KALECKI, M. **Teoria da dinâmica econômica**: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KATZ, Cláudio; COGGIOLA, Osvaldo. Sete teses sobre as novas tecnologias da informação In: **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996. p. 71-118.

KEYNES, J. M.. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KON, Anita. **Sobre a economia política do desenvolvimento e a contribuição dos serviços**. Pontifícia Universidade Católica/ PUC/SP [http:// www. scielo. br/ scielo. php? script = s ci_ arttext & pid= S0101 - 157 2007 000 1000 07&lng=e&nrm=iso&tling=e](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-1572-2007-00010007&lng=e&nrm=iso&tling=e). Data de acesso: 20/04/2009.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**: a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.

KURZ, Robert. **O Colapso da modernização** (Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial). São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LA GRASSA, Gianfranco. **Valore e formazione sociale**. Roma: Riuniti, 1975.

LAZZARATO, Maurizio. Garantir le revenu: une politique pour les multitudes. In: **Multitudes**, nº 08, 2002. p.15- 22.

_____. Le concept de travail immatériel: la grande entreprise. In: **Futur Antérieur**, nº 10, 1992/2. p. 54-61.

_____. Les caprices du flux – les mutations technologiques du point de vue de ceux qui les vivent. In: **Futur Antérieur**, nº 04, 1990. p. 156-165.

_____. Le cycle de la production immatérielle”. In: **Futur Antérieur**, nº 16, 1993. p. 111-120.

_____. Le ‘travail’: un nouveau débat pour de veilles alternatives. In: **Futur Antérieur**, 1996/2, nº 35-36. p. 100.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. Travail immatériel et subjectivité. In: **Futur Antérieur**, nº 06, 1991. p. 87- 99.

LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs) **Pensamento crítico e movimentos sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1978.

LESSA, Sérgio. **Para além de Marx?** Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva. In: **Crítica Marxista**, nº 15, 2002. p. 107-139.

LÉVY, Pierre. **A máquina universo**: criação, cognição e cultura informática. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

_____. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional.** São Paulo: Cortez, 1992.

LÖWY, Michel, **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen.** Marxismo e positivismo na Sociologia do Conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1997.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe.** Porto: Publicações Escorpião, 1974.

MACPHERSON, C.B. **A teoria política do individualismo possessivo.** De Hobbes a Locke. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MAGALINE, A. D. Luta de classes e desvalorização do capital. Lisboa: Moraes, 1977.

MALLET, Serge. **La nouvelle classe ouvrière.** Paris: Éditions du Seuil, 1969.

_____. **Le pouvoir ouvrier:** bureaucratie ou démocratie ouvrière. Paris: Anthropos, 1971.

MANACORDA, Paola. **El ordenador del capital.** Razón y mito de la informática. Trad. Miguel Pellicer. Madrid: H. Blume Ediciones, 1982.

MANDEL, Ernest. A formação do pensamento econômico de Karl Marx. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **O capitalismo tardio.** São Paulo, Abril Cultural, 1982

MARAZZI, Christian. **La place des chaussettes:** le tournant linguistique de l'économie et ses conséquences politiques. Paris: Éditions de L'Éclat., 1997.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo, Hucitec, 1986.

_____. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo: Global, 1985a.

_____. **Capítulo VI, Inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Grundrisse**. Lineamientos Fundamentales para la crítica de la economía política (Borrador). 1857-1858. Fondo de Cultura Economica. Mexico 1985b.

_____. [Introdução] à crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **La guerra civil en Francia**. México: Progreso, 1977.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, vol. I.

_____. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O Dezoito Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d/.

MARTINS, José. **Império e terror**: Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

_____. O Pioneirismo de Smith. In: **Revista Economia e Sociedade**, jan/jun 2002, vol. 18. p. 185-192.

MÉDA, Dominique. La littérature américaine sur le travail, un aperçu à travers trois livres récents. In: **Travail et Emploi, service des études et de la statistique, ministère des affaires sociales et de la solidarité nationale**, nº 69, 1996. p. 83-89.

_____. Le travail incertain. Fin de la “Fin du Travail” et solidarités nouvelles?: quelques notes pour finir (vraiment) avec la ‘La fin du travail’. In: **Revue du Mauss** (Travailler est-il (bien) naturel: le travail après la fin du travail), nº 18, 2001. p. 71-78.

_____. **Le travail**: un valeur en vie de disparition. Paris: Aubier, 1995.

MELO, Hildete Pereira. **Empresas formais respondem por 20% da riqueza gerada pelo setor de serviços**. Fortaleza, Ceará - Sexta-feira 05 de outubro de 2001 <http://diariodonordeste.globo.com/2001/10/05/020020.htm>. Data de acesso: 15/09/2008.

MILLS, W. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MINELLA, Ary C. **Globalização e as associações de bancos na América Latina**. Cadernos de Pesquisa – PPGSP – USC. ISSN – 1677-7166, nº 30, Junho, 2002.

MOMMSEN, W. Capitalismo e socialismo. O confronto com Karl Marx. In: GERTZ, René (Org) **Max Weber & Karl Marx**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MONTEIRO, Araki Queiroz. **Ciberespaço e acumulação de capital**: subsunção intelectual e espoliação em rede. Disponível em: [http:// www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho / arakinmonteiro.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/arakinmonteiro.pdf). Data de acesso: 12/04/2009.

MOTA, Ana Elizabete (Org). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

MOULIER-BOUTANG, Yann. La revanche des externalités: globalization des économies, externalités, mobilité, transformation de l'économie et de l'intervention publique. In: **Futur Antérieur**, 39/40, 1997. p. 85-116.

_____. O território e as políticas de controle do trabalho no capitalismo cognitivo. In COCCO, G.; GALVÃO, A; SILVA, G. (Org) **Capitalismo cognitivo**: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Richesse, propriété, liberté et revenu dans le 'capitalisme cognitif. In: **Multitudes**, 2000, nº 02. p. 17-36.

NAKAYAMA, Juliana Kiyosen; SÁVIO, Marcelo. Acordo geral sobre comércio de serviços na OMC: considerações. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 52, nov. 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2302>>. Data de acesso: 24/09/2008.

NAVES, Marcio Bilharinho (Org) **Análise marxista e sociedade de transição**. Campinas-SP, UNICAMP, IFCH, 2005.

_____. Marxismo e capitalismo de Estado. In: **Crítica Marxista**, nº 01, vol. 1, 1994. p 71- 74.

NAPOLEONI, Cláudio. **Lições sobre o Capítulo VI (Inédito) de Marx**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. **Smith, Ricardo, Marx**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

NEGRI, Antonio. Capitalisme cognitif et fin de l'économie politique. In: **Multitudes**, n°. 13, 2003. p.197-205.

_____. La première crise du post-fordisme. In: **Futur Antérieur**, n° 16, 1992/93. p. 11-15.

_____. **Marx au-delà de Marx**. Paris: Christian Bourgois, 1979. p. 83-111.

_____. Marx et le travail: le chemin de la désutopie. In: **Futur Antérieur**, n° 35-36, 1996/2. p. 189-207.

_____. Penser à l'envers". In: **Futur Antérieur**, Eté, n° 06, 1991. p. 141-145.

_____. République constituante. In: **Futur Antérieur**, n° 15, 1993/1. p. 71-80.

_____. Valeur-Travail: crise e problèmes de reconstruction dans le post-moderne". In: **Futur Antérieur**, n.º 10, 1992/2. p. 20-36.

NEGRI, Antonio; VINCENT, Jean-Marie. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. Paradoxes autour du travail. In: **Futur Antérieur**, 1992/2, n° 10. p. 5-8.

NICOLAS-LE-STRAT, Pascal. Travail e constitution du sens à propos d'André Gorz. In: **Futur Antérieur**, n° 35-36, 1996/2. p. 101-109.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, F. O terciário e a divisão social do trabalho. In: **Cebrap**, n° 24, 1979.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Global Employment Trends. Genebra, 2008.

PANZIERI, Raniero. et al. La division capitalista del trabajo. In: **Cuadernos de Pasado y Presente**. Córdoba, Argentina, 1972.

_____. **Spontaneità e organizzazione**: gli anni dei “Quaderni Rossi”, 1959 – 1964. Piza: BFS, 1994.

PAGOTTO, M. A. F. **Mito e realidade na automação bancária**. Dissertação de Mestrado. IFCH/Unicamp. Campinas, 1996.

PEREIRA, Duarte. Das classes à luta de classes. In: **Marxismo e Ciências Humanas**. Vários Autores. São Paulo: Xamã, 2003.

PETRAS, James. **Ensaio contra a ordem**. São Paulo: Scrita, 1995.

PIORE, Michael; SABEL, Charles F. **La segunda ruptura industrial**. Madrid: Alianza, 1990.

POLLERT, Anna. Dismantling flexibility. In: **Capital and class**, n. 34, 1988.

POSTONE, M. **Time, labor, and social domination**: a reinterpretation of Marx's critical theory. Nova York: Cambridge University Press, 1993.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO, Eleutério. **Desmedida do valor**. Crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo – uma crítica à A. Negri e M. Hardt. In: **Crítica Marxista**, São Paulo: Revan, n° 17, 2003. p. 109-130.

_____. Uma crítica à economia política do imaterial. In: **Revista Outubro**, n° 11, 2004. p. 45-70.

QUESNAY, François. **Tableau Economique des Physiocrates**. Paris: Calmann-lévy, 1969.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação”. In: **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RICHTA, Radovan. **Economia socialista e revolução tecnológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

RODRIGUES, Silvia Viana Cinismo: ideologia em tempos de exceção. In: **XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2007**, UFPE, Recife (PE) Grupo de Trabalho: Sociologia da Cultura.

ROLLE, Pierre. Essai sur Pierre Naville, du surréalisme à la Sociologie. In: **Futur Antérieur**, n° 19/20, 1994. p. 29-32.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

RUBIN, I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

RULLANI, Enzo. Le capitalisme cognitif: déjà vu? In: **Multitudes**, nº. 02, 2000. p. 87-94.

SABEL, Clark; PIORE, Michael. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. Novas York: **Basic Books**, 1984.

SAES, Décio. Considerações sobre a análise dos sistemas de classe. In: **Marxismo e Ciências Humanas**. Vários Autores. São Paulo: Xamã, 2003.

SALLUM, Jr. Brasília. Classes, cultura e ação. In : **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, nº 65, maio-agosto de 2005.

SÁNCHEZ, Luis Gómez. Revolución microeletrônica, nueva acumulacion originaria. In: GARZA, Esthela G. (coord.) **Testemonios de la crisis**. Reestructuración productiva y clase obrera. México: Siglo Vientiuno Editores, SA, 1985.

SANTOS, Cleusa. Liberalização dos serviços e apropriação do excedente: elementos para a crítica da mercantilização dos serviços da seguridade social. A questão social e o serviço social. In: **Revista Praia Vermelha Estudos de Política e Teoria Social** nº 14&15. Segundo semestre, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Roberval de J. Leone. Desequilíbrio entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. In: **V Colóquio Internacional Marx Engels**. CEMARX, UNICAMP, Novembro de 2007. Disponível em http://www.unicamp.br/cermarx/anais_v_coloquio_arquivos/comunicacoes/gt1/asessao7/ Data de acesso:,15/01/2009.

SAUL, Renato. As raízes renegadas da teoria do capital humano. In: **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 6, nº 12, julho de 2004, p. 230-273.

SCHUMPETER, J. A. **Fundamentos do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **Imperialismo e classes sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SEGNINI, L. R. P. CBO-Classificação Brasileira de Ocupações: por quê? para quê? ComCiência. In: **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, UNICAMP/Campinas, v. 54, p. 01-15, 2004.

_____. Reestruturação nos bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 67, p. 185-213, 1999.

_____. Racionalização do trabalho no setor de serviços: uma contribuição ao debate teórico. In: X Encontro de Estudos Populacionais, 1996, Caxambu. **Anais do X Encontro de Estudos Populacionais**, 1996. v. 1. p. 605-638.

SILVA, Graciete Borges da. Critérios de estratificação social. In: **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, 15: 38-45, 1981.

SILVA, L. Acioly da. **Tendências dos fluxos globais de investimento direto externo**. Texto para discussão, nº 1192. IPEA, Brasília, 2006.

SILVA, Manuel Lopes da. Perspectivas weberianas da sociedade de rede. In: **Revista de Economia Política de Las Tecnologias de La Comunicación**. www.eptic.com.br, Vol, n. 3, Sep/Dic. 2003. Data de acesso: 15/01/2009.

SILVA, Josué Pereira da. A crise da sociedade do trabalho em debate. In: **Lua Nova**, nº 35, 1995. p. 187-191.

_____. **André Gorz: trabalho e política**. São Paulo: Annablume, 2002.

SIQUEIRA, Ângela C. de. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. In: **Revista Brasileira de Educação**, Maio a Agosto de 2004, nº 26. p. 145-184.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

SOARES, Jose de Lima. **Sindicalismo no ABC: reestruturação produtiva e parceria**. Brasília, DF : Centro de Educação e Documentação Popular, 1998.

SOUZA, José dos Santos. A 'nova' cultura do trabalho e seus mecanismos de obtenção do consentimento operário: os fundamentos da nova pedagogia do capital. In: BATISTA, Roberto Leme; ARAÚJO, Renan. **Desafios do Trabalho: Capital e luta de classes no Século XXI**. Londrina: Práxis, 2003. p. 173-200.

SOUZA, Ângela Maria Tude de. A crise contemporânea e a nova ordem mundial: as forças produtivas e as classes sociais na atual ordem hegemônica. In: **Universidade e Sociedade**, nº06, 1994. p. 33-39.

_____. **Sobre o americanismo e o fordismo de Antonio Gramsci**. Textos Didáticos, Campinas, IFCH/Unicamp. 1992.

STIGLITZ, Joseph. More instruments and broader goals moving toward the pos-Washington Consensus. In: CHANG, H. (Org). **The Rebel Within**, p. 17-56, Londres: Wimbledon Publishing Company, 2001.

_____. **Whiter socialism?** Cambridge, Mass: The MIT Press, 1994.

SWEEZY, Paul. **Teoria do desenvolvimento capitalista**: princípios de economia política marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TAVARES, Maria da Conceição. **Ciclo e crise**: o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas: Unicamp, 1998.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. Globalização, ideologia e luta de classes. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 12, 2002. p. 61-96.

TOSEL, André. Centralité et non-centralité du travail ou la passion des hommes superflus. In: BIDET, Jaques; TEXIER, Jaques. **La Crise du Travail**. Paris: PUF, 1994. p. 209-218.

_____. **Études sur Marx, (et Engels)**: vers un communisme de la finitude. Paris: Éditions Kimé, 1996.

TRAGTEMBERG, Maurício. Max Weber e a Revolução Russa. In: **Estudos Cebrap**, n. 18, p. 45-70, out./nov./dez. 1976.

_____. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

TURCHETTO, M. Antonio Negri e o triste fim do 'operarismo' italiano. In: **Crítica Marxista**, São Paulo: Revan, n° 18, 2004. p. 84-99.

TURCHETTO, M. As características específicas da transição ao comunismo. In: NAVES, M. Bilharinho. (Org). **Análise marxista e sociedade de transição**. Campinas-SP, UNICAMP, IFCH, 2005.

URANI, A. et al. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VAKALOULIS, M., Modernité avancée et modernisation "post"-moderne. Note theorique d'une recherche, **L'Homme et la Societe**, 1 13, 3, 5-18, (1994).

VELHO, Otávio Guilherme et al. **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

VELTZ, Pierre. La nouvelle révolution industrielle. In: **Revue du Mauss** (Travailler est-il (bien) naturel: le travail après la fin du travail), n° 18, 2001. p. 67-70.

_____. Vers un nouveau modèle d'organisation? Déstabilisation et résistance du taylorisme". In: **Futur Antérieur**, n° 10, 1992/2. p. 62-80.

VINCENT, Jean-Marie. Contre la valeur-travail. In: **Futur Antérieur**, n° 43, 1997-98/3. p. 05-27.

_____. **Critique du Travail**: le faire et l'agir. Paris: PUF, Pratiques Théoriques, 1987.

_____. La déstabilisation du travail. **Futur Antérieur**, n° 35-36, 1996/2. p. 13-31.

_____. Les automatismes sociaux et le 'général intellect'. In: **Futur Antérieur**, n° 16, 1993. p. 121-130.

_____. Max Weber et la constellation du materialism historique. In: **Actuel Marx Revue**. Weber et Marx. (11) Paris – PUF, 1992. p. 67-81.

_____. **Un autre Marx**: après les marxismes. Paris: Cahiers Libres/ Editions Page Deux, 2001.

WEBER, Max. Classe, "status", partido. In: VELHO, Otávio G.; PALMEIRA. Moacir; BERTELLI, Antônio R. (org.) **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. Conferência sobre o socialismo. In: FRIDMAN, Luis Carlos (Org.). **Émile Durkheim, Marx Weber. Socialismo**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1993.

_____. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 2. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

_____. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

WTO - World Trade Organization, (1995). **The General Agreement on Trade and Services (GATS)**: objectives, coverage and disciplines. Disponível em: www.wto.org/tratop_e/serv_e/gatsqa_e.htm. Data de acesso: agosto 2002.